

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA - PPGH

RICARDO ENGUEL GONÇALVES

**CATOLICISMO E POLÍTICA: O ELEMENTO RELIGIOSO NAS DISPUTAS
ELEITORAIS PONTA-GROSSENSSES (1955-1963)**

PONTA GROSSA

2023

RICARDO ENGUEL GONÇALVES

**CATOLICISMO E POLÍTICA: O ELEMENTO RELIGIOSO NAS DISPUTAS
ELEITORAIS PONTA-GROSSESES (1955-1963)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG, para obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: prof. Dr. Edson Armando Silva

PONTA GROSSA

2023

G635 Gonçalves, Ricardo Enguel
 Catolicismo e política: o elemento religioso nas disputas eleitorais pontagrossenses (1955-1963) / Ricardo Enguel Gonçalves. Ponta Grossa, 2023.
 204 f.

 Dissertação (Mestrado em História - Área de Concentração: História, cultura e identidades), Universidade Estadual de Ponta Grossa.

 Orientador: Prof. Dr. Edson Armando Silva.

 1. Política eleitoral. 2. Ponta grossa. 3. Religião. 4. Catolicismo. 5. Poder - disputa. I. Silva, Edson Armando. II. Universidade Estadual de Ponta Grossa. História, cultura e identidades. III.T.

CDD: 320.5

TERMO DE APROVAÇÃO

RICARDO ENGUEL GONÇALVES

CATOLICISMO E POLÍTICA: O ELEMENTO RELIGIOSO NAS DISPUTAS ELEITORAIS PONTA-GROSSEENSES (1955-1963)

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Curso de Pós-Graduação em História- Mestrado em História, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Ponta Grossa, no dia 18 de dezembro de 2023, pela seguinte banca examinadora:

Prof. Dr. Edson Armando Silva (Orientador/a)

Prof^a. Dr^a. Andrea Mazurok Schactae (IFPR)

Prof^a. Dr^a. Patricia Carla de Melo Martins (UFMA)

Prof^a. Dr^a. Rosângela Wosiak Zulian (UEPG)

AGRADECIMENTOS

Inúmeros sujeitos são responsáveis pela produção deste trabalho. A elaboração acadêmica é uma construção coletiva, embora a escritura seja, por vezes, solitária. Dessa forma, mesmo sob o risco de esquecer alguns, nomeio os seguintes.

Agradeço à minha família, base sólida de sustentação e amparo que me orienta e aconselha sem titubear. Meu pai, leitor assíduo dos meus rabiscos, e minha mãe, ouvinte atenta das minhas conclusões. Meu irmão e minha irmã, acompanhantes do processo de escrita e pesquisa (às vezes até tarde da noite).

Ao meu orientador, professor doutor Edson Armando Silva, docente que me acompanha desde a graduação e faz parte da minha incipiente trajetória acadêmica, aceitando e supervisionando as propostas de pesquisa.

Ao Núcleo de Pesquisas em História e Religião (NPHR) da UEPG, lugar privilegiado de trocas de experiências e construção científica. À professora doutora Rosângela Zulian, responsável pela coordenação do NPHR e amiga de todas as horas. Graças às suas indicações e parcerias pude participar de eventos importantíssimos sobre a temática religião e política. À professora doutora Patrícia Carla de Melo Martins, atualmente integrante do Departamento de História da UFMA e que por certo tempo contribuiu (e ainda contribui) com as discussões do NPHR.

Aos servidores da Casa da Memória Paraná, do Museu Campos Gerais e aos responsáveis pela Hemeroteca Digital pelo atendimento e fornecimento das fontes históricas. Vale ressaltar que o início deste trabalho (agosto de 2021) ainda esteve circunscrito ao cenário pandêmico causado pelo Novo Coronavírus, mesmo assim, não faltaram suportes e adaptações para que esta pesquisa acontecesse.

Aos professores, aos amigos e à equipe do Programa de Pós-Graduação em História da UEPG. Todas as indicações, críticas, leituras atentas, parcerias e sugestões agregaram ao produto final.

À banca avaliadora, que desde a qualificação acreditou na proposta deste trabalho e apontou caminhos para a sua realização: prof. Edson, prof.^a. Rosângela Zulian e prof.^a. Andrea Schactae.

À CAPES pelo fomento à pesquisa.

“Na história de todas as repúblicas nunca se prescindiu da religião” (Giuseppe Tosi).

“Quem acha que religião e política não se misturam, não entende nada nem de religião, nem de política” (Otávio Velho apud Mezzomo; Silva; Pátaro).

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo discutir a presença do elemento religioso na busca pelo poder político da cidade paranaense de Ponta Grossa a partir das campanhas eleitorais de 1955, 1959 e 1963. Compreendendo política e religião como profissões de naturezas distintas, esta dissertação encontrou conexões e mapeou políticos vinculados a cidade pontagrossense que podem ser interpretados por meio da perspectiva mutualista entre política e religião (católica), ou seja, através do entrelaçamento de ambas com intuito de combater ameaças ao *status quo*. A relação benéfica tanto para o catolicismo quanto para os políticos amparados por esse projeto político-religioso girava em torno do conservadorismo situacional, isto é, uma ideologia reativa às anomalias que pudessem colocar em risco a hegemonia católica e a sustentação dos grupos políticos tradicionais. Assim, candidatos representados ou identificados como judeus, espíritas, comunistas, progressistas passavam a ser combatidos pela postura conservadora situacional em prol da manutenção da ordem vigente. Considerando as eleições como eventos em que o entrecruzamento entre religião e política se acentua, este trabalho analisou as campanhas eleitorais de políticos específicos nas páginas dos periódicos locais *Jornal da Manhã* e *Diário dos Campos*, especialmente as colunas criadas para cobrir a agenda e os discursos dos candidatos durante o período eleitoral. O ano de 1959, por motivos de inexistência de fontes locais, foi estudado com auxílio dos jornais hospedados na Hemeroteca Digital. O epicentro da análise focou as conexões, os discursos e as aproximações das candidaturas com o elemento religioso, interpretado pela dissertação como um componente da estrutura. Desse modo, este escrito compreende por dimensão religiosa uma instigante característica da sociedade, pois a espiritualidade se encontra em constante tensão cultural, política e social.

Palavras-chave: Política eleitoral; Ponta Grossa; Religião; Catolicismo; Disputa pelo poder.

ABSTRACT

The aim of this work is to discuss the presence of the religious element in the quest for political power in the city of Ponta Grossa in Paraná, based on the election campaigns of 1955, 1959 and 1963. Understanding politics and religion as professions of different natures, this dissertation found connections and mapped politicians linked to the city of Ponta Grossa who can be interpreted through the mutualist perspective between politics and (Catholic) religion, that is, through the intertwining of both in order to combat threats to the *status quo*. The beneficial relationship for both Catholicism and the politicians supported by this political-religious project revolved around situational conservatism, i.e. an ideology that reacted to anomalies that could jeopardize Catholic hegemony and the support of traditional political groups. Thus, candidates represented or identified as Jews, spiritists, communists or progressives were combated by the situational conservative stance in favor of maintaining the current order. Considering elections as events in which the interbreeding of religion and politics is accentuated, this work analyzed the election campaigns of specific politicians in the pages of the local newspapers *Jornal da Manhã* and *Diário dos Campos*, especially the columns created to cover the candidates' agendas and speeches during the election period. The year 1959, due to the lack of local sources, was studied using the newspapers hosted on Hemeroteca Digital. The epicenter of the analysis focused on the connections, discourses and approximations between the applications and the religious element, interpreted by the dissertation as a component of the structure. In this way, this writing understands the religious dimension as an instigating characteristic of society, because spirituality is in constant cultural, political and social tension.

keywords: Electoral politics; Ponta Grossa; Religion; Catholicism; Dispute for power.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 - Manifesto e comitê feminino cristão a favor de Vicente Frare (1963).....	18
QUADRO 1 - Políticos vinculados ao eleitorado ponta-grossense que tiveram o nome divulgado pela Liga Eleitoral Católica em 1954.....	84
FIGURA 2 - Publicação de campanha de Mário Braga Ramos no Jornal da Manhã (1955).....	92

LISTA DE SIGLAS

ACB - Ação Católica Brasileira

ADEP - Ação Democrática Popular

AIB - Ação Integralista Brasileira

Alef - Aliança Eleitoral pela Família

CDV - Centro Dom Vital

CEB - Círculo de Estudos Bandeirantes

CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

IBAD - Instituto Brasileiro de Ação Democrática

L.E.C. - Liga Eleitoral Católica

NSDAP - Nationalsozialistische Deutsche Arbeiterpartei (Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães)

PDC - Partido Democrata Cristão

PPB - Partido Proletário do Brasil

PR - Partido Republicano

PRP - Partido de Representação Popular

PSB - Partido Socialista Brasileiro

PSD - Partido Social Democrático

PSP - Partido Social Progressista

PST - Partido Social Trabalhista

PTB - Partido Trabalhista Brasileiro

PTN - Partido Trabalhista Nacional

UDN - União Democrática Nacional

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 O PROJETO DE RECATOLIZAÇÃO	25
2.1 A REAÇÃO CATÓLICA NO PARANÁ	38
3 AS AGREMIÇÕES PARTIDÁRIAS E A IMPRENSA ESCRITA COMO INSTRUMENTOS DE MEDIAÇÃO ENTRE O REAL E O DISCURSO	58
3.1 O CONTEXTO DA QUARTA REPÚBLICA BRASILEIRA (1945-1964): BREVES CONSIDERAÇÕES	63
3.1.1 João e José: uma trajetória de compadres?	65
3.1.2 José Hoffmann: o articulador político	67
3.1.3 O personalismo de João Vargas de Oliveira	70
3.1.4 A eleição de 1951 e a composição dos grupos políticos	74
4 OS POLÍTICOS PONTA-GROSSENSES A PARTIR DA LISTA DA LIGA ELEITORAL CATÓLICA DE 1954	79
4.1 A ELEIÇÃO MUNICIPAL DE 1955	88
4.1.1 “David Federmann e sua candidatura”	91
4.1.2 O Partido Hitlerista em Ponta Grossa	98
4.1.3 Os “pérfidos judeus”	104
4.1.4 “David Federmann e sua candidatura”: a viabilização do político	106
4.1.5 A eleição municipal de 1955 através do Diário dos Campos	124
4.2 A ELEIÇÃO MUNICIPAL DE 1959	128
4.2.1 Dom Geraldo Pellanda e as notas políticas	140
4.3 A ELEIÇÃO MUNICIPAL DE 1963	142
4.3.1 “Vote em Vicente Frare, única solução democrática, cristã e por isso inteligente para a nossa cidade”	145
4.3.2 “Cinco razões para que elejamos Vicente Frare Prefeito Municipal”	162
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	170
REFERÊNCIAS	176
APÊNDICE A - FONTES	182
ANEXOS	193

1 INTRODUÇÃO

Com o intuito de historicizar a relação entre a política e a religião a partir do crivo da História Local, isto é, buscando explorar a manifestação do elemento religioso presente na ideologia política de determinados grupos políticos, este texto selecionou três pleitos municipais da cidade paranaense de Ponta Grossa, a saber: 1955, 1959 e 1963. Ponta Grossa, ainda hoje, trata-se de uma importante cidade do Paraná no quesito eleitoral, econômico e religioso. Localizada a cerca de cem quilômetros da capital Curitiba, possui o quarto maior colégio eleitoral do Estado, além de ser polo econômico e educacional atrativo para moradores das cidades dos Campos Gerais. Durante a década de 1950, gozava do *status* de mais importante município do interior paranaense, refletindo tal condição no campo político, uma vez que em 1955 possuía 17.769 eleitores, sendo o maior colégio eleitoral do interior¹. A posição seria invertida ao final da década, quando Londrina e Maringá ultrapassaram Ponta Grossa no quesito eleitoral geral². Contudo, em 1963, a estatística eleitoral marcou uma intensa disputa entre Maringá e Ponta Grossa pela segunda posição de destaque no interior do Paraná, enquanto consolidava Londrina. Ponta Grossa registrou em 1963 um eleitorado em torno de 28.217 votantes, deixando Maringá com 21.579 em 1964; e Londrina, por sua vez, desbancava ambas com 43.516 eleitores³.

Seja primeiro, segundo ou terceiro colégio eleitoral do interior do Estado, a cidade de Ponta Grossa precisa ser historicizada em suas mais variadas formas e uma delas integra a presente dissertação. A conjuntura política local durante os anos 1950 e 1960 repercutiu na capital e noutras regiões do Estado através dos jornais como *O Dia*, *A Tarde*, *Diário do Paraná*, *Correio da Noite*, *Última Hora*, *O Estado*, *A Divulgação*, em certa medida, pelo contingente de políticos que elegia e/ou pela proporção de nomes vinculados à cidade que assumiram Secretarias de Estado. Que

¹ Enquanto Ponta Grossa detinha 17.769 eleitores, Londrina possuía 12.942 e Maringá 12.088. Lembrando que Ponta Grossa e Londrina realizavam eleições no mesmo ano (1955, 1959 e 1963), por outro lado, Maringá concretizava o sufrágio local um ano à frente das duas cidades, ou seja, em 1956, 1960 e 1964.

² Quando a eleição de 1959 ocorreu, Ponta Grossa alistou 19.960 eleitores e Londrina 24.706. Maringá, um ano depois, registrou 20.278 eleitores aptos.

³ PARANÁ. Tribunal Regional Eleitoral. **Resultado de eleições municipais TRE-PR**. Disponível em: <<https://www.tre-pr.jus.br/eleicoes/resultados/resultados-de-eleicoes-municipais-tre-pr>>. Acesso em 24 out. 2022.

os bastidores da política ponta-grossense viviam nas colunas desses jornais é um fato registrado e catalogado por nossa pesquisa. Além dos periódicos “de fora” já supracitados (alguns com sucursal presente na cidade) a mídia local também ampliava o leque de opções para os assinantes e leitores esporádicos ficarem inteirados, através da lente do jornalista e dos editores, sobre os conchavos, as articulações e as tensões entre as correntes que disputavam o poder local. Nesse sentido, o *Jornal da Manhã*, fundado em 1954 e o *Diário dos Campos*, jornal em vigência desde o início do século XX, constituem um dos acervos investigados por esta pesquisa. Os periódicos “de fora” foram consultados *on-line*, pois se encontram disponíveis na Hemeroteca Digital⁴. Por outro lado, os periódicos locais, *Jornal da Manhã* e *Diário dos Campos*, foram pesquisados presencialmente, tanto na Casa da Memória Paraná quanto no Museu Campos Gerais, ambas as instituições localizadas em Ponta Grossa.

Além de compreender e mapear os grupos políticos que compuseram a disputa pelo poder local nos anos 1950 e início dos anos 1960, focamos, também, nas relações e trajetórias desses atores sociais com a Igreja Católica, importante instituição para a consolidação do poder à época. Isso significa que um discurso, um grau de parentesco, um cargo importante, uma votação expressiva, ou não, a vitória eleitoral ou a afinidade político-ideológica não podem passar despercebidos pelo historiador empenhado em identificar tal relação, uma vez que a rede de sociabilidade na qual esses atores estavam inseridos trata-se de um condicionante.

Cientes de que “em história política uma ideia falsa vira depressa um fato verdadeiro”⁵, problematizamos a relação entre os grupos mapeados e os acenos ou afastamentos com a cultura católica presente na cidade de Ponta Grossa a partir do método historiográfico, isto é, por meio da crítica interna e externa das fontes. Cabe, também, advertir o leitor de que não nos compete “provar” ou enfatizar a existência, ou não, da “fé” dos candidatos aqui explorados, pois tal premissa foge à regra e ao objetivo da historiografia. Portanto, pretendemos apontar a existência de um envolvimento institucional focado tanto na trajetória católica quanto na trajetória partidária e seus discursos, objetivando, dessa forma, referenciar um fato histórico documentado.

⁴ Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em 2022.

⁵ JEANNENEY, J. A Mídia. In: RÉMOND, R. **Por uma história política**. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

A História Política Renovada, emergente nos anos 1980, sustenta a teoria utilizada nestas linhas, em especial por ser ela a corrente historiográfica dedicada na “afirmação coletiva” de autores como René Rémond, Jean-Jacques Becker, Jean-Noël Jeanneney, Jean-François Sirinelli, Antoine Prost, Aline Coutrot e Pierre Milza. Cada qual, ao seu modo, contribuiu com a construção deste texto, uma vez que a temática explorada entrelaça as várias áreas por eles estudadas. Rémond, por exemplo, é o autor-chave para a elaboração não só desta pesquisa, como também pela área de interesse na qual o pesquisador e escritor deste estudo tem se dedicado há certo tempo - desde a graduação. Sustentando o apelo para o fato de ser a História Política “uma história presente”, o francês defende o campo das constantes críticas advindas da Escola dos *Annales*, através da refutação lógica e assertiva, produzindo uma espécie de história da historiografia política. Recorrendo ao momento originário da História Política tradicional, empenha-se em descrever a fartura de fontes (escritas e oficiais) para os historiadores da época, ainda que elabore uma crítica à metodologia empregada às mesmas. Ao focar na superficialidade dessas fontes, a história política tradicional produzia um resultado amparado na factualidade, ou seja, impossibilitava a compreensão dos eventos e suas conexões com outras esferas da sociedade. Em suma, o desfecho dessa historiografia tinha como epicentro a produção de um discurso pró-Estado, a expressão do Sagrado no mundo ocidental secularizado⁶. Quando desviado do Estado, essa mesma maneira de produzir história dedicava-se na elaboração de biografias de ilustres figuras (reis, príncipes, governantes, clero), isto é, o eixo de atuação era deslocado para longe dos ditos “comuns”.

No entanto, segundo Rémond, os *Annales*, ao se voltarem contra a produção desse tipo de historiografia, acabaram pecando pelo excesso de críticas. Desse modo, a História Política Renovada ressurgiu com a intenção de sustentar a importância da corrente para o avançar da disciplina, derrubando, por assim dizer, alguns pontos que a maculavam. Sabe-se que, um dos pilares da corrente *annalística* foi a economia, a tal História Social e Econômica dos *Annales* atribuía a História Política a impossibilidade de angariar bases documentais estatísticas (História quantitativa). Tal ocorre que os recenseamentos, as pesquisas eleitorais e os dados acerca dos sufrágios colocaram um ponto final a essa acusação. Outro vício derrubado foi o de

⁶ RÉMOND, R. Uma história presente. In: RÉMOND, R. **Por uma história política**: Rio de Janeiro: FGV, 2003.

que a História Política tratava-se de uma produção elitista e a serviço de minorias privilegiadas. Ora, o estudo da abrangência do sufrágio e a adesão das mais variadas camadas populares ao longo das décadas a partidos e a sistemas políticos contrariavam essa tese. O terceiro ponto derrubado, girava em torno da divisão das temporalidades braudelianas, isto é, diziam ser a História Política incapaz de produzir abordagens de média e longa duração. Entretanto, conforme apresentou Rémond, as três durações podiam ser encontradas na exploração política: a curta duração abrangia desde datas precisas como dias de golpes de Estado, revoluções, eleições até mudanças de regimes; a média duração, por sua vez, focava a longevidade dos regimes instaurados, a trajetória de um partido político ou a extensão de um governo. Até mesmo a longa duração podia ser historicizada por essa historiografia, uma vez que a história das ideologias políticas podia e devia ser abarcada pelo campo de saber científico⁷.

No que se refere às eleições, o mesmo historiador francês forneceu argumentos que justificam a produção desta dissertação. Primeiro, asseverou que a história das eleições trata-se de uma seara a ser desbravada pelos interessados. Além disso, argumentou que as eleições municipais careciam de exploração à luz da historiografia, pois a partir delas as conexões com movimentos e acontecimentos macro-históricos conversam. E, com a intenção de contribuir no processo investigativo sobre as eleições, o autor detalhou algumas características essenciais para o pesquisador: estudar a eleição não se trata de apresentar a quantidade de votos e anunciar o vencedor. Estudar eleições é um desafio que se inicia tão logo as campanhas eleitorais começam a se movimentar, por isso a importância em procurar conexões, articulações, estratégias e tensões entre os atores sociais atuantes. Outro aspecto essencial foca o comportamento eleitoral (ou do eleitor), que pode abrir um leque gigante de opções, em nosso caso, pinçamos o fator religioso do comportamento eleitoral como dimensão a ser problematizada⁸.

Dialogando com as eleições, Becker⁹ e Jeanneney¹⁰ apresentaram dois ramos de suma relevância para a produção de pesquisa em História Política

⁷ RÉMOND, R. Uma história presente. In: RÉMOND, R. **Por uma história política**: Rio de Janeiro: FGV, 2003.

⁸ *Id.* As eleições. In: RÉMOND, R. **Por uma história política**: Rio de Janeiro: FGV, 2003.

⁹ BECKER, Jean-Jacques. A opinião pública. In: RÉMOND, R. **Por uma história política**: Rio de Janeiro: FGV, 2003.

¹⁰ JEANNENEY, J. A Mídia. In: RÉMOND, R. **Por uma história política**. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

Renovada: a opinião pública e a mídia, respectivamente. Enquanto o primeiro decidiu pormenorizar o que seria essa tal opinião pública e quantas são, o segundo chamou a atenção dos historiadores em relação ao trato metodológico para com as fontes midiáticas (impressas, ou não). A máxima da crítica interna e externa das fontes aparece com muita clareza na teoria de Jeanneney, cobrando, desse modo, a liturgia que deve emanar da produção de todo e qualquer historiador.

Aline Coutrot¹¹, por outro lado, conectou os dois assuntos aqui explorados. O próprio capítulo por ela escrito na afirmação coletiva organizada por Rémond é sugestivo: “Religião e Política”. Focando a abertura que a corrente renovada empreendeu para tratar o assunto, Coutrot destacou o deslocamento do epicentro da abordagem. Se, antes, era o clero o detentor dos holofotes da historiografia tradicional, agora é o fiel e seu comportamento que passa a constituir um acervo passível de historicização. A própria religião, antes tida como instituição sagrada e fomentadora de fontes oficiais, começou a ser tratada como *corpus* social, ou seja, uma instituição não neutra e em contato com o contexto em que estava inserida. Dessa forma, deveria ser lida como possuidora de discursos e posicionamentos específicos, ora convergentes, ora divergentes com o posicionamento do mundo secularizado.

Munido por esse conjunto de teorias elaborado pelos intelectuais mencionados, fomos às fontes para averiguar os momentos em que o projeto religioso capitaneado pela Restauração Católica - ou como apresentado por Cândido Rodrigues¹² “Movimento de Restauração da Sociedade Nacional em Cristo, Idade Nova ou Neocristandade” - aparecia, em maior ou menor grau. As considerações mais genéricas foram trazidas à baila em pelo menos três momentos: a) durante o IV Congresso Internacional da Seção Brasileira da Associação de Historiadores Latino-americanos e do Caribe (ADHILAC - Brasil): bicentenários dos estados nacionais latino-americanos: utopias e lutas pelas independências econômicas e superação das desigualdades, realizado entre 26 e 30 de setembro de 2022, de forma remota, pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP); b) em outubro de 2022, pela ocasião do 2º Colóquio do Programa de Pós-Graduação em História da UEPG:

¹¹ COUTROT, A. Religião e Política. In: RÉMOND, R. **Por uma história política**: Rio de Janeiro: FGV, 2003.

¹² RODRIGUES, C. Modernidade e catolicismo no Brasil dos anos 1930: coexistências e interações em torno da criação da Liga Eleitoral Católica em Mato Grosso. In: PEIXOTO, R.; ZANOTTO, G. **Direitas e religião no Brasil (1920-1940)**. Passo Fundo: Acervus, 2023.

experiências, desafios e possibilidades: 10 anos de PPGH; c) e em setembro de 2023, durante o 3º Colóquio do PPGH-UEPG.

O recorte escolhido para apresentar no evento da ADHILAC - Brasil tratou da eleição municipal ponta-grossense de 1955. A fonte consultada para abordar o pleito em questão foi o *Jornal da Manhã*, periódico que cobriu a campanha de David Federmann (UDN), vereador em exercício e presidente da Câmara Municipal na época. Sob o título “Não é contra os judeus que devemos dirigir nossas armas: o *Jornal da Manhã* e a construção de um candidato às margens do catolicismo” a comunicação seccionou trechos da coluna “David Federmann e sua candidatura” amplamente difundida durante o período eleitoral de 1955 com intuito de reportar os principais movimentos do prefeiturável udenista à época. Entre tantos temas trazidos à tona pela coluna, o que mereceu nossa maior atenção foi o embate entre a cultura católica presente na cidade e a ascendência judaica do candidato. É mister salientar que não nos compete criar hipóteses quanto a prática religiosa judaica do candidato, nem se ele de fato se identificava como tal, contudo, o fato de possuir herança judaica e ser representado pelos adversários dessa forma, tensionou sua campanha a ponto de Federmann recorrer constantemente ao espaço midiático para explicar que combatê-lo por esse motivo tratava-se, na verdade, de antissemitismo, prática incabível na sociedade brasileira.

Através do embasamento teórico elaborado por Maçaneiro e Sousa, conseguimos compreender os pormenores entre católicos e judeus até o Concílio Vaticano II, quando a publicação da *Nostra Aetate* por parte da Igreja Católica reiterou, explicitamente, o respeito e o combate ao ódio contra os judeus. Até 1958 esses entraves podiam ser percebidos, inclusive, durante a liturgia católica da Sexta-Feira da Paixão, em que a oração para a conversão dos “pérfidos”, “obcecados” e “envoltos de trevas” judeus aceitassem Jesus Cristo como filho de Deus e se submetessem à Igreja Católica¹³.

Compreender o cenário geral que colocava judeus e católicos em estado permanente de tensão contribuiu para a percepção envolvendo a candidatura de

¹³ MAÇANEIRO, M.; SOUSA, C.C. A Igreja Católica e o povo judeu: do ressentimento ao reconhecimento. *Rev. Pistis Prax., Teol. Pastor.*, Curitiba, v. 12, n. 3, p. 695-713, set./dez. 2020. Disponível em: <<https://periodicos.pucpr.br/pistispraxis/article/view/27546/24694>>. Acesso em ago. 2022.

David Federmann (União Democrática Nacional¹⁴) e os demais concorrentes ao pleito, especialmente em relação a José Hoffmann (Partido Trabalhista Brasileiro¹⁵), político explicitamente católico. Hoffmann (PTB), proprietário do periódico *Diário dos Campos*, arrendou a folha durante a campanha de 1955 ao também católico e político Nivon Weigert (Partido Social Democrático¹⁶), o que, de certa forma, desvinculou sua campanha da máquina midiática que controlava. Por outro lado, o *Jornal da Manhã* mergulhou na campanha da UDN, em grande parte pelo proprietário à época se encontrar filiado à UDN, Petrônio Fernal.

A necessidade de forjar um candidato viável ao eleitorado católico pontagrossense e, desse modo, ir ao encontro do programa da Reação Católica em voga, combatendo os “inimigos” da Cristandade, aparecem quando abordamos as articulações de campanha de Federmann. Aproximações com políticos vinculados à Igreja, comícios ao lado de figuras católicas conhecidas (Sandra Cavalcanti e Antônio de Queiroz Filho), e constantes afirmações sobre a trajetória profissional e caridosa do médico em espaços notadamente cristãos - hospitais e unidades filantrópicas assistidos espiritualmente por freiras e sacerdotes católicos - forjavam a identificação capaz de viabilizar a candidatura da UDN.

Se, por um lado, a eleição de 1955 pôde ser explorada por várias fontes: jornais “de fora” e pelos periódicos locais; por outro, a eleição de 1959 foi atípica. Os acervos locais¹⁷ não possuem o terceiro e o quarto trimestres disponíveis para pesquisa, justamente o momento em que as campanhas estão a todo vapor. Dessa forma, fizemos a cobertura a partir da mídia “de fora”, recorrendo ao *Correio da Noite*, *A Tarde* e *Última Hora*. Além de certificar o período eleitoral, quando as campanhas começam a traçar estratégias de ação, buscamos momentos esporádicos durante a fase entre-eleições municipais que apresentassem a questão religiosa e a questão política em diálogo.

¹⁴ União Democrática Nacional (UDN), partido político brasileiro atuante entre 1945 e 1965. Legenda responsável por abrigar antigetulistas.

¹⁵ Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Partido organizado por getulistas, possuía grande penetração junto aos centros urbanos e sindicatos. Atuou entre 1945 e 1965.

¹⁶ Partido Social Democrático (PSD). Legenda de orientação getulista, era responsável por aglutinar, principalmente, as elites agrárias, fazendo, desse modo, uma fundamental dobradinha com o PTB para conquistar o poder. Atuou entre 1945 e 1965 e dirigiu o Congresso Nacional durante boa parte desse período (SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Getúlio a Castelo Branco, 1930-1964**. 7ª ed. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982).

¹⁷ Por acervos locais, leia-se: Casa da Memória Paraná, Museu Campos Gerais, Centro de Documentação e Pesquisa em História.

Introdutoriamente, podemos dizer que a disputa de 1959 formou uma aliança polêmica e efêmera. Para combater o “perigo vermelho”, a União Democrática Nacional (UDN) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) aliaram-se em coligação com o Partido Social Progressista (PSP). Infelizmente, as fontes locais do momento inexistem. A ausência desses registros documentados dificulta o lançamento de questões para serem respondidas à luz da historiografia local. Alguns acontecimentos marcaram o ano, por exemplo, o PTB, em 1959, perdeu seu principal prócer na cidade, José Hoffmann, após desentendimentos com a cúpula regional. A partir disso, a UDN, a mando de João Vargas de Oliveira, encabeçou a reforma da sigla trabalhista, indicando aliados para a reorganização da diretiva local do partido.

A aliança eleitoral entre PTB-UDN-PSP é desfeita tão logo a disputa para a presidência da Câmara Municipal oficializou o resultado. As complicações e os desentendimentos envolvendo a grande frente antiFelipe Chede (PSB-PST) que aglutinou setores conservadores amedrontados, inclusive a Igreja, com a possibilidade de vitória da candidatura socialista, deteriorou-a internamente. Ou seja, a ânsia pelo protagonismo das lideranças conservadoras que viabilizaram a campanha de Eurico Rosas (PSP) acabou dividindo o governo logo em seguida.

Em 1963, a mídia local voltou à cena. Entretanto, apenas com o periódico *Diário dos Campos* disponível para consulta. A partir dele, pudemos aproximar os discursos dos demais jornais com as representações que os editores locais imprimiam. Trabalhando o aceno, as aproximações e as tensões entre o *homo religiosus* e o *homo politicus*, apresentamos considerações gerais sobre a eleição de 1963 em outubro de 2022, no 2º Colóquio do PPGH-UEPG. Identificamos uma coluna intitulada “Jornal da Vitória a cargo do Comitê pró-candidatura Vicente Frare”, espaço que se dedicou intensamente a trazer ao público leitor e eleitor as qualidades, as propostas e a identidade de Vicente Frare, candidato a prefeito pela União Democrática Nacional (UDN).

A respeito dos acenos ao público cristão católico, não faltaram comentários, notas e apresentação da biografia católica para disputar cada voto do eleitor religioso. Tal situação ficou ainda mais clara quando uma nota do bispo coadjutor da diocese de Ponta Grossa, Dom Geraldo Pellanda, surgiu no *Diário dos Campos* às vésperas do pleito, convocando os católicos a ida às urnas para escolher aquele que melhor representava os anseios da comunidade ponta-grossense, fazendo alusão ao nome de Vicente Frare. Apadrinhamentos políticos e manifestações de simpatia por parte

de grupos e atores sociais identificados com a Igreja puderam ser percebidos nas fontes consultadas, tornando claras as intencionalidades eleitorais - caso do comitê das senhoras cristãs.

FIGURA 1 - Manifesto e comitê feminino cristão a favor de Vicente Frare (1963)

MANIFESTO DAS MULHERES PONTAGROSSENSES PELA CANDIDATURA VICE NIE FRARE

As mulheres pontagrossenses, que abaixo assinam, como mães, esposas e filhas, submissas ao sentimento cristão que norteia a família brasileira e fiéis aos princípios democráticos que permitem as liberdades individuais e a prosperidade dos lares através de um trabalho digno, tornam público, para o esclarecimento do povo princesino, que resolveram exercer com mais intensidade os direitos outorgados pela Constituição, referentes ao voto e à escolha dos dirigentes político-administrativos.

Podemos, agora, as mulheres de Ponta Grossa, de todas as camadas sociais, de todos os bairros, manifestar o nosso objetivo de exercer aqueles direitos, duramente conquistados, de moldê a influir decisivamente na seleção dos valores que comporão os quadros governativos da cidade.

Embora estivessemos afastadas por muito tempo das responsabilidades eleitorais, isso não quer dizer que houvessemos fechado os olhos para as omissões e desmandos dos políticos. Pelo contrário, ninguém melhor do que nós sentiu nos encargos domésticos, nas compras em armazens ou feiras livres o resultado negativo dos maus administradores que, insensíveis aos pequenos problemas e dramas do dia-a-dia, não souberam agir de forma a merecer o crédito das populações sofridas.

Após o exame seletivo que fizemos dos candidatos, concluímos que Ponta Grossa precisa de um administrador verdadeiro, de um homem que seja pai extremado e de coração bondoso, de um prefeito que jamais tivesse possuído dependências políticas para bem gerir a coisa pública, de um cristão que não traga na sua alma nenhum recalque, nenhum rancor e nenhum ressentimento por adversidades eleitorais. Nestas condições, encontramos um candidato, a quem daremos o nosso apoio cívico e o nosso prestígio moral. Trata-se do sr. Vicente Frare, que deverá ser eleito em 6 de outubro por todas as mulheres de Ponta Grossa.

Ponta Grossa, setembro de 1963.

<p>Ivany Burcoski Marlene Santos Geni de Souza Gelei de Souza Lourdes Santana Antonia de Souza Dirceia Santos Rozelmira Valentim Sheila Rosi Iansen Eunice Cogo Adilia Cogo Maria Ribeiro Anita Franquim Ana Maria Franquim</p>	<p>Ilza de Fatima Amélia Camillo Bechert Nadia Kostich Valdelira Justus Hilda de Oliveira Batista Maria Joana Pasqueber Laura Soares Lindamir de O. Veiga Jaira Almeida Delair Marcondes Maria Santos Joaquina Batista Neuza Maria Marcos Lizete Domingues</p>	<p>Maria do Carmo Souza Delair Stremel Ana Ecilda Galvão Isolde Galvão Sueli de Mello Dejanira Valentim Iracema de Lourdes Silva Gladis Oliveira Ilair Stadler Elisa Souza Soares Tereza Dubiela Carilda Gomes Eloyna Meira Martins Otília C. Stalchidt Ondina Vieira de Camargo Iraí de Jesus Camargo Margarida Morais Júlia Gomez Helena Marticosk Joana Martins Alda de Jesus Souza</p>
---	--	--

**COMITÊ FEMININO PRO-
-ELEIÇÃO VICENTE FRARE**

Foi organizado na Vila Palmeirinha o comitê feminino pró eleição Vicente Frare e que ficou assim constituído:

Presidente de Honra — Sra. Adelaide Borgo
Presidente — Sra. Etelvina Vaz Berlintes.
Vice-presidente — Sra. Nair Beraldo.
1.ª Secretária — Sra. Ieda Scheunemann.
2.ª Secretária — Srta. Terezinha Diniz.
1.ª Tesoureira — Srta. Ana Ecilda Galvão.
2.ª Tesoureira — Sra. Maria Camargo.
1.ª Oradora — Sra. Aurea Bueno.
2.ª Oradora — Sra. Elvira Soares.

Fonte: MANIFESTO das mulheres pontagrossenses pela candidatura de Vicente Frare. **Diário dos Campos**, 27 set. 1963, Ponta Grossa.

Em setembro de 2023, discutimos o laicato católico organizado em torno do Círculo de Estudos Bandeirantes (CEB), em especial a figura de Nivon Weigert - integrante do Círculo e vereador eleito em 1947 na cidade de Ponta Grossa. O estudo resultou em apresentação na ocasião do 3º Colóquio do PPGH-UEPG.

As considerações apresentadas nesta dissertação são apenas pequenos fragmentos de um evento maior, de um projeto político e também religioso que marcou época no país. O dever da historiografia é produzir, cientificamente, a partir do contato com as fontes, uma leitura dos fatos históricos e, conseqüentemente, apresentar à sociedade os desdobramentos desse cenário provável numa determinada localidade.

Identificamos que entre 1947 e 1963, ano da primeira e da última eleição livre na cidade, dois grupos disputavam o poder local. Ambos eram encabeçados por católicos explicitamente vinculados com a Igreja: João Vargas de Oliveira (UDN) e José Hoffmann (PTB). Embora nunca tenham se enfrentado diretamente nas urnas pelo mesmo cargo em âmbito municipal, ambos apadrinharam e fomentaram os nomes das siglas por eles dominadas. Em 1954, os dois assinaram a lista de compromissos com a Liga Eleitoral Católica (L.E.C.) para disputar o legislativo paranaense¹⁸ e tinham seus nomes frequentemente lembrados em quermesses, o que reforça nossa tese de acenos e aproximações entre a dimensão *homo religiosus* e *homo politicus*.

Inclusive, nosso projeto parte dos nomes indicados pela L.E.C. no ano de 1954 para mapear e estabelecer as conexões entre os grupos que disputavam a política ponta-grossense. O quadro com os nomes será apresentado durante o capítulo 3, no qual as eleições serão exploradas com afinco.

A estruturação deste texto tem a seguinte lógica. O primeiro capítulo atentou para a existência do “Projeto de Recatolização” da sociedade brasileira, encabeçado por Dom Sebastião Leme e o grupo de intelectuais católicos que orbitavam a pessoa do cardeal. Com objetivo de contextualizar esse projeto e descrever pontos-chave que delimitavam a atuação dele na política partidária, o primeiro capítulo procurou apresentar ao leitor a chegada dessa Reação católica ao Paraná e seus desdobramentos em solo ponta-grossense. Autores como Riolando Azzi, Névio Campos, Rosângela Zulian, Scott Mainwaring, entre outros, darão base a cada linha

¹⁸ CANDIDATOS indicados pela L.E.C para 3 de outubro. **O Dia**, Curitiba, 2 out. 1954. Disponível em: <<https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=092932&Pesq=%22Jo%c3%a3o%20Vargas&pagfis=83111>>. Acesso em 25 out. 2022.

escrita nessa fase de historicização dos planos da Igreja Católica brasileira, paranaense e ponta-grossense durante o século XX.

O segundo capítulo teve como intuito justificar o uso das fontes da imprensa jornalística e a sua importância para publicizar, ainda que de modo ideológico, os acontecimentos do momento. Desse modo, a representação dos partidos, os grupos políticos e as conexões possíveis retratadas pela mídia são interpretadas como mediações entre o real e o discurso. É este capítulo que trará detalhes sobre a composição dos grupos que dominavam a política municipal entre 1947 e 1964, destacando os “Hoffistas”¹⁹ e os “Oliveiristas”²⁰. Importante ter em mente que esses dois políticos tinham ligação com a Igreja e por isso suas inserções na vida pública se encaixam no epicentro da problemática deste texto.

O terceiro capítulo, por sua vez, buscou, a partir da apresentação dos nomes indicados pela Liga Eleitoral Católica (L.E.C.) em 1954, historicizar as eleições locais de 1955, 1959 e 1963. Diagnosticar a posição que cada indicado pela L.E.C. adotou doravante 1954 se tornou imprescindível para percebermos as estratégias, as tensões e as articulações entre esses atores sociais e o objetivo principal de cada um deles: a tomada do poder local. Ao inseri-los numa dinâmica simbólica representada pela ligação a um projeto político-religioso (assinar a lista da L.E.C. tratava-se de um aceite, de um combinado para com os princípios da Igreja na dimensão política), os políticos configuravam uma estrutura de sentidos e significações. Suas redes de sociabilidades, a partir desse pacto secular-religioso, precisavam ser consideradas como produto dessa relação. Desse modo, antijudaísmo, anticomunismo, antiespiritismo e conservadorismo se entrelaçam numa configuração própria e adaptada à realidade ponta-grossense dos anos 1950 e 1960.

O que se percebeu, também, no presente estudo foi a combinação de princípios comuns tanto à religião quanto aos políticos tradicionais - aqueles cuja manutenção do *status quo* lhes beneficiava. Essa relação mutualista pode ser classificada como conservadorismo de natureza “situacional”, uma teorização elaborada por Samuel Huntington²¹, na qual a ideologia conservadora atua pela

¹⁹ Por Hoffistas entendemos os políticos que orbitavam a figura de José Hoffmann. Em diversos episódios de crise e tensão mantiveram-se fiéis a Hoffmann.

²⁰ Por outro lado, Oliveiristas eram os asseclas de João Vargas de Oliveira. Seguiam as instruções de Vargas de Oliveira de modo quase religioso.

²¹ TRIGUEIRO, Gabriel Romero Lyra. Conservadorismo: perspectivas conceituais. **Revista Estudos Políticos: a publicação eletrônica semestral do Laboratório de Estudos Hum(e)anos (UFF)**. Rio

condição reativa, ou seja, responde às “ameaças” quando percebe a ordem atual das instituições sob risco.

[...] a ideologia conservadora deve ser entendida sempre como o produto de intensos conflitos sociais e ideológicos. Ela surge apenas quando algum grupo social/ político desafia as características básicas das instituições e da ordem social/política vigente e procura transcender, com graus variados de radicalismo, a natureza dessas mesmas instituições e ordens. A ideologia conservadora é uma reação, é uma defesa, aos ataques levados a cabo pelos grupos comprometidos com as ideologias de caráter ideacional e transcendente²².

Nesse sentido, o comportamento conservador possui caráter adaptativo à especificidade em que se insere, inclusive, moldando sua forma de atuar face aos movimentos “revolucionários” diversos. Tal lógica pôde ser compreendida, por exemplo, quando a candidatura de David Federmann se defendeu das acusações de possuir ascendência judaica, procurando contornar a possível rejeição eleitoral hospedando sua campanha sob figuras católicas de prestígio e numa rede de sociabilidade reconhecidamente cristã. A vinculação de Federmann a um grupo étnico-religioso diferente daquele que majoritariamente havia em Ponta Grossa despertou o sentimento de mudança dos rumos da comuna, aventou a possibilidade de modificar o padrão hegemônico até então. Dessa forma, o antijudaísmo e o antissemitismo passaram a ecoar entre os eleitores da época, numa espécie de reação ao diferente, levando o candidato da UDN a se defender constantemente através de sua campanha no *Jornal da Manhã*.

A reatividade presente na teoria do conservadorismo situacional também se apresentou em 1959 e 1963, sobretudo por se tratar de uma combinação de fatores entre Igreja e políticos tradicionais no que se refere a um inimigo em comum: o candidato comunista. Se, por um lado, 1959 marcou carência de fontes locais, por outro, foi por meio de uma busca junto à Hemeroteca Digital em periódicos “de fora” que encontramos o combinado de forças que levou o principal rival de Felipe Chede (candidato de esquerda) ao poder: união do clero e de setores conservadores. Na eleição de 1963, ficou explícita a reação conservadora à possibilidade de mudança, não somente de autoridade política como de regime, atrelando ao desfecho exitoso

de Janeiro, v. 6, n. 1, pp. 86-107, 2015. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/revista_estudos_politicos/article/view/39782>. Acesso em set. 2023.

²² TRIGUEIRO, Gabriel Romero Lyra. Conservadorismo: perspectivas conceituais. **Revista Estudos Políticos: a publicação eletrônica semestral do Laboratório de Estudos Hum(e)anos (UFF)**. Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, pp. 86-107, 2015. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/revista_estudos_politicos/article/view/39782>. Acesso em set. 2023, p. 109.

de qualquer candidatura comunista o fim da democracia, da religião e da liberdade. A campanha de Vicente Frare empreendeu enorme esforço a respeito dessa situação.

No que se refere à interpretação conservadora próxima a teologia cristã, George Steiner elaborou um fio lógico para esse comportamento²³. Trata-se da concepção da natureza humana como desigual e, portanto, fadada ao sofrimento e às falhas. A equiparação das coisas está no plano da teleologia, ou seja, do juízo final, e qualquer ação de mudança ou solução revolucionária no plano secular seria equivocada. Por isso, boa parte do exercício de campanha dos candidatos identificados com o comportamento conservador não defendia uma transformação da ordem social, uma revolução das desigualdades ou uma equiparação social e econômica. Pelo contrário, falou-se em caridade, benefícios assistencialistas, obras paliativas e defesa das instituições vigentes (voto, poderes institucionais, igrejas).

Corey Robin definiu as bases da reação conservadora sustentando a existência do oponente a ser combatido. Isto é, a força do programa conservador só poderia ser testada caso ela estivesse em contato com o inimigo revolucionário. Sendo assim,

[...] aponta um caráter tipicamente reativo no conservadorismo. Sem a presença de uma agenda radical antagônica, ele cessa de existir. Isto é, todo o apelo conservador direcionado a mudanças orgânicas, ao conhecimento tácito, à liberdade, à prudência e ao precedente, acaba sendo destituído de sua força, acaba perdendo sua potência retórica, se não há a presença de um programa político radical em oposição²⁴.

Ou seja, um suposto inimigo judeu ou um provável prefeito comunista seria capaz de esboçar uma reação conservadora? Como a candidatura de David Federmann lidou com a retórica advinda de seus adversários a respeito de sua ascendência judaica? De que modo a ameaça de mudança na elite dirigente a partir da possibilidade de vitória de um candidato “comunista” levou à uma histórica coligação eleitoral em Ponta Grossa nos fins de 1950? A candidatura de Vicente Frare em 1963 foi competente ao despertar a onda conservadora situacional?

Essas formulações teóricas sobre o conservadorismo, esmiuçadas por Gabriel Trigueiro, serviram para costurar o comportamento mutual entre religião e política. Por meio do trabalho do historiador da Teoria Política foi possível

²³ TRIGUEIRO, Gabriel Romero Lyra. Conservadorismo: perspectivas conceituais. **Revista Estudos Políticos: a publicação eletrônica semestral do Laboratório de Estudos Hum(e)anos (UFF)**. Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, pp. 86-107, 2015. Disponível em:

<https://periodicos.uff.br/revista_estudos_politicos/article/view/39782>. Acesso em set. 2023, p. 105.

²⁴ *Ibid.*, p. 104.

compreender o entrelaçamento das duas instituições, uma religiosa e outra secular, numa relação mutualista em defesa da conservação - e por vezes na reclamação do que já não se tinha mais. Na interpretação de Trigueiro sobre a definição de conservadorismo em Oakeshott,

Para o filósofo britânico, o conservadorismo se fundamenta, frequentemente, na iminência do sentimento de perda, isto é, na ideia de que aquilo que o presente lhe oferece está prestes a ser ceifado por alguma agenda política radical. Também é bem verdade que o conservadorismo, usualmente, se posiciona como a voz que reclama algo que já fora perdido. Quando falamos em perda, é difícil não associarmos esse sentimento a um ethos próximo ao do Romantismo²⁵.

Outro comportamento que também ficou perceptível neste trabalho foi o de existência (ou coexistência) sociopolítica na cidade estudada. Havia uma norma correspondente a atuação política na Ponta Grossa dos anos 50 e 60. Essa norma pode ser interpretada a partir do conceito de “conveniência” elaborado por Pierre Mayol²⁶, no qual a vida cotidiana é baseada por um contrato social. A maneira de se portar num bairro, segundo Mayol, define as consequências do engajamento social do indivíduo, caso seja de acordo com o combinado, a garantia da recompensa é ativada. Por outro lado, a rejeição ou o rompimento do acordo entre os habitantes resultaria em retaliação e dificuldades de promoção social, culminando em tensões variadas. Da mesma forma que o bairro, a cidade é caracterizada por regras, estruturas de comportamento e práticas e contratos sociais. Romper ou se posicionar antagonicamente à configuração pré-estabelecida, inequivocamente, conduziria o ator social aos vilipêndios da desventura.

Um indivíduo que nasce ou se instala em um bairro é obrigado a levar em conta o seu meio social, inserir-se nele para poder viver aí. [...] A prática do bairro é uma convenção coletiva tácita, não escrita, mas legível por todos os usuários através dos códigos da linguagem e do comportamento. Toda submissão a esses códigos, bem como toda transgressão, constitui imediatamente objeto de comentários: existe uma norma, e ela é mesmo bastante pesada para realizar o jogo da exclusão social em face dos “excêntricos”, as pessoas que “não são/fazem como todos nós²⁷”.

A junção da “conveniência” de Mayol com o “conservadorismo situacional” de Huntington forma o núcleo ideológico de Ponta Grossa. Encontrar-se fora do pacto

²⁵ TRIGUEIRO, Gabriel Romero Lyra. Conservadorismo: perspectivas conceituais. **Revista Estudos Políticos: a publicação eletrônica semestral do Laboratório de Estudos Hum(e)anos (UFF)**. Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, pp. 86-107, 2015. Disponível em:

<https://periodicos.uff.br/revista_estudos_politicos/article/view/39782>. Acesso em set. 2023, p. 102.

²⁶ CERTEAU, Michel de; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre. **A Invenção do Cotidiano: 2. Morar, Cozinhar**. Petrópolis, Vozes, 1996.

²⁷ *Ibid.*, p. 47.

social forjado entre os viventes despertaria a reação conservadora, cujo objetivo consistia em combater a anomalia antes que ela pudesse deteriorar a estrutura.

Para fins historiográficos, este trabalho concita seus pares à preocupação para com o estudo das campanhas eleitorais. O ato de aplicar uma metodologia de estudo ao cotidiano eleitoral de candidatos em temporalidades e espacialidades específicas trata-se de trazer à tona pormenores desconhecidos ou pouco explorados do passado recente, sobretudo em um contexto em que as paixões se explicitam. Nesta pesquisa, a eleição ponta-grossense de 1955 foi explorada a partir da coluna “David Federmann e sua candidatura”, hospedada no periódico *Jornal da Manhã*. Por vezes, as matérias do aludido jornal se confundiam com a campanha de Federmann, tecendo comentários favoráveis ao grupo político do prefeiturável. Publicada a partir de julho, portanto, terceiro trimestre, a coluna manteve-se constante até o primeiro dia de outubro, ou seja, ocupou o quarto trimestre. Cada publicação do mencionado espaço de campanha foi analisada, sendo anexado a este texto os pontos de interesse.

A eleição de 1959 foi trabalhada a partir das notas políticas encontradas na Hemeroteca Digital, sobretudo as publicadas pelo jornal *A Tarde*, *Correio da Noite (PR)* e *Última Hora*. Por meio do sistema de buscas no site, foi empregada a seleção de notícias que continham o nome dos candidatos a prefeito para o pleito em questão, formando um *corpus* documental que possibilitasse historicização.

Sobre a disputa eleitoral de 1963, o espaço escolhido foi o “Jornal da Vitória”, coluna publicada no *Diário dos Campos* entre 13 de julho e fins de setembro, tomando o terceiro trimestre do corrente ano. Responsável pela campanha de Vicente Frare (UDN), o Jornal da Vitória produziu sentidos e significados ao seu candidato na intenção de conduzi-lo ao executivo municipal.

2 O PROJETO DE RECATOLIZAÇÃO

O advento do sistema republicano trouxe tanto para a política quanto para a religião uma necessária reorganização interna e externa. A partir da República, ecoava entre a sociedade o espírito positivista, liberal e anticlerical²⁸. A dissociação da Igreja Católica do Estado brasileiro, segundo Azzi²⁹, deu-se num momento em que o episcopado alocado no país estava velho, enfermo e em grande maioria adepto às ideias monarquistas. É nesse cenário pós-1889 que a figura de Dom Antônio de Macedo Costa, arcebispo de São Salvador da Bahia, aparece como articulador do catolicismo frente à recém-instituída forma de governo republicana. Dom Macedo Costa, afirma Azzi, foi o responsável pela articulação da Pastoral Coletiva, reunida em 1890, na qual o episcopado explicitou sua aceitação ao republicanismo implantado no Brasil e ao mesmo tempo iniciou os aproximados trinta anos de respeito integral ao afastamento da religião dos assuntos de caráter civil. Dessa forma, a Igreja voltou-se para si mesma, continuando o processo de reforma interna começado em meados de 1840, em que procurou romanizar o clero, reforçar o celibato entre os sacerdotes, distanciar os religiosos das questões políticas, suprimir as ideias liberais do seio da Igreja e reforçar os dogmas para instruir o povo cristão. A partir de 1890, esse processo de reforma católica passou a contar com a etapa de reorganização eclesiástica, ou seja, a Igreja intensificou e expandiu suas atividades pelo país através de novas dioceses, novas províncias eclesiásticas e do atendimento assistencialista aos enfermos e carentes³⁰.

Se, por um lado, o principal articulador do pacto de aceitação da República e de respeito ao afastamento entre a Igreja e o Estado tratou-se de Dom Macedo Costa³¹, por outro, Dom Sebastião Leme assumiu o posto de protagonista do rompimento do antigo pacto a partir de 1916, quando ainda bispo da diocese de Olinda e Recife publicou uma carta pastoral incitando a participação ativa da Igreja no cotidiano da sociedade por meio do ensino religioso nas escolas. Essa mesma pauta

²⁸ Os ditos livres-pensadores do início do século.

²⁹ AZZI, Riolando. O Início da Restauração Católica no Brasil: 1920-1930. **Síntese - Revista de Filosofia**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 10, p. 61-89, maio/ago. 1977, v. 4. Disponível em: <<https://www.faje.edu.br/periodicos/index.php/Sintese/article/view/2592>>. Acesso em 22 jan. 2023.

³⁰ *Id.* Igreja e Estado no Brasil: um enfoque histórico. **Perspectiva Teológica**, ano XIII, nº 29 a 31, jan. a dez. 1981. p. 7 – 17. Disponível em: <<https://www.faje.edu.br/periodicos/index.php/perspectiva/article/view/2026>>. Acesso em 22 jan. 2023.

³¹ Dom Macedo Costa faleceu em 1891.

adentrou novamente o debate entre a Igreja e a colaboração mútua com o Estado a partir dos anos 1920 e 1930, quando a etapa classificada por Azzi de “Restauração Católica” ecoou em meio aos católicos organizados pelo país³².

A Restauração Católica ou Neocristandade, pode ser definida como ruptura do pacto forjado a partir da Constituição de 1891, pacto pelo qual o espírito tridentino passou a vigorar com mais sensatez no clero hospedado no Brasil: a Igreja se responsabilizava pela espiritualidade enquanto o Estado se encarregava dos assuntos de ordem política, econômica e social³³. Descrita como “nova etapa da história da Igreja no Brasil”³⁴, a Restauração Católica foi marcada por maior exigência da instituição de fé na participação diária da sociedade, buscando recuperar o prestígio de outrora, quando se aproveitava da condição de religião oficial do Estado para admoestar os brasileiros, isto é, tratava-se de uma tentativa das autoridades católicas de assumir o protagonismo no processo de condução do povo segundo as aspirações cristãs. Outro aspecto importante da Restauração, tratou-se da função colaboracionista da Igreja para com os governos, em especial no combate aos inimigos em comum – durante os anos 1920 os liberais e a partir dos anos 1930 o “comunismo ateu”. Esse apoio mútuo marcou consideravelmente as relações entre o poder religioso e os poderes civil e militar entre os anos 1920 e 1960, englobando parte da fase interna à Igreja denominada por Azzi de “afirmação da Igreja como Sociedade Hierárquica”.

Capitaneado por Dom Sebastião Leme, o projeto da Restauração Católica passou a contar em 1921 com a revista *A Ordem* e em 1922 com o *Centro Dom Vital* (CDV), instituições-chave para o êxito da iniciativa de recatolização do Brasil. Sob a seguinte alegação: “a Restauração Católica será implantada mediante a apologia da fé contra o liberalismo, o positivismo e o protestantismo”³⁵, o projeto católico procurou tensionar e barganhar o poder civil através de repetidas demonstrações de força. O Congresso Eucarístico de 1922, ano do centenário da independência, o aval em favor da instalação do monumento do Cristo Redentor no alto do Corcovado da capital do

³² AZZI, Riolando. O Início da Restauração Católica no Brasil: 1920-1930. **Síntese - Revista de Filosofia**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 10, p. 61-89, maio/ago. 1977, v. 4. Disponível em: <<https://www.faje.edu.br/periodicos/index.php/Sintese/article/view/2592>>. Acesso em 22 jan. 2023.

³³ *Id.* Igreja e Estado no Brasil: um enfoque histórico. **Perspectiva Teológica**, ano XIII, nº 29 a 31, jan. a dez. 1981. p. 7 – 17. Disponível em: <<https://www.faje.edu.br/periodicos/index.php/perspectiva/article/view/2026>>. Acesso em 22 jan. 2023.

³⁴ AZZI, 1977, p. 63.

³⁵ *Ibid.*, p. 66.

país e a Confederação Católica são exemplos concretos do avançar da cartilha de recatolizar o Brasil idealizado pela hierarquia da Igreja³⁶.

O então bispo coadjutor do Rio de Janeiro, Dom Sebastião Leme, teve a contribuição de algumas lideranças religiosas e leigas para destrinchar o programa de recatolização. Dentre o episcopado, destacam-se: Dom Antônio dos Santos Cabral, arcebispo de Belo Horizonte; Dom João Becker, arcebispo de Porto Alegre; Dom Duarte Leopoldo e Silva, arcebispo de São Paulo; Dom Francisco de Aquino Correia, arcebispo de Cuiabá e Dom Joaquim Silvério de Souza, arcebispo de Diamantina. O padre jesuíta Leonel Franca e os leigos Jackson de Figueiredo, Alceu Amoroso Lima e Mário de Lima completam o rol de intelectuais envolvidos no movimento de Restauração Católica³⁷.

O despertar da Igreja Católica no Brasil apontado acima, está ligado com a ascensão de Pio XI ao comando da Igreja em Roma. Em consonância com as diretrizes defendidas pelo papa, importantes sujeitos históricos como Dom Cabral e Dom Leme coordenavam a sustentação e implantação das propostas advindas de Roma ao país. Os aspectos de “ordem” e reafirmação de “autoridade” promovidos pelo programa católico tinham na junção da Pátria e da Religião (a católica) o *locus* privilegiado. Interessante perceber que os dois conceitos (“pátria” e “religião”) serão encontrados nas fontes consultadas por nossa pesquisa (anos 1950 e 1960). Azzi pondera que o teor e os objetivos que permeavam a Reação Católica podem ser percebidos por dois vieses: primeiro, pelo caráter apologético, em que a Igreja procurou afirmação e combateu seus principais concorrentes à época – o protestantismo, o espiritismo e o comunismo. O segundo, pela condição de condutora da moral da sociedade, atuando na esfera social e pública como um poder decisório.

Essas características são esboçadas pelo teólogo e filósofo Riolando Azzi em seu texto clássico “O início da Restauração Católica no Brasil: 1920-1930”, publicado em 1977. Além desse, são de autoria de Azzi outros dois importantes escritos para nossa pesquisa, a saber, “Igreja e Estado no Brasil: um enfoque histórico”, de 1981 e “O fortalecimento da restauração católica no Brasil (1930-1940)”, de 1979. Publicações ainda da segunda metade do século XX, porém, de extrema importância e riqueza de informações para análises historiográficas contemporâneas.

³⁶ AZZI, Riolando. O Início da Restauração Católica no Brasil: 1920-1930. **Síntese - Revista de Filosofia**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 10, p. 61-89, maio/ago. 1977, v. 4. Disponível em: <<https://www.faje.edu.br/periodicos/index.php/Sintese/article/view/2592>>. Acesso em 22 jan. 2023.

³⁷ *Ibid.*, p. 73.

Dadas as coordenadas do projeto restaurador católico, coube a Igreja aprofundar e intensificar as ações. Azzi³⁸ define da seguinte maneira os pontos observados pela hierarquia católica durante os anos 1930 e 1940:

O movimento de Restauração Católica fora dirigido desde o início pela hierarquia. São também os bispos que continuam na liderança nos anos 30. Entre as diretrizes dadas pelo episcopado para orientar a ação da Igreja nesse período quatro merecem destaque especial:

- Superação do laicismo que havia caracterizado a Primeira República, imprimindo na nova fase política iniciada com a Revolução de 1930 um cunho marcadamente católico.
- Prevenção rígida contra um eventual avanço das ideias socialistas e comunistas no Brasil, procurando mobilizar nesse sentido a opinião pública.
- Fortalecimento do princípio da autoridade em contraposição aos movimentos de cunho mais liberal ou socializante.
- Reafirmação de uma presença mais explícita da Igreja na sociedade, especialmente junto às classes dirigentes do país³⁹.

Nota-se que dentre os pontos delimitados pela hierarquia, há um padrão a ser seguido: num primeiro momento, a igreja reúne esforços para combater os anticlericais e os liberais que levavam a sociedade para uma laicização. Num segundo momento, passou a rebater os “inimigos vermelhos” (comunistas, socialistas, anarquistas), usando, para tal, além do clero, os núcleos de leigos organizados pelo país – inclusive no Paraná. E, com intuito de solucionar ambas as preocupações, promoveu intensa participação no cotidiano da população, inclusive na política eleitoral.

A justificativa da Igreja Católica para sustentar sua efetiva participação nos assuntos de ordem temporal girava em torno da necessária reafirmação da autoridade eclesial, o que, segundo a hierarquia, findaria com o caos e as ameaças contra à ordem e à estabilidade nacional. Dessa forma, ao investir na parceria com os poderes instituídos, a Igreja combateria tanto as filosofias socialistas emergentes nos anos 1930 quanto às posturas anticlericais e seculares que reverberavam desde a proclamação da República⁴⁰. Como instrumento revelador dessa amistosidade entre os poderes militar, político e religioso, a Igreja promoveu a identidade patriótica cristã, ou seja, ser brasileiro era ser cristão e todo aquele cuja fé não fosse cristã estava alheio à identidade nacional, portanto, tratava-se de um inimigo da nação. O chamado

³⁸ AZZI, Riolando. O fortalecimento da restauração católica no Brasil (1930-1940). **Síntese - Revista de Filosofia**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 17, p. 69-85, 1979. Disponível em: <<https://www.faje.edu.br/periodicos/index.php/Sintese/article/view/2291>>. Acesso em 22 jan. 2023.

³⁹ *Ibid.*, p. 70.

⁴⁰ *Ibid.*, p. 70.

“binômio pátria-religião” identificado por Azzi⁴¹ foi usado pela Igreja como estratégia para suplantar os ideais socialistas, enquanto os Congressos Eucarísticos tiveram como finalidade a superação do laicismo da Primeira República:

Se contra o laicismo da primeira República a Igreja utilizava como principal instrumento de combate a afirmação visível da fé católica nas instituições brasileiras, contra um possível avanço das ideias socialistas a hierarquia católica procurava mobilizar o sentimento patriótico do povo⁴².

Esse “sentimento patriótico” foi usado ao longo dos anos 1950 e 1960, ou seja, tratou-se de uma estratégia de médio e longo prazo implementada pela hierarquia. O fortalecimento da Restauração Católica ecoou entre os demais poderes positivamente, pois quanto mais próxima fosse a relação com a Igreja mais facilitada se tornava a manutenção do *status quo*.

Dessa maneira, podemos afirmar, assim como Riolando Azzi, que a “consciência que a Igreja institucional tem de si mesma”⁴³ é formada pelas mudanças e continuidades atuantes em cada contexto histórico. Por isso, devemos levar em conta que o cenário político brasileiro entre 1889 e 1960, em maior ou menor grau, marcou uma Igreja Católica em fase de romanização e obediente às diretrizes da Ação Católica de Pio XI, materializada no país pelas iniciativas de Dom Sebastião Leme e seus próceres.

Cada diocese experimentou, *sui generis*, os reflexos da romanização e da instauração da Ação Católica Brasileira. A historiadora Silva⁴⁴, por exemplo, elencou os pontos de aproximação e afastamento envolvendo a Igreja Católica e a Ação Integralista Brasileira (AIB) durante a década de 1930 no Nordeste do país, destacando o contexto político, cultural e social da época como baliza para as atitudes do clero. O cenário descrito pela pesquisadora é o da modernidade, em que o crescimento urbano, a formação de novos centros populacionais e a pluralidade de

⁴¹ AZZI, Riolando. O Início da Restauração Católica no Brasil: 1920-1930. **Síntese - Revista de Filosofia**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 10, p. 61-89, maio/ago. 1977, v. 4. Disponível em: <<https://www.faje.edu.br/periodicos/index.php/Sintese/article/view/2592>>. Acesso em 22 jan. 2023.

⁴² *Id.* O fortalecimento da restauração católica no Brasil (1930-1940). **Síntese - Revista de Filosofia**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 17, p. 69-85, 1979. Disponível em: <<https://www.faje.edu.br/periodicos/index.php/Sintese/article/view/2291>>. Acesso em 22 jan. 2023, p. 79.

⁴³ *Id.* Igreja e Estado no Brasil: um enfoque histórico. **Perspectiva Teológica**, ano XIII, nº 29 a 31, jan. a dez. 1981. p. 7 – 17. Disponível em: <<https://www.faje.edu.br/periodicos/index.php/perspectiva/article/view/2026>>. Acesso em 22 jan. 2023, p. 7.

⁴⁴ SILVA, Giselda Brito. A Igreja Católica Militante e a Ação Integralista Brasileira: aproximações e divergências (1932-1938). In: MOURA, C. A. S. de [et al]. **Religião, cultura e política no Brasil: perspectivas históricas**. Campinas, SP: UNICAMP/IFCH, 2011. 2v.

filosofias e crenças passaram a circular entre os trabalhadores e habitantes. Tais condições destoavam do projeto de recatolização da sociedade e, por conseguinte, prejudicavam a Restauração pretendida pelo catolicismo. Como salienta a autora, a Igreja dedicou esforços na chamada “Reação Católica”, visando a supressão dos inimigos no âmbito social e no âmbito político.

No que se refere à esfera social, as principais ameaças eram manifestações de credo fora da Igreja Católica, tais como o protestantismo, o espiritismo e o Catimbó. Por outro lado, a democracia liberal, depois o comunismo, e a maçonaria figuravam entre os inimigos na esfera política e à Igreja competia superar os mesmos com a finalidade de lograr êxito em meio a secularização empreendida pela modernidade⁴⁵.

Nesse sentido, a autora encontrou aproximações entre os núcleos da Ação Católica Brasileira (ACB) e algumas diretrizes da Ação Integralista Brasileira (AIB), em especial no que tange à repulsa ao comunismo e à democracia liberal. Mesmo assim, salienta a autora, é imprescindível que se analise essa relação como complexa e não homogênea, prezando pelas diferenças em relação ao comando e aos rumos da sociedade defendidos pelos dois movimentos à época:

Seria interessante neste caso um trabalho que pudesse mapear os embates entre a Ação Católica Brasileira e a Ação Integralista Brasileira, pois de certa forma tivemos uma historiografia que cuidou em homogeneizar a direita conservadora numa posição de relações amistosas deixando de se analisar seus conflitos e crises e que hoje se apresenta como uma possibilidade de estudo. O fato dos dois movimentos estarem ao mesmo lado na luta contra o comunismo não significa que não divergissem e até entrassem em francas disputas pelo comando das mentes inquietas, das propostas doutrinárias e das questões em torno das organizações sociais referentes ao período de atuação oficial do integralismo⁴⁶.

Nota-se, portanto, que a autora enquadra o posicionamento do movimento de Restauração Católica capitaneado pela Igreja como ideologicamente à direita. Contudo, insiste a historiadora, adverte para que não se homogenize a direita como grupo coeso e completamente alinhado, sendo necessária a produção de análises pontuais e regionais acerca da atuação de cada núcleo da Ação Integralista Brasileira (AIB) e sua correlação, ou não, com os intelectuais católicos vinculados à Ação Católica Brasileira (ACB).

⁴⁵ SILVA, Giselda Brito. A Igreja Católica Militante e a Ação Integralista Brasileira: aproximações e divergências (1932-1938). In: MOURA, C. A. S. de [et al]. **Religião, cultura e política no Brasil: perspectivas históricas**. Campinas, SP: UNICAMP/IFCH, 2011. 2v.

⁴⁶ *Ibid.*, p. 39.

O evento que chamamos de Restauração Católica é definido por Scott Mainwaring⁴⁷ como “Igreja da Neocristandade”. Para o autor, o despertar desse perfil no interior da Igreja é datado de 1916, ano em que Dom Sebastião Leme publicou a carta pastoral expondo as deficiências da instituição - falta de sacerdotes, o precário ensino religioso, o déficit de intelectuais católicos, a religiosidade popular, a ausência de recursos materiais e a não menos importante pouca influência na política do país. Dom Leme comungava da metanarrativa da colonização, ou seja, creditava à Igreja Católica a responsabilidade pela religião dos brasileiros e, portanto, na sua concepção, era inconcebível que a mesma ocupasse pouco espaço na vida social e política da população. Ademais, a carta pastoral de Leme imputava a necessidade de cristianização das instituições, romanizar as práticas de fé e formar núcleos intelectuais católicos.

De modo geral, o tal modelo da Neocristandade teve seu apogeu entre 1930 e 1945, muito em função da sintonia entre o Estado de exceção decretado por Vargas e as concepções de submissão e disciplina defendidas por esse paradigma católico. O modelo hierárquico, verticalizado, paternalista e autoritário do regime varguista configurava uma sólida aliança com o projeto de Reação Católica, em especial no que se refere ao monopólio da educação, no predomínio da moralidade cristã, no combate às demais religiões (espíritas e protestantes) e no sufocamento do comunismo:

[...] O modelo da neocristandade, viria a florescer. Ele atingiu seu apogeu de 1930 a 1945, quando Getúlio Vargas era presidente. A Igreja permaneceu politicamente conservadora, se opondo à secularização e às outras religiões, e pregava a hierarquia e a ordem. Insistindo num catolicismo mais vigoroso e que se imiscuísse nas principais instituições e nos governos, as atitudes práticas das pastorais da neocristandade se diferenciavam das anteriores. Assim conseguia o que percebia como sendo os interesses indispensáveis da Igreja: a influência católica sobre o sistema educacional, a moralidade católica, o anticomunismo e o antiprotestantismo⁴⁸.

O êxito desse paradigma contou com o apoio do papado de Pio XI (1922-1939). Dom Sebastião Leme podia contar com as determinações da principal autoridade católica para perpetrar a ingerência da Igreja na sociedade, tendo em vista as semelhanças no pensamento de ambos sobre o papel exercido pela instituição junto à população. Foi sob a mitra de Pio XI que a Ação Católica difundiu-se como importante movimento de organização dos diversos segmentos no interior da

⁴⁷ MAINWARING, Scott. **A Igreja Católica e a política no Brasil (1916-1985)** - Tradução Heloisa Braz de Oliveira Prieto. São Paulo: Brasiliense, 2004.

⁴⁸ *Ibid.*, p. 43.

instituição, ou seja, os esforços de Dom Leme para reconduzir o catolicismo à categoria de *intelligentsia* foram endossados e reverenciados pelo papa.

Destaca-se que o mundo moderno colidia-se com a Igreja, principalmente com o legado deixado por Pio X (1903-1914), papa avesso às concepções da modernidade e contrário a adequação da Igreja aos anseios dos novos tempos. Esses valores representavam uma ameaça ao estilo do catolicismo romanizado, uma vez que deturpavam a experiência de fé devocional ao Cristo, pois atribuía aos fiéis os apegos às coisas do mundo, a prazeres temporais.

[...] A Igreja percebia o mundo moderno como sendo essencialmente maligno porque corroía essa fé devota e encorajava o culto da personalidade, do prestígio, do dinheiro e do poder. [...] A sociedade moderna também corroe um grande número de valores relacionados com a religião, tais como a família tradicional e o respeito pela autoridade⁴⁹.

Em meio a esse cenário de reafirmação da autoridade católica face aos problemas do mundo moderno, a Igreja da Neocrisandade fundamentou sua linha de atuação. Para os adeptos desse modelo, era preciso retomar as rédeas da sociedade brasileira, pois os sujeitos por si mesmos seriam incapazes de chegar ao céu. Fazia-se necessária uma cristianização das instituições e uma clericalização das práticas religiosas para que, desse modo, a Igreja pudesse participar não somente dos momentos de fé, mas também do dia a dia dos fiéis⁵⁰.

A resposta católica ao seu afastamento do Estado a partir da proclamação da República (1989), deu-se através desse projeto de Restauração arquitetado e implementado pela Igreja da Neocrisandade. Contudo, essa relação entre o Poder Temporal (Estado/Política) e o Poder Religioso (Igreja) sustentou-se por meio de barganha e trocas de capital político. Tal situação é notória quando se lê o seguinte trecho:

[...] De 1916 até 1945, líderes católicos se envolveram profundamente na política, tentando utilizar uma aliança com o Estado para influenciar a sociedade. A Igreja desejava que o Estado reinstituísse de uma maneira informal a relação de favorecimento que a separação formal entre Igreja e Estado terminava do ponto de vista legal. O Estado, percebendo que tinha muito a ganhar com a Igreja, segurou essa oportunidade de negociar alguns privilégios em troca de sanção religiosa⁵¹.

⁴⁹ MAINWARING, Scott. **A Igreja Católica e a política no Brasil (1916-1985)** - Tradução Heloisa Braz de Oliveira Prieto. São Paulo: Brasiliense, 2004, p. 44-45.

⁵⁰ *Ibid.*, p. 45.

⁵¹ *Ibid.*, p. 47.

O autor sustenta que esses líderes dedicados à causa da Igreja acreditavam copiosamente no dever da instituição católica de salvaguardar e cristianizar as demais instituições sociais. Para eles, seria por meio da catolização dessas instituições que o espírito católico ecoaria entre os indivíduos, concretizando, assim, um dos objetivos do modelo da Neocristandade: se fazer presente no cotidiano da população, regulando suas práticas e admoestando suas ações.

Tal qual afirmado por Azzi⁵², o “binômio Pátria-Religião” também é enfatizado por Mainwaring⁵³. Ambos os autores concordam que o objetivo da Igreja era pressionar o Estado para que seus interesses fossem assegurados, principalmente no campo educacional, além do mais, seria importante que os meios de comunicação divulgassem, amplamente, os valores católicos, contribuindo, desse modo, com a metanarrativa sustentada pela Igreja acerca da herança católica do brasileiro. A equação para esse modelo de teoria da Neocristandade, sinteticamente, era a seguinte: levando em consideração que a exploração da colônia deu-se, também, com a introdução da religião católica entre os nativos e depois entre os escravizados, e que durante todo o período imperial estivera essa mesma religião atrelada ao Poder Temporal do Rei, competia ao catolicismo a missão de condução das almas brasileiras ao caminho da salvação. Principalmente, a partir do avanço da secularização, uma vez que, na visão da Igreja, essa abertura do Estado ao mundo moderno tinha como risco levar as almas à “danação eterna”.

De modo geral, a historiografia acerca do tema defende a periodização estendida entre as décadas de 1920 e 1940 como ápice da atuação do “binômio Pátria-Religião”, muito em razão, como já dissemos, da sintonia mútua que entrelaçava o governo autoritário de Vargas e os valores de ordem e disciplina solidificados através do programa da Restauração Católica. Contudo, devemos levar em conta a permanência dessas estruturas de sentimento após o declínio tanto do Estado Novo (1937-1945) quanto do modelo de Igreja da Neocristandade⁵⁴. Em cada

⁵² AZZI, Rioldo. O Início da Restauração Católica no Brasil: 1920-1930. **Síntese - Revista de Filosofia**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 10, p. 61-89, maio/ago. 1977, v. 4. Disponível em: <<https://www.faje.edu.br/periodicos/index.php/Sintese/article/view/2592>>. Acesso em 22 jan. 2023.

⁵³ MAINWARING, Scott. **A Igreja Católica e a política no Brasil (1916-1985)** - Tradução Heloisa Braz de Oliveira Prieto. São Paulo: Brasiliense, 2004.

⁵⁴ Scott Mainwaring defende o início da crise da Neocristandade a partir da queda do regime autoritário de Vargas (1945). Doravante, o autor sustenta as dificuldades da Igreja em sustentar o modelo hierarquizado e clericalizado face às mudanças que os governos subsequentes propunham ao país. Azevedo atribui o arrefecimento do paradigma da Restauração Católica durante a década de 1950, em especial, com a criação da CNBB (1952). De acordo com seu pensamento, é por meio da CNBB que a Igreja passa a debater a reforma agrária, as liberdades democráticas, os direitos humanos, as pautas

diocese espalhada pelo Brasil a experimentação do processo de romanização e, conseqüentemente, da implementação da Reação Católica teve contornos próprios, ou seja, seria equivocado afirmarmos, categoricamente, que o modelo de Neocristandade se encerrou em todas as regiões no mesmo momento histórico. Torna-se necessário um estudo empírico localizado para sustentar tal hipótese.

Na política partidária, o receio da Igreja no Brasil em causar divisionismo caso resolvesse fundar um partido católico⁵⁵, levou a hierarquia a apostar suas fichas num braço “suprapartidário”⁵⁶: a Liga Eleitoral Católica (L.E.C.). A respeito desta, uma seção subsequente a abordará com acuidade. Entretanto, podemos adiantar que sua criação em meio à Restauração Católica teve como objetivo combater ou impedir que os supracitados inimigos da Igreja ascendessem ao poder por vias eleitorais. O programa da Reação Católica estruturava seu escopo de atuação em todas as frentes possíveis, procurando competir com as demais filosofias em voga à época, dessa forma, [...] “a Igreja formou movimentos clericais relativamente conservadores para competir com os sindicatos mais progressistas, criando os Círculos Operários e a Juventude Operária Católica na década de 30”⁵⁷. A atuação da Igreja junto aos sindicatos ou junto aos trabalhadores serviu para afastar o pensamento revolucionário à esquerda em meio a eles, haja vista que tal ideologia deturparia o espírito de unidade e “harmonia” entre proletários e patrões. Como veremos em seção específica, em Ponta Grossa essa estratégia foi empregada pela Igreja para impedir a repulsa à ordem e à disciplina dos ferroviários - classe melhor organizada na cidade na época.

As questões da antimodernidade e da antissecularização, amplamente tensionadas entre o programa da Reação Católica e o Estado brasileiro, pós-Segunda Guerra, de acordo com o brasilianista Mainwaring, ruíram a estrutura hierárquica e

trabalhistas, ou seja, na contramão do que defendia o modelo da Neocristandade até então (AZEVEDO, D. A Igreja Católica e seu papel político no Brasil. **Estudos Avançados, [S. l.]**, v. 18, n. 52, p. 109-120, 2004. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/10027>>. Acesso em: 14 fev. 2023).

⁵⁵ Diferente do Brasil, no Uruguai os católicos organizaram-se no Partido Blanco. No Chile, por sua vez, organizaram-se na Falange Nacional que tempos depois uniu-se ao Partido Conservador Social Cristão para formar o Partido Demócrata Cristão (WILLIAMS, Margaret Todaro: A politização da Igreja Católica Brasileira: A Liga Eleitoral Católica - Tradução nossa. **Jornal de Estudos Interamericanos e Assuntos Mundiais**, v. 16 n. 3, agosto de 1974. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/174888>>. Acesso em jan. 2023).

⁵⁶ A historiografia consolidada tratou a Liga Eleitoral Católica (L.E.C.) como uma organização suprapartidária. Contudo, pesquisas recentes têm problematizado essa concepção tradicional, empreendendo estudos de caso em regiões específicas do Brasil. A respeito do tema, ver: LIMA, J. R. **A Liga Eleitoral Católica é partido político? a LEC e as eleições no Ceará (1933-1934)**. Rio de Janeiro, 2019. 329 p.

⁵⁷ MAINWARING, Scott. **A Igreja Católica e a política no Brasil (1916-1985)** - Tradução Heloisa Braz de Oliveira Prieto. São Paulo: Brasiliense, 2004, p. 49.

clericalizada consolidada pela Igreja. Tal ocorre que a era de “Estado-Gerente”⁵⁸ possibilitou transformações sociopolíticas as quais a Igreja não conseguia evitar e com isso o *locus* privilegiado até então reocupado pela instituição religiosa junto ao núcleo do poder temporal começou a ser abalado. Agora, com os governos pós-Vargas, tornou-se necessário barganhar mais para conseguir garantias e favores, em troca, é claro, de sustentação aos projetos de desenvolvimento nacional fomentados pelo Estado.

A categorização de Mainwaring aponta que todo esse contexto social forjou três grupos no interior da Igreja Católica brasileira em meados de 1955. O primeiro, e, de certo modo, o grupo que parece predominar no catolicismo ponta-grossense durante o período abarcado por nossa pesquisa, tratou-se dos *tradicionalistas*. Ou seja, foi uma tendência conservadora e adepta à manutenção do modelo da Neocrisandade, pois para ela seria dever da Igreja pressionar o poder temporal (o Estado) para que este garantisse suas reivindicações naturais. Isto é, os tradicionalistas pretendiam estender a fase de Restauração Católica em meio à fase de “Estado-Gerente”, mesmo que isso custasse maiores empenhos em barganhas e negociações com o poder político, desde que sua estrutura de atuação e privilégios diante da sociedade fosse mantida. Sobre esse grupo, diz o autor:

[...] Aqueles que continuavam a endossar a estratégia da neocrisandade passaram a ser **os tradicionalistas**, embora esse modelo não pudesse ser classificado como tradicional antes dos anos 50. Esse grupo acreditava que a Igreja deveria seguir no combate à secularização e no fortalecimento da presença da instituição na sociedade. Por exemplo, a Igreja deveria organizar campanhas contrárias aos meios secularizados de comunicação, à educação pública, e aos partidos políticos progressistas. Deveria operar como um grupo

⁵⁸ O conceito de “Estado-Gerente” trata-se de uma teoria desenvolvida pelo historiador das filosofias políticas François Châtelet. A concepção de gerência do Estado dar-se-á através do contrato social entre a sociedade civil e o Estado, dessa maneira, cabe a este a tarefa de garantir à população direitos inalienáveis, além de evitar a degradação da sociedade. Sob o seu funcionamento, as tendências mais variadas, os antagonismos, as ideologias à esquerda e à direita existem e disputam o espaço. Trata-se da garantia da pluralidade política, do humanismo e do reformismo, contudo, levando-se em consideração que o Poder é controlado por essa gerência. Para maiores informações, ver: CHÂTELET, François; DUHAMEL, Olivier; PISIER, Évelyne. O Estado-Gerente. In: CHÂTELET, François. **História das ideias políticas** [Trad. Carlos Nelson Coutinho]. – 2. ed. – Rio de Janeiro: Zahar, 2009. Temos usado o termo “Estado-Gerente” como referência para tratar o período que se estende de 1945 a 1964 nesta pesquisa, evitando tratar o período da Quarta República brasileira como “República Populista” ou “período democrático”, haja vista as tentativas de golpe de Estado ocorridas em 1954, 1955 e 1956, o suicídio de um presidente (Vargas em 1954), fechamento de sindicatos e de jornais, cassação do registro do Partido Comunista, Estado de Sítio decretado inúmeras vezes, a renúncia de um chefe de Estado (Quadros em 1961), parlamentarismo entre 1961 e 1963 para impedir a posse e sucessão legal do vice-presidente (João Goulart), além do consolidado golpe de 1964. Isso posto, justificamos a opção de usar fase de “Estado-Gerente” em vez de “República Democrática”, pois a gerência do Estado abarca essas tensões através da função delegada a ele pelo povo. Por outro lado, a existência de uma fase completamente democrática seria um tanto quanto inconcebível com as situações supracitadas.

de interesse, usando o Estado para garantir tantos privilégios quanto fosse possível, como forma de tornar católica a sociedade⁵⁹.

O segundo grupo que se formou no interior da Igreja abarcou os *modernizadores conservadores*. Para esse segmento, a mudança de ação da instituição era necessária, pois somente transformando a forma de atuação a Igreja cumpriria sua missão, mesmo assim, mantinha-se crítico à secularização, ao avanço do protestantismo e do comunismo, contudo, abria-se com mais tranquilidade em relação à justiça social. No que tange à estrutura institucional, mantinha-se apegado à hierarquia, porém, diferente dos tradicionalistas, enxergava nos movimentos leigos uma alternativa para se aproximar e transformar o povo. Sobre esse grupo, assevera o autor:

[...] **os modernizadores conservadores** acreditavam que a Igreja precisava mudar para cumprir sua missão no mundo moderno com maior eficácia. Também se preocupavam com a secularização, com a expansão do protestantismo, com a ameaça comunista, mas respondiam com maior abertura ao mundo. Embora rejeitassem a mudança radical e tivessem uma concepção limitada da forma de realizar a justiça, eles estavam mais preocupados com a justiça social do que os líderes da neocristandade. Ainda eram hierárquicos nas práticas da Igreja, mas se preocupavam mais em desenvolver organizações leigas e meios eficazes de atingir o povo⁶⁰.

O terceiro grupo, por sua vez, era formado pelos *reformistas*. Essa tendência, em maior ou menor grau, se sobressaiu na composição da direção nacional da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), quando da sua criação, em meados de 1952. As pautas sustentadas por essa corrente progressista estavam em consonância com grande parte do bispado organizado no nordeste brasileiro, por exemplo. A respeito dos reformistas, o autor os classifica como corrente para além dos modernizadores conservadores, haja vista que os pressupostos de justiça social e transformação temporal existentes nestes são intensificados naqueles. Dessa forma,

Finalmente, havia um núcleo de **reformistas**. Essa facção compartilhava da preocupação dos modernizadores conservadores com o trabalho pastoral mais intenso e uma educação religiosa mais eficaz, mas suas posições sociais eram mais progressistas. Ao passo que os conservadores modernizadores enfatizavam a necessidade de lutar contra o comunismo, os renovadores se preocupavam mais com a mudança social como um fim em si⁶¹.

⁵⁹ MAINWARING, Scott. **A Igreja Católica e a política no Brasil (1916-1985)** - Tradução Heloisa Braz de Oliveira Prieto. São Paulo: Brasiliense, 2004, p. 56-57, grifo nosso.

⁶⁰ *Ibid.*, p. 57, grifo nosso.

⁶¹ *Ibid.*, p. 57, grifo nosso.

A bibliografia consultada para elaboração desta parte do texto nos ajuda a compreender o projeto católico de retomada da influência junto à sociedade brasileira, o que, na interpretação da instituição religiosa, foi perdida com a separação oficial desde a proclamação da República (1989). Contudo, no que se refere a duração desse processo modelar de Neocrisandade, a mesma bibliografia não pôde dar conta de cada especificidade, ou seja, não conseguiu demarcar a duração precisa da reação conservadora em todas as dioceses do Brasil. Nesse caso, torna-se mister que pesquisas acerca do tema em regiões país afora sejam realizadas para que desse modo consigamos perceber as mudanças e as permanências nos padrões de comportamento da Igreja em cada localidade.

Como veremos adiante, o Estado do Paraná, e de modo especial a cidade de Ponta Grossa, já possuem trabalhos fundamentais elencando as tensões e as articulações envolvendo o bispado local, e por conseguinte, o catolicismo e as normas da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB)⁶². Entender o modelo de catolicismo em vigência na localidade estudada por nossa pesquisa é essencial para constatarmos de que maneira os candidatos a prefeito - e a vereança – buscaram, ou não, atrelar suas campanhas à Igreja. Além disso, ao constatarmos o uso de um dos instrumentos da Neocrisandade em pleno ano de 1954⁶³, nos permite afirmar que as tensões entre os projetos de catolicismo estavam em ebulição, uma vez que a cúpula da CNBB, em especial os bispos do Nordeste, vislumbravam um novo tipo de ação social para a instituição, de certo modo, antípoda ao idealizado pelo grupo da Liga Eleitoral Católica - braço de atuação da Igreja na política-partidária.

Nas seções seguintes, buscaremos historicizar a importação do modelo de Neocrisandade no Estado paranaense e sua expansão para além da capital Curitiba, alcançando, assim, o município de Ponta Grossa, a cidade que delimitamos como “domicílio eleitoral” dos candidatos católicos aqui estudados.

⁶² Sobre o tema, ver: ZULIAN, R. W. Velhos bispos, novos tempos: D. Antonio Mazzarotto e o aggiornamento conciliar. In: Congresso Internacional de História, 21 a 23 de setembro de 2011. **Anais** [...] Maringá: 2011. Disponível em: <<http://www.cih.uem.br/anais/2011/trabalhos/143.pdf>>. Acesso em jan. 2023.

⁶³ A divulgação da lista de indicados pela Liga Eleitoral Católica (L.E.C.), na décima página da edição de 2 de outubro de 1954, do jornal *O Dia*.

2.1 A REAÇÃO CATÓLICA NO PARANÁ

Na ânsia de sanar as inquietações e ao mesmo tempo lançar novas provocações sobre a Restauração Católica no Paraná, Névio de Campos⁶⁴ se debruçou na temática. Em sua pesquisa, trouxe à tona a parceria do laicato paranaense para com as demandas da hierarquia ao longo do processo de instalação e fortalecimento da Reação Católica. De acordo com o pesquisador, há um importante grupo de intelectuais católicos no Estado paranaense agindo na propagação e no cumprimento das ordens do clero à época, em especial o *Círculo de Estudos Bandeirantes* (CEB)⁶⁵, instituição a exemplo do *Centro Dom Vital* (CDV).

Campos argumenta a fidelidade desses intelectuais católicos às encíclicas e ao projeto do clero brasileiro idealizado e expandido nacionalmente. As aproximações desses pensadores com o conteúdo das cartas pastorais e com as filosofias expressas pelos teóricos europeus sobre o que deveria ser o catolicismo naquele momento, manifestavam-se, entre outras maneiras, quando o “*slogan* do projeto católico Deus e Pátria aparecia nos documentos dos pontífices, dos bispos e nos escritos do laicato católico”⁶⁶, ou seja, assim como afirmou Azzi, o patriotismo cristão usado como estratégia da Igreja para afastar a “ameaça” socialista do país, também chegou ao Paraná, sendo amplamente difundido pelos intelectuais leigos com a intenção de manter a coerência com as demandas nacionais e, claro, suprimir qualquer “inimigo” socializante que pudesse tensionar a manutenção do *status quo*.

As ações iniciadas na capital paranaense em meados de 1920 e 1930 não ficaram restritas apenas aos atores sociais residentes e atuantes em Curitiba. Alguns integrantes do projeto católico restaurador que receberam a formação no *Círculo de Estudos Bandeirantes* (CEB) ou estiveram dialogando de alguma forma com a reforma do clero aos moldes romanizadores - em franca ascensão no Paraná desde 1890, quando da criação da diocese de Curitiba -, espalharam a cultura católica reformada nos grandes centros políticos do Estado, dentre eles, Ponta Grossa⁶⁷. As frentes de

⁶⁴ CAMPOS, Névio de. **Intelectuais e Igreja Católica no Paraná: 1926-1938**. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2010.

⁶⁵ Sobre o CEB ver: HANICZ, Teodoro. **Modernidade, religião e cultura: o Círculo de Estudos Bandeirantes e a restauração do catolicismo em Curitiba (1929-1959)** (Doutorado em Ciências da Religião). Pontifícia Universidade Católica, São Paulo. 2006. Trabalhamos o CEB e a vinculação de Nivon Weigert nele no 3º Colóquio do PPGH -UEPG em 2023. Texto final integra os anais do evento.

⁶⁶ CAMPOS, *op. cit.*, p. 17.

⁶⁷ *Ibid.*, p. 29.

atuação desses intelectuais foram as mais diversas, tais como: as escolas, focando o ensino religioso; os espaços culturais, visando combater qualquer manifestação contrária a moral católica; a imprensa, seja ela confessional ou secular, esta, por sua vez, administrada por diretores e redatores católicos a serviço do programa de recatolização da sociedade, e a política eleitoral, um campo decisivo para a manutenção e ampliação da amistosidade entre Igreja e Estado. Campos define da seguinte maneira o início da Restauração Católica no Paraná,

[...] O grupo intelectual católico estava em sintonia com o projeto nacional. As suas intervenções perpassavam pelos espaços da escola, da imprensa, dos centros de cultura e dos poderes públicos. A rigor, o Estado é um dos espaços privilegiados dessa disputa que se materializava na atuação de políticos e dirigentes no Estado em favor do projeto católico. A trajetória de Caetano Munhoz da Rocha, ao longo de seus dois mandatos – entre 1920 e 1928 – é uma evidência dessa estratégia da Igreja Católica⁶⁸.

O pesquisador ainda pondera que a disciplinarização do clero e do laicato católico (este criado durante os anos 1920), segundo as formatações da romanização, foi consequência das transformações sociais, culturais, econômicas e políticas empreendidas no Brasil a partir da primeira década republicana. A chegada de migrantes, sobretudo os alemães e os italianos, a organização dos trabalhadores nos emergentes centros urbanos, as filosofias anarco-sindicalistas, a instalação de clubes literários de caráter positivista, liberal e anticlerical puseram em xeque a tradição luso-brasileira. Devido a desfiguração da identidade existente até então, a Igreja reagiu aos elementos da modernidade recuperando posturas e pautas produzidas em meados do século XIX como resposta da Igreja à Revolução Francesa através da chamada postura ultramontana, isto é, a romanização do catolicismo. Esse modelo de catolicismo idealizado pela hierarquia romana foi implantado na diocese de Curitiba e tinha como objetivo reconfigurar tanto o clero quanto as gerações de intelectuais leigos em processo de formação no Estado⁶⁹.

A partir da leitura de Campos é possível perceber a preocupação da hierarquia católica com a expansão dos princípios da Restauração Católica ultramontana, em especial quando o autor recorre a Gaeta⁷⁰ para sustentar sua afirmação. Parafraseando Gaeta, notamos que a Igreja clamava para que as diretrizes do

⁶⁸ CAMPOS, Nívio de. **Intelectuais e Igreja Católica no Paraná: 1926-1938**. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2010, p. 18-19.

⁶⁹ *Ibid.*, p. 29.

⁷⁰ GAETA, M. A. J. V. **Os percursos do ultramontanismo em São Paulo no episcopado de D. Lino Deodato Rodrigues de Carvalho (1873-1894)**. São Paulo, 1991. Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo.

programa recatolizante fossem inseridas para além do cotidiano paroquial e comunitário religioso, passando, dessa forma, a integrar as agendas e as atividades de foro privado dos católicos, tais como as famílias, os estabelecimentos de ensino, os veículos midiáticos e os partidos políticos⁷¹.

O caráter dos partidos e as levas de políticos escolhidos para administrar e legislar nos mais distantes Estados, cidades e no próprio país, preocupavam o episcopado romanizado, afinal, segundo a concepção da hierarquia, “a sociedade brasileira tinha uma forte índole católica em função do catolicismo estar presente desde o início da colonização, porém, os dirigentes políticos não professavam essa mesma crença, o que caracterizava a separação entre nação e governo”⁷². Ou seja, há uma hipótese possível de ser sustentada, considerando essa afirmação, principalmente após 1930. Buscando solucionar o distanciamento entre as legendas políticas, os postulantes aos cargos públicos e o espírito católico, a instituição religiosa passou a sufragar diferentes siglas e candidatos cujo compromisso com a Igreja pudesse ser firmado através da aceitação e da defesa pública das pautas previamente elaboradas por ela. Esse modelo de atuação da Igreja na política vigorou a partir de 1932 com a criação da Liga Eleitoral Católica (L.E.C.), mais um instrumento ligado a Dom Leme e aos intelectuais do *Centro Dom Vital* (CDV).

Assim como nos principais centros políticos do Brasil, a Liga Eleitoral Católica (L.E.C.) instalou juntas regionais e locais no Paraná. Em Curitiba, por exemplo, a junta Estadual em 1934 era composta por Alcebiades de Faria (presidente), Loureiro Fernandes, Valdemiro Teixeira de Freitas, Liguaru Espírito Santo, Alceu Martins de Albuquerque e Raul de Carvalho⁷³. Esses intelectuais estavam inseridos tanto no *Círculo de Estudos Bandeirantes* (CEB) quanto nas demais organizações católicas. Liguaru Espírito Santo além de sócio da Congregação Mariana de Jovens da catedral curitibana⁷⁴ era também, na metade da década de 1930, secretário geral do CEB⁷⁵.

⁷¹ CAMPOS, Névio de. **Intelectuais e Igreja Católica no Paraná: 1926-1938**. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2010.

⁷² *Ibid.*, p. 44.

⁷³ LIGA Eleitoral Católica - Comunicado. **O Dia**, Curitiba, 29 jul. 1934. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=092932&pasta=ano%20193&pesq=&pagfis=27159>>. Acesso em 28 out. 2022.

⁷⁴ RELAÇÃO dos sócios da Congregação Mariana de jovens da catedral que farão a guarda ao SS. Sacramento da noite de 5ª para 6ª feira Santa de 1934. **O Dia**, Curitiba, 29 mar. 1934. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=092932&pasta=ano%20193&pesq=&pagfis=1271>>. Acesso em 12 out. 2022.

⁷⁵ DOS SANTOS, C. A sessão extraordinária de ontem no C.E. “Bandeirantes”. **O Dia**, Curitiba, 5 jan. 1934. Disponível em:

Em Ponta Grossa, a Junta Regional no mesmo período foi assim discriminada pela historiadora Zulian:

A Junta Regional estava assim constituída: presidente - João Cândido Fortes; secretário - José Farani Mansur Guérios; membros – Antonio Dechandt e Estevam Coimbra. Integravam a Junta Local masculina: presidente - João Luiz Pereira da Costa; membros – Augusto Canto, João Ditzel e Francisco Thomaz Alves. A Junta feminina era formada por Hermelinda de Barros e Silva, Sophia Guimarães Villela, Leocadia Ramos e Maria Luiza Machado⁷⁶.

É mister considerar que os sobrenomes envolvidos na composição das Juntas da L.E.C. dialogavam com o projeto católico de expansão das ideias recatolizadoras nas mais variadas frentes de atuação. A família Braga Ramos, por exemplo, além de chegar ao governo do Paraná e à prefeitura de Curitiba através do nome de Ney Braga, este com franco apoio da Igreja, teve em Ponta Grossa um importante membro atuante na política, Mário Braga Ramos. O nome de Leocádia Ramos, que integrava a Junta feminina da L.E.C. ponta-grossense no início da década de 1930, teve seu filho Mário Braga Ramos eleito vereador pela União Democrática Nacional (UDN) em 1959. Este, a partir de 1961, assumiu a pasta de Educação e Cultura no governo de seu parente Ney Braga.

A Liga Eleitoral Católica compôs um importante instrumento de barganha entre a Igreja e os candidatos no início dos anos 1930, porém, assim como as demais instituições, foi destituída com o golpe de Estado promovido por Getúlio Vargas em novembro de 1937. Somente a partir de 1945, acompanhando o cenário de reabertura que se aventava no seio da sociedade brasileira, a L.E.C. tornou à vida pública com a função de, num primeiro momento, eleger constituintes para 1946 afinados com os interesses da Igreja.

Em relação a esse momento histórico, Boris Fausto⁷⁷ identifica um cenário de intensa transformação e agitação interna e externa à Igreja. Fausto assevera uma diversificação ideológica no catolicismo brasileiro devido aos fatores exógenos à Igreja à época, diagnosticado pelo historiador como uma visão ético-política da sociedade, em que as questões sociais, políticas e econômicas do momento impactavam o pensamento religioso. Consequentemente, isso levou a uma cisão entre o

<<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=092932&pasta=ano%20193&pesq=&pagfis=688>>. Acesso em 11 out. 2022.

⁷⁶ ZULIAN, R. W. **Entre o aggiornamento e a solidão: práticas discursivas de D. Mazzarotto, primeiro bispo diocesano de Ponta Grossa – PR (1930-1965)**. Florianópolis, 2009. 438 f. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal de Santa Catarina.

⁷⁷ FAUSTO, Bóris (Org.). **História Geral da Civilização Brasileira (Tomo III) – O Brasil Republicano – Economia e Cultura (1930-1964)** v. 11. Rio de Janeiro, Editora Bertand Brasil Ltda. 2007.

episcopado, separando os bispos defensores de uma Igreja focada nos assuntos endógenos (teologia, liturgia, em suma, o “Sagrado”) e aqueles cuja preocupação se estendia aos assuntos de ordem “profana”, isto é, identificavam no catolicismo uma função social de responsabilidade⁷⁸.

Portanto, enquanto buscava uma unidade no seio da intelectualidade e do episcopado, naquele momento a Igreja acabava por ganhar uma diversificação de pensamento entre os mesmos. Vale considerar que a morte do cardeal Sebastião Leme, em 1942, também contribuiu para a dispersão de pensamento e organização da identidade católica, uma vez que Dom Leme detinha a imagem e a coordenação considerável do programa restaurador. Seu sucessor, Dom Jaime de Barros Câmara, não conseguiu corresponder da mesma forma à exigência centralizadora que o projeto até então possuía. O diagnóstico de Fausto parte da premissa de que o falecimento de Dom Leme deixou tanto o episcopado quanto os núcleos de ação do laicato – Ação Católica, Centro Dom Vital, Liga Eleitoral Católica – reféns de instruções e recomendações genéricas advindas do Vaticano.

Dom Jaime Câmara assumiu o protagonismo da Igreja no Brasil quando as críticas ao liberalismo eram amenas e sutis, embora as contradições dele para com a Doutrina Social da Igreja fossem consideráveis. Acreditava a Igreja que o socialismo se tratava de uma resposta à desigualdade proporcionada pelo sistema capitalista e por isso o combate mais eficaz ao “inimigo vermelho” devia se dar pela redução das consequências proporcionadas pela injustiça social oriundas do liberalismo. Contudo, foi a ofensiva empreendida contra o “bolchevismo” que teve maiores resultados, pois, se, por um lado, o episcopado bradava contra a luta de classes por enxergar nela uma saída não pacífica para os problemas gerados pelo capitalismo, por outro, identificava no lado “vermelho” o fim da religião – pelo ateísmo que emanava do materialismo histórico e científico. Desta maneira é descrita a luta de classes pelo episcopado, segundo Fausto:

Rejeita-se a luta de classes, desconhecendo-a como processo inerente ao desenvolvimento de uma sociedade dividida em classes antagônicas. A luta de classes não é um dado objetivo; ao contrário, constitui um meio tático e violento de instaurar definitivamente a desordem e o caos, algo provocado intencionalmente pelos agentes do mal⁷⁹.

⁷⁸ FAUSTO, Bóris (Org.). **História Geral da Civilização Brasileira (Tomo III) – O Brasil Republicano – Economia e Cultura (1930-1964)** v. 11. Rio de Janeiro, Editora Bertand Brasil Ltda. 2007.

⁷⁹ *Ibid.*, p. 425.

Em meio a esse cenário de transformações, a Liga Eleitoral Católica voltou à cena. Em Curitiba, a Junta Estadual reorganizou seus quadros e passou a contar com os seguintes nomes a partir de 1945: Alceu Martins de Albuquerque, Liguaru Espírito Santo, Dr. Arthur Martins Franco (presidente), João Átila Rocha e Marcos Baggio⁸⁰. Os dois primeiros são remanescentes da primeira turma organizada desde o início dos anos 1930, com destaque para Liguaru Espírito Santo. João Átila Rocha, médico, e Marcos Baggio, empresário, em 1968 tornar-se-iam sócios da Evopar, gráfica responsável pela publicação do jornal *Voz do Paraná*⁸¹. Sobre a cidade de Ponta Grossa, encontramos uma notícia a respeito da retomada da Junta da Liga Eleitoral Católica na diocese, datada de 22 de agosto de 1945⁸². A reportagem publicada pelo periódico *O Dia*, descrevia a sessão solene ocorrida no auditório da Rádio Clube Pontagrossense, em 19 de agosto do corrente, em que Nivon Weigert, futuro vereador a ser eleito em 1947 pelo Partido Social Democrático (PSD) e futuro Secretário da Educação e Cultura de Moysés Lupion (PSD), descrevia a essência da atividade do *homo religiosus* católico na política por meio do artigo “*A ação política dos católicos*”. Na oportunidade, o advogado contextualizou o período de transição vivenciado pelo mundo, ou seja, narrou a queda do nazismo alemão, do fascismo italiano e do seu equivalente japonês, e destacou a necessidade de organização dos católicos para a formação de uma nova era, sobretudo no Brasil. O fim da Segunda Guerra Mundial e o declínio do regime Estadonovista, deveriam ser acompanhados de uma democracia baseada nos princípios da Cristandade,

O ingresso, nestes novos tempos, impõe uma **renovação cristã da vida, que crie as condições necessárias para a estruturação de uma cristandade** cujos fundamentos assentem firmemente nos princípios da Justiça, de liberdade, de Ordem, de Prosperidade e de Caridade, substituindo-se o espírito totalitário que tem se manifestado de maneira insidiosa, em todas as formas da atividade humana pelo espírito evangélico que assegura o gozo de uma verdadeira paz, a Paz de Cristo⁸³.

Dessa forma, prossegue o articulista, a transição em andamento necessitava de franca participação dos católicos, que revestidos pela proposta catolizadora

⁸⁰ LIGA Eleitoral Católica. *O Dia*, Curitiba, 21 nov. 1945. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=092932&pasta=ano%20193&pesq=&pagfis=56745>>. Acesso em 28 out. 2022.

⁸¹ Para informações sobre o jornal *Voz do Paraná*, periódico que emerge na sacristia da Igreja Católica curitibana e marcou o jornalismo paranaense por décadas, ler ANTONELLI, Diego. **Jornal Voz do Paraná: uma história de resistência**, Curitiba: Esplendor, 2019.

⁸² WEIGERT, Nivon. Ação política dos católicos. *O Dia*, 22 ago. 1945, Curitiba. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=092932&pagfis=56063>>. Acesso em 14 out. 2022.

⁸³ *Ibid.*, p. 4, grifo nosso.

reorganizariam a vida política, social e cultural. Tudo isso, claro, sustentado e exortado pelas instruções de Pio XI, incessantemente referenciado por Weigert, em especial pela promoção pública, que, segundo o autor, advinha do comandante-em-chefe da Igreja, a de ser a política, depois da religião, a atividade mais digna do ser humano. Como não bastasse a convocatória, o intelectual trouxe à baila uma série de autores responsáveis pela defesa da Cristandade, tais como: Ducatillon, padre dominicano; Antonin-Gilbert Sertillanges, também dominicano; Jacques Maritain, filósofo tomista; François Mauriac, romancista francês; (Philip?) Hughes; Tristão de Ataíde (Alceu Amoroso Lima); Antoine Frédéric Ozanam, ideólogo italiano fundador da Sociedade de São Vicente de Paulo; Fiódor Dostoiévski, escritor russo; Charles Péguy, escritor francês convertido ao catolicismo; León Bloy, escritor francês; Ernest Psichari, militar e intelectual francês; Gilbert Keith Chesterton, intelectual britânico, e Jackson de Figueiredo. Devidamente nominados, esses pensadores e ideólogos justificavam a ação cívica dos católicos. Importante destacar o exercício de separação entre ação cívica, de caráter temporal, das preocupações espirituais, íntimas da Igreja, categorizada pelo autor⁸⁴.

Aproveitando-se da concepção de Sertillanges, Nivon Weigert advertiu que os católicos do Brasil deveriam mergulhar na ação cívica, envolvendo-se na política nacional, uma vez que não lhes era permitida a omissão frente ao cenário que se moldava no país, pois, caso evitassem a política ela se armaria contra eles. Para que isso fosse possível, dois vícios necessitavam ser combatidos entre os católicos: a) a inércia e o b) “faccionismo” (partidarismo). A inércia foi diagnosticada por Weigert como “absenteísmo [que] se manifesta pela repulsa à vida política, fugindo-se dela como o diabo da cruz”⁸⁵, por outro lado, o partidarismo gerava medo pela possível paixão proveniente do apego à ideologia, relegando a religião às margens da política: “o faccionismo, por sua vez, significa a absorção dos sentimentos religiosos pelo exclusivismo das paixões partidárias, numa subordinação da Religião à Política”⁸⁶.

Após a introdução e o embasamento do que pretendia a ação política dos católicos, Weigert apresentou a Liga Eleitoral Católica como solução para os vícios acima elencados:

⁸⁴ WEIGERT, Nivon. Ação política dos católicos. *O Dia*, 22 ago. 1945, Curitiba. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=092932&pagfis=56063>>. Acesso em 14 out. 2022.

⁸⁵ *Ibid.*, p. 4.

⁸⁶ *Ibid.*, p. 4.

[...] Estabelecendo um justo equilíbrio e uma perfeita harmonia entre as exigências da nossa vida espiritual e os deveres cívicos. **Situando-se fora e acima dos partidos, naquele bom sentido enunciado por Pio XI, ela faculta aos seus membros de pertencerem ao partido de sua escolha, cujo programa não infrinja os deveres da consciência religiosa,** reservando, os seus sócios, a liberdade necessária para seguirem a orientação eleitoral da mesma. Essa orientação, é óbvio, se define ao lado de todos aqueles que aceitaram o seu programa de pugnar pelos ideais católicos na vida pública brasileira⁸⁷.

Duas informações importantes e de retórica sobre o funcionamento da L.E.C. no país - após a abertura política de 1945 e até mesmo antes de 1937, são encontradas no trecho acima. A primeira, trata-se de problematizar seu caráter, em parte, suprapartidário, pois, ainda que se descrevesse como acima de qualquer sigla, os comunistas não encontravam abrigo e nem se identificavam com as diretrizes da Liga. A segunda, está contida na primeira, uma vez que as instruções da L.E.C. proibiam e, em suma, combatiam os comunistas e os “inimigos” da Igreja, portanto, a Liga não facultava aos seus membros adesão a qualquer legenda partidária, pelo contrário, embora não apontasse as únicas siglas permitidas, coibia e desestimulava o voto cristão católico nos partidos ou em candidatos aliados ao comunismo ou que representassem ameaça ao catolicismo.

Nivon Weigert continuava o texto apresentando um cenário de luta entre o bem e o mal, um intenso combate entre a “mistificação diabólica” e a “sabedoria divina” que somente seria vencida caso a “influência catolizadora” fosse sentida e preservada devido à tradição cristã brasileira. Para ajudar nessa missão, a Liga Eleitoral Católica, referendada e orientada pela hierarquia católica e pelas encíclicas papais, constituiria mais um instrumento em favor da pátria cristã.

Por fim, o advogado recordou o objetivo específico da sessão solene em que apresentou os supracitados argumentos, a reinstalação da L.E.C. em Ponta Grossa. Identificou haver na diocese ponta-grossense o alinhamento entre os princípios defendidos pela Liga e a condução do preclaro Dom Antonio Mazzarotto na construção “de um Brasil católico, grande, forte e generoso”⁸⁸, fomentado, também, por um clero zeloso e competente dentro de suas atribuições para o êxito da reação católica.

⁸⁷ WEIGERT, Nivon. Ação política dos católicos. **O Dia**, 22 ago. 1945, Curitiba. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=092932&pagfis=56063>>. Acesso em 14 out. 2022, p. 5, grifo nosso.

⁸⁸ *Ibid.*, p. 5.

Para nossa pesquisa, interessa estabelecer a conexão existente entre Nivon Weigert, o *Círculo de Estudos Bandeirantes* (CEB)⁸⁹, a instalação da L.E.C. em 1945 em Ponta Grossa, sua filiação partidária ao PSD, sua eleição à vereança em 1947 e sua ascensão ao primeiro escalão do governo do Paraná. Aliás, após dirigir o *Diário dos Campos* (periódico ponta-grossense), logo no início da campanha de 1955, Weigert orientou o jornal a promover a campanha de Moysés Lupion e com a vitória deste passou a ocupar a Secretaria de Educação e Cultura. Considerando a trajetória do advogado, podemos afirmar que assumir a pasta estadual que organizava o ensino não se tratou de uma mera coincidência, afinal, a questão educacional foi estopim para inúmeros entraves entre católicos e anticlericais ao longo do século XX.

2.1.1 Os caminhos da Restauração Católica em Ponta Grossa

A formação de uma província eclesiástica não se trata tão somente da expansão do projeto religioso de assistência espiritual à população. Ao mesmo tempo, a implantação de novas dioceses e prelazias impõe novos recortes político-administrativos que servem para maior controle político-social dos habitantes que ali se instalam. Quando recorremos à bibliografia sobre a criação da diocese de Ponta Grossa, percebemos a preocupação que as autoridades religiosas e civis possuíam à época a respeito da importância da indicação de um bispo estrategista e singular, capaz de enfrentar os tantos matizes migrantes que na região se encontravam⁹⁰.

Cabe ressaltar que esse movimento em prol da fecundação de um bispado em terras ponta-grossenses seguia o projeto nacional de recatolização da sociedade brasileira, portanto, não se tratou de atitude isolada e desconexa do contexto macro. Zulian recorre a Ivan Manoel para descrever o significado do processo recatolizador em formação na cidade:

Segundo Ivan Manoel, o projeto de recristianização da sociedade, a partir do pontificado de Pio XI, exigia a criação de paróquias e dioceses, que deveriam ser a marca efetiva da presença católica e instrumento de disseminação da fé cristã. Bem por isso, o processo de criação de uma jurisdição eclesiástica propositadamente adquiriria contornos político-sociais muito fortes, envolvendo a população em geral e, em particular, as elites locais e regionais.

⁸⁹ CÍRCULO de Estudos “Bandeirantes”. **O Estado**, 2 mar. 1937, Curitiba. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=830275&pagfis=1424>>. Acesso em 14 out. 2022.

⁹⁰ ZULIAN, R. W. Jogos discursivos na criação da diocese de Ponta Grossa (PR). In: **Revista Brasileira de História das Religiões**. Maringá, ANPUH, Ano V, n. 14, Setembro 2012. Dossiê Questões teórico-metodológicas no estudo das religiões e religiosidades - Volume II. Disponível em: <<https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/RbhrAnpuh/article/view/30245>>. Acesso em 20 out. 2022.

Para o autor, o envolvimento destas no projeto da instituição católica estabeleceu a dialética entre a Igreja, a sociedade e o Estado⁹¹.

Quando enfatiza a dialética entre Estado, sociedade e Igreja, a interpretação da historiadora a partir da leitura de Manoel não procura exagerar na retórica, trata-se de uma constatação historicamente documentada. A presença dos interesses do Estado na efetivação da diocese de Ponta Grossa pode ser percebida através dos nomes que orbitavam tanto à Igreja quanto a máquina pública em meados da década de 1920 no Paraná, como Caetano Munhoz da Rocha, presidente do Estado entre 1920 e 1928, e Affonso Alves de Camargo, senador pelo Estado paranaense entre 1922 e 1928.

O empenho desses políticos, autoridades em pleno exercício da função na época, foi fundamental para a aprovação da criação de novas dioceses e para a elevação da diocese de Curitiba à condição de arquidiocese metropolitana. Zulian argumenta que o presidente do Paraná arquitetou junto à Assembleia do Estado o custeio para a concretização desse projeto, apontando que a doação pública seria revertida através do aumento da arrecadação de impostos e do “progresso” que tal empreitada imporia ao Paraná. Ou seja, houve apadrinhamento, em especial por meio de aportes financeiros, advindos dos cofres públicos, para realização do ideal recatolizador da sociedade. Desse modo, entre interesses, convergências e preferências, foram criadas a partir da bula *Quum in Dies Numerus*, sob a tutela de Pio XI, de 10 de maio de 1926, as dioceses de Ponta Grossa e Jacarezinho, além da prelazia de Foz do Iguaçu e da elevação da diocese de Curitiba à arquidiocese⁹². Doravante, a cidade ponta-grossense precisou de quatro anos para contemplar os requisitos para ser sede do bispado, tais como “possuir uma igreja capaz de se transformar em catedral, uma casa em bom tamanho e localização, para servir de

⁹¹ ZULIAN, R. W. Jogos discursivos na criação da diocese de Ponta Grossa (PR). In: **Revista Brasileira de História das Religiões**. Maringá, ANPUH, Ano V, n. 14, Setembro 2012. Dossiê Questões teórico-metodológicas no estudo das religiões e religiosidades - Volume II. Disponível em: <<https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/RbhrAnpuh/article/view/30245>>. Acesso em 20 out. 2022, p. 195.

⁹² Uma das motivações que levaram a cabo a proposta de Dom José Barros em criar a diocese de Ponta Grossa, trata-se da resposta aquém do esperado enviada ao preclaro pelo “encarregado da paróquia” em Ponta Grossa sobre as condições da organização (ou desorganização) institucional católica local. Para mais informação, ver: ZULIAN, R. W. “Para o bem da religião”: jogos discursivos, tensões e articulação na criação da diocese de Ponta Grossa (PR). In: MARIN, Roberto Jérri. **Circunscrições eclesiais católicas no Brasil [recurso eletrônico]: articulações entre igreja, estado e sociedade**. – Campo Grande, Mato Grosso do Sul: Ed. UFMS, 2021.

palácio episcopal, um capital capaz de assegurar ao bispo rendas condizente com sua condição”⁹³.

O nome escolhido pela hierarquia para “se impor” nos mais de 56.550 km² que compreendiam a diocese de Ponta Grossa foi o do padre curitibano Antonio Mazzarotto. Selecionado em dezembro de 1929, teve sua sagração em 23 de fevereiro de 1930, tornando-se bispo⁹⁴. A historiadora nos provoca com a afirmação de que a indicação do padre Mazzarotto e sua sagração episcopal em Roma, tenha sido um “prêmio pelos bons serviços prestados à diocese de Curitiba”⁹⁵, o que nos leva ao trabalho de Campos, em particular, quando ele se refere a revista *A Cruzada*. Tal revista, porta-voz da intelectualidade católica preocupada com a doutrina da Igreja, possuía em seu projeto a representação do clero, que naquele momento, metade dos anos 1920, estava sob responsabilidade do padre Antonio Mazzarotto⁹⁶.

Portanto, a função de reorganizar o catolicismo local a partir de 1930, momento em que a Restauração Católica tomava cada vez mais corpo, ficou a cargo do agora primeiro bispo da diocese de Ponta Grossa, ator social que precisou romanizar as práticas religiosas católicas locais, transformando e negociando com a “cultura religiosa popular” existente até então⁹⁷.

A trajetória do seminarista Mazzarotto é apresentada pela historiadora Zulian⁹⁸ como refém da proposta romanizadora empreendida na diocese de Curitiba por Dom José de Camargo Barros. O primeiro bispo da diocese da capital paranaense, em fins do século XIX e início do XX precisou lidar com o conflituoso e multifacetado processo de romanização da recém-criada diocese. Uma das condições primordiais para o êxito da tendência ultramontana girava em torno da criação de escolas confessionais e Seminários para consequente instrução do novo clero. Dom José

⁹³ ZULIAN, R. W. Jogos discursivos na criação da diocese de Ponta Grossa (PR). In: **Revista Brasileira de História das Religiões**. Maringá, ANPUH, Ano V, n. 14, Setembro 2012. Dossiê Questões teórico-metodológicas no estudo das religiões e religiosidades - Volume II. Disponível em: <<https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/RbhrAnpuh/article/view/30245>>. Acesso em 20 out. 2022, p. 202.

⁹⁴ *Ibid.*, p. 193.

⁹⁵ *Ibid.*, p. 206.

⁹⁶ CAMPOS, Névio de. **Intelectuais e Igreja Católica no Paraná: 1926-1938**. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2010.

⁹⁷ PEREIRA, D. **A festa de Sant’Ana: espaço de religiosidade, sociabilidade e diversão na cidade de Ponta Grossa-PR (1930-1965)**. Ponta Grossa, 2010. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas). Universidade Estadual de Ponta Grossa.

⁹⁸ ZULIAN, R. W. “Para o bem da religião”: jogos discursivos, tensões e articulação na criação da diocese de Ponta Grossa (PR). In: MARIN, Roberto Jérri. **Circunscrições eclesiais católicas no Brasil [recurso eletrônico]: articulações entre igreja, estado e sociedade**. – Campo Grande, Mato Grosso do Sul: Ed. UFMS, 2021.

Barros, aponta a autora, buscou junto ao Velho Continente as Congregações responsáveis pela formação dos padres sob sua jurisdição, um passo fundamental para o deslançar da postura romanizadora em meio à sociedade paranaense desprovida, naquele contexto⁹⁹, de um clero zeloso e capaz de conduzir os homens ao Senhor (figura do padre modelar).

Na esteira do que propunha Dom José Barros, chegou ao Brasil, quase na virada do século XIX para o XX, o corpo docente para atuar na formação dos padres no recém-inaugurado Seminário São José, na capital Curitiba. Os membros da Congregação da Missão, Bartholomeu Sipolis, Guilherme Vollet e Desidério Deschand foram os responsáveis pela instrução dos seminaristas matriculados na entidade. Sob essa leva de formadores é que se deu a formação do padre Antonio Mazzarotto, futuro primeiro bispo de Ponta Grossa¹⁰⁰. A relação com a instituição não somente fez parte da vida discente do padre, como também, compôs sua trajetória docente:

O seminarista Antonio Mazzarotto, além de estar vinculado ao grupo de clérigos que sustentou a luta contra os anticlericais, exerceu o magistério eclesiástico no Seminário, lecionando filosofia e teologia. Após 9 anos de estudos, ordenou-se presbítero pelas mãos de D. João Francisco Braga, em 23 de novembro de 1914. Foi professor catedrático de latim no Ginásio Paranaense¹⁰¹.

O bispado de Dom Antonio Mazzarotto foi amplamente explorado pela historiadora paranaense, cuja temática foi por ela perseguida durante o doutoramento¹⁰². E mesmo o laborioso empreendimento exegético realizado pela pesquisadora esbarrou na pouca e até mesmo ausência de fontes documentais a respeito da instalação e escolha do responsável pela administração do catolicismo sob a circunscrição eclesiástica ponta-grossense a partir da década de 1930. O desabafo da autora é também o de tantos outros pesquisadores que impossibilitados

⁹⁹ Quando a diocese de Curitiba foi criada (1892), eram perceptíveis em meio à população local os desdobramentos da Revolução Federalista (1893-1895). Além disso, segundo Zulian, Dom José Barros reclamava a falta de um clero preparado para lidar com as práticas do catolicismo popular que se espalhavam entre os habitantes, a “ausência de fé” dos católicos e até mesmo da pouca adesão destes à religião.

¹⁰⁰ ZULIAN, R. W. “Para o bem da religião”: jogos discursivos, tensões e articulação na criação da diocese de Ponta Grossa (PR). In: MARIN, Roberto Jérri. **Circunscrições eclesiásticas católicas no Brasil [recurso eletrônico]: articulações entre igreja, estado e sociedade**. – Campo Grande, Mato Grosso do Sul: Ed. UFMS, 2021.

¹⁰¹ *Ibid.*, p. 121-122.

¹⁰² Sobre o tema, *vide*: ZULIAN, R. W. **Entre o aggiornamento e a solidão: práticas discursivas de D. Mazzarotto, primeiro bispo diocesano de Ponta Grossa – PR (1930-1965)**. Florianópolis, 2009. 438 f. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal de Santa Catarina.

pela não existência ou retenção documental acabam por restringir sua produção historiográfica. Sobre o desafio enfrentado, diz:

A reconstrução do processo de criação da diocese de Ponta Grossa (PR) e simultaneamente a criação da arquidiocese de Curitiba, em 1926, e a escolha de seu primeiro bispo, o padre Antonio Mazzarotto, filho de imigrante vênетоs, pelas dificuldades encontradas na busca documental, configurou uma “operação de caça”, pois consistiu em reunir fragmentos, anotações e vestígios dispersos, na atitude de um “caçador furtivo” à espreita de um indício¹⁰³.

A condução dos rumos da nova diocese sob a responsabilidade de um bispo herdeiro da formação seminarística caracterizada pela romanização, precisou enfrentar as tensões inerentes a qualquer processo de transformação. Um exemplo historiográfico da ocorrência dessa tensão pode ser percebido na leitura do texto de Pereira, no qual a autora se dedicou em problematizar a tradicional festa de Sant’Ana, padroeira da diocese. Sustentando a hipótese de haver conflitos entre o pensamento de Dom Antonio Mazzarotto e as práticas populares de catolicismo que, entre outras, misturava o sagrado ao profano durante a realização das festividades, Pereira enfatiza a necessidade do bispado em negociar, através de doses homeopáticas, as transformações que pretendia em relação a quermesse. Talvez a mais sentida modificação estrutural empregada à festa de Sant’Ana tenha sido a substituição do leigo e devoto na organização periódica da atividade religiosa, pela figura clerical. Ou seja, nesse caso, a clericalização foi imposta com êxito¹⁰⁴.

O exemplo da modificação estrutural da festa de Sant’Ana tem um ponto nevrálgico no que tange à condução do catolicismo em Ponta Grossa a partir de 1930. O leigo, até então visto pela Igreja romanizada como desprovido de conhecimento sacramental e desinvestido de formação doutrinal da instituição, estava à mercê de devocionismos, magias e paganismos. Dessa maneira, a solução seria uma reeducação do leigo aos moldes da tradição católica tridentina, reforçando a “autoridade sagrada” do padre e do bispo como guias dos fiéis aos caminhos do Senhor. Esse processo de reconfiguração do perfil tanto do clero quanto do laicato, compôs o programa da Restauração Católica, que no caso ponta-grossense esteve a

¹⁰³ ZULIAN, R. W. “Para o bem da religião”: jogos discursivos, tensões e articulação na criação da diocese de Ponta Grossa (PR). In: MARIN, Roberto Jérri. **Circunscrições eclesiais católicas no Brasil [recurso eletrônico]: articulações entre igreja, estado e sociedade**. – Campo Grande, Mato Grosso do Sul: Ed. UFMS, 2021, p. 126.

¹⁰⁴ PEREIRA, D. **A festa de Sant’Ana: espaço de religiosidade, sociabilidade e diversão na cidade de Ponta Grossa-PR (1930-1965)**. Ponta Grossa, 2010. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas). Universidade Estadual de Ponta Grossa.

cargo de Dom Antonio Mazzarotto. Zulian destaca como e por onde a reação católica adentrou o bispado de Mazzarotto:

[...] Nesta diocese, *locus* de disputa de projetos múltiplos e desiguais, D. Antonio representou o esforço unificador e normatizador da instituição católica. Bispo exemplar e inserido numa determinada tradição espiritual, D. Antonio foi fiel ao programa da Restauração Católica de Pio XI, veiculando-o para a diocese através de 36 cartas pastorais publicadas ao longo de seu episcopado¹⁰⁵.

A tensão existente entre o catolicismo defendido pelo prelado em Ponta Grossa e as propostas para o desenvolvimento de novas ações pastorais, pretendidas pela recém-criada Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), formam uma linha de raciocínio que nos permite considerar a força e a permanência das estruturas do modelo de Igreja da Neocristandade no bispado local - talvez no Paraná como um todo - no momento em que, em linhas gerais, a Igreja Católica brasileira encontrava-se migrando para o modelo “reformista”¹⁰⁶.

O desencantamento com a hierarquia católica dita progressista e depois para com o próprio papa, sobretudo após o desfecho final do Concílio Vaticano II (1962-1965), embora nunca tenha sido explicitamente expressado por Dom Antonio Mazzarotto, é notório quando se analisa seus posicionamentos diante das reuniões convocadas pelo arcebispo Dom Manuel D’Elboux visando os encontros com o episcopado nacional puxado pela CNBB. Nessas ocasiões, por exemplo, o bispo de Ponta Grossa manifestava “estranhamento em relação aos rumos tomados pela Igreja”¹⁰⁷. A discussão sobre a criação de círculos de estudos voltados à formação permanente do clero e o envio de relatores às dioceses do país para auxiliar na implementação de novas ações pastorais e pautas decididas pelo coletivo de bispos nas reuniões nacionais em todas as circunscrições religiosas, tiveram amplo repúdio do prelado local - bem como de seu equivalente em Jacarezinho, Dom Geraldo Sigaud. A respeito do primeiro ponto (formação permanente do clero através de círculos de estudos), o bispo, formado sob a égide da clericalização, acreditava que haveria uma intromissão de agentes não autorizados para tratar o assunto, isto é, ocorreriam discussões e conflitos de opiniões, tudo o que um religioso fiel ao modelo

¹⁰⁵ ZULIAN, R. W. Velhos bispos, novos tempos: D. Antonio Mazzarotto e o aggiornamento conciliar. In: Congresso Internacional de História, 21 a 23 de setembro de 2011. **Anais** [...] Maringá: 2011. Disponível em: <<http://www.cih.uem.br/anais/2011/trabalhos/143.pdf>>. Acesso em jan. 2023, p. 2471.

¹⁰⁶ MAINWARING, Scott. **A Igreja Católica e a política no Brasil (1916-1985)** - Tradução Heloisa Braz de Oliveira Prieto. São Paulo: Brasiliense, 2004.

¹⁰⁷ ZULIAN, *op. cit.*, p. 2471.

de Igreja da Neocristandade não desejava. Além do mais, para o bispo, o domínio da religião e a interpretação do sagrado eram atribuições do clero, pois somente ele seria capaz de instruir o povo¹⁰⁸.

O segundo aspecto rejeitado pelo bispo diz respeito ao envio de relatores às dioceses do país. Não somente o bispado de Ponta Grossa, mas a própria província eclesial do Paraná demonstrou receio à proposta da CNBB. A preocupação que abarcava Dom Geraldo Sigaud, Dom Manuel D'Elboux e Dom Antonio Mazzarotto girava em torno da possibilidade desses relatores promoverem junto às suas circunscrições ações pastorais voltadas ao emprego de um clero preocupado com a justiça social, ou seja, um grupo de sacerdotes alinhados ao grupo de bispos da Amazônia e do Nordeste - empenhados em reformas sociais¹⁰⁹.

A partir desses dois casos, podemos perceber que havia uma relutância entre o modelo de “igreja reformista”, encontrada, principalmente, no grupo de bispos do Nordeste e o modelo de igreja da Neocristandade, defendido pelos bispos da província eclesiástica paranaense após a criação da CNBB. Esse conflito vivido durante a fase pré-conciliar perdurou com a convocação, desenvolvimento e conclusão do Vaticano II, levando o que a historiadora Zulian chama de “resistência aos novos tempos”¹¹⁰. Dessa forma, o desfecho do último Concílio realizado pela Igreja Católica, organizou em tendências distintas o clero. Se, por um lado, uma tendência que contemplou a maioria enxergou no documento final do Concílio um avanço necessário do catolicismo da época, por outro, houve a resistência de um grupo contrário. Este, por sua vez, dividiu-se em duas vertentes. A primeira, negava os rumos ditados pelo documento confeccionado e publicado pelo Vaticano II, pois identificava uma ruptura da instituição com a tradição, além de condenar a modernidade e suas correlações. A segunda, procurou aceitar formalmente o “*aggiornamento*” proposto pelo documento, no entanto, não empregou esforços para instalá-lo nas dioceses do Brasil. Dito isso, em qual categoria podemos classificar o bispo de Ponta Grossa? Para Zulian:

Dom Antonio se enquadraria na perspectiva de prelado tradicionalista, pela postura de rejeição a todos os sentidos da modernidade, pela condenação dos inimigos da ordem cristã e pela defesa da instituição católica como a única e legítima portadora de toda a verdade¹¹¹.

¹⁰⁸ ZULIAN, R. W. Velhos bispos, novos tempos: D. Antonio Mazzarotto e o aggiornamento conciliar. In: Congresso Internacional de História, 21 a 23 de setembro de 2011. **Anais** [...] Maringá: 2011. Disponível em: <<http://www.cih.uem.br/anais/2011/trabalhos/143.pdf>>. Acesso em jan. 2023.

¹⁰⁹ *Ibid.*, p. 2473.

¹¹⁰ *Ibid.*, p. 2479.

¹¹¹ *Ibid.*, p. 2477.

Conforme sustenta a historiadora, o “silêncio” do bispo a respeito de seu desencantamento com os rumos que a Igreja estava tomando a partir da CNBB e depois pelo teor reformista do Concílio Vaticano II, foi o caminho escolhido pelo prelado para sanar a indefinição que o perturbava: aceitaria o “*aggiornamento*” e, conseqüentemente, rejeitaria o modelo de Igreja no qual fora forjado, ou resistiria às ordens da maior autoridade católica na Terra (o papa) e, por sua vez, cairia em desgraça por sua própria consciência, haja vista que a obediência compunha o conjunto de práticas e condutas defendidas pelo bispo¹¹².

A trajetória seguida por Dom Antonio Mazzarotto o enquadra como bispo estrategista, singular e fiel aos princípios adotados desde o período de formação. A devoção mariana, por exemplo, o acompanhou antes mesmo do início de seu bispado, quando em 1925 assumiu a direção da Congregação Mariana (CM), da diocese de Curitiba. Conforme assevera Zulian¹¹³, Maria, a mãe de Jesus Cristo, foi a base da vida religiosa de Dom Mazzarotto, e dessa forma, culminou com um episcopado forjado e aplicado por meio do marianismo. Dentre as tantas articulações feitas pelo bispo estrategista, a adoção e implementação do estatuto da Ação Católica de Pio XI à diocese de Ponta Grossa faz jus ao adjetivo do religioso. O programa da Ação Católica compunha o pacote de Pio XI (1922-1939) a respeito da Restauração Católica, ou seja, todo o processo de transformação do catolicismo já analisado acima. Esse programa, de acordo com seu idealizador, serviria para fomentar a participação do leigo na vida apostólica, porém, diferente do que ocorria anteriormente, esse leigo seria disciplinado e teria suas ações controladas e arquitetadas pela hierarquia da Igreja¹¹⁴.

No Brasil, o mencionado programa entrou em vigor em junho de 1935, adotando o modelo italiano, centralizado, verticalizado e com forte teor da autoridade da hierarquia. Desse modo, os leigos atuantes na Ação Católica passariam a atuar na recatolização das realidades em que estavam inseridos: fábricas, sindicatos, política e intelectualidade. Ou seja, tratava-se de um projeto cuja essencialidade permeava a

¹¹² ZULIAN, R. W. Velhos bispos, novos tempos: D. Antonio Mazzarotto e o *aggiornamento* conciliar. In: Congresso Internacional de História, 21 a 23 de setembro de 2011. **Anais** [...] Maringá: 2011. Disponível em: <<http://www.cih.uem.br/anais/2011/trabalhos/143.pdf>>. Acesso em jan. 2023.

¹¹³ ZULIAN, R. W. Ação Católica e marianismo na diocese de Ponta Grossa (PR): conflitos e estratégias de acomodação. In: ANAIS DO IV ENCONTRO NACIONAL DO GT HISTÓRIA DAS RELIGIÕES E DAS RELIGIOSIDADES – ANPUH - Memória e Narrativas nas Religiões e nas Religiosidades. **Revista Brasileira de História das Religiões**. Maringá (PR) v. V, n. 15, jan/2013. Disponível em: <<http://www.dhi.uem.br/gtreligiao/anais4/st2/1.pdf>>. Acesso em fev. 2023.

¹¹⁴ *Ibid.*, p. 5.

maior ingerência da Igreja na vida social e cotidiana, um objetivo primordial para uma instituição que buscava restabelecer a hegemonia frente ao Estado cada vez mais secularizado e a caminho dos “vícios” do mundo moderno. Além do mais, para melhor execução das metas pretendidas pelo programa, a Ação Católica dividia os fiéis em grupos de acordo com a idade e sexo - Homens da Ação Católica: acima dos 30 anos ou casados sem limitação etária; Liga Feminina da Ação Católica: acima dos 30 anos ou casadas sem limitação etária; Juventude Católica Brasileira: meninos entre 14 e 30 anos; Juventude Feminina Católica: meninas entre 14 e 30 anos¹¹⁵.

Três anos depois da divulgação do estatuto da Ação Católica Brasileira, Dom Antonio Mazzarotto, por meio de sua periódica carta pastoral, exortou a comunidade diocesana a ingressar no programa de Pio XI. Contudo, realizando uma espécie de leitura dos movimentos leigos que já atuavam no interior da diocese, o bispo singular promoveu uma adequação do programa da Ação Católica à estrutura em pleno exercício apostólico, ou seja, sem suplantar as demais organizações leigas desde há muito a serviço da propagação do catolicismo romanizado. Para citar algumas, as Damas da Caridade, a Sociedade São Vicente de Paulo e a própria Congregação Mariana, diferente do que ocorrera noutras dioceses Brasil afora, não geraram conflitos catastróficos. Como salientado por Zulian, “D. Antonio, ao destacar nominalmente as diversas associações religiosas da diocese, parece ter tentado prevenir, mediante a valorização do trabalho de apostolado leigo já existente na diocese, conflitos que já se configuravam no país”¹¹⁶.

Portanto, a acomodação dos pressupostos da Ação Católica em Ponta Grossa, pode ser compreendida como uma interpretação *sui generis* do estatuto do programa ao bel-prazer do bispo. Tal situação justifica a pouca menção à Ação Católica pelo bispado local, o que corrobora com a tese da historiadora.

[...] Na diocese de Ponta Grossa, o movimento mariano, mesmo antes da organização diocesana, estava integrado às vivências religiosas da população. No entanto, não encontramos no jornal ou em outras publicações, nem mesmo no Tombo da paróquia ou da diocese, qualquer menção à Ação Católica, excetuando-se as cartas pastorais de 1938 e 1939. [...] D. Antonio sabia as diferenças e semelhanças entre a Ação Católica e as CCMM ou qualquer outra associação religiosa. D. Antonio, sem desconsiderar os objetivos da nova associação nem seu mentor, o Papa, estrategicamente

¹¹⁵ ZULIAN, R. W. Ação Católica e marianismo na diocese de Ponta Grossa (PR): conflitos e estratégias de acomodação. In: ANAIS DO IV ENCONTRO NACIONAL DO GT HISTÓRIA DAS RELIGIÕES E DAS RELIGIOSIDADES – ANPUH - Memória e Narrativas nas Religiões e nas Religiosidades. **Revista Brasileira de História das Religiões**. Maringá (PR) v. V, n. 15, jan/2013. Disponível em: <<http://www.dhi.uem.br/gtreligiao/anaiss4/st2/1.pdf>>. Acesso em fev. 2023.

¹¹⁶ *Ibid.*, p. 7.

acomodou aquela a uma realidade já existente e a reflexões já feitas, como a oração, os bons exemplos e o apostolado¹¹⁷.

Essa realidade também se apresentou quando a Igreja Católica passou a dedicar maiores atenções à categoria operária melhor organizada na cidade durante a primeira metade do século XX. Usando, estrategicamente, os pressupostos da Ação Católica sem citá-los, Frei Elias Zulian, um religioso capuchinho, promoveu uma integração identitária dos sujeitos históricos vinculados à classe ferroviária. Quando chegou em Ponta Grossa, o capuchinho havia sido informado que enfrentaria um ambiente avesso à religião, uma vila de operários ferroviários contaminada pelas doutrinas comunistas e anarquistas¹¹⁸. Naquele momento, o pensamento da Igreja, solidificado pela Restauração Católica, procurava combater “o perigo vermelho” interpretado como causador da luta de classes, um princípio divisionista - inaceitável para o modelo hierarquizado da Igreja. Dessa forma, ao lançar o religioso capuchinho em meio à comunidade, *a priori* identificada como espaço dificultoso para a penetração do ideal católico pretendido pela Reação Católica, a Igreja procurava controlar e reeducar os indivíduos ali instalados:

[...] com um discurso de compensação e reparação material, espiritual e moral a Igreja se lançou ao trabalho de arrebanhar os trabalhadores expostos tanto à miséria quanto ao discurso comunista. O valor da estabilidade foi destacado no discurso católico, em oposição ao discurso revolucionário comunista que, ao contrário de proteger e assegurar, lançaria o operário no confronto e a luta de classes¹¹⁹.

Foi em meio às barganhas do bispo a respeito da Ação Católica que Frei Elias assumiu as atividades da primeira capelania e depois paróquia São Cristóvão. Chegando na cidade em 1952, o capuchinho passou a lidar com as transformações tanto materiais quanto espirituais da comunidade localizada na Vila Oficinas - bairro ponta-grossense. Após a elevação da comunidade à condição de paróquia, em 1955, os trabalhos do Frei foram intensificados, sempre na ânsia de servir ao projeto da

¹¹⁷ ZULIAN, R. W. Ação Católica e marianismo na diocese de Ponta Grossa (PR): conflitos e estratégias de acomodação. In: ANAIS DO IV ENCONTRO NACIONAL DO GT HISTÓRIA DAS RELIGIÕES E DAS RELIGIOSIDADES – ANPUH - Memória e Narrativas nas Religiões e nas Religiosidades. **Revista Brasileira de História das Religiões**. Maringá (PR) v. V, n. 15, jan/2013. Disponível em: <<http://www.dhi.uem.br/gtreligiao/anais4/st2/1.pdf>>. Acesso em fev. 2023, p. 13.

¹¹⁸ Para mais informações, ver: ZULIAN, R. W. Entre os operários: Igreja Católica, anticomunismo e trabalhadores ferroviários em Ponta Grossa (1952-1976). In: **II Simpósio Internacional da ABHR - XV Simpósio Nacional da ABHR - II Simpósio Sul da ABHR - História, gênero e religião: violências e direitos humanos**. 25 a 29 de julho de 2016. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis.

¹¹⁹ *Ibid.*, p. 6-7.

Igreja que visava à solução pacífica e ordeira de qualquer atrito entre patrões e empregados¹²⁰.

A própria diretoria da Rede de Viação Paraná-Santa Catarina (RVPSC) possuía boa e interessada relação para com o Frei, tendo em vista o papel mediador entre as possíveis insurgências dos operários e a direção da Rede. Foi com o objetivo de conduzir o proletariado ferroviário de forma harmoniosa, principalmente depois das frequentes participações nas greves de 1908, 1917 e 1920, que Frei Elias ingressou na comunidade retratada como distante dos princípios da religião. Contudo, no contato diário com os trabalhadores e seus familiares, o religioso percebeu o oposto do que imaginava ter de lidar, isto é, presenciou uma acolhida, um sentimento de reciprocidade para com sua pessoa. Talvez, ao apresentar-se como um sacerdote a serviço do programa da Ação Católica, sem deixar de assumir sua responsabilidade junto à comunidade, auxiliando-a no desenvolvimento, Frei Elias tenha ressignificado a identidade católica dos fiéis por ele assistidos. Ou seja, “esses homens e mulheres fizeram-se católicos, se é que algum dia não o tivessem sido, a partir do capital simbólico do frei, no interior da vida e dos espaços ferroviários”¹²¹. Dessa maneira, o religioso cumpria sua missão duplamente, por um lado, sua ação junto aos ferroviários cristianizava as práticas da classe, evitando que a mesma fosse seduzida pelos ideais “vermelhos”, e, por outro, contribuía com a melhoria de vida dos ferroviários, desenvolvendo a região em que habitavam e negociando junto aos patrões os inevitáveis descontentamentos intrínsecos ao ofício¹²².

Este capítulo procurou desenvolver, por meio da bibliografia apurada, a contextualização do modelo assumido pelo catolicismo após 1916. Ou seja, procuramos apresentar ao leitor os principais momentos e estratégias que marcaram o período da Neocristandade. Os termos “Restauração Católica”, “Reação Católica” e “Ação Católica” foram inseridos ao texto para sustentar a já consolidada historiografia política da Igreja Católica no Brasil.

Ao passo que estabelecemos diálogos com os estudos já realizados sobre a fase de Restauração Católica, percebemos tensões entre o episcopado nordestino e

¹²⁰ ZULIAN, R. W. Entre os operários: Igreja Católica, anticomunismo e trabalhadores ferroviários em Ponta Grossa (1952-1976). In: **II Simpósio Internacional da ABHR - XV Simpósio Nacional da ABHR - II Simpósio Sul da ABHR - História, gênero e religião: violências e direitos humanos**. 25 a 29 de julho de 2016. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis.

¹²¹ *Ibid.*, p. 12.

¹²² *Ibid.*, p. 13.

o paranaense, em especial, a partir dos anos 1950, quando da criação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Desse modo, diagnosticamos que, enquanto a Igreja, a partir dos bispos do Nordeste, empregava uma ação pastoral “reformista”, ou seja, enfocada na justiça social e superação das mazelas que há muito assolavam as regiões nordestina e amazônica, a província eclesiástica paranaense se mantinha cética à mudança, principalmente por enxergar num de seus ideólogos (Dom Hélder Câmara) um “inimigo” da tradição. Por isso, levando-se em consideração o bispado de Dom Antonio Mazzarotto, conservador e antimoderno, consideramos haver continuidades no projeto de Neocristandade durante a década de 1950 e 1960, ambas abarcadas por esta dissertação, junto à sociedade católica local.

Sob a égide desse projeto, os políticos que postulavam cargos públicos eletivos, cujo capital eleitoral estivesse em Ponta Grossa, precisavam levar em conta o voto desses católicos, educados e doutrinados segundo a ótica do bispado. Portanto, compreender como determinado modelo de formação católica foi empregado na cidade, constituiu um dos objetivos deste texto, pois a partir disso, problematizar a dimensão das campanhas eleitorais e a identificação do eleitor com uma candidatura vinculado à sua religião - em nosso caso a religião católica -, tornou-se possível.

3 AS AGREMIÇÕES PARTIDÁRIAS E A IMPRENSA ESCRITA COMO INSTRUMENTOS DE MEDIAÇÃO ENTRE O REAL E O DISCURSO

Georg Simmel¹²³ foi implacável ao sustentar a “natureza sociológica do conflito” como fenômeno de sociação. Na política, tal conceito tem aplicação inequívoca, sobretudo quando se pretende discutir e analisar os constantes trânsitos partidários. Aliás, assim como na religião, em que as experiências religiosas, por vezes, são praticadas indiscriminadamente configurando o chamado trânsito religioso¹²⁴ oriundo da fragmentação do campo religioso brasileiro, poroso e diversificado¹²⁵ por excelência; a política partidária segue caminho semelhante.

Dessa forma, este capítulo buscará apresentar ao leitor as disputas, as articulações, as estratégias e os conflitos que envolveram os grupos políticos ávidos pelo poder ponta-grossense entre 1947 e 1963.

Portanto, as páginas aqui redigidas procuram detalhar as articulações, as tensões e as estratégias envolvendo atores políticos no que se refere à realização do interesse em comum: a conquista do poder local. Para efetivação desse objetivo, serão apresentados alguns momentos de intensa fabricação de sociabilidade, sobretudo com a Igreja Católica e setores conservadores, segundo pilar desta produção historiográfica. Isto é, entende-se que o capital político desses atores não emerge desconexo da realidade e das práticas nas quais eles estavam inseridos. Dessa forma, o epicentro deste trecho trata de problematizar uma parcela da trajetória política dos indivíduos e apresentar como estes exploraram a cultura religiosa, expressa pelo catolicismo, bem como de que maneira estiveram inseridos no projeto católico à época: o de reação aos pressupostos laicistas, espíritas, protestantes, judaicos, comunistas, anarquistas e liberais. Compreendemos como momento essencial para aferir a relação entre os candidatos e o catolicismo, o processo eleitoral – em especial as eleições ponta-grossenses de 1955, 1959 e 1963. No entanto, também serão considerados outros episódios em que a tal relação envolvendo os atores políticos mapeados pela pesquisa durante a década merecerem destaque –

¹²³ SIMMEL, Georg. A natureza sociológica do conflito. In: MORAES FILHO de, Evaristo (Org.). **Georg Simmel (1858-1918): sociologia**. Trad. de Carlos Alberto Pavenelli, et al. São Paulo: Ática, 1983.

¹²⁴ ALMEIDA, R.; MONTERO, P. Trânsito religioso no Brasil. **São Paulo em perspectiva**, São Paulo, v. 15, n. 3, p. 92-101, Julho-Setembro, 2001. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/spp/a/ccq85SjmLJtY7WcPynRJcs/abstract/?lang=pt>>. Acesso em jun. 2022.

¹²⁵ ISAILA, Artur Cesar. O campo religioso brasileiro e suas transformações históricas. **Revista Brasileira de História das Religiões**, Maringá, ANPUH, v. 1, n. 3, janeiro 2009. Disponível em: <<https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/RbhrAnpuh/article/view/26675>>. Acesso em fev. 2022.

como as ascensões à deputação e aos cargos de primeiro escalão do governo estadual.

As fontes consultadas por esta pesquisa não falam por si só. Carecem de problematização e de metodologização tanto interna quanto externa. O historiador Jeanneney, apresenta a seguinte indagação acerca da mídia e sua correlação com a sociedade, com a política, com a igreja, entre outros: “[...] qual a influência da mídia sobre a opinião pública e quais são os meios de que o Estado, os governantes, os partidos políticos, os grupos de pressão dispõem para pressionar a imprensa escrita, falada ou televisiva e, através dela, a opinião pública?”¹²⁶. Para o autor, não se pode desconsiderar o impacto da imprensa nos comportamentos políticos e na distribuição dos votos, contudo, deve-se analisar a mídia com acuidade, sem exagerar sua capacidade de ingerência. Por exemplo, salienta o historiador, é comum que tanto o governo quanto a oposição tentem depositar na mídia uma responsabilidade, por vezes, incompatível com sua real ação. Do lado governista, isso geralmente acontece quando o desgaste e a popularidade em decadência começam a preocupar os situacionistas. Dessa forma, o governo passaria a acusar a imprensa de distorcer suas medidas governamentais e vinculá-la à oposição. Por outro lado, a oposição seria responsável pela proliferação do discurso segundo o qual o governo exerceria um domínio completo da mídia e por consequência estaria esta a serviço daquele.

Com intuito de ultrapassar essa máxima, especialmente quando o proponente se trata de um acadêmico, sugere o historiador dois pontos a serem observados no que tange a tal influência dos poderes públicos e dos grupos de pressão sobre a mídia. O primeiro ponto exige que o historiador rastreie os aportes financeiros investidos nos periódicos, os acordos com as secretarias e ministérios imbuídos do dever de realizar os repasses orçamentários. Ou seja, atualmente, uma consulta aos contemplados pelas concessões públicas de rádio e televisão não pode ser ignorada em estudos sobre a influência da mídia nas eleições¹²⁷. O segundo ponto é ancorado na leitura fisiológica da imprensa, isto é, verificar “suas engrenagens”. Conhecer os indivíduos que dirigem os periódicos, as trocas no comando editorial, as criações e os cancelamentos de colunas, tudo isso seria necessário para que o pesquisador conseguisse fugir dos argumentos exagerados dos grupos políticos antagônicos. Ao

¹²⁶ JEANNENEY, J. A Mídia. In: RÉMOND, R. **Por uma história política**. Rio de Janeiro: FGV, 2003, p. 215.

¹²⁷ Vide o conceito de “coronelismo eletrônico” para maiores informações.

fazer o exercício investigativo, inclusive, chamado por Jeanneney de “prosopografia dos jornalistas e dos dirigentes da imprensa”, o olhar acadêmico conseguiria aproximar-se das relações inerentes à trajetória desses atores sociais. Conclui o historiador:

A história política dos meios de comunicação deve enriquecer-se com um estudo da “socialização” dos homens, da formação de suas opiniões ao longo de seu itinerário particular. Ela deve dedicar especial atenção às gerações unidas pelas mesmas lembranças, que acarretam (frequentemente, mas nem sempre...) solidariedades instintivas¹²⁸.

A mídia investigada nesta dissertação é, em suma, a imprensa escrita. Os periódicos sediados na capital paranaense: *O Dia*, *A Tarde*, *Diário do Paraná*, *Correio da Noite*, *Última Hora*, *O Estado*, *A Divulgação*, alguns desses com sucursal presente na cidade de Ponta Grossa e as duas folhas locais: *Diário dos Campos* e *Jornal da Manhã*, compõem o universo explorado. Será através do conteúdo produzido por eles que nossa pesquisa estabelecerá conexões e apresentará ao leitor considerações prováveis a respeito do fato problematizado. Um detalhe crucial precisa ser levado em consideração, fato esse que diferencia nosso trabalho de pesquisas como a de Nívio Campos. O livro “*Intelectuais e a Igreja Católica no Paraná: 1926-1938*”, é constituído por duas vertentes classificadas pelo autor como específicas para estudar o fenômeno por ele proposto: os periódicos católicos e a *Revista do Círculo de Estudos Bandeirantes* (CEB) somada as cartas do padre Miele e os discursos de paraninfos vinculados ao CEB¹²⁹. Os tais periódicos – *A Cruzada*, *O Luzeiro*, *Cruzeiro* e *O Alvor* – são classificados como espaços de difusão e organização moral disciplinador dos interesses e doutrinas católicos. Foram organizados e dirigidos por grupos de leigos católicos atrelados ao projeto romanizador da Igreja Católica na primeira metade do século XX, ou seja, são detentores de princípios e de alvos bem definidos. Em nosso caso, exploramos jornais seculares, o que significa que o horizonte das matérias, das publicações e dos tensionamentos neles produzidos são circunscritos em um universo amplo.

O fato de os jornais abarcados nesta dissertação não possuírem fundações enraizadas explicitamente na Igreja Católica, não significa estarem distantes do projeto católico romanizador em voga à época. Durante o recorte selecionado neste

¹²⁸ JEANNENEY, J. A Mídia. In: RÉMOND, R. **Por uma história política**. Rio de Janeiro: FGV, 2003, p. 222.

¹²⁹ CAMPOS, Nívio de. **Intelectuais e Igreja Católica no Paraná: 1926-1938**. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2010.

texto, o *Diário dos Campos*, por exemplo, esteve sob a direção de José Hoffmann, um católico que assinou as diretrizes da Liga Eleitoral Católica (L.E.C.) em 1954, tendo assim, seu nome entre os candidatos a deputado estadual referendados pela Igreja. O *Jornal da Manhã*, fundado em 1954, não teve seu diretor-superintendente sufragado pela mesma instituição religiosa, pois Petrônio Fernal não figurou na lista divulgada pela L.E.C. Contudo, a partir de 1962, o jornal passou a configurar explicitamente o projeto católico leigo, uma vez que assumia a direção do periódico João Vargas de Oliveira, outro católico com nome na lista da L.E.C. em 1954. Mesmo que não possuísse um dirigente explicitamente vinculado à Igreja Católica até início dos anos 1960, o *Jornal da Manhã*, a exemplo de seu concorrente *Diário dos Campos*, lidava cotidianamente com um público leitor de maioria católica. Dessa forma, durante os momentos eleitorais, procurava explorar a cultura católica, seja vinculando seus jornalistas aos candidatos e grupos políticos com boa relação com a Igreja¹³⁰, seja apresentando seus candidatos como cristãos ou homens exemplares, dignos do voto da comunidade de fé.

Para a historiadora Aline Coutrot, a importância da “imprensa engajada” confessional tem sua justificativa no seletivo grupo para o qual ela se dirige. Os assuntos por ela reportados ecoam com facilidade e com teor orientador no seio do público leitor, por isso, o conceito “engajada” se encaixa com muita propriedade à definição apresentada pela autora. Segundo ela:

A imprensa confessional tem com os movimentos mais de uma analogia. Como eles, são órgãos militantes que querem fazer a mensagem cristã penetrar nas realidades do mundo contemporâneo: mantêm estreita relação com seus leitores, que às vezes constituem verdadeiros movimentos, redes de difusores benévolos e que se reúnem em congressos. A influência da imprensa confessional é tanto maior na medida em que seus leitores são em geral fiéis, na maioria assinantes, e que o coeficiente de difusão é elevado. O jornal cristão é lido em família¹³¹.

Por outro lado, adverte a historiadora, a imprensa não confessional atuante em determinada época pode ser administrada por equipe de militantes e simpatizantes cristãos. Coutrot cita como exemplo o jornal *Ouest France*, uma vez que seu texto tem como foco o catolicismo francês do século XX e sua atuação política. Em sua análise, a fundação de hebdomadários, mensários, folhas e revistas sob a direção de militantes

¹³⁰ Heitor Ditzel, por exemplo. Vereador pelo Partido Social Democrático (1947-1951, 1951-1955) e candidato a prefeito em 1959, assinava a coluna “Flashes Locais” no *Jornal da Manhã*. O político possuía boas relações com a Igreja Católica.

¹³¹ COUTROT, A. Religião e Política. In: RÉMOND, R. **Por uma história política**: Rio de Janeiro: FGV, 2003, p. 348.

empenhados em formar a opinião pública pode ter como pano de fundo “um sistema de valores cristãos”¹³², e este sistema esbarra no trato das reportagens e matérias relativas aos variados temas sociais – cultura, economia, política, ética, moral.

Dessa forma, esta dissertação dialoga com o segundo grupo diagnosticado pela historiadora francesa, uma vez que a Diocese de Ponta Grossa não possuía um jornal confessional escrito durante o período recortado pela pesquisa.

A respeito do produto final dos jornais, sejam eles confessionais ou seculares, a escritura, trata-se de um conjunto de sinais codificados pela linguagem¹³³. A escritura, por sua vez, tem como intuito interpretar a realidade social a partir do crivo do agente histórico, ou seja, não se trata da realidade pura e “verdadeira”, mas uma descrição do fato filtrado, adaptado e codificado pela vida cotidiana do enunciador. De acordo com Schopenhauer, a isso dá-se o nome “representação”:

Verdade alguma é, portanto, mais certa, mais independente de todas as outras e menos necessitada de uma prova do que esta: o que existe para o conhecimento, portanto o mundo inteiro, é tão-somente objeto em relação ao sujeito, intuição de quem intui, numa palavra, representação¹³⁴.

O enunciado pelo agente histórico através da linguagem escrita é endereçado a alguém. Portanto, a interpretação do jornalista sobre a realidade na qual estava inserido contém “atos e posições”, conforme estudado por Prost¹³⁵. Tanto os ditos “atos e posições” quanto os “personagens do discurso” orbitam a produção de sentidos e significados da enunciação, trata-se da estratégia de aproximação ou de reverberação do que foi dito/escrito. Ou seja, as produções jornalísticas contidas nesta dissertação são subordinadas ao jogo discursivo e representativo da realidade social interpretada pelos escritores da época. As próprias campanhas esboçadas nas páginas desses periódicos são fruto dessa tendência representativa.

Toda essa estrutura teorizada deve-se ao objetivo final da escritura: a compreensão e a simpatia da opinião pública (ou das opiniões públicas). Becker¹³⁶ advertiu os historiadores a respeito da complexidade do conceito de opinião pública, mesmo assim, não hesitou em discuti-la. Desse intelectual, interessa-nos a

¹³² COUTROT, A. Religião e Política. In: RÉMOND, R. **Por uma história política**: Rio de Janeiro: FGV, 2003, p. 350.

¹³³ Sobre a linguagem e a vida cotidiana ver BERGER, P.; LUCKMAN, T. **A construção social da realidade: tratado da sociologia do conhecimento**. Petrópolis: Vozes, 1985.

¹³⁴ SCHOPENHAUER, A. **O mundo como vontade e como representação**, I Tomo. São Paulo: Editora UNESP, 2005, p. 43.

¹³⁵ PROST, A. As palavras. In: RÉMOND, R. **Por uma história política**: Rio de Janeiro: FGV, 2003.

¹³⁶ BECKER, Jean-Jacques. A opinião pública. In: RÉMOND, R. **Por uma história política**: Rio de Janeiro: FGV, 2003.

justificativa de que a imprensa pode ser um lugar de interpretação da opinião pública, ainda que não seja única. Em caso de uma tribuna livre da censura governamental ou fora da instrumentalização por parte do setor governante, pode-se ter na imprensa um mediador entre o real e a opinião de um grupo social. O historiador elenca os resultados eleitorais (em caso de eleições livres) e os testemunhos de época como outras fontes para se analisar a opinião pública, destacando o caráter complexo e abrangente. Para nossa pesquisa, importa que os jornais investigados pretendiam chegar nessa opinião pública ponta-grossense moldando e sendo moldado por ela, na intenção de fazer ecoar as paixões políticas dos sujeitos.

Sobre os partidos políticos, Serge Berstein¹³⁷ atribuiu o conceito de mediador político entre um problema e o discurso. Atuando por meio desse hiato, os partidos são compelidos a traduzir a realidade vivida (campo do concreto, da materialidade) e as aspirações políticas, que são de origem discursivas, especulativas e representativas. Os partidos organizam as tendências e as reivindicações da realidade social e as traduzem em possibilidades de agência. Dessa forma, pautas à esquerda ou à direita são configuradas no interior das agremiações e operacionalizadas a partir das possibilidades.

3.1 O CONTEXTO DA QUARTA REPÚBLICA BRASILEIRA (1945-1964): BREVES CONSIDERAÇÕES

O historiador Batistella¹³⁸, especialista nas discussões políticas paranaenses do século XX, reúne uma gama de escritos sobre a trajetória do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) no Estado; sobre a configuração da Aliança Renovadora Nacional (ARENA); sobre os próceres atuantes no Paraná, entre outros. Parafraseando o primeiro parágrafo de seu artigo “O Partido Trabalhista Brasileiro no Paraná (1945-1965)”, podemos apresentar um esboço do cenário nacional à época.

A derrocada dos países do Eixo na Segunda Grande Guerra, o retorno prestigiado da Força Expedicionária Brasileira (FEB), somado às pressões internas por abertura política, impuseram a Getúlio Vargas a preparação do Brasil para uma

¹³⁷ BERSTEIN, S. Os partidos. In: RÉMOND, R. **Por uma história política**: Rio de Janeiro: FGV, 2003.

¹³⁸ BATISTELLA, A. O Partido Trabalhista Brasileiro no Paraná (1945-1965). **Topoi (Rio J.)**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 32, p. 257-286, jan./jun. 2016. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/topoi/a/GCfVL6vYq96KFny98cz58n/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em 3 ago. 2022.

nova fase histórica: a Quarta República – ou como classificado por Châtelet, Duhamel e Pisier uma fase de atuação do “Estado-Gerente”. Essa curta fase, que vigorou com enormes dificuldades e desvios de função¹³⁹ reorganizou o sistema eleitoral e político do país. A lei Agamenon, por exemplo, além de agendar a data do pleito eleitoral para presidência da República para dezembro de 1945, também versou sobre a obrigatoriedade de os partidos interessados nas disputas eleitorais adotarem um caráter nacional, ou seja, sucumbia o *ancien régime* das oligarquias organizadas sob siglas regionalistas (Partido Republicano Paulista, Partido Republicano Mineiro, Partido Republicano Paranaense e assim por diante). Isso não significou o fim das oligarquias políticas propriamente ditas, mas exigiu suas respectivas reorganizações.

Portanto, fruto desse contexto, organizou-se os três principais partidos do período: o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), o Partido Social Democrático (PSD) e a União Democrática Nacional (UDN). Em linhas gerais, os getulistas organizaram-se nas duas primeiras siglas, sendo os trabalhadores urbanos no PTB e o segmento rural no PSD. Por outro lado, coube à UDN abrigar as forças contrárias a Getúlio Vargas. Tratando-se de grupos heterogêneos e compostos por figuras articuladoras, tanto as siglas getulistas quanto a antigetulista formaram dissidências ao longo dos anos, criando novas agremiações, ora moderadas, ora radicais em relação a antiga filiação¹⁴⁰.

Tendo renovado uma parte da classe política em 1945, o primeiro processo eleitoral pós-Estado Novo prosseguiu em 1947. Além de habilitar parte do Congresso Nacional por meio do sufrágio, em âmbito estadual também ocorreram pleitos eleitorais em consonância à Constituição de 1946. Em algumas unidades federativas ainda predominou a nomeação presidencial para o cargo executivo, noutras a escolha foi por sufrágio direto. Naquela ocasião, o Paraná elegeu para o cargo de governador, por ampla maioria, Moysés Lupion (PSD), numa estratégia tensa e conflituosa que envolveu pessedistas, trabalhistas adeptos ao lupionismo e parcela da imprensa

¹³⁹ Criminalização do Partido Comunista em 1947, suicídio político de Getúlio Vargas em 1954, Movimento de 11 de novembro de 1955 para garantir a posse dos eleitos Juscelino Kubitschek (PSD) e João Goulart (PTB), a implementação do Parlamentarismo às escuras em 1961 etc. (FAUSTO, Bóris (Org.). **História Geral da Civilização Brasileira (Tomo III) – O Brasil Republicano – Economia e Cultura (1930-1964)** v. 11. Rio de Janeiro, Editora Bertand Brasil Ltd. 2007).

¹⁴⁰ BATISTELLA, A. O Partido Trabalhista Brasileiro no Paraná (1945-1965). **Topoi (Rio J.)**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 32, p. 257-286, jan./jun. 2016. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/topoi/a/GCfVL6vYq96KFny98cz58n/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em 3 ago. 2022.

paranaense adquirida pelo político¹⁴¹. O derrotado, Bento Munhoz da Rocha Netto (PR), era integrante das antigas famílias oligárquicas do Paraná, envolvidas, inclusive, com a elevação de Curitiba à arquidiocese em meados de 1926, criação das dioceses de Ponta Grossa, de Jacarezinho e a prelazia de Foz do Iguaçu¹⁴².

3.1.1 João e José: uma trajetória de compadres?

Em Ponta Grossa, a retomada das eleições diretas para a escolha dos vereadores e do prefeito foi agendada para 16 de novembro de 1947, um domingo. O pleito em questão teve dupla importância. A primeira, por se tratar da primeira eleição municipal pós-Estado Novo. A segunda, por contar com a participação dos dois principais atores políticos da cidade entre os anos abrangidos pela pesquisa. Isto é, João Vargas de Oliveira, udenista convicto e José Hoffmann, histórico prócer trabalhista com breves passagens por outras agremiações. Presentes logo na primeira disputa política direta, ainda que objetivando cargos diferentes – Vargas de Oliveira disputou o executivo e Hoffmann uma vaga no legislativo municipal –, o duelo travado entre ambos foi a tônica durante as duas décadas seguintes, muitas vezes, indiretamente, ou seja, por meio de embates entre os grupos por eles apadrinhados.

Muito já se escreveu sobre a trajetória jornalística, empresarial e pessoal de José Hoffmann. O historiador Chaves¹⁴³, por exemplo, esmiúça o uso que Hoffmann fez do periódico local *Diário dos Campos*, o qual era dono entre 1931 e 1962, para promover uma cidade ideal de se viver, criticar os problemas inerentes ao processo de urbanização, bem como combater as ideologias interpretadas pelo jornalista como inadmissíveis com o aspecto moral e católico do povo ponta-grossense. Outros escritos¹⁴⁴ do mesmo autor trataram da origem familiar e católica do jornalista,

¹⁴¹ O periódico *O Dia* (Curitiba); *Correio do Paraná* (Londrina); uma porcentagem da *Gazeta do Povo* (Curitiba) e a emissora de rádio *Sociedade Guairacá Ltda.* Além de outras emissoras espalhadas pelo interior do estado (BATISTELLA, A. A trajetória de Ailton de Souza Naves no PTB paranaense (1945-1959). **História: Questões & Debates**, Curitiba, v. 63, n. 2, jul./dez. 2015. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/historia/article/view/41490>>. Acesso em 06 mar. 2023).

¹⁴² ZULIAN, R. W. Jogos discursivos na criação da diocese de Ponta Grossa (PR). In: **Revista Brasileira de História das Religiões**. Maringá, ANPUH, Ano V, n. 14, Setembro 2012. Dossiê Questões teórico-metodológicas no estudo das religiões e religiosidades - Volume II. Disponível em: <<https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/RbhrAnpuh/article/view/30245>>. Acesso em 20 out. 2022.

¹⁴³ CHAVES, N. B. **A Cidade Civilizada: discursos e representações sociais no Jornal Diário dos Campos – Década de 1930**. Curitiba: Ed. Quatro Ventos, 2001.

¹⁴⁴ CHAVES, N. B. Os "problemas citadinos" em uma "cidade civilizada": estratégias discursivas de um intelectual polivalente no jornal *Diário dos Campos* - Ponta Grossa (década de 1930). In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA UEPG-UNICENTRO, 2., 2015, Ponta Grossa. **Anais** [...] Ponta Grossa: UEPG, 2015. p. 1-12.

ênfatizando sua habilidade frente ao jornal, situação que, em partes, o consagrou como hábil político e articulador estratégico.

Caso semelhante já se fez com João Vargas de Oliveira. Tizot¹⁴⁵ trouxe à baila uma parte da historicidade do *Jornal da Manhã*, concorrente direto do *Diário dos Campos*, explorando o anticomunismo presente no periódico no ano do golpe de Estado (1964). Apresentando Vargas de Oliveira, proprietário do periódico entre 1962 e 1967, como próspero comerciante local, católico e anticomunista fervoroso, por meio dos discursos e representações promovidos por ele nas colunas jornalísticas, a pesquisadora corrobora com a problemática estabelecida neste escrito. Dados de cunho biográfico, parentesco detalhado e capital financeiro da família Vargas de Oliveira há muito já se escreveu¹⁴⁶. Ou seja, para informações complementares sobre a vida pessoal e profissional dos atores aqui pormenorizados, *vide* as referências destacadas.

A relação entre João Vargas de Oliveira e José Hoffmann não começou nas eleições de 1947. Um ano antes, o *Diário do Paraná*¹⁴⁷ noticiou a organização de uma sessão do júri de imprensa responsável pelo julgamento do então diretor do *Diário dos Campos*, José Hoffmann, por injúria e calúnia impressa¹⁴⁸. O apelante, tratava-se de Agostinho Brenner. A coluna jornalística divulgou os componentes da sessão: presidente, advogado de acusação e jurados. Eis que, dentre os sete jurados, figurava João Vargas de Oliveira. O desfecho do julgamento não foi encontrado. Aliás, isso pouco importa para o encadeamento das ideias aqui expressadas. Contudo, o registro da sessão não pode ser desconsiderado, pois evidencia o enfrentamento entre os dois políticos para além da arena eleitoral.

¹⁴⁵ TIZOT, I. L. S. da Luz. **Verde e amarelo, sem foice e sem martelo: ensino de História a partir das representações do anticomunismo no Jornal da Manhã de Ponta Grossa – 1964**. Ponta Grossa, 2020. Dissertação (Mestrado em História. Área de concentração, História, Culturas e Identidade). Universidade Estadual de Ponta Grossa.

¹⁴⁶ CHAMMA, Guísela V. Frey. **Ponta Grossa: o povo, a cidade e o Poder**. Ponta Grossa: [S N], 1988.

¹⁴⁷ O *Diário do Paraná*, sediado em Curitiba, tinha Caio Machado como diretor entre 1945 e 27 de agosto de 1947. A partir de 28 de agosto de 1947, a direção ficou a cargo de Romulo da Costa Faria e Kleber Lima Moreira. A gerência passou às mãos de Alir Ratacheski e Rubens Vargas. A partir de 5 de julho de 1946, [Leszeck] Bronislau Ostoja Roguski assumiu a função de diretor gerente do *Diário do Paraná*, cargo exercido até 11 de março de 1947. Roguski seria eleito deputado federal nos anos 1950, pela UDN, tendo seu nome apoiado pela Liga Eleitoral Católica em 1954.

¹⁴⁸ PELOS municípios. **Diário do Paraná**, 27 jul. 1946, Curitiba. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=171433&pagfis=1869>>. Acesso em 3 ago. 2022.

3.1.2 José Hoffmann: o articulador político

O lugar social em que José Hoffmann estava inserido possuía estreitos laços com a tradição católica. Pertencente a uma família de comerciantes bem-sucedida, os Hoffmann construíram patrimônio significativo na cidade. Em livro publicado em 2001, o historiador Chaves trouxe a seguinte definição sobre a vida pessoal do futuro prócer petebista,

[José Hoffmann] era filho de João Hoffmann e Ana Luiza Hoffmann. Seu pai foi um dos comerciantes mais prósperos de Ponta Grossa nas décadas iniciais do século XX. Russo-alemão de nascimento, João Hoffmann montou duas casas comerciais na cidade. [...] **Proveniente de família católica, José Hoffmann estudou nos Colégio Sant'Ana, dirigido pelas irmãs Missionárias Servas do Espírito Santo, no Instituto João Cândido e também no Colégio Diocesano São Luiz, todos em Ponta Grossa. Completou seus estudos na Escola Coração de Jesus em São Paulo.** Não frequentou curso superior, mas foi um autodidata, reunindo conhecimento nas mais variadas áreas como a filosofia, a política, a economia¹⁴⁹.

Antes de disputar a vereança ponta-grossense em novembro de 1947, José Hoffmann decidiu concorrer à deputação estadual, no início de 1947. Filiado, à época, ao inexpressivo Partido Proletário do Brasil (PPB), corrente dissidente do PTB e futuro Partido Social Trabalhista (PST), o jornalista não obteve êxito¹⁵⁰. Por outro lado, conseguiu a suplência de vereador em novembro, sendo o segundo mais votado do PST, atrás do titular Nelson Cata Preta¹⁵¹, político prestigiado e com franco reduto eleitoral junto aos ferroviários da Rede de Viação Paraná-Santa Catarina (RVPSC). Ao que tudo indica, Hoffmann assumiu vaga ociosa em posteriores chamadas na casa legislativa de Ponta Grossa, uma vez que em 1950, já na condição de vereador, entraria em atrito com o presidente da sigla pessedista, Roberto Barroso¹⁵². Conforme reportagem produzida pelo jornal *O Dia*, periódico ligado ao grupo de Moysés Lupion (PSD), Hoffmann estava sendo rifado internamente, pouco a pouco “esquecido” pelo grupo dirigente do partido. Sucessivas matérias foram produzidas sobre os litígios

¹⁴⁹ CHAVES, N. B. **A Cidade Civilizada: discursos e representações sociais no Jornal Diário dos Campos – Década de 1930**. Curitiba: Ed. Quatro Ventos, 2001, p. 47, grifo nosso.

¹⁵⁰ A MARCHA das apurações. **Diário do Paraná**, 1 fev. 1947, Curitiba. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=171433&pasta=ano%20194&pesq=&pagfis=3105>>. Acesso em 3 ago. 2022.

¹⁵¹ PONTA GROSSA 14.a e 15.a Zonas – Município de Ponta Grossa. **Diário do Paraná**, 29 dez. 1947, Curitiba. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=171433&pagfis=5209>>. Acesso em 3 ago. 2022.

¹⁵² O PST esqueceu seu vereador ponta-grossense. **O Dia**, 25 jan. 1950, Curitiba. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=092932&pasta=ano%20195&pesq=&pagfis=68154>>. Acesso em 4 ago. 2022.

envolvendo a política ponta-grossense pelo jornal curitibano *O Dia*. Isso se deve ao fato de possuir na cidade uma sucursal do mencionado jornal, sob a direção e supervisão de Lourival Santos Lima¹⁵³.

O desfecho da situação entre PST e Hoffmann levou o jornalista ao PTB, ainda em 1950. Pior para as hostes pissetistas foi a constatação do resultado do pleito estadual de outubro de 1950, em que obtendo votação expressiva, o ex-vereador rifado tornava-se deputado estadual – João Vargas de Oliveira (UDN), então prefeito de Ponta Grossa, também foi eleito deputado estadual¹⁵⁴, de acordo com a apuração noticiada pelo *A Tarde*¹⁵⁵.

A partir de então, iniciava-se o processo de tomada da sigla petebista ponta-grossense por José Hoffmann e seus asseclas. Marcado por intrigas, disputas internas, apadrinhamentos, construção de alianças estratégicas e expulsões, Hoffmann passaria nove anos filiado ao partido getulista.

Primeiramente, como demonstrativo de força política, foi necessário reorganizar o diretório do PTB ponta-grossense sob a nova influência. Na sequência, os trabalhistas deveriam preparar uma campanha digna de vitória, pondo fim a possível sucessão udenista à prefeitura. Nesse sentido, Hoffmann decidiu implodir a gestão do então presidente do diretório ponta-grossense, Francisco de Souza Neto. Aproveitando-se da ausência deste na cidade, convocou uma reunião com intuito de ser alçado à presidência da legenda. Tratado pelo jornal *A Tarde* como “golpezinho” e “infrutífero”, além de desdenhar da convocação para a reunião que, segundo o redator do jornal da capital, estava sendo divulgado há pelo menos um mês nas colunas do *Diário dos Campos*, *A Tarde* imprimiu forte discurso contra Hoffmann. Após acusar José Hoffmann de não saber nem mesmo onde se localizava a sede do PTB na cidade, *A Tarde* enalteceu a postura dos demais filiados do PTB, cerca de 150, que

¹⁵³ GUEBERT, C. A. **Da intelectualidade princesina, o coração do Brasil: trajetória, sociabilidades cívico-letradas e a plasticidade do sertão imaginado no círculo euclidiano (Paraná, meados do século XX)**. Curitiba, 2018, 300 p. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Paraná.

¹⁵⁴ APURAÇÕES parciais no Paraná. **A Tarde**, 18 out. 1950, Curitiba. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=797596&pasta=ano%20195&pesq=&pagfis=1329>>. Acesso em 4 ago. 2022.

¹⁵⁵ Em 1950 *A Tarde* tinha Protásio de Carvalho na diretoria. Na secretaria, Jurandyr W. da Costa. A sede administrativa e publicitária localizada na rua José Loureiro, 263, Curitiba. A redação e as oficinas na rua XV de Novembro, 146, Curitiba.

se reuniram na Sociedade dos Amigos de Getúlio Vargas para endossar o mandatário Francisco de Souza Neto e vaiar a atitude de José Hoffmann¹⁵⁶.

Aproximadamente um mês depois, em 14 de abril de 1951, *A Tarde* voltou a acusar Hoffmann de agir por fora da legalidade estatutária. Para a coluna não assinada, portanto representando a linha editorial, José Hoffmann havia erigido um diretório petebista paralelo na cidade e levado consigo uns tantos adeptos. O jornal curitibano conclamava a opinião pública ponta-grossense para que fosse exigido o registro legal do diretório fundado por Hoffmann junto ao Tribunal Regional Eleitoral (TRE-PR), e advertiu os asseclas de Hoffmann sobre eventual impossibilidade de investidura, uma vez que o que existia ali tratava-se de uma “pseudo-entidade”¹⁵⁷. Em 16 de abril do mesmo ano, ficou evidente o motivo da linha avessa ao deputado José Hoffmann adotado pelo *A Tarde*. Intitulado “Ferve o caldeirão político princesino”, o texto sem autoria explícita acusou Hoffmann de preparar o tabuleiro político para beneficiar o Partido Republicano (PR), prejudicando assim, tanto o PTB quanto o PSD. Dessa maneira, quando optou por desdenhar do PR, sigla governista de Bento Munhoz da Rocha Netto, *A Tarde* se aproximou do grupo pessedista – que havia perdido a eleição com Ângelo Lopes em 1950¹⁵⁸. A revolta do *A Tarde* girava em torno de um suposto compromisso firmado entre José Hoffmann, Juanito Maia e Teodoro Pinheiro Machado para disputar a prefeitura de Ponta Grossa em julho de 1951. Segundo o jornal da capital, Machado abandonaria candidatura para beneficiar a campanha de Juanito Maia pelo PTB, o que prejudicaria o PSD, visto que Maia, historicamente, atuava sob as bases do PSD local. Tal situação, ainda segundo o jornal, tratava-se da vontade do governador Bento Munhoz da Rocha Netto (PR) sendo posta em prática por José Hoffmann¹⁵⁹.

A acusação de suposta aliança explícita entre o governador Rocha Netto (PR) e os petebistas deve ser analisada com cuidado. Batistella destaca que durante a

¹⁵⁶ JOSÉ HOFFMANN tenta cindir o PTB em Ponta Grossa. **A Tarde**, 13 mar. 1951, Curitiba. Disponível em:

<<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=797596&pasta=ano%20195&pesq=&pagfis=2025>>. Acesso em 4 ago. 2022.

¹⁵⁷ PREFEITO e camareiros de Ponta Grossa. **A Tarde**, 14 abr. 1951, Curitiba. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=797596&pasta=ano%20195&pesq=&pagfis=2181>>. Acesso em 4 ago. 2022.

¹⁵⁸ BATISTELLA, A. A trajetória de Abilon de Souza Naves no PTB paranaense (1945-1959). **História: Questões & Debates**, Curitiba, v. 63, n. 2, jul./dez. 2015. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/historia/article/view/41490>>. Acesso em 06 mar. 2023.

¹⁵⁹ FERVE o caldeirão político princesino. **A Tarde**, 16 abr. 1951, Curitiba. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=797596&pagfis=2187>>. Acesso em 4 ago. 2022.

eleição de 1950, houve “questão aberta” quanto ao apoio, ou não, dos petebistas à candidatura lupionista representada por Ângelo Lopes (PSD). Ailton Souza Naves estava pacificando a sigla trabalhista, em ebulição desde 1947, quando da “lupionização” do partido¹⁶⁰.

O impasse de 1951, não ficou monopolizado nas colunas do *A Tarde*. O periódico *O Dia*, por meio de sua sucursal, também estampou o conflito interno ao PTB local. Diferente do primeiro, o segundo atribuiu à situação tensa nas agremiações políticas da cidade o motivo do reagendamento da visita do governador Bento Munhoz da Rocha Netto a Ponta Grossa¹⁶¹. Porém, *O Dia* não apenas reportou aos seus leitores as disputas internas ao PTB, mas também levou a público as disputas internas que assolavam a unidade do diretório udenista local. Portanto, pouco antes do pleito de julho de 1951, a política ponta-grossense estava em ebulição, pelo menos assim era representada nas colunas políticas dos jornais da capital do Estado.

3.1.3 O personalismo de João Vargas de Oliveira

João Vargas de Oliveira, politicamente, foi assim definido pelo periódico *A Divulgação*, em 1949:

O atual prefeito de Ponta Grossa, João Vargas de Oliveira, figura representativa das classes conservadoras no Paraná, foi eleito governador da cidade num pleito livre e memorável que marcou época nos anais da vida democrática da municipalidade. Homem ativo e empreendedor, despido de vaidades, com reputação firmada nos altos círculos políticos e comerciais do Estado, João Vargas de Oliveira vem imprimindo um cunho prático à administração pública, pautando sua conduta por normas e diretrizes que o recomendam como administrador de ampla visão e sobretudo amigo de seu povo¹⁶².

Alguns aspectos trazidos pelo colunista coincidem com a atuação do prefeito, outros nem tanto. De fato, a eleição de João Vargas de Oliveira (UDN) foi um marco para a política municipal, pois reinstalou a participação popular no processo de

¹⁶⁰ BATISTELLA, A. A trajetória de Ailton de Souza Naves no PTB paranaense (1945-1959). **História: Questões & Debates**, Curitiba, v. 63, n. 2, jul./dez. 2015. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/historia/article/view/41490>>. Acesso em 06 mar. 2023.

¹⁶¹ POLÍTICA pontagrossense. **O Dia**, 21 mar. 1951, Curitiba. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=092932&pasta=ano%20195&pesq=&pagfis=71722>>. Acesso em 4 ago. 2022.

¹⁶² PILOTO, Valfrido. Ponta Grossa, sua psicologia e história. **A Divulgação**, jan./fev./mar. 1949, Curitiba. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=095346&pasta=ano%20194&pesq=&pagfis=548>>. Acesso em 4 ago. 2022, p. 16.

escolha. Que o político estava inserido nos grupos comerciais, políticos e conservadores do Paraná também procede, em especial seu contato com a igreja Católica em Ponta Grossa. Por outro lado, o comentário elogioso proferido pelo colunista se referindo a Vargas de Oliveira como “despido de vaidades” e “amigo de seu povo”, possui mais um caráter de admiração e afinidade do que uma coerência propriamente dita. O político conservador, pecava no quesito vaidades. Detentor de perfil personalista, o udenista não titubeava quando o assunto em pauta era a disputa pelo poder, impondo, quando necessário, seu capital político à frente das boas relações.

A afirmação supracitada se justifica pelos acontecimentos envolvendo o prócer udenista que marcaram a década de 1950. A UDN não era um partido coeso em lugar nenhum. Deve-se a isso as constantes fragmentações no grêmio brigadeirista originando novos partidos. Em Ponta Grossa, além de João Vargas de Oliveira, seu tio, Horácio Vargas, também participava do diretório do partido na cidade e, pelo que as fontes indicam, possuía pretensões maiores que seu capital político podia sustentar. Essa relação familiar dentro da UDN local promoveu dissensões históricas, uma vez que o grau de parentesco dos Vargas sufocava a emergência de novos grupos internos à UDN. A equação era pragmática, a UDN ponta-grossense tinha dono, para ser hoste da UDN era preciso permanecer na sombra da família Vargas.

Ainda em 1948, *O Dia* noticiou a tensão na UDN envolvendo Horácio Vargas, Newton Souza e Silva, Oscar de Paula Soares Filho e João Vargas de Oliveira. Os ânimos estavam exaltados de tal maneira que a presença do representante da UDN em Curitiba, Francisco de Paula Soares Neto, fez-se necessária para apaziguar as desavenças¹⁶³. O noticiário ainda apresentava uma possível saída de Horácio Vargas da UDN, argumentando um pedido oficial de desligamento ao presidente da UDN no Paraná, Othon Mader. Contudo, a saída não ocorreu, fato que corrobora com a tese apresentada sobre o poder decisório da família Vargas no interior da legenda.

Dois anos depois, quando se moviam os partidos para definição de candidaturas para as eleições gerais de 1950, o diretório da UDN voltou a estampar o noticiário do *O Dia*. As negociações quanto ao futuro da UDN e do próprio João

¹⁶³ POLÍTICA local - Desligou-se da UDN o sr. Horácio Vargas. **O Dia**, 6 out. 1948, Curitiba. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=092932&pagfis=64269>>. Acesso em 4 ago. 2022.

Vargas de Oliveira entraram em pauta no meio daquele ano. Deputado federal? Deputado estadual? Coordenador de campanha? Qual seria o futuro do então prefeito? De acordo com a reportagem, a convenção municipal da UDN havia formado uma comissão com seis votantes, estes votariam o nome indicado ao cargo de deputado e formariam a delegação a se apresentar na convenção estadual da UDN, em Curitiba. Essa “comissão dos seis” estava sob a chefia de João Vargas de Oliveira. Conforme esperado pelo prefeito, o único nome indicado para deputado, escolhido pela tal comissão, foi o seu. Porém, a decisão que não recebeu unanimidade, causou descontentamento nos outros próceres que passaram a criticar a conduta da convenção. Rodolfo Osternack, vice-presidente da UDN local, arbitrariamente, solucionou a situação. Improvisou uma ata e colheu assinaturas dos presentes por meio de um documento que revogava as deliberações anteriores. Ou seja, destituía-se a “comissão dos seis” que, até então, tinha direito a voto na convenção estadual. Dessa forma, apenas um representante do diretório municipal teria direito a voto na convenção estadual: João Vargas de Oliveira¹⁶⁴.

O autoritarismo da convenção resultou em protestos e ameaças de desligamento. Newton de Souza e Silva, Oscar de Paula Soares, Eurico Batista Rosas e até mesmo Horácio Vargas se apresentaram como dissidências¹⁶⁵. As reformas no diretório prosseguiram, pois o ano eleitoral reservava, além das renovações estaduais e nacionais, a sucessão municipal. Nesse cenário, um novo ator social aparece na história política de Ponta Grossa em meio à confusão nos diretórios: o advogado Petrônio Fernal¹⁶⁶. Este, foi empossado na vice-presidência da UDN local para

¹⁶⁴ INSURREIÇÃO de um grupo de udenistas contra as deliberações do prefeito João Vargas de Oliveira. **O Dia**, 2 jul. 1950, Curitiba. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=092932&pagfis=69564>>. Acesso em 4 ago. 2022.

¹⁶⁵ Horácio Vargas, tio de João Vargas de Oliveira, travou intensa batalha interna à época. Newton de Souza e Silva era orientador jurídico das campanhas da UDN; Mário Pont, importante hoste e propagador da UDN na cidade; Eurico Batista Rosas, vereador eleito pela UDN em 1947, cunhado de Newton de Souza e Silva. Esse grupo criticava a postura antidemocrática do diretório udenista. Por sinal, democracia parecia não existir naquele momento no diretório, principalmente depois que João Vargas de Oliveira destituiu o eleito Newton de Souza e Silva do cargo de secretário geral da UDN. Em seu lugar, indicou Almiro Escobar. Entretanto, a mais radical decisão tomada naquele momento por Vargas de Oliveira foi a expulsão de Oscar de Paula Soares, fiel escudeiro e coordenador direto da eleição de Vargas de Oliveira à prefeitura em 1947 (O CASO da UDN ponta-grossense. **O Dia**, 9 jul. 1950, Curitiba. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=092932&pagfis=69624>>. Acesso em 4 ago. 2022.

¹⁶⁶ Petrônio Fernal nasceu em Minas Gerais. Casou-se com Hebe Cunha, viúva de Leopoldo Guimarães da Cunha, filho de Theóphilo Alves da Cunha. Após o casamento, em 1949, Petrônio Fernal passou a administrar as Indústrias Theóphilo Cunha S.A. (ESTÁ residindo em Ponta Grossa o dr. Petrônio Fernal. **O Dia**, 2 jun. 1949, Curitiba. Disponível em:

pacificar a sigla e, ao mesmo tempo, foi um dos nomes indicados para participar da convenção estadual. Uma semana depois, *O Dia* elencou os pontos da cisão na UDN, mencionando as articulações tramadas por Vargas de Oliveira para dirigir, sobranceiro, o partido brigadeirista local. O grupo contrário a João Vargas, entre outros pontos, defendia o apoio da UDN à candidatura de Bento Munhoz da Rocha Netto ao governo em 1950 – Munhoz da Rocha Netto pertencia aos quadros do Partido Republicano. O grupo de Vargas de Oliveira pretendia candidatura própria, ou seja, alçar Othon Mader, presidente estadual da UDN, como candidato ao governo. Uma tal reunião conciliatória tratou de reparar as desarticulações envolvendo a destituição da comissão dos seis votantes. Dessa forma, Petrônio Fernal seria o indicado para representar o grupo de Horácio Vargas e Rodolfo Osternack seria o representante de João Vargas de Oliveira. Três nomes seriam lançados a deputado estadual pela UDN ponta-grossense: João Vargas de Oliveira, Adam Polan Kossobudzki e Eurico Batista Rosas – este representante do grupo em oposição a Vargas de Oliveira. Parecia haver, assim, uma solução ao impasse. Os grupos apresentariam seus candidatos a deputado na convenção e poderiam focar na sucessão municipal¹⁶⁷.

Porém, a cartada de João Vargas de Oliveira aniquilou qualquer chance de pacificação. Na condição de presidente da UDN local, não credenciou Petrônio Fernal para participar da convenção estadual, culminando com o não lançamento da candidatura de Eurico Batista Rosas a deputado estadual e promovendo nova dissidência na UDN¹⁶⁸. A atitude do católico udenista rendeu rupturas em âmbito estadual, uma vez que o líder brigadeirista Coronel Francisco de Paula Soares, atuante em Curitiba, pôs-se contra as decisões de João Vargas de Oliveira. Entre as críticas, havia o ressentimento por parte do Coronel dada a expulsão de Oscar de Paula Soares, seu irmão, das hostes udenistas ponta-grossenses. A debandada continuou. Eurico Batista Rosas, o vereador mais votado na eleição de 1947, respondeu ao boicote de Vargas de Oliveira se aproximando do Partido Social Progressista (PSP)¹⁶⁹. Aproximando-se, porém, não se evadindo – não naquele momento.

<<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=092932&pagfis=66096>>. Acesso em 4 ago. 2022.

¹⁶⁷ DECLARADA a dissidência da UDN de Ponta Grossa. *O Dia*, 14 jul. 1950, Curitiba. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=092932&pagfis=69657>>. Acesso em 4 ago. 2022.

¹⁶⁸ *Ibid.*, p. 3.

¹⁶⁹ *Ibid.*, p. 3.

A eleição estadual de 1950 sagrou Bento Munhoz da Rocha Netto (PR) governador do Paraná, em uma coligação que abrangeu desde a UDN, o Partido Social Trabalhista (PST), o Partido de Representação Popular (PRP) e até mesmo o PTB. Derrotou as candidaturas de Ângelo Lopes (PSD) e a de Carlos Osório (Partido Socialista Brasileiro). Othon Mader (UND) levou a única cadeira em disputa ao Senado, derrotando Raul Vaz (PSD). João Vargas de Oliveira (UDN) foi eleito deputado estadual com cerca de 2.758 votos. Ou seja, sua estratégia de minar os concorrentes internos para ampliar suas chances de obter uma cadeira foi exitosa. No mesmo pleito, José Hoffmann (PTB), elegeu-se deputado estadual com 2.754 votos. Isto é, quatro a menos que Vargas de Oliveira¹⁷⁰.

3.1.4 A eleição de 1951 e a composição dos grupos políticos

Passado o imbróglio eleitoral de 1950, os bastidores da política se agitaram para preannunciar o sucessor do agora deputado estadual João Vargas de Oliveira na prefeitura ponta-grossense. Em 14 de março de 1951, quando pouco se sabia sobre as candidaturas, o periódico *A Tarde*, a partir de publicações do *Diário dos Campos*, trouxe dois nomes como prováveis para a disputa: Horácio Vargas (UDN) e Eurico Batista Rosas (UDN). Percebe-se que o nome de Rosas passou a estampar o noticiário político desde seu desempenho positivo nas urnas em 1947. Além do mais, Eurico Rosas possuía perfil tradicional na cidade. Segundo o jornal curitibano,

[...] Dr. Eurico Batista Rosas, moço ponta-grossense, descendente de tradicional família que vem do Barão de Guaraúna. Engenheiro pela Escola de Minas de Ouro Preto. Tipo equilibrado sob todos os aspectos: incapaz de um ato de violência¹⁷¹.

O artigo assinado por Queiroz, pondera que o nome de Horácio Vargas, o preferido pelo ex-prefeito para a sucessão, não encontrava apoio incondicional no interior da UDN. Por outro lado, salientava que o nome de Eurico Rosas concentrava apoio das correntes em desabono com as atitudes do presidente local da sigla e,

¹⁷⁰ BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **Candidatos eleitos período de 1945 a 1990**. [s.d.] .Disponível em:

<[¹⁷¹ QUEIROZ, S. de. A política em Ponta Grossa: cisão na União Democrática Nacional. In: **A Tarde**, p. 3, 14 mar. 1951. Curitiba. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=797596&pasta=ano%20195&pesq=&pagfis=2033>>. Acesso em 2 set. 2022, p. 3.](https://sig.tse.jus.br/ords/dwtse/f?p=1945:1:::NO:RP:P0_HID_MOSTRA,P0_SLS_DS_CARGO,P0_SLS_NR_ANO,P0_SLS_SG_PARTIDO,P0_SLS_SG_UF,P0_TXT_NM_CANDIDATO:N,%27TODOS%27,%27TODOS%27,%27TODOS%27,%27TODAS%27,> . Acesso em 2 set. 2022.</p>
</div>
<div data-bbox=)

portanto, parecia natural sua indicação ao cargo. O desprestígio de Horácio Vargas foi definido da seguinte maneira pelo autor do artigo:

[...] é que Ponta Grossa já evoluiu consideravelmente, apresentando, hoje, suas ruas calçadas; contando acentuado nível intelectual, tanto que já possui sua escola superior. Por isso, a opinião pública não mais admite guias ou líderes à moda antiga: eméritos cavaleiros e ótimos atiradores. A galhardia sobre os fogosos ginetes e a perícia na pontaria deixaram de ser craveira por onde se afinando valor dos homens em destaque¹⁷².

Ao vincular a imagem do tio de João Vargas de Oliveira ao atraso e ao retrocesso, incompatível com o cenário moderno da Ponta Grossa dos anos 1950, Queiroz enaltecia o concorrente da família Vargas no interior da UDN. Eurico Rosas, segundo ponderava o autor, era homem técnico, atuava com a bússola e com o compasso, típico moço dos cálculos, competente e sério, engenheiro que era. Contudo, muito ainda estava por acontecer no diretório udenista ponta-grossense.

O periódico *O Dia*, em 22 de março de 1951, levou aos leitores e aos coordenadores de campanha um esboço do que viria a acontecer na UDN. Eurico Rosas, decidido a lançar seu nome a prefeito, concorreria de qualquer maneira, pela UDN ou contra a UDN. Horácio Vargas, mesmo contando com a oposição majoritária dos udenistas, seria oficializado candidato do partido, pois era o nome indicado por João Vargas de Oliveira¹⁷³.

Não tardou para que o PTB, dirigido por José Hoffmann, roubasse a cena. Tal ocorre que, visando concentrar forças para vencer o pupilo de Vargas de Oliveira, Hoffmann buscou um ex-aliado da UDN, rifado no ano anterior pelo próprio udenista, e lhe ofereceu a legenda trabalhista para concorrer a prefeito. O nome buscado foi o de Petrônio Fernal, presidente das Indústrias Theophilo Cunha S.A. e que contava com capital financeiro considerável para custear uma eleição difícil e truncada. O assunto não passou despercebido pela imprensa que noticiou a troca de provocações entre o candidato da UDN, Horácio Vargas, e o petebista Petrônio Fernal:

[...] a luta a se desdobrar entre o PTB e a UDN será grande, uma vez que os candidatos desses dois partidos se dispõem a despejar cornucópias particulares, para fazer peso na balança eleitoral. E deles, de modo mais particular, o sr. Petrônio Fernal. O sr. Horácio Vargas, segundo voz corrente

¹⁷² QUEIROZ, S. de. A política em Ponta Grossa: cisão na União Democrática Nacional. In: **A Tarde**, p. 3, 14 mar. 1951. Curitiba. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=797596&pasta=ano%20195&pesq=&pagfis=2033>>. Acesso em 2 set. 2022, p. 3.

¹⁷³ POLÍTICA pontagrossense. **O Dia**, 22 mar. 1951. Curitiba. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=092932&pasta=ano%20195&pesq=&pagfis=71725>>. Acesso em 2 set. 2022.

em Ponta Grossa declarara disposto a pagar duzentos mil cruzeiros, ao que replica o sr. Petrônio Fernal, os seus duzentos e mais a “mesa”¹⁷⁴.

Se, por um lado, o periódico da capital chamava a atenção para um fator decisivo durante um pleito eleitoral, a questão financeira; por outro, fez apenas uma pequena menção a respeito de Eurico Rosas (PSP), como se a candidatura deste não tivesse condições de investimentos financeiros audaciosos. Dessa forma, o jornal apenas reportou a manutenção do nome de Rosas para o pleito, enfatizando que o ex-udenista detinha certo prestígio junto à opinião pública municipal.

A coluna “Política Pontagrossense”, hospedada no periódico *O Dia*, continuou tratando da candidatura de Petrônio Fernal com certa revolta. Em 27 de abril de 1951, atribuiu a candidatura do industrial como responsável pela divisão na base governista estadual – impasse envolvendo os políticos do Partido Republicano. No mesmo texto, salienta que a campanha de Fernal não seria bem vista pelos pontagrossenses, pois pouco se sabia sobre a vida pregressa do candidato antes do mesmo instalar-se em Ponta Grossa. Ou seja, o bairrismo incutia certa influência na escolha do eleitor, fato que não pode ser negligenciado¹⁷⁵. Ainda trazia, o mesmo artigo, um direito de resposta. Petrônio Fernal decidiu responder, por telegrama, a reportagem anterior que tratava de sua capacidade financeira privilegiada:

Se a mão calosa do trabalhador e do homem médio, assim como a bem tratada, mas febril e produtiva dos que compõem as classes conservadoras e que me conhecem, não forem suficientes para eleger-me, saiba V.S. que não subirei as escadas da Prefeitura, pois que meu dinheiro jamais servira de degrau para a ascensão a qualquer posto político que, em verdade, não almejo¹⁷⁶.

A resposta do candidato trata-se, em suma, de uma tentativa de amenizar, frente à mídia, a imagem de político personalista capaz de fazer valer sua vontade graças ao poder aquisitivo – uma espécie de antípoda a João Vargas de Oliveira?

Outro aspecto considerável sobre a candidatura de Fernal girava em torno do impasse com o Tribunal Regional Eleitoral (TRE-PR). Afinal, em 1951 as disputas internas entre o grupo de Hoffmann e o de Francisco de Souza Neto resultaram na

¹⁷⁴ POLÍTICA pontagrossense. *O Dia*, 25 abr. 1951. Curitiba. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=092932&pasta=ano%20195&pesq=&pagfis=71998>>. Acesso em 2 set. 2022.

¹⁷⁵ POLÍTICA pontagrossense. *O Dia*, 27 abr. 1951. Curitiba. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=092932&pasta=ano%20195&pesq=&pagfis=72015>>. Acesso em 2 set. 2022.

¹⁷⁶ FERNAL, P. Sob o tópico POLÍTICA PONTAGROSSENSE. In: POLÍTICA pontagrossense. *O Dia*, 27 abr. 1951. Curitiba. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=092932&pasta=ano%20195&pesq=&pagfis=72015>>. Acesso em 2 set. 2022, p. 1.

criação de um “diretório paralelo” do PTB ponta-grossense. Quando a candidatura de Fernal foi divulgada, não foram poucas as notícias sobre o risco de impugnação do nome do petebista¹⁷⁷.

Consolidada a vitória do grupo de José Hoffmann no que se refere à disputa pelo poder do PTB ponta-grossense, a candidatura de Petrônio Fernal decolou. Além de enfrentar o candidato da UDN, Horácio Vargas, disputou a eleição contra Eurico Batista Rosas (PSP) que formou coligação com o PRP, contra Michel Laidane (PR) e Christiano Justus Júnior (PSD). Na ocasião, foi possível perceber o duelo indireto entre José Hoffmann (PTB) e João Vargas de Oliveira (UDN) travado por meio de seus candidatos a prefeito, Petrônio Fernal e Horácio Vargas, respectivamente.

A campanha do PTB venceu o pleito de 1951. Os votos de Petrônio Fernal (5.161) formaram mais que a soma do segundo e terceiro colocado juntos (4.863)¹⁷⁸. A eleição ocorrida em 22 de julho de 1951 repercutiu em novembro do mesmo ano na coluna Tribuna dos Municípios, do periódico *O Dia*. Na oportunidade, trazia o jornal a reportagem de Marinósio Filho, enviado especial, com o título “Petrônio está In...Fernal”¹⁷⁹. No texto, reporta-se a posse dos vereadores eleitos em julho, bem como a do novo prefeito. Ao citar a tal posse do chefe do executivo, a notícia mencionou um clima de divisão entre a opinião pública. Considerando a expressiva votação do petebista e o número de cadeiras conquistadas na Câmara de vereadores (6), a provável “fisionomia de amargor” de que nos falou a reportagem só podia emanar dos grupos políticos derrotados e não de uma “opinião pública” consolidada.

Esse preâmbulo trata-se de parte fundamental para a compreensão dos rumos da política municipal ponta-grossense discutidas nesta dissertação. Em suma, os cinco anos resumidos nesta parte do texto (1947-1951) foram responsáveis por estruturar os principais grupos políticos atuantes na cidade nas eleições de 1955, 1959 e 1963. Portanto, ao estabelecer o cenário antecedente procuramos apresentar ao

¹⁷⁷ POLÍTICA princesina. **A Tarde**, 2 mai. 1951. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=797596&pasta=ano%20195&pesq=&pagfis=2266>>. Acesso em 2 set. 2022.

¹⁷⁸ O eleitorado ponta-grossense em 1951 era de 17.480. Compareceram às urnas 12.015. Petrônio Fernal fez 5.161, Eurico Rosas 2.663, Horácio Vargas fez 2.200, Michel Laidane conquistou 1.164 e Christiano Justus Júnior 535 (PARANÁ. **Tribunal Regional Eleitoral**. Consulta de resultados eleitorais, 1951. Disponível em: <<https://apps.tre-pr.jus.br/files/resultados/19510722A77771.pdf>>. Acesso em 5 set. 2022).

¹⁷⁹ MARINÓSIO FILHO. Petrônio está In...Fernal. In: Tribuna dos Municípios, **O Dia**, 22 nov. 1951. Curitiba. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=092932&pagfis=73792>>. Acesso em 5 set. 2022, p. 3.

leitor de que maneira esses atores políticos passaram a compor o poder público e com base em que justificavam o apoio dos segmentos religiosos/conservadores. Dessa forma, conclui-se que, na política, a trajetória quando historicizada fornece aspectos relevantes acerca da atuação dos sujeitos públicos, apresentando aos analistas e eleitores os posicionamentos, as divergências e as convergências desses agentes.

4 OS POLÍTICOS PONTA-GROSSEENSES A PARTIR DA LISTA DA LIGA ELEITORAL CATÓLICA DE 1954

Quando tratamos de “políticos ponta-grossenses”, estamos nos referindo aos seus redutos eleitorais (domicílios eleitorais) e não necessariamente às suas naturalidades. Schallenmuller¹⁸⁰ traz à baila uma importante discussão a respeito do surgimento da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e as implicações para a reorganização do catolicismo no país resultantes dela. O trabalho realizado pelo autor segue a metodologia da Ciência Política, haja vista sua vinculação ao departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo (USP), contudo, nos apresenta dois pontos cruciais para a problematização da relação entre política e religião: a) entre 1930 e 1960 houve cenário fértil para a atuação da igreja em assuntos políticos e de Estado; b) a CNBB fomentou uma nova elite intelectual católica no país, o que gerou tensões acerca da postura que a Igreja deveria tomar face aos problemas sociopolíticos doravante a década de 1950.

Na esteira do estudo elaborado por Mainwaring¹⁸¹, Schallenmuller sustenta o grau de imponência herdado pela Igreja Católica com o declínio do Estado Novo (1937-1945). De acordo com o autor, as instituições políticas, os sindicatos, bem como os instrumentos de representação (partidos políticos, por exemplo) estavam em vias de formação - os partidos passavam por ampliação de abrangência -, desse modo, a Igreja enxergou como oportuno aprofundar sua atuação nas estruturas sociopolíticas do Brasil, em virtude de sua condição já consolidada. Portanto, os projetos políticos assumidos pelos governantes entre 1945 e 1964 buscavam o apoio da hierarquia católica para sustentação e exequibilidade, em troca, é claro, de favores concedidos a ela. Em consonância com os interesses empreendidos pelos governos pós-Estado Novo, principalmente por Juscelino Kubitschek, o nacionalismo e o desenvolvimentismo ecoavam em meio a setores da Igreja Católica¹⁸².

O fio teórico sustentado pelo pesquisador vai ao encontro da literatura consagrada no que se refere à "concordata informal" entre Estado e Igreja no Brasil. No mesmo sentido, enfatizou a manutenção de privilégios por parte da Instituição com

¹⁸⁰ SCHALLENMULLER, Christian Jecov. **Tradição e Profecia: o pensamento político da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e seu contexto social e intelectual (1952-1964)**. São Paulo, 2011. Dissertação (Mestrado em Ciência Política), Universidade de São Paulo.

¹⁸¹ MAINWARING, Scott. **A Igreja Católica e a política no Brasil (1916-1985)** - Tradução Heloisa Braz de Oliveira Prieto. São Paulo: Brasiliense, 2004.

¹⁸² SCHALLENMULLER, *op. cit.*

a promulgação da Constituição de 1946. Em meio às explicações acerca da mudança de ideologia da Ação Católica Brasileira - que migrava do modelo verticalizado italiano para o formato progressista francês -, o autor descreve o evento de 14 de outubro de 1952:

A CNBB foi fundada em 1952 na capital (Rio de Janeiro), portanto, pelo esforço conjunto de Hélder Câmara e outros padres e bispos interessados na articulação maior da Igreja no Brasil, para reavivar sua organização e influência em baixa desde a morte do Cardeal Leme, em 1942. De acordo com padre Queiroga (1977), com a CNBB, a hierarquia quis marcar a presença da Igreja onde se definiam os destinos da sociedade brasileira. A instituição se constituiu como órgão de concentração episcopal e a instância máxima do catolicismo oficial no Brasil. De acordo com seus Estatutos, qualquer organização católica, para funcionar em âmbito nacional, precisaria da aprovação da aludida Conferência (CNBB, 1960^a, p. 38). A CNBB se colocava, assim, como coordenadora da ação pastoral e porta-voz da Igreja Católica do Brasil. A visibilidade e a importância dos movimentos leigos passaram a depender em boa parte do engajamento da hierarquia em razão da alta hierarquização por que passava a Igreja (Wardeley, 2007, pp. 225 e 226). A fundação da CNBB dotou o engajamento do episcopado e seus textos de um peso político bem maior, afinal agora se escrevia e se agia não em nome próprio, mas com o aval do órgão máximo do catolicismo no Brasil. Inclusive os encontros regionais de prelados, bispos e arcebispos, uma vez coordenados e assinados pela CNBB, ganharam uma repercussão política mais acentuada também frente ao governo federal¹⁸³.

A presença de Hélder Câmara, que desde 1947 encabeçava o Secretariado Nacional da Ação Católica, buscava retomar a figura do religioso católico articulador, característica que faltava à Igreja desde a morte de Dom Sebastião Leme em 1942. Ademais, como assevera o autor, o padre Hélder Câmara vigorava como sacerdote badalado, sendo convidado a celebrar sacramentos e festividades de famosos, como o batizado de um dos filhos de Roberto Marinho, dono da Rede Globo¹⁸⁴.

O clima de barganha entre governo e Igreja esteve tão em evidência ao longo dos anos 1950 que o presidente Juscelino Kubitschek chegou a oferecer o cargo de Ministro da Educação a Hélder Câmara, convite esse recusado pelo religioso¹⁸⁵. A boa relação com o presidente da República rendeu ao religioso católico financiamentos estatais para a realização de obras como a “cruzada São Sebastião”, um programa habitacional para as camadas pobres do Rio de Janeiro, pessoal especializado do governo para atuar junto ao Banco da Providência, e técnicos do Banco Nacional do

¹⁸³ SCHALLENMULLER, Christian Jecov. **Tradição e Profecia: o pensamento político da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e seu contexto social e intelectual (1952-1964)**. São Paulo, 2011. Dissertação (Mestrado em Ciência Política), Universidade de São Paulo, p. 65.

¹⁸⁴ *Ibid.*, p. 70-71.

¹⁸⁵ *Ibid.*, p. 68-69.

Desenvolvimento (BNDE) para acompanharem os desdobramentos da CNBB a respeito da superação da miséria e da seca no Nordeste - embrião da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, a SUDENE¹⁸⁶. Além disso, imagens da inauguração da obra-mor do governo Kubitschek, Brasília, explicitam a presença da Igreja Católica como fiadora espiritual da obra.

Isso posto, devemos considerar que a fundação da CNBB, ao mesmo tempo que criou uma nova elite intelectual católica (conforme sustenta Schallenmuller) e reorganizou a ação pastoral da Igreja, em especial no Nordeste brasileiro, também herdou a estrutura do Secretariado Geral da Ação Católica e organismos que foram forjados na esteira da Neocrisandade - a Liga Eleitoral Católica (L.E.C.).

O historiador Carneiro Júnior assim define a reestruturação da L.E.C. sob a recém-formada CNBB:

Fruto da experiência de articulação do episcopado junto à realidade nacional, por intermédio da Ação Católica Brasileira – ACB, a CNBB aproveitaria desta a estrutura de departamentos nacionais, que passariam a ser denominados Secretariados Nacionais. A CNBB criaria, então, alguns secretariados ligados ao Secretariado Geral: o de Educação; o de Ação Social; o do Ensino da Religião; o dos Seminários e Vocações Sacerdotais; o do Apostolado Leigo e a **Liga Eleitoral Católica**. Na primeira reunião ordinária em Belém, em 1953, criaria também o Secretariado Nacional da Defesa da Fé e Moral¹⁸⁷.

A reestruturada L.E.C., vinculada à Comissão Permanente, comandada por Dom Carlos Carmelo de Vasconcelos Motta, possuía 29 artigos estatutários e 37 regimentais. Cada qual, ao seu modo, versando sobre os deveres e o funcionamento da Liga a partir daquele momento¹⁸⁸. Um dos pontos cruciais a respeito da nova L.E.C. girava em torno de sua autonomia diocesana, ou seja, era competência de cada titular diocesano empregar, ou não, ações que estivessem sob sua circunscrição. Tal característica expunha uma descentralização nesse novo modelo, diferente da antiga formatação da Liga que centralizava suas ações a partir dos ditames de Dom Sebastião Leme¹⁸⁹.

¹⁸⁶ SCHALLENMULLER, Christian Jecov. **Tradição e Profecia: o pensamento político da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e seu contexto social e intelectual (1952-1964)**. São Paulo, 2011. Dissertação (Mestrado em Ciência Política), Universidade de São Paulo.

¹⁸⁷ CARNEIRO JÚNIOR. Renato Augusto. **Religião e Política: a Liga Eleitoral Católica e a participação da Igreja nas eleições de 1954**. - Curitiba: SAMP, 2014. 238 p. (Teses do Museu Paranaense; v.5), p. 90, grifo nosso.

¹⁸⁸ *Ibid.*, p. 91.

¹⁸⁹ Para compreensão historiográfica de como funcionou a Liga Eleitoral Católica antes da CNBB, ver WILLIAMS, Margaret Todaro: A politização da Igreja Católica Brasileira: A Liga Eleitoral Católica - Tradução nossa. **Jornal de Estudos Interamericanos e Assuntos Mundiais**, v. 16, n. 3, agosto de 1974. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/174888>>. Acesso em jan. 2023.

Ciente da reestruturação, o arcebispo metropolitano de Curitiba, Dom Manuel, reinstalou a L.E.C. na capital paranaense, através do decreto de 15 de julho de 1953. No dia seguinte, o decreto foi publicizado pelo *O Dia*, atingindo maior repercussão entre a sociedade. Além de apresentar a direção da entidade: presidida por Orlando de Oliveira Mello, João Lacerda Braga como secretário e José Luiz Demeterco na tesouraria, o decreto episcopal salientava que as dioceses sufragâneas poderiam encaminhar à Junta Estadual qualquer problema de cunho político municipal para estudo da Liga e que os católicos deveriam acatar o que por ela fosse decidido:

A junta Estadual deverá pedir aos Exmos. Srs. Bispos Sufragâneos da Arquidiocese queiram designar seus representantes junto a ela, que os próprios sacerdotes encaminhem ao dito órgão estadual, por meio das juntas paroquiais ou diretamente, o estudo de todo e qualquer problema político municipal, que esteja a merecer seu particular exame; que os católicos em geral acatem os atos da Liga Eleitoral Católica¹⁹⁰.

Justamente por intermédio do *O Dia*, no ano seguinte, os nomes vinculados à L.E.C. foram divulgados. Desse modo, a constatação dos nomes ligados à Igreja Católica, cujo capital político tinha como epicentro a cidade ponta-grossense, tornou-se possível graças ao trabalho do historiador Carneiro Júnior¹⁹¹. A pesquisa dissertativa, realizada em 2000 para obtenção do título de mestre em História pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), resultou em livro publicado em 2014 e disponibilizado em formato *ebook* junto ao sítio eletrônico do Museu Paranaense (MUPA)¹⁹². O autor, orientado por Marionilde Brepohl de Magalhães, historiadora dedicada ao campo da História Política, discorreu sobre a participação da Igreja Católica nas eleições estaduais de 1954 e municipal de Curitiba, ocorrida excepcionalmente em 1954. A partir dos nomes anexados por Carneiro Júnior, procuramos mapear os principais políticos que disputaram o poder ponta-grossense entre 1955 e 1963, seja ele o poder executivo ou legislativo.

Dessa forma, os nomes de **Mário Braga Ramos**, **Abílio Holzmann**, **Nivon Weigert**, **José Hoffmann**, **Amadeu Puppi** e **João Vargas de Oliveira** (conforme quadro a seguir) vieram à tona como candidatos indicados pela Liga Eleitoral Católica

¹⁹⁰ CONSTITUÍDA a L.E.C. de Curitiba: visita “O Dia” uma comissão dessa entidade. *O Dia*, 16 de jul., 1953, Curitiba, p. 3. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=092932&pagfis=78804>>. Acesso em 7 mar. 2023.

¹⁹¹ CARNEIRO JÚNIOR. Renato Augusto. **Religião e Política: a Liga Eleitoral Católica e a participação da Igreja nas eleições de 1954**. - Curitiba: SAMP, 2014. 238 p. (Teses do Museu Paranaense; v.5).

¹⁹² As coleções podem ser acessadas pelo seguinte endereço: <<https://www.museuparanaense.pr.gov.br/Pagina/Edicoes-do-Museu-Paranaense>>. Acesso em 16 fev. 2023.

(L.E.C.) para as eleições de 1954. Considerações quanto à grafia de alguns desses nomes precisam ser feitas. Mário Braga Ramos, por exemplo, que em 1954 estava filiado ao Partido Republicano (PR), teve seu nome divulgado pela listagem da L.E.C. como “Mário Braga Gomes”, no entanto, quando confrontamos os nomes elegíveis pelo PR em 1954, não encontramos nenhum “Mário Braga Gomes” e sim “Mário Braga Ramos”. Esse fato nos leva a crer que houve erro de grafia por parte da organização católica no momento da divulgação. Por outro lado, o caso de Nivon Weigert é o inverso ao caso Mário Braga Ramos. Na listagem da L.E.C. seu nome aparece escrito corretamente “Nivon Weigert”, entretanto, na divulgação da pesquisa de Carneiro Júnior a grafia elencada é “Niwon Waigart”. José Hoffmann é outro prócer local cuja grafia gera confusão quando confrontada a listagem da L.E.C. com a nominata apresentada por Carneiro Júnior. Seu nome aparece corretamente na lista católica, enquanto junto ao trabalho do mencionado historiador o nome “José” é trocado por “João” Hoffmann. As “confusões” podem ser encontradas na publicação do historiador Carneiro Júnior¹⁹³.

¹⁹³ No primeiro anexo trazido por Carneiro Júnior, o texto dissertativo produzido em 2000, o nome de Edgar Sponholz (PSD) vigorava entre os indicados pela L.E.C. Contudo, a listagem da Liga não havia indicado o nome de Sponholz, portanto, parece ter havido um equívoco do autor. A possibilidade de equívoco é sustentada devido à atualização empregada pelo mesmo quando da publicação da dissertação em formato de livro, no ano de 2014. Nesta, é possível perceber que o nome de Edgar Sponholz (PSD) não aparece entre os indicados pela Liga Eleitoral Católica.

QUADRO 1 – Políticos vinculados ao eleitorado ponta-grossense que tiveram o nome divulgado pela Liga Eleitoral Católica em 1954.

(continua)

Nome	Partidos em que passou entre 1947 e 1963	O que disputou em Ponta Grossa entre 1947 e 1963
José Hoffmann	Partido Proletário do Brasil (PPB) Partido Social Trabalhista (PST) Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) Partido Social Democrático (PSD) Partido Trabalhista Nacional (PTN)	Vereança em 1947 Prefeitura em 1955 (eleito) Prefeitura em 1963 (eleito)
Mário Braga Ramos	Partido Republicano (PR) União Democrática Nacional (UDN)	Vereança em 1955 (não eleito) Vereança em 1959 (eleito)
Nivon Weigert	Partido Social Democrático (PSD)	Vereança em 1947 (eleito)
Abílio Holzmann	Partido Social Democrático (PSD)	Não encontramos seu nome na disputa municipal. O dono da Rádio Clube Pontagrossense disputou vaga à Assembleia Estadual em 1954 (suplente)
João Vargas de Oliveira	União Democrática Nacional (UDN)	Prefeitura em 1947 (eleito)

QUADRO 1 – Políticos vinculados ao eleitorado ponta-grossense que tiveram o nome divulgado pela Liga Eleitoral Católica em 1954.

(conclusão)

Nome	Partidos em que passou entre 1947 e 1963	O que disputou em Ponta Grossa entre 1947 e 1963
Amadeu Puppi	Partido de Representação Popular (PRP) União Democrática Nacional (UDN)	Vereança em 1947 (eleito)

Fonte: elaborado pelos autores a partir da lista da Liga Eleitoral Católica, publicada em 2 de outubro de 1954, no periódico *O Dia*.

Importante destacar a presença de circulares e decretos assinados pelo arcebispo metropolitano de Curitiba, Dom Manuel, junto ao periódico *O Dia*. A exemplo do decreto supracitado - que reinstalou a L.E.C. no Paraná -, outro documento no qual o religioso foi signatário veio a público na edição de 29 de setembro de 1955¹⁹⁴, poucos dias antes do pleito de 3 de outubro. Em letras garrafais, a circular intitulava-se “Aos católicos da arquidiocese”, ocupando parte central da última página do jornal. Tratava-se de uma exortação ao povo católico para o comparecimento às urnas, permeado pelo uso das palavras características do binômio “Pátria-Religião”: “Brasil católico”, “voto católico”, “bem da Pátria e da Igreja”, além de recorrer aos papas Pio XI e Leão XIII:

AOS CATÓLICOS DA ARQUIDIOCESE - Poderíamos considerar desnecessário a publicação desta pequena circular nas proximidades das eleições de 3 de outubro. Ninguém ignora o papel que cabe aos católicos na hora presente. Se todos os brasileiros são convocados para esta grande parada de civismo, os católicos, de maneira particular, devem cerrar fileiras em torno das urnas para a escolha dos futuros dirigentes do País e do Estado. <<Um católico, - diz Pio XI, - porá todo o empenho em não descuidar o exercício do direito de voto, quando está em jogo o bem da Igreja e da Pátria>>. O Brasil católico precisa do voto católico. Seria falta de patriotismo e de verdadeiro espírito cristão a atitude de abstencionismo em hora tão grave da vida nacional. Sem trair à consciência, devem os católicos escolher os candidatos mais dignos e merecedores da confiança da Igreja. Na afirmação de Leão XIII, - <<os esforços e os votos de todos devem convergir para a eleição de homens, nos quais o amor pelo bem público se case com o zelo provado pela Religião>>. Valorizemos, pois, o nosso voto, colocando-o a serviço de Deus e da Pátria. Só assim votaremos bem e ficará tranquila a nossa consciência. A ação do voto é ação sagrada. Que não haja profanação. Católicos de Curitiba e da Arquidiocese, a postos! O arcebispo vos conclama

¹⁹⁴ Embora publicada na edição de quinta-feira, 29 de setembro de 1955, a circular trazia a data de 24 de setembro do corrente.

para as eleições de 3 de outubro. Compareçamos, respeitosamente, às urnas com os olhos voltados para o grande interesse da Pátria e da Igreja. - Água Branca, 24 de setembro de 1955. - MANUEL, Arc. Metrop.¹⁹⁵

O teor da circular divulgada pelo periódico, produzida e assinada pelo arcebispo metropolitano, traz à baila aspectos perseguidos pelo modelo de Igreja da Neocristandade, naquele momento, modelo em tensão com a nova proposta de ação pastoral assumida pela Igreja a partir de 1952 quando da criação da CNBB. Ou seja, a produção textual de Dom Manuel ao indicar aos católicos a ele subordinados o voto em candidatos que tivessem compromisso com a Pátria e com os interesses da Igreja, recuperava a preocupação da hierarquia religiosa que perdurou durante os anos 1930 e 1940. Demais fontes nos ajudam a compreender os remanescentes da Restauração Católica na região paranaense em pleno final da década de 1950, como a declaração de compromisso entre os candidatos e a L.E.C. Desta forma estava estruturado o termo de adesão à L.E.C. em 1958:

<<Tendo-me candidatado às eleições que se realizarão a 3 de outubro do corrente ano, assumo, por isso mesmo, o compromisso de pugnar com todo o empenho pelo respeito, defesa e completa vitória das reivindicações contidas no programa mínimo, a saber:

- 1) – Combate a todas as medidas que atentam contra os direitos interesses e respeitabilidade da instituição da família;
- 2) – Amparo e proteção à natalidade; revogação de qualquer dispositivo legal que possa de algum modo prejudicar o direito do nascituro à vida;
- 3) – Instituição de processo legal que torne eficiente e rápidas as medidas repressivas à divulgação da imoralidade pelos jornais, livros, cinemas, espetáculos, rádios, televisão e outros meios de publicidade;
- 4) – Adoção de dispositivos especiais na lei eleitoral que deem ao eleitor participação mais direta na escolha de seus representantes, permitindo-lhes maior liberdade de seleção para melhor escolha dos candidatos;
- 5) – Rejeição de qualquer aliança ou acordos eleitorais que atentem contra os princípios cristãos e democráticos;
- 6) – Combate a toda e qualquer legislação que contrarie, explícita ou implicitamente, os princípios fundamentais do direito natural e da doutrina cristã;
- 7) – Estrita observância das normas morais e cívicas consagradas na doutrina cristã referente ao exercício de função pública e à ação política dos partidos e dos candidatos eleitos;

¹⁹⁵ MANUEL, Arc. Metrop. AOS CATÓLICOS DA ARQUIDIOCESE. **O Dia**, 29 de set. 1955, Curitiba. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=092932&pagfis=86769>>. Acesso em 7 mar. 2023.

8) – Manutenção e integral aplicação dos princípios democráticos sociais e cristãos, incorporados à Constituição Brasileira, notadamente das seguintes conquistas:

- a) Constituição promulgada em nome de Deus, e instituição do estado democrático segundo os princípios evangélicos de liberdade e justiça;
- b) Reconhecimento dos direitos e deveres fundamentais da pessoa humana;
- c) Defesa da família, fundada no casamento de vínculo indissolúvel com reconhecimento de efeitos civis, ao casamento religioso e, assistência às famílias numerosas;
- d) Rejeição de todo monopólio educativo; defesa do ensino religioso facultativo nos estabelecimentos oficiais e incentivo ao ensino particular;
- e) Legislação inspirada nos mais amplos preceitos de justiça social e nos princípios de ordem social cristã para todos os trabalhadores respeitados os interesses e condições peculiares aos diferentes tipos de trabalho;
- f) Preservação do princípio da propriedade individual, sem prejuízo das limitações exigidas pelo bem comum como base da autonomia pessoal e familiar;
- g) Pluralidade partidária, com exclusão de organizações anti-democráticas;
- h) Assistência religiosa facultativa às classes armadas e aos hospitais, prisões e instituições públicas>>.

Os candidatos poderão resumir o compromisso, nos seguintes termos:

Estou de pleno acordo com o programa mínimo publicado no jornal do dia, mês e ano, apresentado pela Liga Eleitoral Católica, conforme resolução do Exmo. sr. Arcebispo Metropolitano de Curitiba.¹⁹⁶

Os seis políticos ponta-grossenses mapeados por esta pesquisa, ao que tudo indica, assinaram tais pressupostos - pelo menos alguns dos 8. Tanto a lista da L.E.C. quanto os decretos e circulares emitidos pela província eclesiástica paranaense após 1952 nos permitem aferir a permanência de posturas do antigo modelo de atuação da Igreja na vida cotidiana da sociedade. Conforme observaremos adiante, a figura do bispo coadjutor de Ponta Grossa, Dom Geraldo Pellanda terá seu nome vinculado a candidatos locais com certa frequência, mais até do que a do bispo titular, Antonio Mazarotto. A exploração das campanhas municipais ponta-grossenses de 1955, 1959 e 1963, enfocando os acenos à religiosidade e o que nela se encerra será o objetivo dos próximos tópicos.

¹⁹⁶ DISTRIBUI a LEC compromisso que os candidatos assumem para recomendação. **Diário do Paraná**, 14 set. 1958, Curitiba. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=761672&Pesq=%22Liga%20Eleitoral%20Cat%c3%b3lica%22&pagfis=23370>>. Acesso em 7 mar. 2023.

4.1 A ELEIÇÃO MUNICIPAL DE 1955

O ano de 1955 foi um pouco diferente para os eleitores ponta-grossenses. Naquela ocasião, em razão da eleição casada para a presidência e vice-presidência da República, governo do Estado e prefeitura, os votantes devidamente alistados precisavam votar nos representantes dos três cargos executivos em disputa - além dos vereadores municipais. O munícipe que optasse por acompanhar os desdobramentos da campanha dos prefeituráveis pelos dois principais periódicos em circulação à época, encontraria um cenário bem definido.

De um lado, o recém-criado *Jornal da Manhã*, sob a direção *tripartite* de Petrônio Fernal (diretor superintendente), Adherbal Calderari (diretor gerente) e João Ricardo Borell du Vernay (diretor de redação), encampava a candidatura do médico, militar e presidente da Câmara de Vereadores, David Federmann. O vereador em primeiro mandato encabeçava a campanha da União Democrática Nacional (UDN), que embora tivesse em suas fileiras o prefeito em exercício e dono do mencionado periódico, havia perdido o pleito em 1951¹⁹⁷. Além de apoiar o nome de David Federmann à prefeitura e, como veremos, cobrir o passo a passo da campanha por meio de uma coluna temporária, o matutino apoiava o general Juarez Távora (UDN) para presidente do Brasil, Milton Campos (UDN) para a vice-presidência e Othon Mader (UDN) para o governo do Paraná. Anúncios, propagandas, acrósticos, poemas e canções em prol dos candidatos da “Frente da Renovação Nacional” podiam ser lidos aos montes durante o período eleitoral.

Por outro lado, o consolidado *Diário dos Campos* oferecia uma alternativa aos eleitores princesinos. Quando o terceiro trimestre daquele ano se iniciou, o nome de José Hoffmann estampava a primeira página como o diretor-proprietário da folha. Ao seu lado, Nicolau Ferigotti dividia o cargo de diretoria e Ubaldino Stremel assinava como diretor-gerente. Entretanto, no quinto dia de julho o diretor-proprietário arrendou o tradicional jornal ao deputado estadual Francisco Sady de Brito, do Partido Social Democrático (PSD), alegando que os trabalhos junto ao periódico não permitiam sua dedicação à campanha para prefeito de Ponta Grossa. Nessa negociação, o nome de Nivon Weigert, ex-vereador (PSD), fora anunciado como diretor até que o contrato de arrendamento expirasse. O acordo de arrendamento ainda previa o uso de um quarto

¹⁹⁷ Petrônio Fernal foi eleito prefeito pela legenda do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). No entanto, em 1954, quando concorreu ao cargo de deputado estadual, estava filiado à UDN.

de página para a divulgação da campanha de Hoffmann e de seus correligionários candidatos a vereador (todos do PTB). Esse contrato foi anunciado em 6 de julho de 1955, com título “Aos leitores do DIÁRIO dos CAMPOS” (grifo original). Ao lado do mesmo, um pequeno *box* reforçava o aludido contrato e convidava os correligionários e apoiadores da campanha trabalhista a visitarem o candidato José Hoffmann em sua residência, sita na rua Dr. Colares, 358, para tratar de assuntos políticos.

No dia seguinte, 7 de julho, o *Diário dos Campos* se apresentou sob nova direção. Com a exceção da permanência de Ubaldino Stremel no cargo de diretor-gerente, Nivon Weigert passava a assinar a direção e Cyro Ehke figurava como redator-secretário. Na mesma edição, era possível ler o pronunciamento do novo diretor. Grato pela confiança que lhe fora depositada pelo nobre amigo e companheiro de partido (em referência a Sady Brito), Weigert deixava claro que conduziria o *Diário dos Campos* temporariamente, porém, com empenho e zelo pela tradição do jornal. Além disso, explicitava que aquele espaço seria fiel propagador da campanha de Moysés Lupion (PSD) ao governo do Paraná¹⁹⁸. No que se refere à presidência e vice-presidência da República, a gestão não deixou explícito quem apoiaria. Dessa forma, era possível encontrar notícias sobre praticamente todos os concorrentes ao executivo nacional, embora o Partido de Representação Popular (PRP), que disputava o cargo a partir de seu candidato Plínio Salgado, possuísse uma coluna periódica junto ao *Diário dos Campos*¹⁹⁹.

Portanto, o cenário político-eleitoral de 1955 estava posto aos eleitores pontagrossenses. Assim como em âmbito nacional, os três grandes partidos (PTB, PSD e UDN) tensionavam o jogo eleitoral em âmbito regional e local. Àquele eleitor-leitor cuja identificação fosse com o antigetulismo e, por consequência, preferisse a candidatura de Juarez Távora à presidência da República, poderia tomar como leitura matutina o periódico *Jornal da Manhã*. Em contrapartida, o *Diário dos Campos* apresentava-se como uma alternativa aos candidatos da UDN, tanto em âmbito nacional quanto local e regional. O cenário político de 1955 era de ebulição.

¹⁹⁸ O explícito apoio da direção Nivon Weigert à campanha de Moysés Lupion resultou em um cargo de suma relevância para o advogado e professor durante a gestão Lupion: foi o Secretário de Educação entre 24 de julho de 1958 e 30 de janeiro de 1961. Ou seja, foi o titular da pasta que tratava de um dos principais assuntos para os católicos vinculados ao Círculo de Estudos Bandeirante (CEB), ao qual tinha grandes ligações.

¹⁹⁹ A esse respeito, ver DITZEL, C. de H. M. **Manifestações autoritárias: o integralismo nos Campos Gerais (1932-1955)**. Florianópolis, 2004. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal de Santa Catarina.

Um ano antes o país havia passado por uma grave crise de instabilidade, o que culminou com o suicídio de um dos mais expoentes líderes políticos da República brasileira, Getúlio Vargas. A morte do então presidente em exercício levou o país a uma mudança de rumo, em especial no que se refere à composição ministerial do governo. Ao contrário do petebista, o presidente Café Filho, vice-presidente que assumiu após o suicídio de Vargas, tratou de acalmar o ímpeto da oposição, liderada pela UDN, alocando os udenistas em cargos estratégicos e de primeiro escalão do governo

[Café Filho] organizou um novo gabinete que incluía diversos líderes identificados com a UDN. O Ministro da Fazenda era Eugênio Gudin, destacado professor de Economia, que frequentemente falava e escrevia em jornais e revistas a favor de uma política financeira ortodoxa. [...] Vários outros Ministros civis eram eminentes figuras públicas de visão moderadamente conservadora, como Cândido Mota Filho, o novo Ministro da Educação, e Raul Fernandes, conhecido e veterano político da UDN, o novo Ministro das Relações Exteriores²⁰⁰.

Quando as hostes de ambas as agremiações políticas começaram a discutir a sucessão de Café Filho, os antigetulistas perceberam as reais possibilidades do retorno da coalizão PTB-PSD ao poder. A procura por um nome que seduzisse o eleitor ao “centro” dificultou a missão da UDN, que migrou de Etelvino Lins, ex-governador de Pernambuco, para o militar Juarez Távora, em meados de junho de 1955. Na oposição, os asseclas do PSD confiavam na capacidade do mineiro Juscelino Kubitschek para vencer qualquer entrave eleitoral e implantar no Brasil uma efetiva política nacional desenvolvimentista. Para contribuir com sua campanha, o nome de João Goulart (Jango) passou a figurar como o candidato do PTB ao cargo de vice-presidente - votava-se separado para presidente e vice-presidente. Ou seja, “[...] a aliança eleitoral foi celebrada - Kubitschek para presidente e João Goulart para vice-presidente. Seria o poder eleitoral da máquina rural do PSD, combinado com o poder do PTB nas cidades”²⁰¹.

Ademar de Barros (Partido Social Progressista - PSP) e Plínio Salgado (PRP) também participaram do pleito de 1955, tendo algumas de suas movimentações divulgadas pela mídia local, principalmente o dirigente integralista - através da mencionada coluna do PRP no *Diário dos Campos*.

²⁰⁰ SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Getúlio a Castelo Branco, 1930-1964**. 7ª ed. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p. 181-182.

²⁰¹ *Ibid.*, p. 184.

4.1.1 “David Federmann e sua candidatura”

O diretório municipal da UDN entrou na briga pela prefeitura de Ponta Grossa, definitivamente, em 11 de junho. Reunidos em Convenção Municipal, os 15 convencionais - sendo 13 efetivos e 2 suplentes - deliberaram por escrutínio secreto o nome do candidato da legenda a prefeito e a chapa de vereadores. Dos três nomes que postulavam ao ensejo de representar a UDN na eleição municipal, dois eram possuidores de conhecida trajetória católica, enquanto o outro, não. O primeiro deles, João Vargas de Oliveira, notável dirigente da UDN local, ex-prefeito e ex-deputado estadual, em 1955 ocupava o cargo de Secretário da Agricultura e do Abastecimento do Paraná. O segundo era Mário Braga Ramos, jovem dentista e neófito político. Aos trinta e poucos anos, o líder católico parecia reivindicar para si um capital político que ainda não tinha. O mais distinto dos três era David Federmann, médico de formação, militar das fileiras do Exército Brasileiro, vereador mais votado da UDN em 1951 e naquele momento presidente da Câmara de Vereadores.

Pouco antes do início da escolha do prefeiturável, João Vargas de Oliveira fez-se ouvir pelos convencionais. Em manobra típica de sua personalidade de “mandachuva” do diretório, ponderou que “de forma alguma aceitaria a sua indicação para a honrosa investidura”²⁰², aconselhando voto em David Federmann. Sob os olhos atentos de Petrônio Fernal e Adam Polan Kossobudzki, os dois escrutinadores da noite, proclamou-se o resultado. 10 votos para David Federmann; 3 votos para o abdicante João Vargas de Oliveira; 1 voto para Mário Braga Ramos (será o seu próprio?) e 1 voto em branco. Ademais, anunciou-se os vinte e tantos nomes que disputariam a vereança²⁰³.

Derrotado no escrutínio pela representação do partido à prefeitura, Mário Braga Ramos passou a compor a chapa de vereadores. Pode-se perceber sua propaganda eleitoral enaltecendo sua função junto aos católicos e destacando uma de suas profissões, a de jornalista (era dentista também). Algumas provocações podem ser feitas a respeito deste anúncio encontrado no *Jornal da Manhã*, em outubro de 1955. Em primeiro lugar, devemos considerar o periódico em que a propaganda estava vinculada, ora, como dissemos, o *Jornal da Manhã* encampou a campanha udenista na cidade, isso se justifica, em partes, pela condição de dois diretores da

²⁰² DAVID FEDERMANN é o candidato. **Jornal da Manhã**, 12 jun. 1955, Ponta Grossa.

²⁰³ *Ibid.*, p. 1.

referida folha se encontrarem filiados à UDN - Petrônio Fernal e João Ricardo Borell du Vernay. Este, vereador em exercício de mandato e, portanto, candidato à reeleição.

FIGURA 2 - Publicação de campanha de Mário Braga Ramos no Jornal da Manhã, 1955.



Fonte: Jornal da Manhã, 01 de outubro de 1955, Ponta Grossa.

Em segundo lugar, qual o motivo do político optar pela divulgação de sua candidatura atrelando sua função pública à profissão de jornalista? Por que não “dentista e líder católico”? Embora Braga Ramos aparentasse notável vontade política, o ano de 1955 não reservou grandes conquistas para o jovem católico. Seria preciso aguardar alguns anos até que sua capacidade de organização (ou grau de parentesco) o levasse ao centro do poder paranaense²⁰⁴.

Como de praxe na época, os candidatos a vereador buscavam espaços nas folhas para divulgarem seus nomes, uma possível vinculação institucional, profissão e, de vez em quando, uma frase clichê que justificasse o voto em sua pessoa. Por exemplo, Guilherme Augusto Knechtel, candidato a vereador pelo Partido Democrata Cristão (PDC), usou o espaço com a seguinte estrutura: “Para vereador - Guilherme Augusto Knechtel - assiduidade e trabalho, competência e honestidade”²⁰⁵. Um texto à parte somente analisando a propaganda eleitoral dos candidatos nesses jornais merece atenção da comunidade historiadora, afinal, trata-se de uma das tantas formas de contato entre o eleitor e as campanhas, sendo que essa, apresenta-se devidamente documentada.

²⁰⁴ Durante o mandato do governador Ney Braga, Mário Braga Ramos (primo do governador) assumiu a Secretaria da Educação do Paraná, entre 31 de janeiro de 1961 e 1º de março de 1962. Dessa forma, a pasta educacional paranaense emplacou dois políticos católicos vinculados à cidade de Ponta Grossa consecutivamente (Nivon Weigert e na sequência Mário Braga Ramos). A galeria de secretários pode ser consultada em: <https://www.educacao.pr.gov.br/Pagina/Galeria-de-Secretarios-da-Educacao-do-Parana>.

²⁰⁵ PARA VEREADOR. **Jornal da Manhã**, 1 out. 1955, Ponta Grossa.

Se, por um lado, Mário Braga Ramos foi de possível prefeiturável a candidato a vereador, por outro, João Vargas de Oliveira passou a coordenar a campanha de David Federmann. Essa posição fica muito clara quando se lê a entrevista de Vargas de Oliveira ao *Jornal da Manhã*, divulgada dentro do espaço alugado pela campanha de David Federmann - uma coluna intitulada “David Federmann e sua candidatura” -, em 3 de julho de 1955. Na ocasião, o periódico aproveitou a presença do Secretário de Agricultura e Abastecimento do Paraná, que vinha passar o final de semana em sua cidade, para perguntar-lhe sobre a campanha de Federmann. O ilustre prócer destacou o avanço do nome de Federmann junto a setores da sociedade pontagrossense, e, após elogiar as qualidades do médico, enfatizou que os eleitores seriam melhor informados sobre a capacidade do “médico e administrador” conforme a campanha fosse se intensificando, o que, prometia o udenista, estaria prestes a acontecer²⁰⁶.

Conforme apresentado acima, o *Jornal da Manhã* detalhou o passo a passo da campanha do médico udenista à prefeitura de Ponta Grossa. O objetivo da coluna “David Federmann e sua candidatura”, ainda que não manifestado explicitamente, tinha por meta aproximar o prefeiturável ao seu potencial eleitorado. Os registros coletados por esta pesquisa dão conta de um número considerável de edições dessa coluna, começando em 1º de julho de 1955 até às vésperas da eleição municipal, isto é, até o dia 1º de outubro de 1955 - quando a coluna apresentou o discurso final do candidato. Dentre todas as edições, que procuravam manter uma periodicidade, assuntos dos mais variados foram tratados: entrevistas com apoiadores do candidato da UDN, relatos de frequentes adesões à candidatura, entrevista com o próprio candidato em que soluções e opiniões acerca de problemas que afetavam a municipalidade eram apresentadas, respostas a acusações contra a campanha Federmann, dentre outros.

A primeira publicação da mencionada coluna que mapeamos é datada de 1º de julho de 1955 que trouxe uma entrevista com o major Oscar Ramos Pereira, um militar reformado do Exército brasileiro e naquele momento membro da Comissão de Estradas e Rodagem. O major era adepto da campanha em prol do presidenciável general Juarez Távora (UDN), e entre idas e vindas na conversa foi perguntado sobre David Federmann:

²⁰⁶ DAVID FEDERMANN e sua candidatura: impressões de um prestigioso líder político princesino. *Jornal da Manhã*, 3 jul. 1955, Ponta Grossa.

Referindo-se à política local, o nosso interlocutor manifestou certo constrangimento em emitir opinião sobre os candidatos que disputam a Prefeitura Municipal, informando-nos, entretanto, que, segundo pôde concluir dos contactos que teve com pessoas aqui residentes, o dr. David Federmann, indiscutivelmente, parece reunir as maiores possibilidades de vitória. Adiantou mesmo que chegou a ficar impressionado com as reiteradas e entusiásticas referências feitas ao ilustre médico princesino, no tocante à atuação que tem tido em Ponta Grossa, no exercício da medicina.²⁰⁷

Nessa primeira entrevista que trazemos, fica evidente algumas associações que por repetidas vezes foram feitas pela campanha de Federmann durante o período eleitoral. A primeira delas trata-se da constante lembrança da profissão do candidato. Ou seja, enfatizar que Federmann tratava-se de um “double” de médico e administrador, como salientava João Vargas de Oliveira, contribuía para fabricar uma imagem “missionária”, humanitária e benevolente do candidato ao relacioná-lo ao “salvador de vidas”. Como veremos em outras oportunidades, tal associação será sempre recorrida. O segundo ponto que tornar-se-ia um vício durante a campanha tratou-se da vinculação ao militarismo, em especial o militarismo antigetulista. A patente de oficial do Exército foi buscada quando necessário para justificar o caminho ordeiro pelo qual Ponta Grossa devia seguir. Ademais, sendo Federmann o candidato do general Távora em âmbito municipal, não foram raras as vezes em que divulgaram-se anúncios conjuntos nas folhas do *Jornal da Manhã*. No entanto, a mais explícita vinculação entre os dois ficou clara aos eleitores no dia 13 de julho de 1955, data na qual o comício de Juarez Távora foi realizado em terras princesinas.

Os primeiros dias de julho seguiram o manual, aparentemente, comum ao que se esperaria de uma campanha política. Aos poucos, apresentava-se ao eleitor a formação, depois a profissão, a experiência política já conquistada e não menos importante, as alianças costuradas até então pelo candidato - não necessariamente nessa ordem. Para o eleitor rigoroso, é apresentado logo no dia 2 de julho a experiência política do prefeiturável da UDN: “[...] assim como até agora ele soube corresponder ao chamamento do dever cívico, quer como vereador, quer como presidente da Câmara Municipal, também o fará, com maiores razões ainda, à frente do Executivo cidadão²⁰⁸”. Até então, as campanhas demonstravam serenidade e, pelo menos nas fontes a que tivemos acesso, não fugiam à regra citada alhures.

²⁰⁷ DAVID FEDERMANN e sua candidatura: de como em política pode-se reunir o útil ao agradável. **Jornal da Manhã**, 1 jul. 1955, Ponta Grossa.

²⁰⁸ DAVID FEDERMANN e sua candidatura: na luta para servir sua terra com todas as forças do espírito e do coração. **Jornal da Manhã**, 2 jul. 1955, Ponta Grossa.

A tensão política entre as campanhas passou a ser percebida, pela primeira vez, em 10 de julho. Doravante, praticamente todos os embates girariam em torno destes três pontos levantados pela campanha de David Federmann. Na edição de domingo, 10 de julho, logo abaixo da matéria que tratava do Congresso Eucarístico²⁰⁹, o espaço reservado para a coluna da campanha pró-Federmann trouxe como subtítulo “não há argumentos para combater o médico-candidato”²¹⁰. O tom usado pela campanha, naquele momento, era diferente do que até então se vinha apresentando. De início, o desconhecido autor (a campanha não era assinada por ninguém) argumentava que “todas as causas, têm adversários gratuitos e despertam simpatias e antipatias, as quais fazem, respectivamente, adeptos e inimigos”²¹¹, ou seja, encaminhava o texto para um desabafo. Na sequência, deixava evidente que alguns desses “inimigos” procuravam de todas as formas induzir os “menos avisados” a interpretações equivocadas das “qualidades” de um candidato cujo defeito era não possuir “vícios”. Sem indicar nem mesmo sugerir os prováveis autores do movimento antifedermann, destaca que

[...] Diz-se por exemplo, que o Dr. David Federmann é médico muito atarefado e não terá tempo para governar o município. Eis a primeira tolice. Ele é médico muito atarefado porque possui muitos clientes e, por conseguinte, é bom médico, procurado pelo povo e digno de sua preferência; eleito, pois, esse mesmo médico saberá ser tão dedicado aos negócios públicos como o tem sido às atividades particulares; aliás, o que lhe é do feitio, em qualquer situação que assuma. Dizer-se que um cidadão não pode ser prefeito, porque é dedicado à sua profissão, é o mesmo que admitir que só vagabundos devem ocupar cargos públicos, o que é chocante e inadmissível, se não fora ridículo e estúpido.²¹²

²⁰⁹ Em 1955, o Rio de Janeiro foi sede do XXXVI (36º) Congresso Eucarístico Internacional. A mídia impressa ponta-grossense trazia em suas edições frequentes novidades e desdobramentos do evento católico. Inclusive, o *Jornal da Manhã* relatou a ida de Dom Antonio Mazzarotto e uma comitiva de católicos ponta-grossenses para lá. A nota publicada na coluna “Flashes Locais”, assinada por Heitor Ditzel (influyente político local), citava nominalmente os peregrinos que partiam de Ponta Grossa para o Rio de Janeiro. Viajavam no ônibus que saiu por volta das 3:30 de sexta-feira, 15 de julho: “Francisco Rodrigues Venâncio, André Mulaski, Edmundo Kruger, José Honório Cristóforo, Padre Carlos, Padre Ladislau, Padre Pedro, Jacob Schell, Leopoldo Stolz, João M. Cruz, Clayton A. Gonçalves, Ana M. Gonçalves, Alfredo Stolz, Ivone Stolz, Pedro Luiz Guzzo, Athayde Camlofski, João Varassim e Senhora, Jessi Palermo, Joany Palermo, Theodoro Feyl e Senhora, Rafael Rochinski, Lucia Rochinski, Rudolpho Schnekenberg, Alfredo Voigt, Maria Madalena Haunagge, Noemia Haunagge, Sebastião Hoinaki, Antônio Hoinaski, Joice Palermo, Edgard Delinski, Antonio Caos, Manoel Luiz Silva, e mais duas pessoas de Guarapuava.” (DITZEL, H. Peregrinação. In: Flashes Locais. **Jornal da Manhã**, 14 jul. 1955a, Ponta Grossa). O informativo ainda determinava que o líder da excursão era o senhor João M. Cruz, e que a empresa de viação contratada para tal fora o Expresso Princesa dos Campos.

²¹⁰ DAVID FEDERMANN e sua candidatura: não há argumentos para combater o médico-candidato. **Jornal da Manhã**, 10 jul. de 1955, Ponta Grossa.

²¹¹ *Ibid.*, p. 1.

²¹² *Ibid.*, p. 1.

Tal afronta à profissão do candidato-médico, ou melhor, tal crítica à sua condição profissional que acabaria prejudicando uma eventual gestão à frente da prefeitura, pode ser interpretada como estratégia de seus “supostos” adversários. Pois, percebendo o alcance e o potencial que o exercício da medicina fornecia a David Federmann, não restava outra opção a não ser amedrontar tanto o eleitor preocupado com a possível falta de comprometimento e dedicação do médico durante o cumprimento do mandato, quanto o eleitor-paciente que temia perder seu médico de confiança devido à função “double” que o mesmo passaria a ter.

O segundo ponto rebatido pela campanha de Federmann tratava-se de sua mocidade. Aos olhos dos críticos não seria possível o comando da mais importante cidade do interior do Paraná ficar à mercê de um prefeito jovem e, conseqüentemente, inexperiente.

O Dr. David Federmann é muito moço para ser prefeito! Esta afirmativa é por sua vez, ingênua e contraditória. Pois, se ele pode ser o que tem sido como médico e vereador-presidente de nossa Câmara Municipal, sua mocidade é mais um argumento a seu favor, podendo assim ofertá-la para melhor dirigir a nossa comuna, com toda a energia e pureza de propósitos, que ninguém, em nossa terra, poderá negar-lhe, de sã consciência²¹³.

A coluna não hesitou em recordar que a pouca idade do candidato já havia lhe rendido uma eleição para vereador e o comando do atual biênio da Câmara de vereadores da cidade. Ou seja, nem a juventude, tampouco a profissão do candidato poderia servir de argumento sólido para combater a campanha udenista. Até aqui, temos duas acusações comuns em qualquer pleito que tenha potenciais candidatos disputando palmo a palmo cada voto - a eleição acabaria definida por uma margem rigorosamente estreita.

Contudo, é o terceiro ponto a ser rebatido pela campanha udenista que nos leva à uma análise historiográfica do comportamento ideológico de parcela do eleitorado ponta-grossense. O parágrafo extenso tratou o ponto como “anti-humano”, “injusto”, “antidemocrático” e “anticristão”, enquadrando seus proferidores (ou proferidor) como beligerantes contra uma religião e uma comunidade, fato que desde há muito já deveria ter sido superado²¹⁴. Segundo a coluna, os “inimigos” de Federmann sustentavam que sua ascendência judaica era um impeditivo para que o vereador assumisse um posto de tamanha grandeza no poder municipal. Sem dar

²¹³ DAVID FEDERMANN e sua candidatura: não há argumentos para combater o médico-candidato. **Jornal da Manhã**, 10 jul. de 1955, Ponta Grossa.

²¹⁴ *Ibid.*, p. 1.

mais detalhes sobre quem poderia ter originado essa campanha antifedermann, a coluna passou a detalhar as atividades do médico na cidade, reforçando que, independentemente de sua ascendência, David Federmann atuava junto ao município em completa harmonia com os demais, sobretudo com as autoridades católicas, as quais, inclusive, compartilhava as relações profissionais e assistenciais.

O Dr. David Federmann é filho de judeus. Este modo de combater a Candidatura David Federmann, preferido por alguns sem dúvida, **é o mais injusto e antidemocrático** [anti-democrático no original], **anticristão** [anti-cristão no original] **e anti-humano**, porque **assume feição de guerra a religião e a uma comunidade**, o que não mais é admissível, desde o século passado! esquecem, sobretudo, tais indivíduos, que se o Dr. David Federmann merece confiança para salvar a vida de nossos filhos e nossas mães, também a merece para administrar nossa cidade²¹⁵.

Essa representação jornalística nos possibilita algumas ponderações. Não possuímos maiores informações sobre a vida privada do candidato, quando muito sabemos de suas obrigações profissionais e ideológicas por ser ele uma figura pública em plena campanha eleitoral. Contudo, se, em algum momento, foi membro ou frequentador de Sinagoga ou mesmo se professava a religião judaica, nada sabemos. Destacamos também que a pertença ou vinculação à comunidade vai além da profissão de fé, significando uma gama de sentidos, práticas, costumes e heranças - as quais não temos condições de aqui detalhar. Mesmo assim, ao tornar esse fato um ponto de preocupação para a campanha do prefeiturável e por aparecer outras tantas vezes como “acusação a ser superada”, nos serve como exemplo de tensão entre um projeto de cidade que se pretendia construir e os perigos e ameaças que poderiam pôr em risco o modelo ideal.

Para enfatizar a rede de sociabilidade na qual o médico estava inserido, a campanha procurou destacar a presença de figuras católicas. Por qual motivo? seria uma estratégia vinculá-lo às instituições notadamente reconhecidas pelos católicos para atenuar o fato de sua ascendência judaica? Em se tratando de disputa pelo poder, nada deve ser desconsiderado pelo historiador. Qualquer que seja o motivo, gerou o trecho que se segue:

[...] Dr. David Federmann, desde que se diplomou, clinica, há mais de dez anos, em nossa cidade, prestando suas atividades médicas com desambição, tanto particularmente como em instituições filantrópicas, quais sejam o Asilo S. Vicente de Paulo e Creche Hercília de Vasconcelos; e **serve, também, como médico efetivo do Hospital 26 de Outubro, sob assistência das abnegadas Irmãs de São José**, além de ser **fundador do Hospital São Lucas**, a novel e primeira casa de saúde particular de Ponta Grossa, onde,

²¹⁵ DAVID FEDERMANN e sua candidatura: não há argumentos para combater o médico-candidato. **Jornal da Manhã**, 10 jul. de 1955, Ponta Grossa, grifo nosso.

a par dos serviços hospitalares, existe assistência religiosa ministrada por sacerdote católico²¹⁶.

Ao mencionar as duas instituições filantrópicas: o Asilo São Vicente de Paulo e a Creche Hercília de Vasconcelos, a campanha pró-Federmann procurava construir a imagem de um político inserido nas coisas nobres da cidade. Isso justificaria a pecha de médico humanitário usada tantas vezes ao longo das edições da coluna publicada pelo *Jornal da Manhã*. No que se refere às atividades junto ao Hospital 26 de Outubro e ao Hospital São Lucas, este um empreendimento seu, não permitiu que passasse despercebida a presença de figuras católicas, naquele a assistência das Irmãs de São José e neste o atendimento religioso a cargo de um padre católico.

Concluindo a argumentação em defesa de Federmann, a coluna recorreu ao espírito de liberdade que, segundo ela, havia no país. Não sendo o Brasil uma “ditadura totalitária” tratava-se de uma incoerência, ou “assunto morto”, tentar impor aos cidadãos uma “cartilha” única tanto em fé quanto em política.

Num país como o nosso, onde cidadãos de todas as crenças vivem, trabalham, prestam serviço à Pátria comum e se sentem felizes até de morrer por ela, de nada vale a campanha dos que ainda pensam obrigar os homens a rezarem pela mesma cartilha, em matéria de fé ou política, como se estivéssemos numa ditadura totalitária. Ora... isto é assunto morto²¹⁷.

Esses três pontos voltariam à cena noutras edições da campanha Federmann, sempre sendo duramente rebatidas pela coluna. Como dissemos, embora a informação sobre a profissão de fé do candidato não tenhamos, os vestígios de que sua ascendência judaica fora amplamente usada por seus adversários políticos nos abre um leque investigativo acerca do judaísmo e antijudaísmo, e sua possível existência em Ponta Grossa, afinal, não se usa à toa de uma afirmação como essa sem se conhecer suas potenciais reações. Isto é, não faria sentido um adversário acusar Federmann de vinculação ao judaísmo sem que isso prejudicasse, ainda que em dimensões incalculáveis, a vida pública e em última instância sua pretensão eleitoral.

4.1.2 O Partido Hitlerista em Ponta Grossa

A perseguição ao povo judeu não se trata de um fenômeno recente. Desde há muito a historiografia apresenta as tantas diásporas em que a comunidade fora

²¹⁶ DAVID FEDERMANN e sua candidatura: não há argumentos para combater o médico-candidato. **Jornal da Manhã**, 10 jul. de 1955, Ponta Grossa, grifo nosso.

²¹⁷ *Ibid.*, p. 1.

submetida. Entretanto, é do século passado o fatídico genocídio praticado pelo nazismo alemão, movimento que ceifou aproximadamente seis milhões de judeus, apresentando ao mundo a crueldade do holocausto²¹⁸.

Originado na Alemanha pós-Primeira Guerra, o nazismo ascendeu ao poder com apoio popular. Organizados a partir do NSDAP, os partidários do nazismo foram galgando espaço na política alemã durante as décadas de 1920 e 1930 e tinham em Adolf Hitler seu principal líder. O ideário nazista deixava claro que sua atuação não tinha como intenção se restringir ao Estado alemão; tal situação explicitou-se em 1º de setembro de 1939, quando as tropas alemãs invadiram território polonês. A esse respeito, diz o historiador britânico Gilbert:

[...] A ofensiva alemã de 1º de setembro de 1939 na Polônia não repetiu as táticas da Primeira Guerra, em que as unidades de infantaria avançavam até ficarem encurraladas numa linha de trincheiras para então organizarem uma série de ataques contra um inimigo firmemente instalado. O método adotado por Hitler foi a Blitzkrieg - guerra relâmpago. [...] A blitzkrieg veio inicialmente do céu, depois chegou por terra; primeiro, em ondas sucessivas de infantaria motorizada, de tanques ligeiros e de autometralhadoras que avançaram tão longe quanto possível²¹⁹.

A partir dessa inovação na tática ofensiva de guerra alemã, o historiador pondera que Hitler tinha como intuito colocar sob seu controle todo o país invadido, ou seja, não se tratava apenas de reconquistar territórios perdidos durante a Primeira Guerra. Ademais, apresenta o início das atrocidades contra a comunidade judaica ali instalada.

O objetivo de Hitler ao invadir a Polônia não era apenas recuperar os territórios perdidos em 1918, mas sujeitar o país ao jugo alemão. Para esse fim, ordenou que três regimentos da SS com a insígnia da caveira avançassem no encalço das tropas de infantaria para impor as chamadas “medidas de polícia e de segurança” na retaguarda das linhas alemãs. [...] Uma semana depois da invasão da Polônia pela Alemanha, 24 mil oficiais e homens dos regimentos da caveira estavam prontos para iniciar sua tarefa. **Num dos vagões de trem utilizados pelas tropas alemãs rumo ao leste, alguém escreveu com tinta branca: “Vamos para a Polônia esmagar os judeus”.** Não seriam só os judeus, mas os poloneses, as vítimas desse combate na retaguarda da guerra²²⁰.

Alguns anos antes do episódio relatado - conhecido como o estopim para o despertar da Segunda Guerra Mundial -, o movimento encabeçado pelo NSDAP podia ser encontrado em outros países. Segundo pesquisa realizada por Coloda e

²¹⁸ SENADO homenageia vítimas do Holocausto. **TV Senado**, 15 mar. 2022, Brasília. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/tv/programas/em-discussao/2022/03/senado-homenageia-vitimas-do-holocausto-seis-milhoes-de-judeus-foram-mortos>>. Acesso em 6 de fev. 2023.

²¹⁹ GILBERT, M. **A Segunda Guerra Mundial: os 2.174 dias que mudaram o mundo** [Tradução Ana Luísa Faria, Miguel Serras Pereira]. 1. ed. - Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2014, p. 8.

²²⁰ *Ibid.*, p. 10-11, grifo nosso.

Albuquerque, podemos perceber as movimentações da seção ponta-grossense do NSDAP, já no início da década de 1930. Ou seja, de acordo com os autores, o principal jornal impresso local, o *Diário dos Campos*, cobriu as ações dos partidários do hitlerismo em plena cidade de Ponta Grossa. O texto publicado pelos geógrafos dá conta de uma série de atividades ocorridas no município envolvendo os clubes de origem germânica e os alemães emigrados para o Brasil desde meados do século XIX e, portanto, instalados nas colônias aqui fundadas - como a colônia Otávio, por exemplo²²¹.

No curso da pesquisa, os autores perceberam que a organização dessas colônias alemãs teve como peça-chave um líder religioso deslocado de Curitiba para atender os germânicos em Ponta Grossa. O pastor luterano Schulze tinha como missão construir uma escola e um templo, tudo em prol da aproximação cultural dos migrados. Interpretando a tradução de Francisco Lange da obra escrita em alemão por Wilhelm Fugmann²²², os autores citam o nome de Fugmann, o pastor Fugmann, como um dos professores da escola fundada na região. Porém, além da função docente o nome de Fugmann ficaria conhecido por outro motivo: tornar-se-ia figura central no movimento nazista ponta-grossense.

No ano de 1933, quando Hitler assumiu a função de chanceler, nomeado por Paul Von Hindenburg²²³, o *Diário dos Campos* publicou matéria sobre pleno funcionamento do “Centro Hitlerista de Ponta Grossa”. De acordo com os autores, é possível constatar o nome do pastor Fugmann como “autoridade máxima” dos nazistas residentes em Ponta Grossa. A mesma notícia, datada de 21 de maio de 1933, apresentou o passo a passo para o interessado alistar-se ao partido hitlerista. Dizem os autores:

[...] O presidente da instituição, segundo a referida matéria, era o Pastor Fugmann, seu secretário Waldemar Hoffmann, e era composto por “*peças de destaque em nossa sociedade*” (D.C., 21.05.1933). A organização local tinha por objetivo divulgar entre os alemães e teuto-brasileiros da região um formulário contendo várias perguntas como: a origem de seus genitores (se alemães ou judeus), o vínculo associativo com outras instituições como a

²²¹ COLODA, T. A.; ALBUQUERQUE, E. S. Caracterização do movimento nazista em Ponta Grossa (PR) no período de 1932 a 1940. *Revista de Geopolítica*, v. 4, n. 1, p. 65 – 78, jan./jun. 2013. Disponível em: <<http://www.revistageopolitica.com.br/index.php/revistageopolitica/article/view/74/72>>. Acesso em fev. 2022.

²²² FUGMANN, Pastor Wilhelm. (1929). *Os alemães no Paraná: livro do centenário*. Tradução de Francisco Lothar Paulo Lange. Ponta Grossa: UEPG, 2008. 382 p.

²²³ Para maiores informações sobre o assunto, *vide*: **ENCICLOPÉDIA DO HOLOCAUSTO**. Disponível em: <<https://encyclopedia.ushmm.org/content/pt-br/article/the-nazi-rise-to-power>>. Acesso em 6 de fev. de 2022.

maçonaria e o *Rotary Club*, a idade, o sexo, o endereço onde podia ser encontrado, com telefone e caixa postal, se lutou na guerra [a primeira], onde estudou, enfim, tudo sobre a vida pessoal e profissional do entrevistado. Após o preenchimento do formulário, o entrevistado era questionado se iria afiliar-se ao NSDAP local. Era proibido aos sócios contatar outros estabelecimentos políticos alemães sem a aprovação primeira dos chefes locais (D.C., 21.05.1933)²²⁴.

Além do nome de Fugmann, entre os nazistas ponta-grossenses o sobrenome Hoffmann é encontrado. Jacob Hoffmann, por exemplo, é apresentado como um dos primeiros sócios de agremiações germânicas locais, além de figurar entre os partidários do movimento nazista princesino. Waldemar Hoffmann, conforme supracitado, encarregava-se da secretaria do Centro Hitlerista. Outro nome citado pelos autores é o de José Hoffmann. Contudo, a respeito deste **não são apresentadas vinculações** que pudessem associá-lo ao movimento hitlerista, apenas argumentam que o *Diário dos Campos* estava sob sua propriedade quando as notícias estavam sendo produzidas.

A estrutura para filiar-se ao NSDAP citada pela publicação demonstra um grau de seleção bem específica dos chefes do partido em solo brasileiro sobre quem poderia compor as fileiras do Centro Hitlerista. O formulário que indagava desde a ascendência do postulante, se alemã ou judaica, até a pertença a outras instituições era enviado ao país alemão para ser chancelado pelas autoridades superiores. Ou seja, o crivo do NSDAP local somente possuía validade após aceite do Estado alemão²²⁵.

Durante todo o ano de 1933 os autores ponderam que houve uma certa “cordialidade” do *Diário dos Campos* para com os partidários do Centro Hitlerista. Uma prova dessa cordialidade é encontrada em 20 de julho de 1933, quando o periódico detalhou uma violência contra dois líderes do movimento nazista local. De acordo com a folha, tal atentado só poderia ter partido dos comunistas, seguido de comentários elogiosos aos integrantes do nazismo: “é curiosa a forma como o Diário dos Campos se referia aos membros do núcleo nazista local como “*elementos, aliás ordeiros e prestimosos, pertencentes a laboriosa colonia allemã*” (D.C., 20.07.1933)²²⁶. De fato, a identificação e o pertencimento ao nazismo antes da Segunda Guerra não podem

²²⁴ COLODA, T. A.; ALBUQUERQUE, E. S. Caracterização do movimento nazista em Ponta Grossa (PR) no período de 1932 a 1940. *Revista de Geopolítica*, v. 4, n. 1, p. 65 – 78, jan./jun. 2013. Disponível em: <<http://www.revistageopolitica.com.br/index.php/revistageopolitica/article/view/74/72>>. Acesso em fev. 2022., p. 71, grifo original.

²²⁵ *Ibid.*, p. 71.

²²⁶ *Ibid.*, p. 73, grifo original.

ser analisados com as ferramentas de hoje, sob o risco de incorrer em anacronismo - um erro crasso para o historiador. No entanto, o método *post-factum* permite-nos compreender as estruturas existentes em cada época histórica e dessa forma mapear suas ressonâncias.

Se em 1933 os autores encontraram “cordialidade” no teor das notícias sobre os nazistas locais, em 1934 passaram a constatar tensões e conflitos. O tom acusatório contra os adeptos do hitlerismo começou a tomar corpo a partir de abril de 1934, quando o jornal passou a atrelar os integrantes do NSDAP ao crime de atentado contra a pátria brasileira. Ocorria, à época, segundo os autores, uma tentativa de filiação à *fórceps* de todos os alemães instalados em Ponta Grossa ao Centro Hitlerista, o que contrariava a soberania do Brasil. Os envolvidos nessa empreitada expansionista eram

[...] Ernesto Nagel, Emílio Bodenbach e August Nixford [Nixdorf], todos agregados à sede nazista local, e que estariam tentando impor, em território brasileiro, a política nazista a seus patrícios. Em outras palavras, o jornal afirmava que os três indivíduos citados eram os chefes do partido nazista de Ponta Grossa e, desejavam que todos os alemães locais se filiassem ao movimento nazista brasileiro desencadeado pelo NSDAP²²⁷.

Doravante, os geógrafos constataram um posicionamento combatente do *Diário dos Campos* sobre a permanência e funcionamento do Centro Hitlerista na cidade. No entender do jornal, não seria benéfico aos alemães residentes em Ponta Grossa a atividade da seção local do NSDAP, uma vez que estava pressionando os emigrados germânicos a aderirem ao partido - mesmo contra a vontade destes. Se, por um lado, Emílio Bodenbach e August Nixford [Nixdorf] saíram de cena, por outro, Ernesto Nagel ainda rendeu publicações desagradáveis para o jornal. Nagel possuía importante cargo na Companhia Telephonica (gerente) responsável pelo serviço no município. Aproveitando-se da função, havia obrigado um subordinado político a demitir seu funcionário pelo fato do mesmo ser judeu. No mesmo sentido, havia pressionado uma funcionária da Companhia Telephonica a findar um relacionamento amoroso com esse mesmo funcionário judeu que trabalhava na confeitaria Pharol, propriedade do submisso político de Nagel²²⁸.

²²⁷ COLODA, T. A.; ALBUQUERQUE, E. S. Caracterização do movimento nazista em Ponta Grossa (PR) no período de 1932 a 1940. *Revista de Geopolítica*, v. 4, n. 1, p. 65 – 78, jan./jun. 2013. Disponível em: <<http://www.revistageopolitica.com.br/index.php/revistageopolitica/article/view/74/72>>. Acesso em fev. 2022, p. 74.

²²⁸ *Ibid.*, p. 75.

Como não bastasse os supracitados episódios, Ernesto Nagel teve seu nome atrelado a um suposto plano de ataque ao poder municipal. A reportagem encontrada pelos autores é datada de 9 de maio de 1934 e traz o líder nazista como o protagonista do plano extremista. O jornal retomou o teor combativo que vinha usando nas últimas publicações sobre o Centro Hitlerista e argumentou que uma campanha de boicote à Companhia Telephonica entraria em curso caso não houvesse a substituição do gerente - Ernesto Nagel²²⁹.

Meses depois, em 11 de julho, os autores encontraram a última notícia sobre o movimento nazista local. Na realidade, tratava-se de uma matéria de despedida, uma vez que o conteúdo fazia menção ao fechamento do Centro Hitlerista. Aliás, um processo que envolveu uma gama de sujeitos:

[...] uma última reportagem encontrada no Diário dos Campos se refere ao fechamento da instituição nazista em Ponta Grossa, publicada na edição de 11 de julho de 1934, intitulada da seguinte forma: “O centro hitlerista desta cidade terá de ser dissolvido” (D.C., 11.07.1934), e no corpo da reportagem fala sobre o envio de um documento à assembleia constituinte por deputados representantes dos empregados, onde fazem a solicitação para que seja oficialmente abolida a instituição nazista na cidade paranaense²³⁰.

Uma das conclusões trazidas à baila pelos geógrafos gira em torno do combate ao movimento Hitlerista em Ponta Grossa ser anterior à campanha empreendida pelo governo Vargas para o mesmo fim. Para nossa pesquisa, no entanto, importa a ressonância dos anseios (ou parte deles) do NSDAP na cidade, pois é possível problematizar suas permanências décadas depois, principalmente, no que se refere ao antissemitismo, constatado tanto no formulário de filiação ao partido nazista quanto nas atitudes de um de seus líderes, o Nagel. Dessa forma, seria plausível que, aproximadamente 21 anos depois, essa estrutura tensionasse a campanha de David Federmann, o político de ascendência judaica? O fechamento desse elo nos leva ao próximo: o imbróglio entre catolicismo e judaísmo.

²²⁹ COLODA, T. A.; ALBUQUERQUE, E. S. Caracterização do movimento nazista em Ponta Grossa (PR) no período de 1932 a 1940. **Revista de Geopolítica**, v. 4, n. 1, p. 65 – 78, jan./jun. 2013. Disponível em: <<http://www.revistageopolitica.com.br/index.php/revistageopolitica/article/view/74/72>>. Acesso em fev. 2022.

²³⁰ *Ibid.*, p. 76.

4.1.3 Os “pérfidos judeus”

A relação envolvendo as duas religiões monoteístas teve capítulos marcantes ao longo da Cristandade - e se considerarmos a classificação de Azzi²³¹, ao longo da Neocristandade. Maçaneiro e Sousa²³² desenvolveram interessante raciocínio acerca do embate teológico e doutrinário produzido pela Igreja Católica no que se refere ao trato dos judeus, permitindo e contribuindo com teorias antijudaicas por boa parte do século XX, revendo essa posição às vésperas do Concílio Vaticano II. A principal motivação condenatória circundava a concepção de que os judeus seriam os responsáveis pela crucificação de Jesus Cristo, sendo, portanto, “deicidas”. Tal perspectiva se acentuou conforme a modernidade avançava, contribuindo com a formação de filosofias avessas à comunidade judaica, embora não tenham sido admitidas oficialmente pela Igreja²³³.

Os autores sustentam que a existência dessas filosofias antijudaicas não oficiais resultou em danos irreparáveis aos judeus, principalmente na Europa. Destacaram as perseguições, expulsões, perda de direitos e inclusive a morte como sentenças dirigidas ao grupo, situação que somente seria atenuada quando a Igreja Católica reexaminou bíblica e historicamente o assunto:

[...] da culpa de deicídio brotaram duas teorias antijudaicas: Israel teria sido cancelado do plano da salvação e substituído pela Igreja (teoria da substituição); os judeus seriam amaldiçoados a vagar sem rumo na terra, até que, no fim dos tempos, alguns deles se convertam a Jesus e ingressem na Igreja (sentença da maldição). Ainda que essas teorias não tenham recebido anuência dogmática oficial, eram aceitas como opiniões teológicas válidas, com base nas controvérsias judaico-cristãs dos autores patrísticos²³⁴.

A primeira “teoria” antijudaica citada pelos autores versava sobre a troca do poder soteriológico. Isto é, a “teoria da substituição” retirava do povo de Israel a condição de “escolhido”, transformando a Igreja Católica em condutora da salvação dos homens. Dessa forma, amaldiçoados pela morte de Jesus Cristo, os judeus seriam obrigados a vagar sem rumo, até que se tornassem cristãos-novos (judeus

²³¹ AZZI, Riolando. O Início da Restauração Católica no Brasil: 1920-1930. **Síntese - Revista de Filosofia**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 10, p. 61-89, maio/ago. 1977, v. 4. Disponível em: <<https://www.faje.edu.br/periodicos/index.php/Sintese/article/view/2592>>. Acesso em 22 jan. 2023.

²³² MAÇANEIRO, M.; SOUSA, C.C. A Igreja Católica e o povo judeu: do ressentimento ao reconhecimento. **Rev. Pistis Prax., Teol. Pastor.**, Curitiba, v. 12, n. 3, p. 695-713, set./dez. 2020. Disponível em: <<https://periodicos.pucpr.br/pistispraxis/article/view/27546/24694>>. Acesso em ago. 2022.

²³³ *Ibid.*, p. 697.

²³⁴ *Ibid.*, p. 697.

convertidos ao cristianismo em Portugal). Esse processo diaspórico e errante contempla a “sentença da maldição”, maculando os judeus como estranhos à pátria.

Sob o papado de Pio XI, em 1928, a Igreja Católica procurou manifestar-se publicamente contrária ao ódio aos judeus. “Entretanto, o sentimento antijudaico estava muito arraigado, nos meios cristãos, para ser desfeito por uma Nota de poucas linhas”²³⁵, inclusive, sendo possível percebê-lo em plena liturgia católica até 1958, em que, periodicamente, durante a solenidade da Paixão de Cristo, na Sexta-Feira Santa, rezava-se pela conversão dos “pérfidos”, “obcecados” e “Envolto em trevas” judeus, sustentando, por assim dizer, uma tensão entre cristãos católicos e judeus. A retirada dessas expressões, dar-se-ia por determinação do papa João XXIII, em 1959.

A respeito do antissemitismo ainda no início da década de 1930, os autores trazem as concepções formuladas pelo jesuíta alemão Gustav Gundlach. Da interpretação dos escritos do jesuíta é possível verificar duas correntes: I) “antissemitismo nacional e político-racial”; e II) “antissemitismo político-estatal”. O primeiro, dizem os pesquisadores, teria por finalidade a segregação com base na nacionalidade, ou seja, um atentado contra à Igreja e contra os princípios cristãos de amor ao próximo. Por outro lado, o segundo, de caráter político-estatal, tinha sua particularidade. Parafraseando Gundlach, os autores argumentam ser esse antijudaísmo tolerável por parte da Igreja Católica, uma vez que essa corrente se responsabilizava pela proteção da “sociedade cristã” da influência judaica. Esse combate, inclusive, seria praticado por meios legislativos e morais, ou seja, tratava-se da defesa da integridade das instituições católicas²³⁶.

Se a publicização da postura católica contrária ao ódio destinado aos judeus veio em 1928 e a retirada de expressões condenatórias (“pérfidos”) em 1959; nesse meio tempo houve a Conferência de Seelisberg, na Suíça, objetivando aproximar as religiões monoteístas - católicos, protestantes e judeus. Reunidos em 1947, os conferencistas elaboraram 10 pontos (em alusão aos 10 mandamentos?) para findar com os antissemitismos e celebrar as semelhanças comungadas pelas religiões judaico-cristãs. dezoito anos depois, em 1965, ano em que o Concílio Vaticano II encerrava seus trabalhos, foi publicada a “Declaração *Nostra Aetate*”, retomando os

²³⁵ MAÇANEIRO, M.; SOUSA, C.C. A Igreja Católica e o povo judeu: do ressentimento ao reconhecimento. **Rev. Pistis Prax., Teol. Pastor.**, Curitiba, v. 12, n. 3, p. 695-713, set./dez. 2020. Disponível em: <<https://periodicos.pucpr.br/pistispraxis/article/view/27546/24694>>. Acesso em ago. 2022, p. 698.

²³⁶ *Ibid.*, p. 698.

pontos discutidos em Seelisberg e reiterando a posição católica contrária à perseguição e ao ódio aos judeus. A publicação dessa Declaração leva a cabo as duas sentenças mencionadas acima (sentença de substituição e sentença de maldição), abrindo uma sequência de vários documentos publicados anos depois sobre o assunto, na intenção de impedir qualquer ressurgimento antissemita no interior da Igreja²³⁷.

Dito isso, trazemos à baila duas estruturas que afetam diretamente nosso fato histórico em investigação, a saber: os resquícios do movimento hitlerista, em função da atuação da seção local do NSDAP; e o “antissemitismo político-estatal”, dada a influência do bispado conservador e ultramontano sob autoridade de Dom Antonio Mazarotto. Essa confluência de valores que, em suma, prejudicava os judeus, pode ter repercutido em 1955, quando o candidato possuidor de tal ascendência colocou-se postulante ao cargo de chefe do poder executivo ponta-grossense.

4.1.4 “David Federmann e sua candidatura”: a viabilização do político

A coordenação da campanha do candidato udenista à prefeitura, dois dias após a matéria que elencou os três principais pontos a serem rebatidos, a saber: ser muito jovem, ser médico muito ocupado, e ser filho de judeus, publicou uma chamada pública por meio do *Jornal da Manhã*, porém, desvinculada da coluna “David Federmann e sua candidatura”. O anúncio era em tom de convocatória, embora a palavra “convidamos” iniciasse o texto. Assinada pelo presidente da UDN ponta-grossense, João Vargas de Oliveira, a nota provocava os simpatizantes e integrantes da chapa udenista a comparecerem à sede do partido, localizada na rua doutor Colares, 337, região central de Ponta Grossa, para tratar de assuntos de interesse das campanhas da “Frente da Renovação Nacional”, portanto, englobava desde os postulantes a vereança até o presidente da República apoiados pela UDN²³⁸.

A chamada pública se torna interessante devido ao episódio protagonizado pela campanha da “Frente da Renovação Nacional”, no dia seguinte, ou seja, em 13 de julho de 1955. Tal ocorre que, antecipadamente, o candidato à presidência pela

²³⁷ MAÇANEIRO, M.; SOUSA, C.C. A Igreja Católica e o povo judeu: do ressentimento ao reconhecimento. *Rev. Pistis Prax., Teol. Pastor.*, Curitiba, v. 12, n. 3, p. 695-713, set./dez. 2020. Disponível em: <<https://periodicos.pucpr.br/pistispraxis/article/view/27546/24694>>. Acesso em ago. 2022.

²³⁸ UNIÃO Democrática Nacional. *Jornal da Manhã*, 12 jul. 1955, Ponta Grossa.

UDN realizou na cidade uma atividade de campanha, isto é, um grande comício. A publicação sobre o evento é encontrada na edição de 14 de julho do *Jornal da Manhã*, aliás, usando amplo espaço do periódico. Intitulada “Consagração de Ponta Grossa ao General Juarez Távora: grandioso comício de ontem na praça Barão do Rio Branco”²³⁹, a reportagem destacou a visita do presidente como se cobrisse a chegada de um presidente em exercício. O jornalista, preocupado com a imagem do político, descrevia atentamente cada movimento do general, começando pela sua recepção em frente às oficinas da Rede de Viação Paraná-Santa Catarina (R.V.P.S.C.), passando pelo cortejo até o Hotel Palace, local designado por Távora para jantar, até a chegada ao local do comício - a praça Barão do Rio Branco.

A atividade de campanha realizada na histórica praça ponta-grossense torna-se interessante pela presença de algumas figuras políticas em plena sintonia com a candidatura de Juarez Távora. João Vargas de Oliveira, presidente da legenda udenista local, abriu o comício, saudou as autoridades presentes, apresentou o presidente ao público e insistiu na necessidade de renovar os quadros políticos. Na sequência, registrou-se a presença e a fala de Clotário Portugal, que na ocasião representava a presidência do diretório regional do Partido Democrata Cristão (PDC)²⁴⁰. David Federmann (UDN), o prefeiturável do partido, tomou a palavra enfatizando os problemas citadinos, deixando evidente que a “solução municipalista”, amplamente discutida por Távora, encontrava-se em sintonia com seu propósito à frente da prefeitura. Aproveitando a oportunidade, convocou os eleitores paranaenses a depositarem nas urnas não somente o voto em Távora, mas, também, em Othon Mader (UDN), o postulante do partido ao governo do Paraná. Mader, à época Senador, fez elogios ao general Távora e à cidade de Ponta Grossa, lembrando sua breve passagem como prefeito no início dos anos 1930. Fechando a participação paranaense no ato, os eleitores ouviram o discurso de Ovídio Gasparetto (PDC), apoiador da campanha de Távora à presidência, porém, adversário de Federmann na busca pela prefeitura. Além dos representantes do Paraná, outras duas autoridades de importantes centros políticos do Brasil compuseram o palco: o deputado federal por São Paulo, Antônio de Queiroz Filho, vice-líder do PDC na Câmara dos deputados, e Sandra Cavalcanti (UDN) pelo Rio de Janeiro, naquele momento capital do país²⁴¹.

²³⁹ CONSAGRAÇÃO de Ponta Grossa ao general Juarez Távora. **Jornal da Manhã**, 14 jul. 1955, Ponta Grossa.

²⁴⁰ O PDC integrou a coligação “Frente da Renovação Nacional”, em âmbito nacional.

²⁴¹ CONSAGRAÇÃO, *op. cit.*

Tanto o deputado paulista quanto a vereadora que representava o Rio de Janeiro²⁴² exerceram um importante papel no comício da UDN, pois cada um deles acenava ao eleitor conservador unicamente. Queiroz Filho, por exemplo, havia assumido o mandato de deputado federal no início de 1955, já ocupava o cargo de vice-líder do Partido Democrata Cristão (PDC) e em 1953 era o presidente do partido em São Paulo²⁴³. O método historiográfico nos permite compreender as alianças que esse parlamentar construiu anos depois e que, de certa maneira, já permeava sua vida pessoal e política. Além das Secretarias estaduais que assumiu em São Paulo - foi Secretário de Justiça e Negócios do Interior durante a gestão Jânio Quadros (1955-1959) e Secretário da Educação de Carvalho Pinto (1959-1963) -, disputou o cargo de vice-governador do Estado em 1958 (derrotado), e em 1961 tomou posse como presidente do PDC nacional. No ano seguinte, em uma coalizão PDC-PTB para o Senado, assinou os compromissos da Aliança Eleitoral pela Família (Alef), a sucessora da Liga Eleitoral Católica, e disputou uma das duas vagas reservadas ao Estado paulista. Embora contasse com o apoio da organização católica e tivesse formado coligação com o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), acabou na terceira colocação, atrás de Auro de Moura Andrade (PSD) e Lino de Matos do Partido Trabalhista Nacional (PTN), portanto, não eleito²⁴⁴. Por isso, sua presença em Ponta Grossa não pode ser considerada como casual, haja vista sua potencialidade de contentar as massas católicas.

Sandra Cavalcanti, por sua vez, não possuía grande destaque na política nacional. Quando esteve no comício, era uma vereadora pelo Rio de Janeiro. Somente a partir da década de 1960 alcançou cargos de maior notoriedade, chegando tanto à Assembleia Estadual quanto à Câmara Federal, inclusive sendo deputada constituinte²⁴⁵. Seu discurso durante o ato em prol das candidaturas da “Frente da

²⁴² Sandra Martins Cavalcanti era natural de Belém, no Estado do Pará. Nascida em agosto de 1925, alcançou diversos mandatos, tanto durante a ditadura, filiada à ARENA, quanto durante a Nova República (pós-1985). Professora de Língua Portuguesa, pós-graduada em Filosofia e em Linguística, Cavalcanti faleceu em março de 2022 (BRASIL. **Câmara dos Deputados**. Sandra Cavalcanti, s.d. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/deputados/133986>>. Acesso em 8 de fev. 2023).

²⁴³ CENTRO de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC/FGV). **Queiroz Filho, Antônio de**. Verbete, s.d. Disponível em: <<https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-biografico/queiros-filho-antonio-de>>. Acesso em 8 de fev. 2023.

²⁴⁴ SÃO PAULO. **Tribunal Regional Eleitoral**. Eleições de 1960 a 1963. Disponível em: <<https://www.tre-sp.jus.br/eleicoes/eleicoes-anteriores/eleicoes-1945-1963/eleicoes-1960-1963>>. Acesso em 8 de fev. 2023.

²⁴⁵ BRASIL, *op. cit.*

Renovação Nacional” foi objetivo e ideológico. Respondendo os motivos que a faziam embarcar na campanha de Juarez Távora, a vereadora não titubeou:

[...] alegando três razões para a sua irmanação à comitiva do General Juarez Távora, em sua peregrinação pelo solo pátrio: **a primeira, ser católica, no que obedecia compreensivamente à recomendação de Pio XII, que conclama as mulheres ao exercício do voto, como arma eficiente de combate ao comunismo deletério**; a outra, ser udenista e Juarez Távora encarnar os ideais e o padrão moral do udenismo; e finalmente, por ser mulher; e ninguém melhor que as mulheres pode compreender que a situação econômica e financeira do país vai mal, pois que os cadernos de armazém compulsados pelas dona-de-casa constituem o melhor índice dessa certeza pelas suas contínuas majorações de preço²⁴⁶.

As três razões elencadas pela vereadora fornecem uma gama de problematizações - o papel da mulher na política, a função das mulheres na campanha udenista, entre outras -, porém, é a primeira sentença que nos chama a atenção: “ser católica” e cumprir uma missão determinada pela autoridade máxima do catolicismo na Terra, o papa (na época Pio XII), qual seja, comparecer às urnas em 3 de outubro para combater o comunismo²⁴⁷. Essa afirmação, sendo uma das motivações que a levaram a embarcar na campanha udenista, indica-nos a existência de um padrão de comportamento entre os políticos presentes no comício: em maior ou menor grau, todos compartilhavam do anticomunismo.

O discurso de Távora, o último a usar da palavra, não ecoou tanto quanto a sua presença e a conseqüente campanha realizada pelo *Jornal da Manhã* a seu favor, sobretudo as matérias destinadas ao eleitorado católico. Mesmo assim, procurou reproduzir palavras como “anti-humano” e “anticristão” para se referir às dificuldades que a maioria dos brasileiros possuía no dia a dia. Doravante ao comício, a campanha pró-David Federmann passou a usar da fala do prefeiturável para justificar as sucessivas adesões que surgiam, em especial pelo tom não agressivo utilizado pelo político para tratar seus adversários. O evento ocorrido em julho de 1955 não contou com a presença do candidato à vice-presidência pela UDN, Milton Campos, isto é, seu nome não foi citado pela reportagem.

Desse encontro consideramos que a vinculação explícita entre todos os candidatos da UDN tinha como estratégia reforçar a harmonia dos envolvidos. Colocados lado a lado, Távora, Mader, Vargas de Oliveira, Sandra Cavalcanti, Queiroz Filho e Federmann ajudariam na viabilização desse “candidato estranho”, tendo em

²⁴⁶ CONSAGRAÇÃO de Ponta Grossa ao general Juarez Távora. *Jornal da Manhã*, 14 jul. 1955, Ponta Grossa, grifo nosso.

²⁴⁷ Procurar informações sobre o *Decretum Contra Communismum*, maio de 1949.

vista que uma das acusações que pesavam contra sua candidatura recaía sobre o fato de ser filho de judeus. Aproximar David Federmann dos demais candidatos explicitamente católicos, pode ser analisado como uma tentativa de acalmar o potencial eleitor desconfiado. Na política, as escolhas, os movimentos, as omissões, os conceitos empregados, entre outros inúmeros fatores, não devem ser compreendidos como “acaso”. Na busca pelo poder, a eventualidade é o que menos existe.

O espaço reservado para cobrir a campanha de David Federmann buscou nos dias seguintes ao comício explorar a presença dos demais candidatos da “Frente da Renovação Nacional” ao lado do prefeiturável. Ademais, enfatizava, sempre que possível, a maturidade e elegância que Federmann usara para com seus adversários políticos, ou seja, tratou-se de momento de enaltecimento do candidato, nada de anormal. A publicação da campanha em 21 de julho, por exemplo, deixava claro que o próximo passo do candidato dar-se-ia no corpo a corpo, olho no olho com o eleitor, inclusive com entrega de “prospectos” (*folders*) e instalação de cartazes pela cidade²⁴⁸. Esse padrão se repetiu a cada nova edição da campanha do udenista, com o espaço optando por apresentar ao eleitor o que Federmann pensava sobre problemas específicos - a pavimentação das ruas da cidade, a capacidade energética do município e o parque industrial. Esse período de “sabatina” em que a campanha reproduzia a entrevista realizada com o candidato deu-se até 5 de agosto, quando o espaço partiu para a ofensiva, tornando a responder as três causas que seus adversários usavam em seu desfavor (ser jovem, médico atarefado e filho de judeus).

Entre o período que se estende do comício com a presença de Juarez Távora (13 de julho) até o momento de retorno à ofensiva do udenista (5 de agosto), ocorreram as solenidades do dia da padroeira da cidade - Senhora Sant’Ana. Se, por um lado, a campanha de Federmann não tratou do assunto, por outro, a coluna “Flashes Locais”, administrada por Heitor Ditzel, destacou os festejos, as rezas e o tema de cada uma das preces. Em 24 de julho, percebemos que os noveneiros tinham como intenção “o progresso cristão da nossa Pátria²⁴⁹” e no dia seguinte, o último da

²⁴⁸ DAVID FEDERMANN e sua candidatura: “não vou cometer a desonestidade de prometer milagres ao povo da minha terra”. **Jornal da Manhã**, 21 jul. 1955, Ponta Grossa.

²⁴⁹ Na intenção do tal “progresso cristão da Pátria” rezavam os seguintes noveneiros: “Cirene Almeida Cunha, Isabel Campos, Ercílio Slaviero, Ana X. Machado Gonçalves, Marlene Rolim Correia, Ivone Bufara, Arlete Voigt Dobruski, Maria Sviech, Jana Polinski, Maria da Glória Oliveira, Azize Mattar, Dr. Romeu Prestes Mattar, Salma Bacila, Lourival Gobbo, Eurides Mascarenhas Ribas, João Ricardo

novena em preparação para a festa, “solução cristã da questão social”²⁵⁰. Além dessas duas intenções, a “Flashes Locais” trouxe no dia de Sant’Ana (26 de julho), a convocação para a continuidade da novena a ser realizada no dia seguinte, isto é, 27 de julho, às 19 horas, cuja temática seria “pela extinção das seitas heréticas”²⁵¹. Ademais, apresentou a comissão organizadora da festa da padroeira do corrente ano:

A comissão dos Festejos de Sant’Ana, de 1955, está assim formada: Presidente - Major Radagázio Rômulo Silveira; Vice-Presidente - Lauro Dobruski; Secretário - **Dr. Lauro Werneck**; Tesoureiro - Miguel Raicosk Sobrinho; 2º Tesoureiro - Alfredo Hagmeyer²⁵².

A respeito da comissão dos festejos, é interessante perceber que alguns nomes, vez ou outra, postulavam os poderes públicos da cidade. Na comissão de 1955, por exemplo, o Secretário Lauro Werneck disputava uma vaga de vereador pela legenda do Partido Social Progressista (PSP). Com relação às intenções declaradas para cada dia do novenário, percebem-se os resquícios da Neocristandade, ou seja, a oração pela Pátria cristã, a defesa dos ideais cristãos para solucionar os problemas sociais do país, além de, é claro, rezar pelo fim das “seitas heréticas”, identificadas como inimigas da Igreja Católica. O ideal da Pátria cristã puxada pelos noveneiros ficou explícito na divulgação de 28 de julho. Explicando a excepcionalidade dos festejos, haja vista que o bispo Dom Antonio Mazzarotto estava presente no XXXVI Congresso Eucarístico Internacional, a “Flashes Locais” destacou que a missa solene ocorreria em 31 de julho, e publicizou a continuidade da novena: “[...] “hoje à noite, na Catedral, será rezada a novena pela **cristianização da Pátria**. São noveneiros: Senhora Dorival Arruda, Josefa Silveira Lima, Maria Zélia Fonseca, Terezinha Marchisini, Araci Ribas, Geralda Almeida, Edson Marcos Nascimento e Sofia Breus”²⁵³.

Os últimos dois parágrafos tiveram como escopo demonstrar ao leitor a capacidade de engajamento que o catolicismo empreendia aos fiéis da cidade. Seja

Ribas, Adelina Bufara Nasser, Maria de Lourdes Sales, Antônio Alves da Silva e Família” (DITZEL, H. Festa de Sant’Ana. In: Flashes Locais, **Jornal da Manhã**, 24 jul. 1955b, Ponta Grossa).

²⁵⁰ No último dia da novena, em prol da “solução cristã da questão social”, apresentaram-se como noveneiros: “Renê Loyola Teles, Sebastião Hoinaski, Srtas. Neves Almeida, Neuza Maia, Leonil Pansolin, Maria Carolina P. Xavier, Adina Correia Cionek, Nanci Solano Vargas e Levi Boaventura” (*Ibid.*, p. 1).

²⁵¹ “Pela extinção das seitas heréticas” puxaram a reza: “Mauro Xavier Araújo, Davi Montes, Tereza Cristina Steudel, José Olímpio Paula Xavier, Severino Monteiro Filho, Menina Maria do Carmo Strozzi, João Tarozinski, Clarice Kwiatkoski e Conceição Silveira” (DITZEL, H. Sant’Ana. In: Flashes Locais, **Jornal da Manhã**, 26 jul. 1955c, Ponta Grossa).

²⁵² *Ibid.*, p. 1, grifo nosso.

²⁵³ DITZEL, H. Festa de Sant’Ana. In: Flashes Locais, **Jornal da Manhã**, 28 jul. 1955d, Ponta Grossa, grifo nosso.

por meio da excursão à capital do país para participar do Congresso Eucarístico Internacional ou pela presença como noveneiro, o catolicismo local foi capaz de aglutinar um montante considerável de sobrenomes. Estes, de certo modo, além de católicos e ponta-grossenses eram, também, eleitores.

Esses mesmos eleitores - provavelmente - leram no espaço “David Federmann e sua candidatura”, em 5 de agosto, as manifestações de apoio ao udenista pelo seu caráter humanitário e profissional. Na ocasião, o espaço pró-Federmann buscou publicizar os comentários elogiosos ao médico-candidato, advindos de um chefe de família pobre que teve seus entes atendidos gratuitamente por Federmann. O fato deve ser analisado a partir de seu lugar de produção, isto é, a campanha da UDN, por isso, todo esse ritual de enaltecimento da conduta do sujeito precisa ser entendido como uma estratégia de viabilização do prefeiturável a partir de seu comportamento. O espaço da campanha em 5 de agosto finda da seguinte maneira:

Por certo que se torna fácil a nossa tarefa, quando o candidato que oferecemos é portador de todas as virtudes que um homem possa possuir para ser recomendado a um eleitorado consciente e altivo, como é o nosso. Bastante cômoda para nós essa incumbência, magnífica em sua altitude e profundidade, quando os defeitos que se apontam ao nosso candidato se resume em: ser jovem, ser muito atarefado e ser filho de judeu. Sublimes esses defeitos, quando mais apontados a um moço, culto e inteligente; a um médico, que dedica todo o tempo ao exercício de sua nobilíssima profissão; a descendente de um povo, que tantos benefícios tem prodigalizando à humanidade. Benditos defeitos!²⁵⁴

A escolha das palavras para valorizar o eleitorado ponta-grossense - “um eleitorado consciente e altivo, como é o nosso” - não foi acidental. Onze dias depois, ou seja, em 16 de agosto, a campanha de David Federmann usou do espaço para definir o tipo ideal de homem público, recorrendo às categorizações do intelectual alemão Eduard Spranger. Num primeiro momento, a coluna pró-Federmann procurou cobrar dos eleitores conscientização a respeito do voto depositado, afinal, seria esse ato democrático o responsável pelo futuro da cidade. Por isso, enfatizava que não se deveria votar em alguém porque esse alguém lhe pediu que assim procedesse, mas que o voto fosse creditado a quem de fato merecesse. E como diagnosticar o candidato digno de seu voto? através do perfil de “homem social”, estruturado por Spranger:

²⁵⁴ DAVID FEDERMANN e sua candidatura: sucedem-se as manifestações de reconhecimento. **Jornal da Manhã**, 5 de ago. 1955, Ponta Grossa.

É aquele que se consagra internamente à ajuda do próximo e realiza todos os sacrifícios em benefício da felicidade dos seus semelhantes. Sua lei é a do amor. A simpatia, a solidariedade, o altruísmo, a caridade, são os valores fundamentais da sua vida. A ciência não possui significação para o homem social. Para ele, a objetividade árida e inumana do conhecimento científico colide com o calor e com a vibração do espírito de caridade. Todas as formas de cultura intelectual, na sua opinião, só possuem valor quando contribuem para o bem estar e ventura da sociedade²⁵⁵.

Ao trazer a categorização de Spranger sobre o perfil do “homem social”, a campanha de Federmann procurava enquadrar o médico-candidato nessa descrição. Ora, como vimos, desde que fora lançado à prefeitura, a UDN, por meio do espaço obtido junto ao *Jornal da Manhã*, dedicou-se em viabilizar seu candidato. Rebateu acusações, apresentou soluções, e, também, fabricou um perfil de candidato simpático, harmonioso, humanitário e relacionável, sobretudo com as instituições e autoridades católicas. Dessa maneira, quando a campanha pró-Federmann o apresenta como “homem social”, seus “benditos defeitos” (como citado alhures) ecoam com mais força entre o eleitorado.

A 17 de agosto, a campanha focou em tratar o problema habitacional em Ponta Grossa, retomando o formato de “sabatina”. Contudo, a matéria em destaque na mesma página da campanha de Federmann trazia como título “Novas declarações do Cardeal Dom Jaime de Barros Câmara”²⁵⁶ que tinha como epicentro a posição da liderança católica da capital do país acerca da introdução de instrumentos modernizantes no processo eleitoral. Reproduzindo a entrevista do cardeal ao jornal *O Globo*, o *Jornal da Manhã* repercutiu entre os ponta-grossenses os argumentos do religioso em defesa das reformas no código eleitoral.

[...] Com o *pensamento em Deus* e confiante no patriotismo dos nossos homens públicos, preconizei que *sejam aceitas* sem ilegalidades e sem desordens os *resultados das urnas* - respondeu Dom Jaime de Barros Câmara, que prosseguiu - mas para que esses resultados representem de fato a expressão da vontade popular, é necessário que se removam urgentemente todos os óbices para realização de um pleito limpo e insofismável. [...] Há várias medidas que estão sendo reclamadas. Entre essas, *a mais urgente* parece-me que é a *aplicação da cédula oficial nas próximas eleições*. É uma medida de grande alcance para a democracia, aplicada na maioria dos países do mundo²⁵⁷.

A mensagem de Dom Jaime Câmara, homem de seu próprio tempo, concordava com as medidas do Judiciário Federal no que se refere à adoção da

²⁵⁵ DAVID FEDERMANN e sua candidatura: fatores que devem preponderar na escolha do homem de governo. **Jornal da Manhã**, 16 ago. 1955, Ponta Grossa.

²⁵⁶ NOVAS declarações do Cardeal Dom Jaime de Barros Câmara: a favor das reformas no código eleitoral para evitar a fraude e a corrupção. **Jornal da Manhã**, 17 ago. 1955, Ponta Grossa.

²⁵⁷ *Ibid.*, p. 1, grifo nosso.

cédula eleitoral oficial por acreditar que tal emprego findaria com as fraudes e reduziria as distâncias econômicas entre os candidatos.

De fato, a década de 1950 trouxe inúmeras transformações para a ida às urnas dos brasileiros. O cientista político Jairo Nicolau, em sua obra “A História do voto no Brasil”, apresentou um fio lógico a respeito do desenvolvimento processual do código eleitoral do país. Abrangendo quase 180 anos de pesquisa, o cientista político, à la historiador, historicizou as modernizações implementadas na esfera eleitoral desde o Império até o início do século XXI. Dentre elas, duas impactam diretamente o posicionamento do cardeal: a) a confecção da folha individual de votação, em uso a partir de 1956 com o recadastramento dos votantes e; b) a confecção e distribuição da cédula oficial, sob responsabilidade da Justiça Eleitoral. As eleições para presidente vice-presidente em 1955 já foram realizadas com a introdução da cédula oficial e, por conseguinte, em 1960 para a escolha do governador da Guanabara e em 1962 para o Senado, Câmara Federal e Assembleias estaduais²⁵⁸.

A partir do dado histórico supracitado, é possível compreender o desenrolar da história diante do tempo. Atualmente, em plena década de 2020, período em que esta dissertação é produzida, movimentos políticos regressivos discutem a funcionalidade e vociferam contra as modernizações do código eleitoral brasileiro (como a urna eletrônica e a Justiça Eleitoral). Trazer à tona um posicionamento como o do cardeal Jaime Câmara, fabricado em 1955, em meio às decisões sobre a implementação de reformas modernizantes, trata-se de uma fonte histórica de suma relevância para os historiadores.

Embora as modificações do código eleitoral não tivessem qualquer efeito sobre as eleições municipais de 1955, as implicações causadas por elas ao eleitorado a partir de então não podem ser ignoradas. A folha individual de votação exigiu que o eleitor votasse apenas na seção cadastrada, impedindo sua liberdade de votar em qualquer seção do município. Outra consequência oriunda dessa prática modernizante, foi a diminuição do número de eleitores após o recadastramento. Isso se deve, em suma, pela correção estatística de eleitores com duplo registro eleitoral ou já falecido, representando uma queda de 8,7% no quadro de votantes entre 1954 e 1958 - despencou de 15,086 milhões em 1954 para 13,777 milhões em 1958²⁵⁹.

²⁵⁸ NICOLAU, Jairo. **História do voto no Brasil**. Rio de Janeiro, Zahar, 2002.

²⁵⁹ *Ibid.*, p. 40.

Não incólume a isso, o *Jornal da Manhã* divulgava matérias a respeito da reforma do código eleitoral, como visto acima. Entre reproduções de matérias a esse respeito, a campanha municipal continuava a todo vapor nas páginas do periódico ponta-grossense. Em 21 de agosto, um domingo, o *Jornal da Manhã* publicizou os candidatos a vereador pela UDN, além da chapa executiva - presidente, vice-presidente, governador e prefeito. O quadro plotado na parte inferior da página merece destaque por permitir ao eleitor e, por consequência, aos pesquisadores, mapear a origem profissional da chapa vereável: 7 profissionais da saúde (médicos, dentistas e farmacêutico), 2 industriais, 3 ferroviários, 3 funcionários públicos, 7 comerciantes, 1 fazendeiro, 1 advogado e 1 serventuário de Justiça²⁶⁰.

Essa chapa de vereadores udenistas junto aos candidatos para o executivo, dois dias depois, inaugurou a propaganda radiofônica na P.R.J.-2. O anúncio convocando o eleitorado local a acompanhar o programa da UDN no rádio chama a atenção pela menção ao nome do Secretário da Agricultura do Paraná e coordenador da campanha de David Federmann, o católico João Vargas de Oliveira. Concluía a exortação udenista: “O eleitorado ponta-grossense deve ouvir o anunciado programa, a fim de orientar-se devidamente sobre o pleito de 3 de outubro vindouro, quando estarão em jogo os mais altos interesses de nosso município, do Paraná e da Pátria brasileira”²⁶¹. A cobertura da campanha eleitoral pelas ondas do rádio também se apresenta como uma fonte interessante de pesquisa, contudo, pelo caráter privado dos arquivos (se é que eles existem) ou pela deterioração causada pelo passar do tempo é grande a chance de ser um caminho inviável de concretização científica.

Pouco mais de um mês para as eleições de 1955, a campanha de Federmann retomou a discussão acerca da ascendência judaica de seu prefeiturável. Pode-se considerar que esse seja o discurso mais enfático sobre a temática adotado pelos responsáveis pela campanha da UDN desde que a “polêmica” adentrou o cotidiano

²⁶⁰ Adam Polan Kossobudzki (médico), Adelino Machado de Oliveira (industrial), Alberto Hansen Júnior (ferroviário), Alceu Monteiro (ferroviário), Alexandre Aracema (dentista), Bronislau Delezuk (farmacêutico), Cyro Garcia (médico), Daniel Kravchinchyn (funcionário público), Domingos V. Simon (dentista), Emenegildo Vaz (comerciante), Flávio de Almeida Martins (fazendeiro), Frederico Schenkenberg (comerciante), Genésio Guimarães (advogado), Heitor França (comerciante), João Gomes (comerciante), João Abrahão Maia (industrial), João Ricardo Borell du Vernay (funcionário público e jornalista), José Carneiro Ribas (ferroviário), Lauro Müller (médico), Ladislau Filipowski (comerciante), Mário Braga Ramos (dentista), Mário Godoy (funcionário público), Octavio Costa Leite (servidor de Justiça), Orlando Henneberg (comerciante) e Waldemar H. Beyerstedt, vulgo Waldemar do Ópera (comerciante). In: A UNIÃO Democrática Nacional e seus candidatos. **Jornal da Manhã**, 21 ago. 1955, Ponta Grossa.

²⁶¹ FRENTE da Renovação Nacional: programa radiofônico, a cargo da UDN. **Jornal da Manhã**, 23 ago. 1955, Ponta Grossa.

do candidato. Somente em 1º de outubro, dois dias antes do pleito, o assunto voltaria à pauta com nova ênfase, aparecendo noutras oportunidades superficialmente. A data em questão, 24 de agosto, exato um ano da morte de Getúlio Vargas. O título “campanha inglória contra uma famosa organização democrática”²⁶². Estrategicamente, a campanha introduziu o motivo de trazer ao leitor-eleitor as linhas a respeito da temática: “Referimo-nos, algumas vezes, nestas colunas a uma campanha solerte que se move contra o candidato, Dr. David Federmann, sob a alegação de sua ascendência judaica”²⁶³. Após atribuir o desenvolvimento da civilização nacional graças à miscigenação do país, rebate os “pruridos de antissemitismo” presentes na sociedade e, de certa forma, nos adversários de David Federmann, por meio dos argumentos de Menotti Del Picchia.

Pois bem - apesar de tudo isso, reponta, entre nós, às vezes, a tiririca do antissemitismo. Foi o que me contou o prof. Salomão Becker. A sede de “progroons” levou alguns espíritos pouco cristãos a quererem fazer a pele de Abrão ou de Sara. Belo progresso humano! Recordemo-nos da Polônia mártir e do calvário trágico criado pelo hitlerismo²⁶⁴.

Dez anos após o fim da Segunda Guerra Mundial, os resquícios do antissemitismo, em maior ou menor grau, aparentemente, ecoavam em Ponta Grossa. A proporção da recepção acerca da memória sobre o Holocausto ou as campanhas em desabono ao nazifascismo renderiam outra dissertação à parte. Ora, ao explicitar o terror hitlerista contra os judeus, usar o conceito de antissemitismo e atribuir tal prática a espíritos pouco cristãos - ainda que sustentado pelo texto autoral de Del Picchia -, a campanha de David Federmann parecia perceber a presença do antijudaísmo à época.

A partir dessa constatação, procura encontrar a justificativa pelo ódio. Seria o sucesso financeiro?

Por que esse velado **rancor contra o judeu**? Porque alguns enriqueceram? Leu o meu leitor amável, por acaso, o romance de Samuel Gold: - “Judeus sem dinheiro”? Saberá que, assim como o Jacob... stein é êmulo de Matarazzo, e Samuel... bruch é tão pobre como o José da Esquina. Ricaços, tubarões, os há de todas as castas, cores, nacionalidades. **Miséria e sofrimento colhem por igual israelitas, maometanos, shintoístas [xintoístas], brâmanes e cristãos.** Cristo está em todas as peles, não o Cristo irradiante do Tabor, mas o flagelado e faminto do átrio de Pilatos e o sangrento e abandonado do alto da Gólgota²⁶⁵.

²⁶² DAVID FEDERMANN e sua candidatura: campanha inglória contra uma famosa organização democrática. **Jornal da Manhã**, 24 ago. 1955, Ponta Grossa.

²⁶³ *Ibid.*, p. 1.

²⁶⁴ *Ibid.*, p. 1.

²⁶⁵ *Ibid.*, p. 1, grifo nosso.

Prossegue a nota da campanha sobre o “rancor velado contra o judeu”, enfatizando que marranos há em todos os grupos, inclusive cristãos.

Repare bem o tremendo trustista do cimento, da farinha, do ferro, da carne, do açúcar, da bebida, não é judeu. **Não são judeus os maiores ladrões que conheço.** Infelizmente muitos deles são bem nacionais. Talvez haja entre eles alguns marranos, **mas as flores dos ganhadores de dinheiro são de raças bem cristãs. De tubarões nacionais de dentuça afiada, que vão à igreja aos domingos, rezam para Nossa Senhora Aparecida, está cheia a praça.** Nosso rancor, pois, **não se deve dirigir contra raças, religiões ou seitas,** mas contra todo o larápio empedernido, pertença ao povo que pertencer. **Não é contra os judeus que devemos dirigir nossas armas. É contra os que exploram a bondade e a miséria do nosso povo.** Esse povo não é aristocrata ou antisemita, apenas paciente e sofredor²⁶⁶.

Nesse trecho argumentativo, Menotti Del Picchia parece pregar uma pacificidade entre as crenças e etnias, ponderando que o inimigo do povo é todo larápio empedernido e não um segmento específico da sociedade. Ao mesmo tempo, quando retira dos judeus a pecha de ricos ou de “maiores ladrões que conheço” acaba por nomear os maiores ganhadores de dinheiro: os cristãos. Quando se ampara na frase “de tubarões nacionais de dentuça afiada, que vão à igreja aos domingos [Católica], rezam para Nossa Senhora Aparecida, está cheia a praça”, estaria a campanha pró-Federmann devolvendo o ataque aos grupos políticos católicos pontagrossenses - em especial ao candidato José Hoffmann?

De certa forma, a mensagem prega uma reação popular aos exploradores do povo. Ao mencionar o público cristão, particularmente o católico, graças à referência à Nossa Senhora Aparecida, padroeira do Brasil, a campanha poderia gerar um mal-estar entre o eleitorado majoritário da cidade, estatisticamente católico. Outra consequência que a publicação poderia causar, reside no rompimento de uma estratégia até aqui percebida: a viabilização do suposto candidato judeu ao posto de prefeito de Ponta Grossa em meio as articulações com o eleitorado e as autoridades católicas. Combater o antissemitismo nomeando os cristãos católicos poderia causar indisposição dos mesmos face à candidatura Federmann? Ademais, o *Jornal da Manhã*, periódico que hospedava a campanha da UDN, não rejeitava o leitor-eleitor católico local, publicando matérias a respeito do voto cristão e combatendo ideias anticatólicas ao longo do período estudado.

Um levantamento feito pela UDN às vésperas do pleito, por exemplo, colocava o candidato Federmann à frente dos adversários na disputa. Embora a distância entre

²⁶⁶ DAVID FEDERMANN e sua candidatura: campanha inglória contra uma famosa organização democrática. **Jornal da Manhã**, 24 ago. 1955, Ponta Grossa, grifo nosso.

os três mais bem cotados fosse pequena, os dados devem ser analisados com cuidado, tendo em vista que a encomenda partiu de um dos grupos diretamente interessados no resultado. Aproximadamente um mês após a publicação da resposta udenista ao antissemitismo, a consulta eleitoral da UDN que diz ter abordado 9.373 eleitores de um total de 17.769, apresentava a seguinte amostragem: David Federmann com 2.600 das intenções de voto; Eurico Batista Rosas com 2.200; José Hoffmann 2.003; Arthur Nadal 910; Ovídio Gasparetto 850 e Almiro Escobar 775. Os indecisos, naquela consulta, eram 35²⁶⁷. O desfecho, no entanto, apresentou a inversão entre David Federmann e José Hoffmann.

A figura do médico caridoso continuou estampando a campanha no jornal. A descrição dos atendimentos tarde da noite, consultas e assistências clínicas sem cobrança exigiam que o leitor-eleitor imaginasse a figura do bom samaritano. Para não deixar de mencionar o combate ao comunismo, tônica da Guerra Fria, Ponta Grossa sediava um dos núcleos da “Cruzada Brasileira Anti-Comunista” (C.B.A.C), sob a presidência de Loris Sidenco²⁶⁸.

A imagem de homem condigno continuou a estampar a campanha de Federmann, com fortes doses de apelo à moral singular do médico-candidato. A moral, em certa medida, diz respeito ao espírito generoso e pacífico do udenista, principalmente por sua conduta durante o período eleitoral; em grande parte reativo, mas sem ser afrontoso (exceto no caso da referência a Menotti Del Picchia). Tal situação pode ser encontrada no dia 7 de setembro, quando uma suposta fã incondicional de David Federmann procurou a campanha udenista para divulgar seu carinho e preferência pelo médico. O espaço pró-Federmann aproveitou desse episódio para rebater as três acusações que acompanharam a jornada eleitoral de seu representante - ser muito moço para o cargo; ser filho de judeus e ser muito ocupado²⁶⁹.

Após duas semanas da descoberta da fã incondicional, a campanha pró-Federmann nomeou a voz feminina por trás do pedido de voto. Uma tal senhorita Beverly Gônzer que, sem dar maiores informações pessoais, compareceu ao microfone da P.R.J.-2 para exortar os eleitores a fecharem o voto em torno de David

²⁶⁷ PRÉVIA eleitoral feita pela UDN. **Jornal da Manhã**, 30 set. 1955, Ponta Grossa.

²⁶⁸ Interessados, consular: DITZEL, Heitor. Flashes Locais. **Jornal da Manhã**, 6 set. 1955, Ponta Grossa.

²⁶⁹ DAVID FEDERMANN e sua candidatura: num pequeno detalhe - o esplendor de uma personalidade. **Jornal da Manhã**, 7 set. 1955, Ponta Grossa.

Federmann. Justificou seu voto, rebateu as famosas três acusações e apostou nos “benditos defeitos” do médico-candidato²⁷⁰. Chama a atenção o destaque para a adesão feminina à campanha pró-Federmann, especialmente pelo papel da mulher à época ser algo muito restrito. Mesmo assim, Beverly Gônzer desponta como uma representante feminina das adeptas do programa udenista.

As constantes menções à benevolência do médico forjaram a estratégia discursiva adotada pela campanha udenista nos dias finais de propaganda. Foi nesse sentido que um eleitor grato de nome Gilberto incorporou sua manifestação por escrito ao espaço pró-Federmann no *Jornal da Manhã*. Palavras como “moral” e “consciência elevada” foram usadas para justificar as qualidades do médico que, segundo Gilberto, tratava-se de um instrumento de Deus para salvar vidas na Terra. A convocatória de Gilberto finda com o pedido de voto em Federmann:

Ponta-grossense de coração, é um dever sagrado de todos nós, olhar pelo bem-estar de nossos filhos, e cada lar sadio é a prova do progresso, e a ordem que sempre desejou o mais humilde dos povos, o brasileiro, na acepção cristã do termo. Este povo sempre soube provar ao mundo a sua lealdade, a submissão, seja no sofrimento, ou nas glórias das riquezas que possuímos, sendo o mais puro atestado de grandeza d'alma. Assim, esperamos com ansiedade que 3 de outubro elegerá para Prefeito de Ponta Grossa, o nosso querido médico, dr. David Federmann²⁷¹.

Faltando dez dias para a ida às urnas, 23 de setembro, uma sexta-feira, o *Jornal da Manhã* trouxe a opinião de Dóro Souza sobre o voto católico. Não se tratava do espaço de campanha pró-Federmann como de praxe é tratado aqui, mas de uma publicação sob responsabilidade do mencionado autor em corresponsabilidade com o periódico. Souza fez uma interpretação do fim da primeira fase peronista na Argentina, representada pelos dois mandatos (1946-1952, 1952-1955) de Juan Domingo Perón, como um alívio para a religião. Atribuiu ao político-militar uma conduta violenta e extremista contra os católicos do país vizinho, enfatizando o quão perigoso é ser governado por “ditaduras da esquerda ou da direita”.

As perseguições religiosas, a queima de imagens e de igrejas, a perda total de liberdades, a sufocação da imprensa e do rádio, as prisões em massa, os espancamentos, as torturas com a picanha e os maus tratos de toda a espécie, devem ter cansado o povo argentino, que afinal resolveu quebrar de uma vez, com os grilhões que o atormentavam²⁷².

²⁷⁰ DAVID FEDERMANN e sua candidatura: a voz feminina também se manifesta na campanha eleitoral. **Jornal da Manhã**, 21 set. 1955, Ponta Grossa.

²⁷¹ DAVID FEDERMANN e sua candidatura: nova manifestação de solidariedade ao humanitário médico. **Jornal da Manhã**, 20 set. 1955, Ponta Grossa.

²⁷² SOUZA, Dóro. O dever dos católicos. **Jornal da Manhã**, 23 set. 1955, Ponta Grossa.

O objetivo da introdução temática foi chamar a atenção dos católicos para os riscos que uma eventual vitória de candidatos aliados aos regimes extremistas poderia oferecer à “liberdade” do brasileiro. Em síntese, tratava-se de uma propaganda ao candidato Juarez Távora (UDN), uma vez que o presidenciável em questão havia sido sabatinado pela Confederação Evangélica do Brasil, porquanto defendeu um governo harmonioso e respeitoso para com todas as religiões e etnias. Aproveitando a oportunidade, Souza entrelaçou o nome de Távora ao dever católico de votar consciente,

[...] Não podem os católicos do Brasil, os católicos do Paraná, os católicos de Ponta Grossa, mostrar indiferença pelo pleito que se avizinha. Antes, devem eles levar muito a sério o ponto de vista esboçado por Juarez Távora, de bem e fielmente servir a Igreja de Cristo com o exemplo do bom cumprimento do dever. Cumpre o seu dever o católico que, não só procede segundo as leis humanas e divinas, mas também o que bem faz uso de seus direitos e deveres cívicos, escolhendo conscientemente os dirigentes do seu País²⁷³.

O trecho acima traz algumas características interessantes. A primeira, por nomear o destinatário: os católicos (do Brasil, do Paraná e de Ponta Grossa). A segunda, por convocar esses católicos ao exercício do voto, não qualquer voto, mas o voto consciente. Não se tratando de uma manifestação neutra, percebe-se a intenção do autor em orientar o voto em Juarez Távora e nos demais candidatos que orbitavam seu raio político.

Votar bem e conscienciosamente é dar o seu voto a candidatos que não venham mais tarde, se eleitos, tentar como Perón, destruir a religião, sufocar as liberdades, queimar as igrejas e desafiar Deus nas alturas. Não devem os católicos dar o seu voto a quem faz aliança com os comunistas, as que foram e são messias do nazi-fascismo e nem eleger os que querem transformar nossa terra em um vasto cassino de jogo... **Juarez Távora é o candidato que os católicos devem eleger**, porque ele bem representa a parte sã do Brasil. Lembre-se os católicos da tragédia da Argentina e o conselho certo é “barbas de molho...”²⁷⁴

Embora não explicita os demais nomes dignos do voto católico, ao exortar os católicos a votar em Juarez Távora, Souza também contribuía com o reforço aos nomes da Frente da Renovação Nacional (chapa da UDN). Ora, seguindo a lógica do autor, se Távora era merecedor do voto católico não podia o mesmo caminhar ao lado de políticos que ameaçassem a religião, certo? Em âmbito municipal, o candidato de Távora era o “filho de judeus”.

Restando quatro dias para as eleições, a campanha de David Federmann dedicou, mais uma vez, o espaço no *Jornal da Manhã* para rebater as

²⁷³ SOUZA, Dóro. O dever dos católicos. *Jornal da Manhã*, 23 set. 1955, Ponta Grossa.

²⁷⁴ *Ibid.*, p. 1, grifo nosso.

“desqualificações” que acompanhavam o udenista desde os primeiros movimentos eleitorais. Ao iniciar criticando os concorrentes de Federmann: “várias vezes tivemos a oportunidade de focalizar aqui a deselegância de alguns políticos locais e mesmo de alguns candidatos”²⁷⁵, a publicação deu destaque a conduta moral ilibada do médico-candidato, desprezando as acusações infundadas que o perseguiram por toda a campanha.

A princípio, a falta de argumentos mais sólidos, porque todo o mundo em Ponta Grossa sabe que o dr. David Federmann é um moço sem vícios, de caráter ilibado e de conduta irrepreensível, procuravam fazer ver ao eleitorado que era ele muito moço para a função pública; que era muito ocupado e que era filho de judeu²⁷⁶.

Na perspectiva da campanha udenista, os dois primeiros ataques não surtiram o efeito pretendido. Desse modo, os supostos políticos e candidatos “deselegantes” empenhavam-se nos momentos finais de campanha para desmoralizar David Federmann a partir de sua ocupação profissional, ou seja, caso eleito, deixaria o médico de atender seus pacientes uma vez que a função pública exigiria dedicação. O questionamento aqui gira em torno do insucesso da tentativa dos rivais políticos de Federmann acerca de sua ascendência judaica. Será que essa situação havia sido encerrada mesmo? e caso a tentativa fosse mesmo frustrada - como mencionado pela campanha da UDN - por que tantas recorrências sobre esse tema pelo espaço pró-Federmann?

Em umas das divulgações próximas ao pleito, o Partido Democrata Cristão (PDC) deixou público seus nomes concorrentes ao cargo de vereador. Na ocasião, chama a atenção o nome de um sacerdote católico, o padre Fridolino Beuren. Não foi encontrada sua campanha ao longo do período estudado por esta dissertação, fato que dificulta maiores entendimentos a respeito de seu posicionamento em relação às principais pautas discutidas à época. Seja pela falta de uma legenda com espaço de campanha próprio nos jornais, seja pelos recursos financeiros de campanha limitados, pouco se sabe sobre a candidatura do padre em questão. A respeito da origem do padre secular, é de conhecimento da historiografia seus serviços religiosos e estruturais prestados à comunidade Santa Teresinha do Menino Jesus (Vila Estrela), primeiro como atendente da capela e depois, a partir de 1957, como responsável pela paróquia. O padre que também possuía formação em engenharia civil assinou a

²⁷⁵ DAVID FEDERMANN e sua candidatura: cada um dá o que tem - afirma o humanitário médico. **Jornal da Manhã**, 28 set. 1955, Ponta Grossa.

²⁷⁶ *Ibid.*, p. 1.

construção da Matriz Santa Teresinha do Menino Jesus²⁷⁷. Natural de Lajeado, município do Rio Grande do Sul, teve sua ordenação sacerdotal em 1942, em São Leopoldo, cidade gaúcha na qual ingressara no seminário²⁷⁸. Foi sagrado padre por Dom Antônio Reis, bispo dedicado aos princípios da Ação Católica na diocese de Santa Maria (RS)²⁷⁹.

O encerramento da campanha udenista teve como espaço o Cine Teatro Ópera. Por volta das 20:30 da sexta-feira, 30 de setembro, os discursos foram iniciados. João Vargas de Oliveira abriu os trabalhos e após saudar os presentes passou a palavra para Beverly Gônzer, a voz feminina da campanha pró-Federmann. O prefeiturável iniciou sua fala após a manifestação do candidato a vereador João Abrahão Maia (o Janguta), momento em que sintetizou os principais avanços da campanha e apostou no apego sentimental dos eleitores para garantir sua vitória em 3 de outubro. Assim como feito pelas manifestações ao longo das publicações no jornal, David Federmann evitou nomear os responsáveis pelos ataques a ele destinados, porém, sem indicar a quem, rebateu as acusações que o seguiram por toda a jornada eleitoral. Evitou termos como “filho de judeus”, “ascendência” ou “antissemitismo”, e resumiu as características dessa prática como “racismo”.

A pecha que nos enviam é a de um racismo que não encontra eco em nosso foro de povo civilizado e a de uma discriminação profissional que não se justifica. De um racismo que não encontra eco porque em nossa incipiente formação étnica socialmente num futuro distante, quando se plasmarem todas as correntes humanas que contribuem para a nossa população é que se poderá falar em tipo racial brasileiro. **Exercendo minhas atividades profissionais em ambiente eminentemente cristão**, dentro do mais dignificante respeito mútuo, tendo por 7 anos pertencido às fileiras do nosso glorioso Exército Nacional desde os mais modestos postos até o oficialato, num dos períodos mais graves da história pátria, é com orgulho que proclamo me considerar tão bom brasileiro como o melhor de vós outros²⁸⁰.

Aproveitou para deixar claro que não abandonaria a profissão de médico, seja qual fosse o desfecho das urnas. Pediu a atenção dos eleitores a respeito das respostas que dava sobre as pautas que o perseguiram ao longo da campanha, reforçando que se a faz é porque a “onda de abastardamento dos costumes” - em

²⁷⁷ PARÓQUIA Santa Teresinha do Menino Jesus. **Diocese de Ponta Grossa**, [s.d.], Ponta Grossa. Disponível em: <<https://www.diocesepontagrossa.org.br/paroquia/paroquia-santa-teresinha-do-menino-jesus-ponta-grossa-vila-estrela>>. Acesso em 7 set. 2023.

²⁷⁸ **A DIOCESE de Ponta Grossa no seu jubileu áureo: cinquentenário 1926 10 de maio de 1976**. Curitiba: Vicentina, 1976. 420 p.

²⁷⁹ ARQUIDIOCESE de Santa Maria. **Bispos**. Santa Maria [s.d.]. Disponível em: <<https://www.arquism.com/bispos>>. Acesso em 18 jul. 2023.

²⁸⁰ DAVID FEDERMANN e sua candidatura: dirige-se ao povo ponta-grossense o nobre e digno representante udenista. **Jornal da Manhã**, 1 out. 1955, Ponta Grossa, grifo nosso.

alusão aos ataques - poderia contaminar as almas mais diversas. Seguiu seu discurso pregando a paz e a harmonia entre os concorrentes, argumentou em prol do perdão, condenou os rancores responsáveis pelo “mal físico e moral”, pediu voto na chapa da Restauração Nacional (Othon Mader, Juarez Távora e Milton Campos). Finalizando sua participação diante da presença de Petrônio Fernal, Borell du Vernay e Mário Braga Ramos anunciou: “que Deus nos valha a todos para que não nos arrependamos do nosso voto soberano e decisivo”²⁸¹.

O pleito realizado em 3 de outubro de 1955, uma segunda-feira, teve sua apuração finalizada em Ponta Grossa três dias depois, em 6 de outubro. Em tempos de voto impresso, a logística em torno do ato de votar necessitava de maiores esforços, desde o depósito da cédula nas urnas até a proclamação dos resultados, um disparate se comparado com a agilidade de hoje.

Os números finais indicaram que a Frente de Renovação Nacional não logrou êxito completo em Ponta Grossa, município em que obteve sucesso, apenas, na eleição da maior bancada de vereadores - empatada com o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) - e na eleição do vice-presidente. Juarez Távora, o presidenciável terminou em último lugar. O vitorioso foi o integralista Plínio Salgado (PRP). Milton Campos, candidato da UDN ao cargo de vice-presidente, venceu em Ponta Grossa. Othon Mader, o representante da UDN ao governo do Estado, ficou na segunda colocação. David Federmann, por sua vez, ficou na terceira colocação, atrás de José Hoffmann (PTB) e de Eurico Batista Rosas (PSP)²⁸².

Durante os aproximados quatro meses de cobertura, desde a divulgação da candidatura de David Federmann em 12 de junho, até o último discurso do prefeiturável trazido pelo periódico em primeiro de outubro, o espaço “David Federmann e sua candidatura”, usado exclusivamente para divulgar o posicionamento do udenista a respeito de inúmeros temas de relevância para a comunidade, procurou viabilizar o então presidente da Câmara municipal frente aos principais concorrentes ao posto de prefeito municipal. Em relação à religiosidade, ponto fulcral de análise deste trabalho, a campanha de David Federmann precisou lidar com o fato de seu candidato ser representado como concorrente às margens do catolicismo, religião majoritária na cidade, frequentemente precisando responder que sua ascendência

²⁸¹ DAVID FEDERMANN e sua candidatura: dirige-se ao povo ponta-grossense o nobre e digno representante udenista. **Jornal da Manhã**, 1 out. 1955, Ponta Grossa, grifo nosso.

²⁸² CONCLUÍDO o pleito em Ponta Grossa. **Jornal da Manhã**, 7 out. 1955, Ponta Grossa.

judaica não o desabonava face ao eleitorado católico. Ademais, as tantas conexões entre candidatos identificados com a religião católica (Mário Braga Ramos e João Vargas de Oliveira, em âmbito local) e vez ou outra com os comícios de Juarez Távora em que políticos que formavam a comitiva do presidenciável recorriam ao sentimento cristão para justificar o voto na chapa da UDN, tinham como objetivo forjar uma identidade, em maior ou menor grau, aceitável pelo eleitorado ponta-grossense. Contudo, as constantes justificativas de profissional e político respeitoso e harmonioso para com os demais credos, em especial o cristão, considerando-se suas contínuas explicações de sujeito engajado e atuante em espaços cristãos, não foi o suficiente para garantir-lhe a vitória eleitoral em 1955.

As recorrências por parte da campanha de Federmann (UDN) em defender seu candidato das acusações de ascendência judaica e apelar para o respeito às divergências indicam uma relevância de tal condição para o desfecho eleitoral. Ora, caso tal representação fosse “benéfica” para a imagem do candidato ou um atrativo eleitoral, precisaria o udenista dedicar tanto tempo se defendendo ou autoafirmando ao invés de usar do espaço para discutir propostas para a cidade?

4.1.5 A eleição municipal de 1955 através do Diário dos Campos

Conforme discutido no início deste capítulo, além do recém-criado *Jornal da Manhã*, os ponta-grossenses possuíam outro veículo de mídia impressa para acompanhar a disputa eleitoral: o *Diário dos Campos*. Com o afastamento de José Hoffmann (PTB) da direção do *Diário dos Campos* para se dedicar à campanha, o católico Nivon Weigert (PSD) assumiu a responsabilidade pela gestão do tradicional periódico da cidade - até o fim da campanha. Diferente do que ocorrera no *Jornal da Manhã*, o *Diário dos Campos* não dedicou uma coluna exclusiva e com periodicidade para acompanhar o passo a passo de José Hoffmann (PTB) ao longo do período eleitoral. Vez ou outra, divulgava algumas publicações sobre a candidatura do petebista graças ao acordo de arrendamento que previa a disponibilidade de um quarto da página para o PTB e seus correligionários, contudo, em algumas delas, o mencionado espaço trazia a foto do prefeiturável do PTB com a chapa de vereadores logo abaixo, identificando nome e profissão.

Levando-se em consideração a trajetória de José Hoffmann (PTB) junto à religião católica, as publicações de campanha, pelo menos junto ao *Diário dos Campos*, pouco discutiam sua formação cristã. Poucas menções a esse fato puderam ser coletadas nas colunas do PTB, que como salientado, mesmo com o acordo de arrendamento prevendo o uso de um quarto da página, algumas vezes elencou enquetes sobre quem o eleitor local votaria. O político que um ano antes havia assinado os termos de compromisso com a Liga Eleitoral Católica (L.E.C.) para ser referendado aos católicos como digno do voto cristão para a Assembleia do Estado do Paraná, pouco explorou tal condição nas páginas do *Diário dos Campos*.

Em 7 de julho de 1955, quando as campanhas tomavam corpo, Thiago G. de Oliveira escreveu no *Diário dos Campos* comparando José Hoffmann ao Cajueiro do Sertão. Caracterizando a árvore típica do nordeste brasileiro como acolhedora e fornecedora do alimento (fruto) a quem quer que seja, Oliveira a ligava à figura de Hoffmann, candidato capaz de superlotar o auditório da P.R.J.-2 “de pessoas de todas as esferas sociais, desde o operário humilde com as distintas famílias, até os homens das mais elevadas camadas sociais”²⁸³. A analogia criada por Oliveira prossegue:

Com efeito, foi ouvido José Hoffmann, ou melhor, o “Juca Hoffmann” do coração de todos os ponta-grossenses e presenciando a compacta assistência que lhe foi aplaudir que me recordei do Cajueiro do Sertão; e, a comparação é curiosa, porque justamente, qual heroico vegetal da minha terra comburida, o sr. José Hoffmann polariza, com a sua proverbial boa vontade, com a **sua formação cristã** e seu coração humano, a atenção dos homens de todas as classes sociais²⁸⁴.

A formação cristã de José Hoffmann talvez não precisasse de sucessivas menções durante a campanha devido à sua vinculação incontestada à Igreja Católica. Pereira enquadra Hoffmann como um dos principais patrocinadores da Festa de Sant’Ana, assim como outros sobrenomes políticos que possuíam o capital político e religioso como forte instrumento eleitoral.

Por meio das nossas fontes, percebemos que, o rol de atividades desenvolvidas na festa eram patrocinadas por pessoas ou entidades ligadas à elite local, que assim dominavam. Pois, aparecem as famílias: Guimarães, Villela, Xavier, Bitencourt, Carvalho, Thielen, Kossatz, Bittar, Ribas, Campos Melo, Vargas, Penteado, Holzmann, Hoffmann, Barbur, Pelissari entre outras, que sempre estavam nas organizações da festa, divididas em diversas subcomissões²⁸⁵.

²⁸³ OLIVEIRA, Thiago G. de. José Hoffmann e o cajueiro do sertão. **Diário dos Campos**, 7 jul. 1955, Ponta Grossa.

²⁸⁴ *Ibid.*, p. 1, grifo nosso.

²⁸⁵ PEREIRA, D. **A festa de Sant’Ana: espaço de religiosidade, sociabilidade e diversão na cidade de Ponta Grossa-PR (1930-1965)**. Ponta Grossa, 2010. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas). Universidade Estadual de Ponta Grossa, p. 57.

A pesquisa de Pereira, além de apontar José Hoffmann como diretamente ligado à organização da festa de Sant'Ana, trouxe o nome de outros católicos envolvidos com a política local: Abílio Holzmann (PSD) e Nicolau Ferigotti²⁸⁶. A biografia católica de Hoffmann, por ser pouco explorada nas páginas do *Diário dos Campos* durante a eleição de 1955, dificulta a capacidade desta dissertação em perceber os argumentos do prefeiturável petebista para trazer o eleitor católico em torno de sua candidatura. Contudo, indagações podem ser criadas a partir dessa percepção, abrindo caminhos para compreensão da vitória do político. A campanha do PTB através das ondas de rádio da P.R.J.-2 ou os comícios não divulgados na imprensa, podem ter debatido a trajetória do político explicitamente católico? Ou, por outro lado, a já conhecida vinculação de longa data do candidato com a Igreja Católica tornava desnecessária a campanha acerca dessa relação? Ademais, por procurar avançar entre todas as camadas sociais do eleitorado, tal qual o Cajueiro, seria uma estratégia da campanha não exaltar os ânimos em torno da religiosidade?

A partir dessas considerações, percebe-se um *Diário dos Campos* administrado por um católico histórico durante o período eleitoral - Nivon Weigert - e, ao mesmo tempo, poucos apelos à religião dos candidatos durante o pleito. A coluna do Partido de Representação Popular (PRP), de cunho integralista, pautou crenças e posturas conservadoras ao longo do período, porém, em certa medida, focando as eleições presidenciais.

Enquanto o *Jornal da Manhã* empenhava-se na divulgação da campanha de David Federmann (UDN) e usava o espaço para responder polêmicas consideráveis - sobre a ascendência judaica -, o *Diário dos Campos* protagonizava publicações divulgando eleitores da cidade declarando seu voto a prefeito e a vereador, um tipo de enquete diferente, uma vez que trazia a identificação do eleitor junto à declaração do voto. Após a eleição em 3 de outubro e a consequente apuração terminada dias depois, o *Diário dos Campos* apresentou aos ponta-grossenses o prefeito por eles referendado em sufrágio:

A vitória é desse mesmo eleitorado, desses próprios cidadãos que o elegeram. A vitória é de Ponta Grossa. José Hoffmann, homem de luta e homem de brio, ponta-grossense afeito ao trabalho e ao amor ao próximo, à sua Terra e a seus concidadãos, saberá cumprir o seu mandato com honra,

²⁸⁶ A fonte em questão trata-se da comissão diretiva da festa em 1944, coletada por PEREIRA, D. **A festa de Sant'Ana: espaço de religiosidade, sociabilidade e diversão na cidade de Ponta Grossa-PR (1930-1965)**. Ponta Grossa, 2010. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas). Universidade Estadual de Ponta Grossa.

com exação, com ação e magnitude. Seu passado, seu “curriculum vitae” de jornalista, de vereador, de deputado, de cidadão, **de cristão**, de homem popular, nobre e moderado, de ponta-grossense, de paranaense, de brasileiro, que eles e orgulha de ser, permitem, asseguram, dizem e afirmam eloquentemente essa possibilidade, esse anseio, essa inflexível vontade do culto, do energético, do bom, do honesto e capaz prefeito José Hoffmann²⁸⁷.

A publicação pós-eleição tinha como objetivo sagrar o prefeito eleito e, pela maneira litúrgica como é escrita, procurou vincular as tais “qualidades” do eleito com o eleitor que o escolheu. Considerando a publicação, Hoffmann era o homem popular, detentor de um currículo cristão, cidadão, político experimentado, nobre e moderado, nada melhor que ele para representar tudo o que a cidade precisava. Nessa linha argumentativa, continuou a nota:

Esse prefeito que Ponta Grossa elegeu e há de, com toda a graça de Deus, que ele crê, ama e serve, e com todas as forças de seu espírito e todos os anhelos de seu coração, governar pacífica, honrada e construtivamente. Quem diz, quem o quer, quem o crê, quem lhe dá forças e estímulo para tão alto e belo cometimento é o POVO. Grande Povo, honrado e bom Povo de nossa Terra, que **José Hoffmann há de corresponder com toda a imensa graça de Deus**, com todas as cordiais e viris predicados do seu coração, do seu talento e do seu caráter. Grande Prefeito de um Grande Povo, Salve!²⁸⁸

Se, por um lado, não se pode encontrar ao longo da campanha escrita muitos acenos à Providência Divina, por outro, a nota de vitória não vê problemas em atribuir a Deus a gestão de Hoffmann. A escolha de palavras e o uso de conceitos que entrelace política e religião não podem ser compreendidos, apenas, como recurso retórico. Ao enfatizar que o prefeito eleito crê, ama e serve a Deus, há uma tentativa de produzir sentidos e significados entre os habitantes. Mesmo o não eleitor de Hoffmann, mas com uma pertença cristã significativa, em maior ou menor grau, pode se aproximar do prefeito pela identidade católica, ou seja, trata-se de uma estratégia discursiva não neutra.

Os 4.775 votos²⁸⁹ que garantiram a vitória de José Hoffmann (PTB) apareceram a partir do dia 8 de outubro em publicações do *Diário dos Campos*. Várias famílias e autoridades da cidade congratularam o petebista com desejos de uma exitosa gestão, entre elas: a Primeira Igreja Batista de Ponta Grossa, sob a responsabilidade do pastor Tito de Assis Ribeiro; o amigo pessoal e católico Nicolau Ferigotti (PTB), eleito vereador no mesmo pleito; o adversário Arthur Nadal, quarto

²⁸⁷ O GRANDE prefeito de um grande povo. *Diário dos Campos*, 7 out. 1955, Ponta Grossa.

²⁸⁸ *Ibid.*, p. 1.

²⁸⁹ PARANÁ. **Tribunal Regional Eleitoral**. Consulta de resultados eleitorais, 1955. Disponível em: <<https://www.tre-pr.jus.br/eleicoes/resultados/resultados-de-eleicoes-municipais-tre-pr>>. Acesso em 10 de jul. 2023.

colocado na eleição; o Operário Ferroviário Esporte Clube, entre outros. Na manifestação em questão, duas chamam a atenção pela devoção que forma a mensagem: a primeira, assinada por Joanino Sabatela “que Deus abençoe tua administração”²⁹⁰; e a segunda, de autoria de Casemiro Milleo, “congratulo-me prezado amigo brilhante vitória [no] pleito [do] dia 3 de outubro e rogo a Deus para que ilumine durante a vossa gestão e possa fazer por Ponta Grossa aquilo que o povo tanto espera e merece”²⁹¹. A presença do nome de Deus e a implicação da imposição de “rogo”, “abençoe” têm a função de ligar a política, ou o político, a subordinação direta a Deus e o conjunto de valores a ele vinculado.

Em 9 de outubro, nova leva de congratulações ao prefeito é publicada. O adversário David Federmann (UDN) estava entre os manifestantes da ocasião, além dele, o Destacamento do Corpo de Bombeiros da cidade na figura do Comandante 1º tenente Darcy da Silva; os trabalhadores da COPARANA (que “rogavam a Deus” pelo eleito); André Schwanda, membro do PTB e Dom Antonio Mazzarotto, bispo diocesano. Sucinta, breve e direta, diz a mensagem do bispo “felicitando a vitória, pedimos a Deus feliz êxito empreendimentos [empresa] seu futuro governo”²⁹².

Eurico Batista Rosas (PSP) também havia se manifestado em 8 de outubro sobre a vitória de Hoffmann (PTB). Na ocasião, colocou seu mandato de deputado estadual a serviço da cidade, felicitando o colega vitorioso. Essa grande onda de felicitação a José Hoffmann pode ser compreendida como um dos elementos que justificam seu sucesso eleitoral em 1955. A aceitação do petebista somada a sua biografia que, aos olhos do eleitorado, pouco o desabonava serviram de impulso para a vitória por uma estreita margem sobre o deputado Eurico Batista Rosas, não assinante do compromisso da Liga Eleitoral Católica (L.E.C.) em 1954 e candidato do presidenciável Ademar de Barros (PSP).

4.2 A ELEIÇÃO MUNICIPAL DE 1959

Quando discutia as bases teóricas e metodológicas da História Política Renovada, Rémond argumentou que as eleições municipais se apresentavam como

²⁹⁰ CONGRATULAÇÕES recebidas pelo jornalista José Hoffmann. **Diário dos Campos**, 8 out. 1955, Ponta Grossa.

²⁹¹ *Ibid.*, p. 1.

²⁹² CONGRATULAÇÕES recebidas pelo jornalista J. Hoffmann. **Diário dos Campos**, 9 out. 1955, Ponta Grossa.

campo oportuno para a investigação dos historiadores. Ainda que circunscrito ao contexto francês, sua provocação não é restrita à realidade europeia, podendo ser incorporada à conjuntura das cidades brasileiras, especialmente naquelas em que as disputas pelo poder implicam projetos antagônicos para a sociedade. A esse respeito, o que o intelectual francês denominou por estudos que identificassem “as renovações gerais das municipalidades”²⁹³ têm na eleição local ponta-grossense de 1959 um exemplo.

Alocando esta seção dissertativa às considerações iniciais, é oportuno algumas notas a respeito do acesso às fontes, componente imprescindível ao *métier* historiográfico. Para a realização deste trecho, recorreu-se às instituições de guarda e divulgação de memória local: Casa da Memória Paraná, Museu Campos Gerais (MCG) e Centro de Documentação e Pesquisa em História (CDPH). Em todos os casos, um problema crucial se apresentou. Não foi possível encontrar edições do corrente ano (1959) para analisar a campanha eleitoral municipal através do crivo dos periódicos locais, fato que deslocou as análises do mencionado pleito para as fontes coletadas a partir dos jornais do Estado do Paraná disponíveis na Hemeroteca. Ou seja, as análises presentes nesta seção possuem a interpretação dos jornalistas de periódicos sediados fora de Ponta Grossa (alguns com sucursal em Ponta Grossa), característica que justifica, em certa medida, a tensão política extrema que se instalou na cidade naquele ano.

Pouco antes da paixão pelo poder municipal tomar conta das principais lideranças locais, o desfecho da eleição de 1958, pleito que elegeu deputados federais e estaduais, além do senador, começou a gerar consequências no diretório do PTB ponta-grossense. O prefeito José Hoffmann (PTB) havia sido eleito para a Assembleia do Paraná, seu adversário João Vargas de Oliveira (UDN) e o ex-concorrente a prefeito Eurico Batista Rosas (PSP) também - além deles, Amadeu Puppi, outro político ligado a grupos católicos foi eleito deputado estadual pela coligação “Frente Trabalhista Cristã (PRP-PTN-PRT)”²⁹⁴. Tal ocorre que, devido à sua vitória eleitoral, caberia ao então prefeito ponta-grossense, tomar posse de seu novo cargo junto à Assembleia Estadual deixando a cadeira executiva municipal. Uma transição muito

²⁹³ RÉMOND, R. As eleições. In: RÉMOND, R. **Por uma história política**: Rio de Janeiro: FGV, 2003.

²⁹⁴ BRASIL. **Tribunal Superior Eleitoral**. Resultados. Disponível em: <<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjojYTEzZmE2OWUtODVjOC00M2Q5LTkyMWUtZDMwM2I0NjM1MmMxliwidCI6ImFiNzcyYzYzLWVlMzgtNGIxZS1iZWY3LTdiNjBIZDhhY2RmMSJ9>>. Acesso em 17 jul. 2023.

comum e que parecia simples de ser cumprida acarretou o início do declínio da Era Hoffmann na legenda getulista.

O jornal *A Tarde*, detentor de um discurso pró-governo de Moysés Lupion (PSD), reportou ainda em fevereiro de 1959 a tensão interna à bancada petebista recém-eleita: com o título “Petebistas vêem traidores em toda parte”²⁹⁵, a matéria ponderava a “injustiça” que a bancada do PTB estava prestes a cometer contra José Hoffmann por intermédio de seu companheiro de sigla Joaquim Neia de Oliveira. O efusivo deputado preparava uma moção de expulsão destinada ao político ponta-grossense pelo fato deste não haver sido empossado na Casa legislativa em 1º de fevereiro daquele ano e, desse modo, contribuído com a derrota do candidato do PTB para a presidência da Assembleia, o deputado Antonio Annibelli. A derrota para o candidato governista Guataçara Borba Carneiro (PSD) parecia necessitar de um culpado. A “caça às bruxas” iniciada pelo PTB tomou contornos dramáticos a partir de então, tendo o prefeito ponta-grossense se defendido das acusações argumentando que havia notificado com antecedência seus colegas de partido a impossibilidade de se fazer presente no dia da eleição da presidência da Casa por motivos de prestação de contas sobre sua gestão municipal.

Todo esse imbróglio perdurou aproximadamente o mês de fevereiro inteiro, causando desgaste entre o PTB estadual e o diretório da sigla em Ponta Grossa. Ora, José Hoffmann possuía um capital político significativo. Naquele momento já havia sido vereador em Ponta Grossa no fim dos anos 1940, deputado estadual eleito 1950, prefeito eleito em 1955 e novamente sufragado deputado estadual em 1958. Sua influência na política princesina podia ser percebida pela votação consolidada que a cada pleito se intensificava. A trajetória do PTB no município de Ponta Grossa tem na figura de José Hoffmann a sua imagem e semelhança, foi graças a ele que o diretório petebista local, moldado ao seu bel-prazer desde o início dos anos 1950, emplacou vitórias eleitorais difíceis (como a de 1955) e projetou políticos em potencial (como Petrônio Fernal em 1951). Isso posto, quando as tentativas de expulsão desse histórico prócer trabalhista ganhavam notoriedade, o diretório do PTB em Ponta Grossa ameaçou dissidência em massa. Amaury Silva, líder do PTB à época, e Souza Naves, outra importante figura do partido, percebendo a ebulição em pleno ano de

²⁹⁵ PETEBISTAS vêem traidores em toda parte... **A Tarde**, 4 fev. 1959, Curitiba. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=797596&Pesq=%22Jos%c3%a9%20Hoffman n%22&pagfis=16133>>. Acesso em: 17 de jul. 2023.

sucessão municipal num dos mais importantes colégios eleitorais do Paraná, tratou de acalmar os asseclas de Hoffmann. Prometeram ao diretório municipal isolar o divisionista Joaquim Neia de Oliveira, blindando Hoffmann de qualquer retaliação²⁹⁶.

Uma semana depois de noticiar a tentativa de apaziguar os ânimos entre Hoffmann e Joaquim Neia, *A Tarde* trouxe em caixa alta, na primeira página do jornal, a seguinte informação:

JOSÉ HOFFMANN, PREFEITO DE PONTA GROSSA E DEPUTADO ESTADUAL PELA LEGENDA DO P.T.B., SEGUNDO DOCUMENTAÇÃO COMPROVANTE, VAI DEIXAR AS FILEIRAS DAQUELE PARTIDO, PARA INGRESSAR EM OUTRAS, PARA AS QUAIS JÁ VOLTOU SUAS VISTAS. ESTA ATITUDE DO DEP. PETEBISTA, TALVEZ SEJA O INÍCIO DA REPETIÇÃO QUE SE PODERÁ PROCESSAR, DE UM FATO OCORRIDO HÁ DEZ ANOS, QUANDO ESSE MESMO PARTIDO, POSSUINDO SEIS DEPUTADOS NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, FICOU REDUZIDO A UM SÓ!! NO P.T.B. NINGUÉM PODERÁ SE DAR BEM, A NÃO SER QUE ABDIQUE DO SAGRADO DIREITO DE PENSAR, POIS QUE NAQUELA AGREMIÇÃO, SOMENTE OS CHEFES SEM CABEÇA, TÊM O DIREITO DE PENSAR POR TUDO ISTO, NOSSOS PARABÊNS AO SR. JUCA HOFFMANN. QUE OUTROS SIGAM O SEU EXEMPLO, SÃO OS NOSSOS VOTOS, PARA O BEM DO PARANÁ, E PELA FELICIDADE DO BRASIL²⁹⁷.

O tom adotado pelo jornal *A Tarde* esclarece alguns pontos e obscurece outros. No que se refere aos esclarecimentos, deixava explícito que a situação entre Hoffmann e Neia não podia ser contornada e, além disso, apontava para a saída do ponta-grossense a partir de decisão sua e não de uma eventual expulsão - como pretendido por Neia. Por outro lado, o jornal não diz quais seriam as legendas que Hoffmann “voltava suas vistas”. Contudo, pelo teor amistoso para com a iniciativa do ex-prefeito de Ponta Grossa, quem sabe o PSD de Lupion interessasse ao prócer dissidente já naquele momento.

No dia seguinte, o desligamento de Hoffmann do PTB é destacado pelo *A Tarde* por meio de uma matéria explicitamente ofensiva contra a Executiva do PTB e o deputado Joaquim Neia. O periódico tratou o “aceite” da Executiva petebista acerca do pedido de desligamento de Hoffmann e dos demais políticos solidários a ele em Ponta Grossa como uma derrota para a legenda varguista. Ademais, duvidava da capacidade de Souza Naves e Antonio Annibelli para reconstruir o PTB em Ponta Grossa com a sagacidade eleitoral que tivera sob a direção de Hoffmann. Sobre este,

²⁹⁶ MOÇÃO Joaquim Neia. **A Tarde**, 12 fev. 1959, Curitiba. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=797596&Pesq=%22Jos%c3%a9%20Hoffman n%22&pagfis=16156>>. Acesso em 17 jul. 2023.

²⁹⁷ JOSÉ HOFFMANN, prefeito de Ponta Grossa... **A Tarde**, 20 fev. 1959, Curitiba. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=797596&Pesq=%22Jos%c3%a9%20Hoffman n%22&pagfis=16196>>. Acesso em 17 jul. 2023.

vaticinava que não só manteria o prestígio frente ao eleitorado conquistado como também corria o risco de expandir sua penetração junto à sociedade graças à sua altivez por enfrentar de cabeça erguida o episódio mais importante até aquele momento da legislatura recém-empossada²⁹⁸.

Duas importantes consequências da saída de Hoffmann se apresentavam: a primeira, os nomes responsáveis pela reconstrução do diretório - Petrônio Fernal, que havia retornado ao PTB para ser eleito deputado federal em 1958 após anos na UDN de João Vargas de Oliveira -, Kalil Maia Neto e o vereador Herculano Torres Cruz, único petebista em exercício de mandato na Câmara de vereadores a não acompanhar José Hoffmann em sua saída da sigla²⁹⁹. A segunda, como o PTB em Ponta Grossa se organizaria visando o pleito municipal de 1959? Seria capaz de lançar nome próprio? apoiaria algum partido com chances de vencer os históricos rivais udenistas?

Em 3 de março o *A Tarde* apresentou uma entrevista com Hoffmann, por óbvio, tratando da sua saída do PTB e indagando quem o acompanhou em Ponta Grossa e para qual partido pretendiam se filiar. Sem tergiversar, o ex-prefeito nomeou os vereadores que o acompanharam: Nicolau Ferigotti, Orival Carneiro Martins (primeiro suplente de vereador pelo PTB em 1955), José de Assis França e mais dois não citados. Herculano Torres Cruz, como dito acima, não o acompanhou³⁰⁰. A entrevista findou com uma indefinição quanto ao futuro partido dos ex-petebistas³⁰¹.

Não tardou para que os asseclas históricos do PTB em Ponta Grossa - aqueles que permaneceram no partido depois da saída de Hoffmann - como André Schwanda (o Liris), Secretário-Geral da Sociedade dos Amigos de Getúlio Vargas, vociferassem contra as medidas de Souza Naves na retomada da sigla getulista no município. O político ponta-grossense atendeu a reportagem do *A Tarde* em 13 de

²⁹⁸ O MELHOR dos jornais - O Dia -. **A Tarde**, 21 fev. 1959, Curitiba. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=797596&Pesq=%22Jos%c3%a9%20Hoffman n%22&pagfis=16216>>. Acesso em 17 jul. 2023.

²⁹⁹ PERDE um deputado a bancada trabalhista. **A Tarde**, 21 fev. 1959, Curitiba. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=797596&Pesq=%22Jos%c3%a9%20Hoffman n%22&pagfis=16216>>. Acesso em: 17 jul. 2023.

³⁰⁰ Herculano Torres Cruz não assinou os compromissos da Liga Eleitoral Católica (L.E.C.) em 1954 quando disputou uma cadeira na Assembleia. Trabalhos como o da historiadora DITZEL, C. de H. M. **Manifestações autoritárias: o integralismo nos Campos Gerais (1932-1955)**. Florianópolis, 2004. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal de Santa Catarina, o colocam como pertencente à ala esquerdista do Centro Cultural Euclides da Cunha (CCEC).

³⁰¹ NAVES sem o apoio de Hoffmann. **A Tarde**, 3 mar. 1959, Curitiba. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=797596&Pesq=%22Jos%c3%a9%20Hoffman n%22&pagfis=16252>>. Acesso em 17 jul. 2023.

maio e acusou o dirigente do PTB no Paraná de transformar a legenda em uma “filial do Clube da Lanterna”, aquela mesma criada por Carlos Lacerda (UDN) para minar o governo de Getúlio Vargas em 1953. Sem citar nomes, Liris descreve as características do responsável pela udenização do PTB em Ponta Grossa após a saída de Hoffmann. Sobre a conduta de Souza Naves:

[...] estendeu as mãos a conhecidos entreguistas, um dos quais, elegendo-se deputado federal pelo P.T.B., volta suas vistas apenas para assuntos de seu exclusivo interesse no Palácio Tiradentes. Este mesmo deputado que compõe hoje a bancada do PTB na Capital da República, e que, na Convenção Nacional, votou contra o nome de João Goulart, todos sabem que é um dos próceres udenistas de Minas Gerais. No Paraná, elementos da UDN e do PR entreguistas confessos, estão se apoderando de todos os postos chave da legenda³⁰².

A quem André Schwanda estava se referindo? Ao deputado federal Petrônio Fernal, ex-prefeito pelo PTB e ator social vinculado ao grupo de João Vargas de Oliveira na UDN. Tal ocorre que, um ano antes do esvaziamento do PTB pontagrossense, Petrônio Fernal havia regressado ao partido e, por consequência, estava entre os responsáveis pela reconstrução do diretório em 1959. Sua relação com a UDN e com João Vargas de Oliveira não agradava os históricos próceres petebistas que, por sua vez, passaram a pressionar o líder estadual da sigla quanto aos rumos de uma reorganização do PTB sob as ordens de um “prócer udenista mineiro”.

A explicação para o processo de “udenização” do PTB pode ser compreendida a partir da historiografia já apurada. O historiador Batistella atribui essa mudança de rumo na agremiação getulista paranaense pela ascensão de Souza Naves ao comando do partido. Ou seja, historiograficamente, é sabido que Abilon Souza Naves pretendia ser o candidato trabalhista ao governo do Paraná em 1960 não fosse seu falecimento em dezembro de 1959. Dessa forma, suas estratégias e alianças visando o executivo estadual inauguraram uma nova era no PTB após a convenção estadual de 1957 que buscava desde os progressistas até os conservadores “plutocratas”:

A Convenção Estadual de fevereiro de 1957 representou o início de uma importante mudança interna no PTB do Paraná com a ascensão de uma ala mais progressista, adepta a um programa nacionalista e reformista, na Executiva estadual - até então amplamente dominada pelos “pragmáticos getulistas”. Por outro lado, Souza Naves, durante o segundo semestre de 1957, intensificou a sua campanha ao Senado e se aproximou dos cafeicultores do norte do estado, procurando trazê-los para a órbita do PTB, dentre eles Nelson Maculan - então vereador udenista em Londrina e presidente da Associação Rural da mesma cidade. Além dos cafeicultores,

³⁰² NAVES quer transformar o PTB em filial do Clube da Lanterna. **A Tarde**, 13 mai. 1959, Curitiba. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=797596&Pesq=%22Jos%c3%a9%20Hoffman%22&pagfis=16581>. Acesso em 18 jul. 2023.

Souza Naves também atraiu para o PTB Miguel Buffara, de Paranaguá, Petrônio Fernal, de Ponta Grossa, e Luiz Alberto Dalcanale, da região oeste. Dessa maneira, ascendia no PTB paranaense a “ala dos plutocratas”. [...] Sem dúvida, a aproximação de Souza Naves com empresários e cafeicultores tinha o objetivo de garantir ao partido um grande aporte financeiro para a campanha eleitoral de 1958.³⁰³

A partir de 1959, não mais o Senado interessava a Souza Naves, mas o governo do Paraná. Embora não seja possível estabelecer uma conexão direta entre o desejo de renovação do PTB aos moldes de Souza Naves com a saída de José Hoffmann, pode-se considerar que tal situação ensejou a entrega da sigla trabalhista em Ponta Grossa ao plutocrata Fernal por acordos com Naves.

Em 6 de maio de 1959 o periódico *A Tarde* deixava explícito a entrega do PTB aos udenistas, inclusive nomeando o “inimigo do trabalhismo em Ponta Grossa”: João Vargas de Oliveira. Com a saída de Hoffmann, diz o jornal,

O que se viu, logo depois, foi o P.T.B. princesino entregue a uma comissão de udenistas, para a sua reestruturação com elementos indicados, preferentemente, pelo deputado João Vargas de Oliveira - um dos maiores inimigos do trabalhismo, naquela cidade.³⁰⁴

A partir da saída de Hoffmann do PTB, pairou sobre o cenário político local a incerteza quanto à candidatura da histórica liderança ponta-grossense. O contexto eleitoral passou a tomar forma em meados de julho de 1959, quando os três nomes prefeituráveis começaram a monopolizar as notícias políticas dos periódicos paranaenses.

O primeiro deles, deputado estadual Eurico Batista Rosas (PSP), despontava naquele momento como o nome chancelado pela elite política, econômica e religiosa da cidade. Candidato pelo Partido Social Progressista (PSP), possuía uma coligação estratégica e inusitada, isto é, possível graças à reorganização do PTB após a saída de Hoffmann (PSP, UDN, PR, PDC e PTB). Por que inusitada? Ora, não fosse o episódio descrito acima, PTB e UDN provavelmente estariam duelando pela prefeitura e não alinhados em apoio ao mesmo candidato³⁰⁵.

³⁰³ BATISTELLA, A. A trajetória de Ailton de Souza Naves no PTB paranaense (1945-1959). **História: Questões & Debates**, Curitiba, v. 63, n. 2, jul./dez. 2015. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/historia/article/view/41490>>. Acesso em 06 mar. 2023, p. 351.

³⁰⁴ TUBARÕES e entreguistas na chapa do P.T.B. **A Tarde**, 6 mai. 1959, Curitiba. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=797596&pesq=%22Jo%C3%A3o%20Vargas%20de%20Oliveira%22&hf=memoria.bn.br&pagfis=16559>>. Acesso em 18 jul. 2023.

³⁰⁵ EURICO X JUCA HOFFMANN. **Correio da Noite (PR)**, 29 jul. 1959. Curitiba. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=830119&pesq=%22Jos%C3%A9%20Hoffmann%22&hf=memoria.bn.br&pagfis=374>>. Acesso em 25 ago. 2023.

O segundo deles, Felipe Chede, ligado ao Partido Socialista Brasileiro (PSB), comerciante e integrante do conselho deliberativo da Mansão Bezerra de Menezes (Lar dos Meninos), instituição filantrópica vinculada à Sociedade Espírita São Francisco de Assis³⁰⁶, colocava-se como alternativa viável ao grupo do favorito Eurico Rosas. O candidato do partido socialista havia disputado outras eleições a cargos legislativos: a de deputado estadual e federal com votação considerável. A recepção de seu nome no meio político local contribuiu para uma polarização ainda maior entre os setores ponta-grossenses, em especial pela pouca adesão ao terceiro candidato que procurava se firmar entre os prefeituráveis.

Ainda que conhecido e experimentado homem público, o prócer do PSD, Heitor Ditzel, não conseguia atrair grandes holofotes nem empolgar o eleitorado a respeito de sua candidatura. O escritor da “Flashes Locais” - coluna no *Jornal da Manhã* -, chegou a ter sua campanha ameaçada pelos redatores do *Correio da Noite* em 3 de setembro de 1959, quando o periódico parecia vaticinar que o candidato de José Hoffmann (Heitor Ditzel) abandonaria a disputa devido à parcela pessedista local haver aderido ao candidato Felipe Chede (PSB) numa articulação estratégica para combater a coligação em torno de Eurico Rosas³⁰⁷.

Apesar do desgaste, Ditzel não retirou a candidatura. Manter o nome do recém-reformulado diretório do PSD a disputa local parecia ser uma tarefa a ser levada a cabo, tratava-se de uma candidatura de posição, ou melhor, para marcar posição. Deve-se levar em conta que, em maio de 1959, o PSD havia reorganizado os quadros do partido na cidade. Moysés Lupion, o governador do Paraná, entregou ao ex-petebista José Hoffmann a missão de refrescar a legenda. Naquela ocasião, sacramentou-se o nome de Heitor Ditzel a prefeiturável, sendo este o responsável por enfrentar Eurico Rosas e Felipe Chede³⁰⁸.

O *Correio da Noite* voltou a trazer uma informação confusa sobre a candidatura de Felipe Chede (PSB), aproximadamente um mês antes do pleito. No

³⁰⁶ WALDMANN. Mansão Bezerra de Menezes. **Sherlock Holmes Cultura**, 16 fev. 2023. Disponível em:

<<https://www.facebook.com/photo/?fbid=10228681534534468&set=gm.5837193349736394&idorvanity=604360979686350>>. Acesso em 25 ago. 2023.

³⁰⁷ PREFEITURA DE PONTA GROSSA. **Correio da Noite**, 3 set. 1959, Curitiba. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=830119&pesq=%22Jos%C3%A9%20Hoffmann%22&hf=memoria.bn.br&pagfis=582>>. Acesso em 12 set. 2023.

³⁰⁸ REESTRUTURAÇÃO do Diretório majoritário de Ponta Grossa. **Última Hora**, 30 abr. 1959, Curitiba. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=830348&pesq=%22Jos%C3%A9%20Hoffmann%22&hf=memoria.bn.br&pagfis=1835>>. Acesso em 12 set. 2023.

breve comentário destinado aos assuntos de natureza política, o jornal dizia que José Hoffmann avaliava a campanha de Chede como em potencial de crescimento e argumentava que algumas “classes conservadoras” estavam atentas aos movimentos do candidato socialista sem, necessariamente, fazer oposição a ele. Ora, como trazido parágrafos acima, as classes conservadoras locais se mostravam propensas a apoiar Eurico Rosas (PSP); como, em curto intervalo, estariam dispostas a apoiar um político vinculado à legenda socialista (PSB)? Quais seriam essas tais “classes conservadoras” tratadas pelo *Correio da Noite*?

Vem ganhando surpreendente penetração nos meios populares pontagrossenses, nos últimos dias, a candidatura Felipe Chede ao Executivo Municipal. Por outro lado, as classes conservadoras não estão indiferentes ao fato, pois que muitos dos seus representantes não escondem sua posição favorável à mesma³⁰⁹.

Sem maiores explicações a respeito de quem seriam os tais representantes da dita “classe conservadora” dispostos a embarcar na campanha de Chede, a seção destinada a tratar a política em Ponta Grossa finaliza com a impressão de que o socialista estava, de fato, na disputa pela prefeitura - diferente de Ditzel.

A ausência de edições do *Jornal da Manhã* e do *Diário dos Campos* disponíveis para consulta em acervos, deixa uma lacuna na exploração minuciosa de como se deu a ebulição no período eleitoral de 1959, principalmente com a saída de Hoffmann do PTB e com a coligação histórica em torno de Eurico Rosas. De outro lado, a figura de Felipe Chede também acaba prejudicada pela falta de documentação jornalística que permita uma abordagem sobre a campanha de um candidato vinculado à legenda do Partido Socialista Brasileiro (PSB) com grande potencial de vitória. No entanto, a partir da documentação consultada junto à Hemeroteca e bibliografias responsáveis por apontar as redes de sociabilidades dos candidatos à época do pleito, algumas considerações podem ser feitas.

Tanto Eurico Batista Rosas quanto Felipe Chede não haviam assinado a lista da Liga Eleitoral Católica (L.E.C.) em 1954 - quando disputaram cargos legislativos. Heitor Ditzel, como discutido, apenas figurava como candidato de “posição” do PSD, logo, sem chances de fazer frente aos dois primeiros. Embora não seja possível apontar a religiosidade professada por Eurico Rosas (PSP), tampouco a de Felipe

³⁰⁹ MELHORA substancialmente a posição de Felipe Chede. **Correio da Noite**, 10 set. 1959, Curitiba. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=830119&pesq=%22Jos%C3%A9%20Hoffmann%22&hf=memoria.bn.br&pagfis=614>>. Acesso em 12 set. 2023.

Chede (PSB), uma informação elencada alhures sobre a vinculação institucional do socialista pode, em maior ou menor grau, explicar a união das elites econômicas e religiosas, a católica em especial, em torno do candidato do PSP. Integrar o conselho deliberativo da instituição filantrópica espírita, a Mansão Bezerra de Menezes (Lar dos Meninos), em certo grau, pode ter repercutido mal entre uma cidade cuja diocese se orgulhava em combater o espiritismo por meio da sua autoridade legitimada, o bispo, desde o início dos anos 1930 através das suas cartas pastorais³¹⁰. Ademais, encontrar guarida sob um partido que levava a pecha de “socialista” junto a nomenclatura não contribuía em muita coisa dadas as circunstâncias da guerra fria em voga naquele momento. Essa situação ficaria explícita quatro anos mais tarde (1963) quando Chede, novamente, tentaria o cargo executivo.

Foi numa fonte de 1963 que a costura estratégica responsável por eleger Eurico Batista Rosas (PSP) apresentou-se. Comentando sobre os nomes que disputavam a prefeitura de Ponta Grossa no pleito agendado para 1963, o *Última Hora* trouxe a seguinte guisa de conclusão:

O sr. Vicente Frare conta com o mesmo esquema que elegeu anteriormente o sr. Eurico Batista Rosas, constituído pelo poder econômico, pelo clero e pelos apoios dos deputados Amadeu Puppi, João Vargas de Oliveira e Horácio Vargas, além de prestigiamento governamental³¹¹.

Essa mesma publicação chamava a atenção para a vinculação ideológica de Felipe Chede, naquele ano (1963) concorrendo mais uma vez ao cargo de prefeito, porém, agora, pelo Partido Social Trabalhista (PST): “contra o sr. Felipe Chede recaem as acusações ideológicas, definindo-o como esquerdista. Nesse sentido, foi desencadeada violenta campanha por parte de representantes do clero e de uma associação de senhoras religiosas”³¹².

Teria havido movimento semelhante em 1959 contra Felipe Chede? Sua vinculação à uma sociedade espírita seria mais um percalço para um político que procurava se lançar “sem as bênçãos” da Igreja Católica - tal qual David Federmann ou o próprio Eurico Rosas em 1955? Graças ao fracasso no acesso aos documentos

³¹⁰ Sobre as cartas ver: ZULIAN, R. W. **Entre o aggiornamento e a solidão: práticas discursivas de D. Mazzarotto, primeiro bispo diocesano de Ponta Grossa – PR (1930-1965)**. Florianópolis, 2009. 438 f. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal de Santa Catarina.

³¹¹ PONTA GROSSA: eleições equilibradas. *Última Hora*, 5 out. 1963, Curitiba. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=830348&Pesq=%22Jos%c3%a9%20Hoffman n%22&pagfis=18105>>. Acesso em 13 set. 2023, grifo nosso.

³¹² *Ibid.*, p. 9.

jornalísticos municipais do período, a indagação, quiçá empregada em outras fontes, traga respostas.

Outro fator considerável para justificar possíveis movimentações contrárias à candidatura de Felipe Chede (PSB) recai sobre seu passado político. Na eleição de 1963 esse passado foi explorado pelo *Diário dos Campos*, contudo, a partir de linhas gerais, sem um aprofundamento. Conforme obra do historiador Thiago Possiede da Silva³¹³, Felipe Chede exerceu atividade militante junto aos comunistas no litoral paranaense por décadas, sendo, inclusive, investigado e fichado pelo DOPS. Em Paranaguá disputou a prefeitura em 1947 pelo Partido Libertador (PL), derrotado. Detido na capital paranaense por discursos subversivos em passeatas, mudou-se para Ponta Grossa em meados de 1945, cidade na qual contribuiu para a difusão e organização das ações do partido comunista sob outras legendas, pois o PCB estava na ilegalidade. Adriano Codato e Márcio Kieller³¹⁴ mencionam o nome de Chede como um dos expoentes do comunismo em Ponta Grossa, usando, principalmente, das fontes orais como produtoras e indicadoras de redes de sociabilidade entre os militantes da esquerda na época. Entretanto, como discutido por Silva, a relação de Felipe Chede com os comunistas foi marcada por conflitos, sobretudo a partir de 1950, ano em que o comerciante concorreu a deputado estadual pelo Partido Social Progressista (PSP), causando sentimento de “traição” por parte dos camaradas. Com ou sem truculências, não se pode ignorar o fato de Chede haver construído trajetória junto à militância de esquerda na cidade de Paranaguá, e tal condição constitui mais um elo de rejeição à sua candidatura a prefeito em Ponta Grossa.

É a partir do desfecho da eleição municipal de 1959 que as relações entre política e religião retomam o espaço midiático com maior força, sobretudo quando se destrincham as redes de sociabilidade dos políticos em destaque na época. Eurico Batista Rosas (PSP) e sua coligação chegaram ao poder com 9.886 votos; Felipe Chede (PSB) agregou 6.720 apoiadores; Heitor Ditzel (PSD) 2.560³¹⁵. Arthur Nadal, católico que disputou a prefeitura em 1955 pelo Partido Republicano (PR), fora eleito o único vereador pela legenda Frente Popular Cristã em 1959. Mário Braga Ramos,

³¹³ SILVA, T. E. P. da. **Entre sapatos e livros: a trajetória de um sapateiro na militância comunista em Paranaguá/PR - 1935 -1964**. Curitiba: SAMP, 2017.

³¹⁴ CODATO, Adriano; KIELLER, Márcio. **Velhos vermelhos: história e memória dos dirigentes comunistas no Paraná**. Curitiba: Ed. UFPR, 2008.

³¹⁵ PARANÁ. **Tribunal Regional Eleitoral**. Consulta de Resultados Eleitorais, 1959, Curitiba. Disponível em: <<https://www.tre-pr.jus.br/eleicoes/resultados/resultados-de-eleicoes-municipais-tre-pr>>. Acesso em 13 set. 2023.

outro católico já discutido nesta dissertação, não eleito legislador em 1955; dessa vez ascendia ao cargo de vereador, sendo o terceiro mais votado da UDN.

Teve vida efêmera a coligação antagônica que levou Eurico Rosas à prefeitura. Logo em novembro de 1959, quando a Mesa do Legislativo municipal foi eleita, João Vargas de Oliveira, o prócer da UDN, retirou o partido da base de Eurico Rosas sob a justificativa de que este não cumprira o acordo de apoiar nomes da UDN na eleição da Mesa. Os quatro cargos da Mesa foram ocupados por: João Alves Pereira (PSP) - presidente; Nicolau Ferigotti (PSD), vice-presidente; Daniel Kravchychyn (PTB), 1º Secretário e Fulton Borges de Macedo (PSD), 2º Secretário. João Vargas de Oliveira, que pretendia emplacar Mário Braga Ramos numa das funções da Mesa, rompeu categoricamente com o governo municipal ao saber do resultado do pleito. Como não bastasse perder a oportunidade de alçar Braga Ramos, constatou que nenhum udenista havia sido contemplado na ocasião³¹⁶. *A Tarde* trouxe com clareza a notícia do rompimento da coligação exitosa:

Conforme informações prestadas a nossa reportagem, teria o sr. João Vargas de Oliveira declarado que está rompida a coligação em Ponta Grossa, isto em face dos acontecimentos verificados quando da eleição da Comissão Executiva da Câmara Municipal princesina quando nenhum dos vereadores udenistas conseguiu eleger-se, uma vez que o sr. Eurico Rosas, Prefeito eleito, não deu seu apoio a esses candidatos³¹⁷.

Sobre Mário Braga Ramos, alguns jornais apontam que disputou a presidência da Câmara em 1960. Derrotado, foi consolado com o cargo de Secretário de Educação e Cultura de Ney Braga (Partido Democrata Cristão), no ano seguinte.

A partir de finais do ano de 1960, uma ilustre autoridade católica passou a figurar entre os assuntos políticos da cidade, especialmente em momentos de campanha e noutras ocasiões oportunas. Em novembro de 1960, nomeava-se o bispo coadjutor da diocese de Ponta Grossa, Dom Geraldo Pellanda. Este, sobretudo em 1963, contribuiu com a orientação eleitoral dos católicos locais.

³¹⁶ ELEITA a mesa dirigente do legislativo de Ponta Grossa. **Última Hora**, 27 nov. 1959, Curitiba. Disponível em:

<<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=830348&pesq=%22M%C3%A1rio%20Braga%20Ramos%22&pasta=ano%20195&hf=memoria.bn.br&pagfis=3810>>. Acesso em 13 set. 2023.

³¹⁷ ROMPIDA pela UDN A Coligação Que Elegeu O Prefeito Pontagrossense. **A Tarde**, 24 nov. 1959, Curitiba. Disponível em:

<<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=797596&Pesq=%22Jo%c3%a3o%20Vargas%20de%20Oliveira%22&pagfis=17640>>. Acesso em 13 set. 2023.

4.2.1 Dom Geraldo Pellanda e as notas políticas

Religioso nascido em Curitiba, Geraldo Pellanda ganhou destaque no noticiário político antes de ser nomeado bispo administrador da diocese de Ponta Grossa. Entre 1960 e 1965 atuou como coadjutor, dividindo a função com Dom Antonio Mazzarotto. Aliás, as rugas entre os dois prelados, inclusive pelo motivo da sucessão, tiveram também episódios durante a eleição municipal de 1963, em que cada um dos ilustres católicos enxergava nomes diferentes dignos do apoio do eleitorado católico. Sobre o coadjutor,

[...] Nasceu em Curitiba-PR., em 01 de setembro de 1916, e ingressou na vida religiosa no Seminário Menor dos Padres Passionistas, aos doze anos de idade. Foi ordenado sacerdote em 1939... [...] concluiu doutorado pela Universidade de Latrão, em 1959. Realizou curso de formação de opinião pública, trabalhos na Rádio Vaticano e permaneceu 4 meses nos Estados Unidos, visando conhecer o funcionamento da British Broadcasting Corporation - BBC e National Broadcasting Company - NBC. Como complemento de sua orientação geral, realizou viagens por todos os países europeus, Terra Santa, Egito, Argentina, Uruguai e Paraguai³¹⁸.

Um intelectual que, segundo o pesquisador Siderlei Nascimento, contrastava com o clero da diocese, em que padres possuíam apenas dois anos de filosofia e especialização ausente. Não à toa foi enviado a Roma para acompanhar o Concílio Vaticano II (1962-1965). Entretanto, antes de assumir as rédeas da diocese, o coadjutor colecionou discussões políticas.

Em outubro de 1961, por exemplo, numa clara demonstração de apoio ao católico ponta-grossense Mário Braga Ramos, ameaçado de queda na Secretaria de Educação e Cultura, compareceu à solenidade em favor do político e discursou em prol de sua manutenção na função. Segundo o jornal *Última Hora*, além de uma ala dissidente do PSD estadual, figuras do PDC e da UDN somado ao bispo de Maringá, Dom Jaime Luiz Coelho, estavam descontentes com os rumos da gestão Braga Ramos³¹⁹. Dom Geraldo Pellanda, por sua vez, saiu em defesa do político local, enaltecendo-o e dizendo não o canonizar por não haver feito milagres (ainda?):

O Secretário Mário Braga Ramos, está honrando Ponta Grossa. Sua permanência naquela Pasta é uma homenagem ao Povo paranaense que elegeu um governante [Ney Braga ao governo do Estado] à base de

³¹⁸ NASCIMENTO, Siderlei. A “Era Pellanda” em três atos: a Diocese de Ponta Grossa-PR durante o episcopado de Dom Geraldo Micheletto Pellanda (1962-1979). Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas) – Universidade Estadual de Ponta Grossa. Ponta Grossa, 2011.

³¹⁹ BRAGA RAMOS em Ponta Grossa: Haverá estágio (700 dias) para normalistas. *Última Hora*, 9 out. 1961, Curitiba. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=830348&pesq=%22M%C3%A1rio%20Braga%20Ramos%22&pasta=ano%20195&hf=memoria.bn.br&pagfis=12050>>. Acesso em 13 set. 2023.

promessas de que a política não interferiria na administração pública. [...] Não irei canonizar o sr. Braga Ramos, pois sabemos que uma autoridade não pode realizar milagres e nem satisfazer a todos, mas é indiscutível que o titular da pasta de Educação e Cultura no Paraná está realizando um trabalho altamente meritório e digno, principalmente na contribuição decisiva para a formação de uma juventude cristã e, por isso, sadia³²⁰.

Defender a permanência de um secretário católico junto à pasta da Educação e Cultura, além de representar um ganho para o projeto religioso no geral, ainda prestigiava a cidade de Ponta Grossa por ter um filho seu no primeiro escalão do governo estadual. Talvez essa fosse a lógica de pensamento elaborada por Dom Geraldo Pellanda.

Um ano depois, em outubro de 1962, às vésperas da eleição estadual, o colunista Silvio C. Bock, usou o espaço do *Última Hora* para denunciar as atitudes da Igreja Católica ao tratar daquele pleito. Conduta antiprogressista, censura a determinados partidos, pedido de voto para específicos, uma verdadeira confusão emanava das sacristias, segundo Bock.

Este tópico talvez devesse ser endereçado unicamente aos leitores católicos de UH. É comum a interferência da Igreja, de uma ou outra forma, no processo eleitoral, designando e condenando candidatos que porventura não satisfaçam sua linha política. Os fatos se acumulam nesta semana que precede as eleições, a ponto de provocar as maiores confusões entre os católicos e eleitores em geral, que não entendem todo esse aparato de indicações, quando, via de regra, o clero deveria manter-se isolado das lutas políticas³²¹.

A opinião do colunista a respeito do distanciamento entre política e religião parece supor mais um desejo que propriamente uma realidade factível. A Liga Eleitoral Católica, as Pastorais Coletivas, a Ação Católica, os núcleos de intelectuais, a CNBB e a própria trajetória leiga ou sacerdotal de candidatos ao longo das décadas demonstram uma retroalimentação induzida e a confecção muito clara de um projeto gestado no interior da instituição religiosa com a finalidade de ser instrumentalizado pela e na política. O autor ainda destaca cinco casos que mereciam a atenção do leitor-eleitor católico, contudo, apenas o primeiro diz respeito diretamente à diocese de Ponta Grossa. A denúncia? Uma suposta campanha efusiva contra os candidatos

³²⁰ PONTA GROSSA não espera milagres de Braga Ramos. *Última Hora*, 23 out. 1961, Curitiba. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=830348&pesq=%22M%C3%A1rio%20Braga%20Ramos%22&pasta=ano%20195&hf=memoria.bn.br&pagfis=12168>>. Acesso em 13 set. 2023.

³²¹ BOCK, Silvio. Clero e o Pleito: os pés pelas mãos. Por trás da cortina. In: *Última Hora*, 4 out. 1962, Curitiba. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=830348&pesq=%22M%C3%A1rio%20Braga%20Ramos%22&pasta=ano%20195&hf=memoria.bn.br&pagfis=15124>>. Acesso em 13 set. 2023.

do PTB na eleição estadual de 1962 manifestada por meio de folhetos distribuídos em colégios da cidade. Sem autoria declarada, esses documentos foram associados à Igreja devido à advertência (conteúdo do folheto) ser endereçada aos católicos orientando estes para que não votassem na legenda trabalhista. Petrônio Fernal, líder do PTB na cidade, decidiu interpelar o bispado nas figuras do titular, Dom Antonio e do coadjutor, Dom Geraldo.

O deputado federal Petrônio Fernal, na qualidade de delegado do PTB em Ponta Grossa, vai interpelar os bispos locais, com respeito à onda publicitária que condenou sistematicamente todos os candidatos daquela legenda. Milhares de folhetos, apócrifos, foram impressos e distribuídos em colégios, contendo a reprovação e concitando os católicos a sufragarem os nomes que não pertençam ao PTB. A interpelação do parlamentar trabalhista compreenderá dois itens interrogativos: a) - se é atitude oficial da Igreja Católica e b) - se os bispos de Ponta Grossa estão autorizados pela Igreja para divulgar a referida condenação. As perguntas serão dirigidas diretamente a dom Antonio Mazzarotto e dom Geraldo Luis Pellanda, respectivamente, titular e coadjutor da diocese³²².

O teor das respostas e a efetivação da interpelação não foi mapeada por esta dissertação. Entretanto, o flerte que Dom Geraldo Pellanda detinha para com os assuntos políticos inaugurou o ano eleitoral municipal de 1963 com divisionismo. Se o PTB foi, ou não, desacreditado pelo clero em 1962 - para as eleições estaduais -, em 1963 sabe-se que sim. Os dois candidatos católicos que interessavam à Igreja no último pleito antes do golpe de 1964, Vicente Frare e Arthur Nadal, nenhum estava vinculado ao PTB.

4.3 A ELEIÇÃO MUNICIPAL DE 1963

O ano político de 1963 começou com o *Última Hora* publicando texto assinado por Jairo Regis versando sobre uma indecisão de Vicente Frare em relação à sua campanha. Segundo o colunista, Frare estava em dúvida a respeito dos aliados que traria para o palanque, cogitando até mesmo distanciar-se de João Vargas de Oliveira, o padrinho das candidaturas da UDN na cidade, e amparar-se sob a proteção do bispo coadjutor Dom Geraldo Pellanda.

João Vargas de Oliveira, que em Ponta Grossa tem sido o grande eleitor dos candidatos a prefeito que apoia, não está perfeitamente entrosado na

³²² BOCK, Silvio. Clero e o Pleito: os pés pelas mãos. Por trás da cortina. In: **Última Hora**, 4 out. 1962, Curitiba. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=830348&pesq=%22M%C3%A1rio%20Braga%20Ramos%22&pasta=ano%20195&hf=memoria.bn.br&pagfis=15124>>. Acesso em 13 set. 2023.

campanha em favor do candidato situacionista, sr. Vicente Frare. A falta de entrosamento é originada pelo retraimento do candidato à prefeitura, que, ao que consta, pretende desligar-se dos políticos habituais e fazer sua campanha em bases de influência católica e sob a orientação do bispo d. Geraldo Luis Pellanda, coadjutor da diocese³²³.

Como será visto ao longo desta análise, tanto o bispo coadjutor quanto os políticos habituais estiveram inseridos na candidatura de Vicente Frare. No entanto, antes que a decisão fosse tomada, a pré-candidatura do católico chegou a ser ameaçada por instruções do político paulista Adhemar de Barros, que em maio de 1963, em viagem feita a Ponta Grossa, propôs uma coalizão englobando as forças da direita local para impedir o crescimento do nome de Felipe Chede, candidato do Partido Social Trabalhista (PST) vinculado à esquerda pelos adversários. O que chama a atenção é que Adhemar de Barros, líder do PSP, encarregou a Dom Geraldo a missão de dissuadir José Hoffmann, Vicente Frare e Arthur Nadal, todos católicos reconhecidos, de disputarem a prefeitura, reunindo forças em prol de um quarto nome da direita local. David Federmann e César da Rocha Milleo foram ventilados, porém, pelas cisões e impasses corriqueiros em qualquer frente política ampliada, o movimento não avançou.

Ao tomar conhecimento da situação política em Ponta Grossa (divisão da direita e crescimento da esquerda em torno do sr. Felipe Chede), Adhemar de Barros conseguiu que a decisão do PSP fosse tomada dentro de trinta dias, tempo que julga suficiente para que haja uma recomposição da direita. Depois de manter contatos com vários próceres políticos, o presidente nacional do PSP teria encarregado D. Geraldo Pellanda de promover os necessários entendimentos para retirada das candidaturas Nadal, Frare e Hoffmann em benefício de uma terceira que pudesse realmente vencer o sr. Felipe Chede³²⁴.

A manutenção das três candidaturas - Frare, Hoffmann e Nadal -, bem como a de Felipe Chede, demonstram que o projeto de Adhemar de Barros não logrou êxito. Contudo, a divisão, ou melhor, a dubiedade da opinião clerical quanto ao nome digno do voto católico se expressou nas linhas da coluna Janela Indiscreta, do *Última Hora*. O bispo titular, Dom Antonio Mazzarotto, segundo a fonte, instruía o voto dos católicos da cidade em Arthur Nadal, um “católico mais tradicional” que o seu irmão de fé Vicente Frare. Dom Geraldo Pellanda, por sua vez, segundo a mesma coluna, estava

³²³ REGIS, Jairo. Na Hora H. In: **Última Hora**, 22 fev. 1963, Curitiba. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=830348&pagfis=16280>>. Acesso em 14 set. 2023.

³²⁴ ADHEMAR procura unir as forças da direita contra Chede em Ponta Grossa. **Última Hora**, 8 mai. 1963, Curitiba. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=830348&pagfis=16861>>. Acesso em 14 set. 2023.

acompanhando os desdobramentos da candidatura de Frare, o que tornava a opinião do clero dividida:

CLERO DIVIDIDO

- Também de Ponta Grossa: o clero está dividido naquela cidade diante as eleições municipais. O bispo da diocese, Dom Antônio Mazzarotto, acredita que os paroquianos devem votar no senhor Arthur Nadal “por ser um católico mais tradicional que o sr. Vicente Frare”. Por outro lado, Dom Geraldo Pellanda, bispo coadjutor, está acompanhando de perto a campanha deste último candidato³²⁵.

Esse cenário pairou sobre a política princesina durante o primeiro semestre do corrente ano. A partir de julho, com as candidaturas sendo definidas uma a uma, o *Diário dos Campos*, sob a direção de Osiris Juraszek, depois de ser vendido por José Hoffmann, passou a circular em suas edições a campanha de Vicente Frare (UDN) através do espaço *Jornal da Vitória - A cargo do Comitê pró-candidatura Vicente Frare* (doravante *Jornal da Vitória*). Boa parte da análise realizada neste tópico parte da investigação e problematização do conteúdo explorado na mencionada coluna. A primeira publicação desta é datada de 13 de julho de 1963.

Os demais concorrentes ao pleito não tiveram oportunidade semelhante no *Diário dos Campos*, sendo, portanto, possível concluir que o referido jornal emprestava (alugava talvez) seu capital político e social ao candidato da UDN. O eleitorado alistado para o exercício democrático girava em torno de 28.227, quase 10 mil a mais que o apto ao voto em 1959 (19.960). Segundo matéria do *Diário dos Campos*, esse número não apresentou mudanças significativas em relação ao ano anterior (1962), muito em função da má campanha de recrutamento por parte do Tribunal Regional Eleitoral (TRE-PR)³²⁶.

A primeira edição do *Jornal da Vitória* procurou rerepresentar seu candidato à cidade - pois acreditava ser ele um homem de enorme prestígio entre os membros da comuna, portanto eram dispensáveis maiores cerimônias. Dada a oportunidade, deixou explícito seu escopo: trabalhar em prol da eleição de Frare ao cargo de prefeito de Ponta Grossa. Enfatizou suas qualidades “esclarecido, capaz, realizador e honesto, com uma formação cristã e democrática de que tanto carece a nacionalidade, nos dias conturbados pelos quais está passando, de tempos pra cá”³²⁷. A candidatura

³²⁵ CLERO dividido. Janela Indiscreta. In: **Última Hora**, 23 jul. 1963, Curitiba. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=171395&pesq=&pagfis=23358>>. Acesso em 14 set. 2023.

³²⁶ COLÉGIO eleitoral de P. Grossa aumentou para 28.227 eleitores. **Diário dos Campos**, 3 jul. 1963, Ponta Grossa.

³²⁷ JORNAL DA VITÓRIA. In: **Diário dos Campos**, 13 jul. 1963, Ponta Grossa.

de Vicente Frare expressou uma série de fatores, por vezes contraditórios aos argumentos por ela defendidos, contudo, fiel ao seu propósito face à trajetória do candidato. Em 1955, por exemplo, o *Diário dos Campos* noticiou os festejos a Nossa Senhora do Rosário elencando Vicente Frare como um dos integrantes da comissão organizadora do evento religioso³²⁸. Aliás, o envolvimento de Frare com quermesses não foi deixado de lado nem durante a sua campanha, fato que evidenciou ainda mais as “bênçãos” destinadas à sua jornada pública.

4.3.1 “Vote em Vicente Frare, única solução democrática, cristã e por isso inteligente para a nossa cidade”

Como praxe eleitoral, o candidato da UDN usou o espaço Jornal da Vitória para explorar as qualidades inerentes à sua intenção prefeiturável, apresentou queixas aos velhos políticos que outrora governaram Ponta Grossa, discutiu temas necessários ao dia a dia cidadão - água, esgoto, energia elétrica, asfalto. Entretanto, algumas características deram a tônica do discurso eleitoral ao longo dos meses em que a coluna esteve em vigência nas páginas do periódico como a ênfase na palavra “democrático”, o combate ao “comunismo ateu” e a recorrência a trajetória cristã católica do candidato. Pautada, também, na condição *outsider* de Vicente Frare, a campanha usou e abusou dos dizeres “candidatura apolítica e apartidária”, colocando o prócer como figura desalinhada dos interesses da velha “politicagem” e por isso unicamente comprometido com o cidadão ponta-grossense. Todavia, essa é uma clara contradição (ou estratégia) do político, haja vista sua rede de sociabilidade explícita e tradicionalmente ambientada com a arena política - João Vargas de Oliveira, Horácio Vargas, Amadeu Puppi, Mário Braga Ramos.

O candidato lapidado para os católicos havia trabalhado, quando jovem, na Ferrovia. De acordo com uma das notas propagandistas, fora servidor do 26 de Outubro (entidade ligada aos ferroviários), além de ser filho de João Frare, maquinista, inspetor de locomotivas e chefe do depósito de máquinas³²⁹. Somado ao apoio de Amadeu Puppi, católico com forte ligação junto aos trabalhadores da Ferrovia, Frare buscou disputar a hegemonia dos votos oriundos da categoria com José Hoffmann.

³²⁸ PROGRAMA da festa de N.S. do Rosário. **Diário dos Campos**, 27 set. 1955, Ponta Grossa.

³²⁹ JORNAL DA VITÓRIA. **Diário dos Campos**, 19 jul. 1963, Ponta Grossa.

A publicação número 3 do Jornal da Vitória, de 16 de julho, deixava explícito os principais pilares que sustentariam o teor da campanha.

Cidadão de conduta ilibada, com um passado de trabalho que o recomenda ao respeito de todos, o sr. Vicente Frare, **pela sua formação cristã**, será o Prefeito de que o Município tanto precisa, a fim de que, também entre nós, se forme e se fortaleça o campo político, social e administrativo para **opor-se à onda avassaladora que ameaça tanto a Pátria brasileira como a sociedade e a família na hora delicada que estamos vivendo, devido à ação dia a dia mais audaciosa dos fomentadores da desordem e da inquietude, para melhor fazer prevalecer as suas ideias extremistas**. Vicente Frare, **sem ser um político carreirista**, é um **democrata sincero e honesto**, um administrador comprovadamente eficiente e capaz, um pontagrossense que saberá, na Municipalidade, dar o devido e necessário encaminhamento aos numerosos problemas locais.³³⁰

Destaque para a formação cristã - que será motivo de discussão sobre o apoio formal do bispo coadjutor -, anticomunista, *outsider* e democrata. Em maior ou menor grau, as demais publicações de campanha no Jornal da Vitória (algo em torno de 50 edições) tiveram como base esses eixos centrais para esmiuçar o conteúdo, sempre findando com o *slogan* "Vote em Vicente Frare para que Ponta Grossa não pare" e suas variáveis. Em 18 de julho surgiu no espaço de campanha um texto com teor de indagação sobre as ligações entre Frare e o clero católico. Após narrar a dedicação do candidato no seu ramo profissional, a indústria, e lembrar sua passagem pela presidência do Asilo São Vicente de Paulo, indaga:

Candidato clerical, como foi dito? De modo algum. Absolutamente. Candidato do povo de Ponta Grossa, com o apoio das melhores forças espirituais da cidade, sim. Candidato, antes de tudo, da gente laboriosa e ordeira de Ponta Grossa, dessa mesma gente cansada de experiências inúteis e de ensaios prejudiciais. Candidato sem as cores da religião, quando esta se apresenta intolerante em relação aos demais crentes. Mas, de qualquer maneira, candidato religioso, que tem fé em Deus e no povo pontagrossense, que tem fé nos destinos de Ponta Grossa, que tem fé na ordem, na lei e sobretudo no trabalho bem organizado e melhor executado.³³¹

Algumas figuras de prestígio espiritual apareceram ao longo da campanha de Frare, não só os católicos. Vicente Barbur, à época liderança na Sociedade Espírita São Francisco de Assis, pediu apoio do udenista para que o Estado do Paraná repassasse os proventos necessários para que os serviços assistencialistas da comunidade espírita fossem continuados³³². Levy Gaertner, líder Mórmon local e candidato a vereador pelo Partido de Representação Popular (PRP), manifestou seu apoio ao candidato católico em 22 de agosto pelas colunas do Jornal da Vitória³³³.

³³⁰ JORNAL DA VITÓRIA. **Diário dos Campos**, 16 jul. 1963, Ponta Grossa, grifo nosso.

³³¹ JORNAL DA VITÓRIA. **Diário dos Campos**, 18 jul. 1963, Ponta Grossa.

³³² JORNAL DA VITÓRIA. **Diário dos Campos**, 21 ago. 1963, Ponta Grossa.

³³³ JORNAL DA VITÓRIA. **Diário dos Campos**, 22 ago. 1963, Ponta Grossa.

Esse contato com líderes das demais manifestações de fé, de fato, credenciam a resposta trazida no excerto acima sobre Frare não esboçar intolerância religiosa, ao passo que o lapida como político de todos - como o discurso de sua campanha tanto defendia. Essa “abertura” ao diálogo seria o motivo de Dom Antonio vê-lo católico menos tradicional que Arthur Nadal? Eis aí um indicador possível.

Durante o período eleitoral, muitas foram as atividades desempenhadas pelo prefeiturável da UDN junto às Secretarias de Estado do Paraná para liberação de verbas e serviços de interesse dos ponta-grossenses. Seja para a Santa Casa da Misericórdia, seja para a Sociedade Espírita, uma patrula para o distrito de Itaiacoca ou uma quantia para a escola da Cruzada São Sebastião, toda a empreitada do político era reportada e virava material de campanha. Ademais, com certa frequência, figuravam nomes de candidatos ou ilustres locais que estavam dedicados a eleger Frare o prefeito de Ponta Grossa, sempre ao final da nota introdutória sobre um tema da campanha. Em 21 de julho foi a vez de Nilton Salles Rosa, na época presidente da Câmara de vereadores, embarcar na campanha pró-Frare. Apresentado como “líder católico conceituado”, Salles Rosa foi um dos tantos nomes a estampar a lista dos apoiadores³³⁴.

O tema da caridade teve uma coluna especialmente destinada a ela no Jornal da Vitória. Segundo o candidato, Ponta Grossa era a “capital da caridade” e sua militância junto ao Asilo São Vicente de Paulo o credenciava ao combate à miséria que assolava muitos conterrâneos. O teor do discurso justificava que toda religião parte da caridade e que “assistir os desassistidos é caridade e caridade é religião elevada aos pontos mais altos a que a mente humana pode alcançar”³³⁵. Na ocasião, Frare se identificou como vicentino, roga a São Vicente de Paulo, enaltece as Conferências Vicentinas como preocupadas com a assistência aos necessitados e finda a publicação pedindo a Deus para que desperte a caridade nos demais.

A 12ª edição do Jornal da Vitória, publicada em 26 de julho, trouxe à tona o entendimento de “democracia” que emanava da campanha de Frare. Longe de qualquer teoria ou explicação embasada sobre o conceito em disputa por todos os espectros ideológicos, “democracia” estava canalizada no direto ao exercício do voto. Este, por sua vez, tratava-se da arma constitucional que o eleitor possuía para combater os maus, os politiqueiros, os não dignos da apreciação consciente. Na

³³⁴ JORNAL DA VITÓRIA. **Diário dos Campos**, 21 jul. 1963, Ponta Grossa.

³³⁵ JORNAL DA VITÓRIA. **Diário dos Campos**, 23 jul. 1963, Ponta Grossa.

sequência, a campanha mencionou Mário Braga Ramos, deputado federal eleito em 1962 pela UDN e que naquele mesmo ano estava sendo interpelado por suposto envolvimento em um dos maiores escândalos políticos do país, a corrupção eleitoral protagonizada pela Ação Democrática Popular (ADEP), braço do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD). Braga Ramos, um dos principais ideólogos da campanha de Frare, teve seu nome vinculado ao esquema e, dias depois, recebeu resposta nas páginas do *Diário dos Campos* sobre uma reportagem de Ducastel Nycz a respeito do escândalo.

Em linhas gerais, a ADEP funcionou como instrumento eleitoral conservador, anticomunista e antinacionalista em 1962, levando a cabo uma campanha em prol de candidaturas a deputado federal, estadual, senador e alguns governos de Estado fiéis a causa do IBAD - instituto esse criado em 1959 pelo empresário do *marketing* Ivan Hasslocher³³⁶. Segundo a nota “A pedido: resposta ao deputado Braga Ramos”, publicada em 3 de agosto pelo *Diário dos Campos*, o jornalista Ducastel Nycz criticava a postura de Braga Ramos a respeito de uma entrevista concedida ao mesmo jornalista ao periódico *Última Hora*. Na ocasião, o deputado federal confessou ter recebido auxílio do IBAD para ser eleito, contudo, em função da proporção que o evento tomou (CPI para investigar o investimento externo advindo dos Estados Unidos para campanhas específicas), o deputado preferiu atacar o Ducastel. Em meio a toda engenharia discursiva para atenuar a crise com o deputado católico, o jornalista enfatizava ser o político uma “vítima ingênua” do IBAD, supunha que o mesmo não sabia das relações entre a revista *Ação Democrática* (de propriedade do IBAD), o empresário Ivan Hasslocher e seus empreendimentos (como a *Promotion*) e pedia para que o político fosse à CPI apresentar sua versão aos eleitores e ao Congresso³³⁷.

O assunto da campanha abordado pelo Jornal da Vitória em 31 de julho foi um apelo à justiça social tipificado na proposta do papa Leão XIII. Dirigindo-se aos

³³⁶ Para mais informações sobre esses dois organismos, *vide*: RIBEIRO, Guilherme Leite. Uma estranha no ninho: a Ação Democrática Popular nas eleições de 1962 no Brasil. In: XIX ENCONTRO DE HISTÓRIA DA ANPUH-RIO – HISTÓRIA DO FUTURO: ENSINO, PESQUISA E DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA, set. 2020, Rio de Janeiro. **Anais** [...] Rio de Janeiro: ANPUH, 2020. Disponível em: <https://www.encontro2020.rj.anpuh.org/resources/anais/18/anpuh-rj-erh2020/1601156895_ARQUIVO_d03e686cc593988cbf1d12bc11e0ecf2.pdf>. Acesso em ago. 2023. E também: SILVA, Vicente Gil da. O Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD): contexto histórico de surgimento e trajetória de Ivan Hasslocher. In: ANPUH-BRASIL – 31º SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 2021, Rio de Janeiro. **Anais** [...] Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <https://www.snh2021.anpuh.org/resources/anais/8/snh2021/1627851446_ARQUIVO_dfc570f9b8c75bd175eacb7d4556f2c5.pdf>. Acesso em ago. 2023.

³³⁷ NYCZ, Ducastel. A pedido: resposta ao deputado Braga Ramos. **Diário dos Campos**, 3 ago. 1963, Ponta Grossa.

“trabalhadores patrícios”, Frare não se comprometia em fazer milagres, pois isso era “atributo divino”, mas se colocava ao lado da dignidade da classe obreira de mãos calejadas. Esse olhar ao necessitado, segundo a campanha de Frare, estava vinculado a sua formação cristã:

Minha formação cristã sempre orientou os meus passos no sentido de estender a mão aos mais necessitados. E vocês, trabalhadores patrícios, são extremamente necessitados, mas doutra espécie: necessitados de compreensão para os seus problemas, necessitados de estima dos que estão por cima, necessitados de amigos que pugnem pelos seus justos interesses, necessitados de melhores condições de vida para você e seus dignos familiares, necessitados de condução regular e barata. Em suma: extremamente necessitados, quase mendigos de justiça social³³⁸.

No dia seguinte, o leitor-eleitor teve contato com a publicização da estratégia de Mário Braga Ramos no quesito renovação da municipalidade legislativa. A edição número 16 do Jornal da Vitória, de 1º de agosto, argumentou que por intermédio do deputado em questão cada associação católica de Ponta Grossa escolhesse um candidato a vereador para apoiar. Dessa negociação, surgiu o nome de Deuselis Santiago Viana (UDN) como o “escolhido” da Congregação Mariana de São José, homem do comércio e “abnegado” vicentino³³⁹. Essa empreitada do deputado federal demonstra que havia uma certa preocupação com os elementos que formavam o legislativo ponta-grossense. Ao instruir comunidades católicas ao apadrinhamento de um candidato a vereador, o político almejava ampliar as chances de formar uma Câmara de vereadores autenticamente católica e solidária ao futuro prefeito também católico (Vicente Frare).

A campanha de Frare voltou ao tema do legislativo dois dias depois, em 3 de agosto. O Jornal da Vitória elencou os deveres do vereador, convocou os eleitores ao voto consciente, afirmou e reafirmou que “qualquer um não serve” e terminou o assunto colocando-se como instrutor do tal perfil apto³⁴⁰. É fato que o espaço Jornal da Vitória tinha um objetivo explícito: divulgar seus candidatos, sua rede de sociabilidade, propagar ideais de campanha e orientar o eleitor a depositar o voto em suas asseclas. Por isso, ao ler as notas argumentativas a respeito dos conceitos por ele abordados deve-se considerar as intencionalidades da enunciação. Ela possuía destinatários, possuía significados. Ou seja, ao enfatizar que “qualquer um não serve” para o cargo de vereador, o Jornal da Vitória se colocava como responsável por

³³⁸ JORNAL DA VITÓRIA. **Diário dos Campos**, 31 jul. 1963, Ponta Grossa.

³³⁹ JORNAL DA VITÓRIA. **Diário dos Campos**, 1º ago. 1963, Ponta Grossa.

³⁴⁰ JORNAL DA VITÓRIA. **Diário dos Campos**, 3 ago. 1963, Ponta Grossa.

instruir o voto do eleitor, indicando a este, nomes considerados por aquele como dignos de confiança.

Quanto à rede de sociabilidade de Frare, frei Elias Zulian foi mencionado a 4 de agosto pelo Jornal da Vitória como mais um atendido pelo prestativo prefeiturável. Segundo a nota, estava o religioso acompanhado do candidato em Curitiba para receber 200 mil cruzeiros para a manutenção das atividades assistencialistas de Zulian na região da Vila Oficinas³⁴¹. Como já citado, vários setores da cidade foram contemplados pela “ajuda” de Vicente Frare junto às Secretarias do Estado, situação que demonstrava, pelo menos na propaganda, uma penetração do udenista nas várias classes sociopolíticas locais. Mais uma autoridade católica citada pelo Jornal da Vitória foi o bispo da recém-criada diocese de Paranaguá, Dom Bernardo. Em visita feita a Ponta Grossa no mês de agosto à paróquia São José, foi recebido por Vicente Frare o qual prestou homenagens ao religioso e teceu comentários sobre as aflições do povo local³⁴². O que chama a atenção é que tal atividade não “interessava” ao eleitor, do ponto de vista de programa de governo. Por outro lado, caso a intenção fosse situar o candidato udenista dentro da rede católica, a recepção de uma ilustre figura como o bispo parnanguara atribuía um sentido positivo à campanha.

O fato de estar abraçado por diversos políticos tradicionais da cidade, trocar favores e dialogar com membros da sociedade ponta-grossense, além de ser o candidato do governador Ney Braga (outro católico destacado), contrariava o sentido discursivo da campanha de Vicente Frare que tentava o colocar como candidato “sem conchavos”. Em matéria do dia 11 de agosto, o *Diário dos Campos* deixava claro que “Nenê” Frare (apelido de Vicente Frare) teria o apoio incondicional do governador do Paraná, inclusive entoando um pedido explícito de voto ao prefeiturável³⁴³. Em 13 de agosto o apoio do governador a Frare repercutiu no Jornal da Vitória e no dia seguinte o mesmo espaço citou os incentivadores da candidatura de Vicente Frare, contrariando, mais uma vez, o mantra “sem conchavos”.

Assim, Vicente Frare não procurou ninguém para ser candidato. Foi procurado. Relutou em aceitar, mas fê-lo depois convencido, como ainda está, de que poderá ser útil ainda ao seu torrão natal, trabalhando com o decidido, valioso e desinteressado auxílio dos honrados Srs. Ney Braga, Mário Braga Ramos, João Vargas de Oliveira, Amadeu Puppi, Horácio Vargas e de outros políticos de projeção em nosso meio e cujos nomes, a seu tempo, serão declinados³⁴⁴.

³⁴¹ JORNAL DA VITÓRIA. **Diário dos Campos**, 4 ago. 1963, Ponta Grossa.

³⁴² JORNAL DA VITÓRIA. **Diário dos Campos**, 7 ago. 1963, Ponta Grossa.

³⁴³ NEY reitera apoio integral a Frare. **Diário dos Campos**, 11 ago. 1963, Ponta Grossa.

³⁴⁴ JORNAL DA VITÓRIA. **Diário dos Campos**, 14 ago. 1963, Ponta Grossa.

Além de dar destaque aos padrinhos da campanha - portanto, demonstrando seus conchavos -, o trecho acima atribuiu o caráter estranho à política de Frare colocando-o como um “abençoado”, o nome que foi vocacionado para ser o prefeito de sua comuna. A mesma edição de 14 de agosto do Jornal da Vitória concluiu:

SERVIR A PÁTRIA

De publicação aprovada pelos bispos do Brasil, datada de setembro de 1903 extraímos os seguintes tópicos. Atuais, não obstante terem sido divulgados há 60 anos: PERGUNTA: - De que modo concorreremos para a prosperidade de nossa Pátria?

RESPOSTA: - Concorreremos eficazmente para a prosperidade da nossa Pátria, se procurarmos que ela seja governada por cidadãos idôneos, respeitadores da religião e da moral...”

Eleitor: - Vote em Vicente Frare, a fim de cumprir os preceitos acima!³⁴⁵

Não à toa os termos “patriota” e “servir a pátria” foram evocados pelas candidaturas conservadoras à época. O binômio “Pátria-Religião” estudado por Riolando Azzi pode ser encontrado em diversos discursos de políticos que apelavam para a máxima de que ser brasileiro era ser católico e em caso de desrespeito à religião católica estava-se desrespeitando a própria pátria.

No bojo da Guerra Fria, a balança Moscou-Washington também se fez presente na campanha de Frare para prefeito de Ponta Grossa. Em 18 de agosto, a edição 29 do Jornal da Vitória trouxe à tona um apelo à “democracia”. Alguns trechos reproduzidos a seguir deixam explícito a tentativa de aplicar o modelo da bipolaridade geopolítica da época ao cenário municipal.

O Brasil todo assiste à mais cruenta luta ideológica, com vistas ao Poder. Não importa que seja o federal, estadual ou municipal. O que importa é que duas forças, sem dúvida poderosas, se encontram numa porfia como nunca ocorreu entre nós. De um lado, com todo o seu maquiavélico poder de seduzir, através de promessas mirabolantes, está o comunismo ateu, pronto para obter o poder por bem ou por mal, a fim de que, entre nós, seja implantado o mesmo regime sanguíneo imposto à Cuba. De outro lado, com todas as suas belas tradições de civismo e religiosidade, se colocam as forças democráticas, que desejam solucionar os problemas brasileiros pelo trabalho pacífico e honrado, sem derramamento de sangue³⁴⁶.

O sentimento de perigo iminente de um “comunismo ateu” que precisava ser combatido nas urnas, para o ano de 1963 não se aplicava aos âmbitos federal e estadual. Apenas eleições municipais estavam agendadas, pelo menos no Paraná. Por isso, pode-se deduzir que havia uma preocupação com alguma candidatura “amiga” do projeto socialista concorrendo em Ponta Grossa, nem que fosse apenas e

³⁴⁵ JORNAL DA VITÓRIA. **Diário dos Campos**, 14 ago. 1963, Ponta Grossa.

³⁴⁶ JORNAL DA VITÓRIA. **Diário dos Campos**, 18 ago. 1963, Ponta Grossa.

tão somente no campo da representação - Felipe Chede pelo Partido Social Trabalhista? A nota de 18 de agosto prosseguiu:

O povo brasileiro está sendo convocado a tomar posição, uma vez que, no caso, ninguém pode admitir indiferença, omissão ou neutralidade. A hora sumamente grave que o Brasil atravessa, impõe uma tomada de posição clara e decisiva. O meio termo não pode nem deve prevalecer em 6 de outubro vindouro. Não se trata de fantasia de nossa parte. Em 6 de outubro essas duas correntes ideológicas vão medir forças, decidindo os destinos da nacionalidade³⁴⁷.

O temor da indecisão do eleitor face às duas ideologias antagônicas tomou espaço do Jornal da Vitória em dias subsequentes. O apelo ao voto foi veementemente realizado pela campanha pró-Frare. Por meio do ato de votar estaria o “patriota servidor da pátria” defendendo a “democracia” do “comunismo ateu”.

Como dissemos, cabe ao eleitor deliberar. Se estivéssemos num país dominado pelo comunismo, a decisão seria do poder das armas. Aqui, graças a Deus, ainda cabe a decisão ao voto livre, secreto e consciente. Substituíse, como ensinava o grande Ruy, a força do direito pelo direito da força. E isso não queremos. Ninguém o deseja. Possuímos sentimento cristão forte e indestrutível, motivo pelo qual acreditamos na vitória do regime contra os que o desejam destruir³⁴⁸.

Tomado como antagônicos, comunismo significava ateísmo e fim da religião; enquanto as “forças democráticas” (sejam lá quais fossem, afinal não havia uma definição clara) representavam o civismo e a religião. Em Ponta Grossa, as ditas forças democráticas e tudo que delas decorriam, segundo a campanha, estavam na candidatura de Vicente Frare. Na mesma toada destinada aos trabalhadores, o Jornal da Vitória em 20 de agosto falou aos militares da cidade. Oportunamente, a campanha de Frare adaptou o discurso ao público alvo e findou: “com minha formação democrática e cristã, estou perfeitamente à vontade para solicitar os votos da grande e nobre classe patrocinada por Caxias e Osório, certo de que saberei, na Prefeitura, me tornar digno desses sufrágios.”³⁴⁹ Mais uma vez os conceitos “formação cristã” e “democracia” aparecem como pilares da estratégia discursiva, ainda que “democracia” e suas variáveis apareçam vagamente.

No dia seguinte, o binômio cristão-democrata é retomado pela campanha. A insistência em apregoar tal binômio sugere que, sobretudo naquela época, tais concepções estavam em disputa efervescente. Qual o intuito em justificar e reiterar continuamente tais características caso não houvesse impacto eleitoral?

³⁴⁷ JORNAL DA VITÓRIA. **Diário dos Campos**, 18 ago. 1963, Ponta Grossa.

³⁴⁸ *Ibid.*, p. 1.

³⁴⁹ JORNAL DA VITÓRIA. **Diário dos Campos**, 20 ago. 1963, Ponta Grossa.

Ninguém em sã consciência pode pôr em dúvida o patriotismo e o espírito público de Vicente Frare e da admiração e respeito que o seu nome honrado está despertando, em todas as classes sociais como um autêntico homem público. A sua conduta nesta campanha tem sido das mais exemplares. Democrata e cristão, entende o vitorioso candidato à Prefeitura que o povo pontagrossense possui o preciso discernimento, a fim de poder escolher com acerto o candidato que melhor e mais convenha ao Município³⁵⁰.

Compreendendo a cruzada ideológica que acreditava haver em Ponta Grossa, a campanha de Frare, em 22 de agosto, se dedicou aos eleitores indecisos. Tendo em vista que a democracia representava o voto, a arma constitucional para combater os maus - como sustentava o *Jornal da Vitória* -, a edição 32 apresentava aos não decididos a opção “democrática e cristã”: Vicente Frare.

Já fizemos referência, mais de uma vez, a esse eleitorado e ao assunto de novo voltamos a fim de solicitar uma opção democrática e cristã, desde que esses eleitores ainda não quiseram se definir. Não se compreende, não se explica nem se justifica, nesta altura, que alguém se mantenha alheio à luta eleitoral que se aproxima, ou que, no dia 6 de outubro vindouro, vote em branco ou deixe de votar. O momento se impõe decisão, firme e corajosa, em favor do Regime e das instituições. A grande porcentagem dos eleitores inquiridos, que ainda não se definiu, terá, em Vicente Frare, o seu candidato, desde que estejam animados do sadio propósito de dar a Ponta Grossa um administrador capaz, honesto e realizador³⁵¹.

O tom de reação ao “comunismo” apareceu não só nas mensagens de campanha de Vicente Frare. Algumas matérias do *Diário dos Campos* no ano anterior ao golpe de 1964 deixavam no ar uma necessária empreitada contra o “perigo vermelho”. Em 25 de agosto apareceu em destaque pela primeira vez um líder sindical que voltaria ao cenário midiático dias depois. Primeiro, advertindo os despreocupados; depois, cobrando retratação aos ofensores da fé católica. José B. Pontes, presidente do Sindicato dos Comerciários, teve seu manifesto de alerta divulgado pelo *Diário dos Campos*. Nele, o líder sindical fez críticas ao governo brasileiro (João Goulart - PTB), citou o presidencialismo - lembrando que em janeiro de 1963 a população escolheu o sistema de governo, presidencialismo ou parlamentarismo, saindo vitorioso aquele -, depreciando de “agitadores profissionais” os criadores do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) e afirmando estar em curso uma suposta “República Sindicalista” no Brasil. Ou seja, para Pontes, tudo isso tinha um motivo: lançar “à Terra de Santa Cruz a semente vermelha do comunismo”. O representante dos comerciários enfatizava que os agitadores pretendiam levar líderes sindicais para o movimento vermelho e que recebia frequentemente materiais subversivos e “convites contrários

³⁵⁰ JORNAL DA VITÓRIA. **Diário dos Campos**, 21 ago. 1963, Ponta Grossa.

³⁵¹ JORNAL DA VITÓRIA. **Diário dos Campos**, 22 ago. 1963, Ponta Grossa.

aos princípios democráticos”. Por fim, exigia reação dos brasileiros ao movimento que levou o caos à Cuba de Fidel³⁵².

Três dias depois, em 28 de agosto, o *Diário dos Campos* voltou a falar de José B. Fontes. Dessa vez, o líder sindical atacava a edição paulista do *Última Hora* que havia produzido uma matéria ofensiva à Nossa Senhora Aparecida. O teor da publicação não foi reproduzido pelo *Diário dos Campos*, porém, sua repercussão causou comoção na comunidade católica local e levou o assunto para a campanha de Vicente Frare.

PROVOCOU imediata reação em todo o país a nota injuriosa publicada na edição paulista do jornal *Última Hora* contra Nossa Senhora Aparecida, Rainha e Padroeira do Brasil. A Federação das Congregações Marianas de Ponta Grossa, distribuiu, ontem, manifesto à imprensa, através do qual “faz público seu desagravo e concita a todos os congregados e devotos de N.S. Aparecida a protestarem contra a ousadia de um jornal comunista que injuria sarcasticamente à Maria Santíssima, Honrada e amada pela grande maioria do povo brasileiro”. O Presidente do Sindicato dos Comerciários de Ponta Grossa, José B. Fontes também manifestou-se a respeito enviando telegrama ao Presidente da República e ao Congresso Nacional. Na mensagem o líder sindical afirma que “quatro mil comerciários católicos protestam contra a atitude anti-cristã do Jornal *Última Hora*, face injuriosa ofensa à Padroeira da Terra de Santa Cruz”. No final, solicita medidas para se redimir “tamanha calúnia”³⁵³.

As Congregações Marianas de Ponta Grossa, segundo a matéria, estavam unidas no manifesto de repúdio ao jornal *Última Hora*. Integrantes dessa mesma Congregação Mariana, da comunidade São José, em 1º de agosto, colocaram-se ao lado de um candidato a vereador, o católico Deuselis Santiago Viana (UDN), que fez 211 votos e acabou não eleito. Ao aparecer na mídia como organismo capaz de apoiar explicitamente um político e depois concentrar-se na Federação das Congregações Marianas para lançar carta de repúdio, demonstra uma certa organização e representatividade da autoridade católica junto à sociedade, afinal de contas estava em risco a integridade da devoção religiosa.

Na edição de 28 de agosto do Jornal da Vitória, a situação envolvendo o *Última Hora* foi respondida *en passant* pelo candidato Vicente Frare. Por outro lado, no dia seguinte, a reação veio por completo, ocupando toda a edição para defender N.S. Aparecida. Em 28 de agosto dizia, apenas: “POVO CATÓLICO DO BRASIL: como líder católico desta terra hipoteco minha solidariedade ao Povo Brasileiro, em

³⁵² PONTES, José B. Líder sindical alerta contra perigo vermelho. **Diário dos Campos**, 25 ago. 1963, Ponta Grossa.

³⁵³ PROVOCOU. **Diário dos Campos**, 28 ago. 1963, Ponta Grossa.

desagravo as ofensas a Nossa Senhora Aparecida, Padroeira do Brasil”³⁵⁴. Em 29 de agosto, a edição do Jornal da Vitória foi toda para a causa da padroeira, repelindo o jornal paulista e alfinetando o “comunismo ateu”. Com o título “Nossa Senhora Aparecida”:

Não apenas a consciência católica brasileira, mas também. A consciência religiosa do Brasil, receberam, estarrecidas, o pronunciamento do jornal “Última Hora”, contendo referências sarcásticas à Nossa Senhora Aparecida, venerável e adorável Padroeira do Brasil. Vicente Frare está profundamente consternado com o acontecimento não só como filho da generosa terra de Santa Cruz, como, especialmente, na qualidade de religioso e líder católico pontagrossense³⁵⁵.

Prosseguiu a publicação enaltecendo a veneração à padroeira e mencionando que o respeito a sua imagem perpassava o catolicismo, atingindo a própria pátria uma vez que N.S. Aparecida tratava-se da protetora dos brasileiros. Depois, avançou para a crítica ao jornal e aos “comunistas”.

Não se pode compreender e muito menos explicar um procedimento dessa natureza. Unimo-nos, assim, a comunidade pontagrossense, na sua repulsa ao triste episódio, que dá bem uma ideia do que seria esta República se tivéssemos a infelicidade de ver triunfarem os métodos com que certa corrente de opinião - reduzida graças a Deus! - costuma tratar os sentimentos religiosos do nosso povo. Estamos inteiramente solidários com a tristeza de nossa gente ao ver Nossa Senhora Aparecida maldosamente tratada. A injúria atinge toda a população. O Brasil todo foi agredido brutalmente na sua crença e no seu respeito a generosa Senhora dos Mundos, fonte inesgotável de amor, manancial perene de paz, conforto e consolo para todos. Acreditamos estar com a totalidade de nossa população, repelindo a insólita atitude de “Última Hora”³⁵⁶.

Embalado pelo assunto do momento, Frare usou o espaço do Jornal da Vitória, edição número 37, para justificar seu anticomunismo. O maniqueísmo “bem contra o mal”, “falsos cristãos”, “comunistas antirreligiosos”, “bolchevização do país” foram usados pela publicação para alocar os supostos comunistas ao lado do perigo, do que precisava ser combatido.

A posição de Vicente Frare, em face do comunismo, não foi tomada agora, depois de haver sido feito candidato à Prefeitura Municipal pelas forças democráticas locais. Com sua formação nitidamente cristã, desde longos anos Frare se mantém como soldado em luta constante contra o bolchevismo ateu, desfibrilador de homens e despersionizador de indivíduos. É anti-comunista por convicção e não por conveniência ou interesse. E pensa assim porque sabe, perfeitamente, que a pior coisa que podia acontecer ao Brasil e aos brasileiros seria a bolchevização do País. Estaríamos negando nosso passado, aviltando o nosso presente e sepultando o nosso futuro. Estaríamos trabalhando contra os nossos filhos. Estaríamos trabalhando contra a Religião. Estaríamos trabalhando contra o que de melhor e mais sadio pudemos construir em nossa Pátria, sob as bênçãos do Cruzeiro do Sul, ao

³⁵⁴ JORNAL DA VITÓRIA. **Diário dos Campos**, 28 ago. 1963, Ponta Grossa.

³⁵⁵ JORNAL DA VITÓRIA. **Diário dos Campos**, 29 ago. 1963, Ponta Grossa.

³⁵⁶ *Ibid.*, p. 1.

longo desses anos de lutas cruentas em favor das liberdades públicas, em favor das instituições democráticas³⁵⁷.

O mantra de que o patriota não podia nem mesmo cogitar se ausentar da luta eleitoral em prol das “forças democráticas” contra o “comunismo ateu” sucedeu ao aviso quanto aos “moscovitas” oportunistas, que mentiam até mesmo sobre a religião para garantir votos.

Costumam os moscovitas baralhar tudo, vestir pele de cordeiro, dizer-se cristãos, elogiar as últimas encíclicas e prometer ao povo solução para todos os seus problemas. Cuide-se nossa gente dessas aves de mau agouro. Cuide-se nossa gente dos que não desistem, mas persistem no erro, na fraude e no embuste. Cuide-se nossa gente desses profetas de última hora, surgidos às vésperas de eleições com o propósito de caçar votos com as armas, tão suas conhecidas, da mentira e da falsidade³⁵⁸.

Todo esse cenário anticomunista local está circunscrito ao cenário bipolarizado da Guerra Fria, que por sua vez, estava vinculado às operações encobertas dos Estados Unidos nos países da América Latina feitas através da agência de inteligência norte-americana. O teor de batalha contra o “perigo vermelho” que pôde ser percebido durante a campanha eleitoral municipal reproduzia os embates em âmbito nacional a respeito das guinadas populares de João Goulart (PTB). Na esfera local, talvez o receio do sucesso eleitoral de Felipe Chede (PST), segundo colocado em 1959 e aliado do Partido Socialista Brasileiro (PSB), pudesse canalizar esse sentimento antiesquerda da candidatura Frare.

A última edição de agosto do Jornal da Vitória foi um apelo “aos democratas”. O sentido do discurso foi o mesmo adotado até então. Pediu-se voto em vereadores cristãos para se compor uma legislatura cristã, convocou-se os eleitores à luta constitucional contra os “comunistas ateus” (chamados de “vermelhos”). O alerta veio por meio de um exemplo: o governo de Pernambuco, segundo a campanha de Vicente Frare, “bolchevizado com Miguel Arraes”³⁵⁹. Em 1962, Miguel Arraes venceu a eleição para governador de Pernambuco pela legenda do PST (apoiado por membros do Partido Comunista). Como em Ponta Grossa Felipe Chede disputava o pleito pela mesma legenda trabalhista, pode ter havido um movimento contrário a este por meio da associação. Dessa forma, evitar a “bolchevização” de Ponta Grossa era evitar o êxito de Chede. E cogitar a sucessão da prefeitura ponta-grossense ao candidato do

³⁵⁷ JORNAL DA VITÓRIA. **Diário dos Campos**, 30 ago. 1963, Ponta Grossa.

³⁵⁸ JORNAL DA VITÓRIA. **Diário dos Campos**, 30 ago. 1963, Ponta Grossa.

³⁵⁹ JORNAL DA VITÓRIA. **Diário dos Campos**, 31 ago. 1963, Ponta Grossa.

PST não pode ser considerado algo impensável, haja vista que alguns comentaristas políticos à época diziam que no início das campanhas Chede estava bem cotado:

COMENTANDO - um conhecido jornalista comentava ontem, no Restaurante Cascatinha que “se as eleições se realizassem no começo do mês passado [agosto], ganharia o Felipe; e se realizassem no começo deste mês [setembro], ganharia o Juca; mas como serão realizadas no começo do próximo [outubro], e diante do trabalho desenvolvido pelo Frare acho que a vez é do Nenê mesmo”. Uma voz lá do fundo: “Só o Nadal é que não tem vez”³⁶⁰.

Segundo a coluna “Política em cima da hora”, do *Diário dos Campos*, o declínio eleitoral de Felipe Chede esteve ligado ao episódio do jornal *Última Hora* e às ofensas à N.S. Aparecida. Segundo o excerto:

ESVAZIAMENTO: - A grande penetração da candidatura de Vicente Frare provocou quase total esvaziamento das possibilidades do sr. Felipe Chede. Diz-se que a concentração católica em desagravo à Nossa Senhora de Aparecida, realizada há duas semanas, foi a principal causa de seu declínio eleitoral³⁶¹.

A situação ideológica de Felipe Chede, segundo o jornal *Última Hora* paranaense, motivou campanhas por parte do clero ponta-grossense e por parte de senhoras religiosas da cidade contra seu nome. Conforme já citado em tópico anterior nesta dissertação, a aliança política de Chede, que 1959 tinha o Partido Socialista Brasileiro (PSB) e o Partido Social Trabalhista (PST), e que em 1963 estava concentrada apenas neste, gerou preocupações nas classes conservadoras da cidade. Se, por um lado, os grupos religiosos prejudicavam o nome de Chede; por outro, referendavam o nome de Frare³⁶². A respeito da associação de mulheres cristãs que rejeitava Felipe Chede, pode-se concluir que tratava-se da mesma que publicizou manifesto em favor de Vicente Frare, chegando a organizar um comitê feminino a partir de fins de setembro de 1963.

O manifesto das mães, das filhas e das esposas, enfim, de “todas as mulheres ponta-grossenses”, dizia-se “submissa ao sentimento cristão que norteia a família brasileira”, e ocupou a página do *Diário dos Campos* pela primeira vez em 25 de setembro. Colocava-se ao lado dos princípios democráticos e pretendia fazer valer o direito ao voto e a decisão política garantida às mulheres pela Carta Magna. Segundo o manifesto, mesmo afastadas durante muito tempo da política, as mulheres sentiram

³⁶⁰ A POLÍTICA em cima da hora. *Diário dos Campos*, 27 set. 1963, Ponta Grossa.

³⁶¹ A POLÍTICA em cima da hora. *Diário dos Campos*, 15 set. 1963, Ponta Grossa.

³⁶² PONTA GROSSA: eleições equilibradas. *Última Hora*, 5 out. 1963, Curitiba. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=830348&Pesq=%22Jos%c3%a9%20Hoffman n%22&pagfis=18105>>. Acesso em 13 set. 2023, grifo nosso.

na pele e no dia a dia o resultado dos maus administradores públicos e por isso estavam dispostas a tornar explícita a opinião sobre o pleito que se avizinhava. Na opinião desse grupo de mulheres, Vicente Frare reunia todas as qualidades que a prefeitura precisava, por isso, a sociedade local deveria pugnar o católico como prefeito.

Após o exame seletivo que fizemos dos candidatos, concluímos que Ponta Grossa precisa de um administrador verdadeiro, de um homem que seja pois extremado e de coração bondoso, de um prefeito que jamais tivesse possuído dependências políticas para bem gerir a coisa pública, de um cristão que não traga na sua alma nenhum recalque, nenhum rancor e nenhum ressentimento moral. Trata-se do sr. Vicente Frare, que deverá ser eleito em 6 de outubro por todas as mulheres de Ponta Grossa³⁶³.

Uma série de nomes femininos assinavam o primeiro manifesto³⁶⁴. Por pelo menos mais duas vezes o manifesto circulou junto ao *Diário dos Campos*, conquistando mais assinaturas³⁶⁵. Em 27 de setembro, novas assinaturas foram incorporadas ao manifesto, além de ser criado um comitê feminino favorável à eleição de Vicente Frare na região da Vila Palmeirinha³⁶⁶. O comitê ficou constituído por uma

³⁶³ MANIFESTO das mulheres pontagrossenses pela candidatura de Vicente Frare. **Diário dos Campos**, 25 set. 1963, Ponta Grossa.

³⁶⁴ Assinavam em 25 de setembro: Iraí de Jesus Vieira, Elba Pinheiro, Edla Pinheiro, Antônia Barbosa, Lindalva Barbosa, Maria Leonel, Hilda Marcoski, Edil Scheiffer, Venina Pereira, Neuza Pereira, Fátima do Carmo Ferreira, Iza Slanik, Lúcia Mendes, Antônia Kulka, Amélia Gonçalves, Augusta Zank, Helena Gonçalves Fresank, Ermínia de Oliveira, Roseli Oliveira Fresank, Maria Aparecida Pereira, Isolina Pereira, Odete Maicoski, Cirene Pereira, Marlene Araujo, Alzira Maria Coelho, Artlete Martins Coelho, Valdevina de O. Santos, Orlandina Madureira, Araci Barbosa Santos, Hilda Zambroski, Neuza Maria Inácio, Vera Lucia Taques, Izaura Marques, Terezinha Diniz, Célia Gonçalves, Vilva Garcia, Altiva Requer, Benedita Mendes de Araujo, Lídia Gomes, Rofina Mendes de Lima, Zélia I. Ribas, Isabel Ribeiro, Marilda Cunha, Anízia Costa, Eva Goulart, Verônica de Santti, Natalia de Santti, Hilda Camargo, Eloina de Rossi, Diva de Rossi, Durvina da Costa, Sibeia Zurki, Dirce Vorubi, Adélia Cogo, Avani Ribas, Eida Ribeiro, Iara Cuppi, Jandira Cuppi, Ivone Lopes, Neuci Lopes, Ivone Martins, Maria Gessi Kappi, Alida Castro, Araci Portela, Laurinda Ferreira, Alaíde Malaquias.

³⁶⁵ Em 26 de setembro, assinavam as seguintes mulheres: Adélia Corrêa, Judith Corrêa, Maria Olimpia Corrêa, Francisca Betin, Silvia Betin, Vilma Cazazo Betin, Geni Carvalho, Lourdes Silva, Susana de Paula, Sueli Terezinha Carvalho, Dilma S. Carvalho, Elzi Xavier, Geni de Jesus Fogaça, Anésia Betin, Clair Ribeiro, Clara Ribeiro, Luísa de Lima, Sandra Raquel de Lima, Hilda Ferreira de Lima, Zeli S. Delgado, Nilza Fragozo Betin, Juvenil Soares, Evilázia Fragozo Betin, Maria de Lourdes Fogaça, Amélia Ferreira, Castorina Santos, Terezinha Vieira, Helena Valentin, Djanira Valentin, Iolanda Xavier, Ednéia Xavier, Rozilda de Souza, Enecir Xavier, Edith Chule, Ema Schenaider, Cecília Manair, Adelaide Lopes, Maria Mendes, Maria Noêmia Gonçalves, Lenir Starte, Durvalina Veiga Kister, Adil Coelho, Ivone Ribas Bueno, Vani Valentim, Maria Pinheiro Silva, Ruth de Paula, Josefa Krul, Terezinha Krul, Castorina de Moura, Helena de Moura, Dirce de Almeida, Maria Galvão, Luís Antunes, Ida Cercal, Júlia Baranoski, Elza de Santti, Júlia Koslik, Neiva Koslik, Luísa Koslik, Eliza Sampaio, Neusi Lopes, Vicentina Martins, Janeth Pires, Ilair Rocha, Clóris Abib, Ana Zimoski, Elfrida Pozoski, Joana Pozoski, Ester Altechez, Maria Penteado, Zeni Ribas, Gilze Penteado, Ester Penteado, Maria Moura, Sônia Pozoski, Maria Fidelis, Circe Mendes, Neuza Mendes, Helena Andrade, Josefa de Oliveira, Zeni Mendes, Leopoldina Pelik, Albani Ferreira, Enori Vaz, Iolanda Moraes, Amélia Moraes, Mirtes Kochinski, Sofia Gracinski, Laura Bongor, Eleani dos Anjos, Eleaci dos Anjos, Augusta Souza, Tereza Fiaroski, Maria Venetik, Helene Matozo, Alcione Alves, Lourdes Vaz.

³⁶⁶ As assinantes de 27 de agosto foram: Ivany Burcoski, Marlene Santos, Geni de Souza, Gelei de Souza, Lourdes Santana, Antonia de Souza, Dirceia Santos, Rozelmira Valentim, Sheila Rosi Iansen,

presidente de honra - Adelaide Borgo, uma presidente - Etelvina Vaz Berlintes, uma vice-presidente - Nair Beraldo, 1ª secretária - Ieda Scheunemann, 2ª secretária - Terezinha Diniz, 1ª tesoureira - Ana Ecilda Galvão, 2ª tesoureira - Maria Camargo, 1ª oradora - Aurea Bueno e 2ª oradora - Elvira Soares³⁶⁷. A inserção das mulheres na campanha de Frare, sobretudo a partir da perspectiva de “senhoras religiosas”, reforçava o apelo à postura cristã da campanha do candidato “honrado e da família”. Foi esse ritmo que o Jornal da Vitória empregou durante as publicações do mês de setembro.

No primeiro dia de setembro, a edição 39 do Jornal da Vitória procurou enaltecer o perfil “cristão e democrático” do seu candidato, sustentando que não atacaria supostos adversários - ainda que estivesse sendo provocado por um deles. Nessa mesma oportunidade, dedicou-se a explicar as vantagens em votar no “candidato religioso”. Embora não cite o nome de Vicente Frare, a publicação, devido ao histórico do udenista, falava do mesmo, sem contar que o assunto foi tratado em seu espaço de campanha. O teor da enunciação era o bem *versus* o mal, ou seja, o eleitor deveria considerar os bons candidatos religiosos em detrimento aos não religiosos.

Confia-se mais no indivíduo que alimenta uma crença, que pratica uma religião, que acredita em Deus e procura, durante a sua vida pública e particular, pôr em prática um mínimo que seja do que a religião ensina. Desconfia-se de quem não tem crença, de quem descrê de Deus, de quem não alimenta ideias e princípios religiosos. O homem religioso não é um homem só. Está acompanhado, e bem acompanhado, pelos sábios e salutarens ensinamentos divinos. Tem, antes e acima de tudo, respeito a Deus, aos outros e a si mesmo. Por isso mesmo, procura ser honesto e prestativo. Solidário e altruísta. Ao contrário do anti-religioso, que só crê em si próprio. Por isso, é egoísta e mau. Seus sentimentos são formados por sua descrença. É um homem despreparado, porque não acredita nos legítimos valores humanos. Não tem esperanças, porque sua vida é casulo onde apenas ele cabe³⁶⁸.

Percebe-se uma estratégia de conduzir o eleitor para o caminho pretendido tanto pelo prefeiturável quanto pelo projeto do deputado Braga Ramos: catolicizar o

Eunice Cogo, Adília Cogo, Maria Ribeiro, Anita Franquim, Ana Maria Franquim, Ilza de Fátima, Amélia Camilo Bechert, Nadia Kostich, Valdelira Justus, Hilda de Oliveira Batista, Maria Joana Pasqueber, Laura Soares, Lindamir de O. Veiga, Jaira Almeida, Delair Marcondes, Maria Santos, Joaquina Batista, Neuza Maria Marcos, Lizete Domingues, Maria do Carmo Souza, Delair Stremel, Ana Ecilda Galvão, Isolde Galvão, Sueli de Mello, Djanira Valentim, Iracema de Lourdes Silva, Gladis Oliveira, Ilair Stadler, Elisa Souza Soares, Tereza Dubiela, Carilda Gomes, Eloyna Meira Martins, Otilia C. Stalchidt, Ondina Vieira de Camargo, Iraí de Jesus Camargo, Margarida Morais, Júlia Gomez, Helena Marticosk, Joana Martins, Alda de Jesus Souza.

³⁶⁷ COMITÊ feminino pró-eleição Vicente Frare. **Diário dos Campos**, 27 ago. 1963, Ponta Grossa.

³⁶⁸ JORNAL DA VITÓRIA. **Diário dos Campos**, 1 set. 1963, Ponta Grossa.

legislativo ponta-grossense em 1963. Ora, o “candidato religioso” está subordinado aos ensinamentos da Igreja e por isso é fiel ao programa por ela estruturado. Desse modo, ao votar nesse perfil de homem público, o eleitor tinha a garantia de levar à representação um nome condizente com a confiança da religião - e que, de certa maneira, compactuava com sua forma religiosa de pensar e agir no mundo.

Em 5 de setembro a campanha voltou a instruir o voto. Nota-se uma preocupação eufórica com o “bolchevismo” em Ponta Grossa. “Liberdade” e “administração” estavam antípodas ao “comunismo impiedoso e cruel” que findaria com a liberdade local e poria em maus lençóis a administração da cidade³⁶⁹. Desse dia em diante, o jogo eleitoral se estreitava, haja vista o período de um mês para a ida às urnas.

O Jornal da Vitória passou a partir de setembro, ao lado dos textos, a contar com fotografias dos eventos de campanha de Vicente Frare - comícios, reuniões com lideranças, falas públicas, entre outros. Em 10 de setembro, tornou-se conhecida pelas linhas da edição 44 do Jornal da Vitória a participação do candidato da UDN na festa de Nossa Senhora da Luz e do Divino Espírito Santo no distrito de Guaragi. Além da presença junto ao evento da comunidade católica do distrito princesino representar, por si só, uma penetração do político num espaço religioso, a campanha ainda divulgou que realizou doações de prendas, *chopp*s, cervejas e churrasco para que fossem comercializados pela comissão de festejo com intuito de arrecadações em prol das obras da Igreja: “O leilão apresentou um resultado surpreendente, bastando dizer-se que uma prenda oferecida pelo nosso comitê foi arrematada pela importância de 7 mil cruzeiros”³⁷⁰. Na mesma publicação, a campanha aproveitou para divulgar ao eleitor o nome de Edison Raicoski, comerciante e jovem líder católico que aspirava uma vaga na Câmara dos vereadores.

A condição de “candidato religioso” voltou à tona quando, em 11 de setembro, o Jornal da Vitória tentou desvincular, mais uma vez, o nome de Frare dos conchavos eleitorais comuns. Não nega ser apoiado por “eminentes políticos pontagrossenses”, mas se recusa a ter com eles conchavos político-partidários - registre-se que estavam orbitando a UDN. Fiel na consciência do eleitor, acreditava Frare que o êxito estava cada vez mais próximo:

aceitando, com humildade e invocando o santo nome de Deus, a tutela do povo livre e valoroso de sua terra natal, Vicente Frare acredita que está muito

³⁶⁹ JORNAL DA VITÓRIA. **Diário dos Campos**, 5 set. 1963, Ponta Grossa.

³⁷⁰ JORNAL DA VITÓRIA. **Diário dos Campos**, 10 set. 1963, Ponta Grossa.

bem apoiado e prestigiado e, sobretudo, e certo de que esse mesmo povo não o decepcionará em 6 de outubro vindouro³⁷¹.

Oportunamente, a campanha de Vicente Frare se municiava da possibilidade de arrependimento dos eleitores para conquistá-los. Usava e abusava da profissão religiosa majoritária entre os locais para apresentar o nome que os representaria na prefeitura. Foi assim que surgiu em 18 de setembro, na edição 51 do Jornal da Vitória, a sentença: “Vicente Frare, para que seja instalado, entre nós, um governo sereno e cristão, um governo realizador e honrado, um governo inteiramente voltado e dedicado aos altos e sagrados interesses do povo”.³⁷² A coluna *A política em cima da hora*, do mesmo dia, representou entre seus assuntos a leitura que a comunidade pontagrossense, aparentemente, estava fazendo sobre o nome do prefeitável da UDN. “SLOGAN RECENTE - Um novo “slogan” foi largado no bairro de Palmeirinha, por popular, no calor de uma discussão. Dizia o cidadão: “Ponta Grossa só vai prá frente se houver dois fatores: “que Deus nos ampare, e na Prefeitura, FRARE!”³⁷³.

O bairro Palmeirinha, citado pela coluna do *Diário dos Campos* como lugar em que o *slogan* pró-Frare surgiu, foi também a região em que o comitê feminino em favor do candidato da UDN nasceu. Pode-se deduzir que a mencionada localidade tratou-se de um provável reduto eleitoral de Vicente Frare, pelo menos no que se refere à divulgação e representação de seu nome entre os residentes.

Nas derradeiras publicações, a campanha de Frare procurou reafirmar seus distanciamentos para com os conchavos político-partidários, reforçou sua trajetória não politqueira e elencou sua única aliança: o povo. Esse discurso não deixou de ser uma crítica aos seus opositores, em especial a José Hoffmann, que após ser eleito prefeito de Ponta Grossa, em 1955, renunciou ao cargo para ser deputado estadual.

Vicente Frare está assumindo compromisso tão somente com os pontagrossenses. indistintamente, sem qualquer cor política, social ou religiosa, para que realize uma administração sadia, construtiva e capaz, por isso mesmo, de dar solução aos problemas locais³⁷⁴.

Embora sustentasse ser candidato de todos, sem grupo, sem classe e sem religião preferida, sabe-se, conforme explorado até aqui, que Vicente Frare esteve vinculado à elite católica e aos grupos conservadores locais. Ser representado como

³⁷¹ JORNAL DA VITÓRIA. **Diário dos Campos**, 11 set. 1963, Ponta Grossa.

³⁷² JORNAL DA VITÓRIA. **Diário dos Campos**, 18 set. 1963, Ponta Grossa.

³⁷³ A POLÍTICA em cima da hora. **Diário dos Campos**, 18 set. 1963, Ponta Grossa.

³⁷⁴ JORNAL DA VITÓRIA. **Diário dos Campos**, 20 set. 1963, Ponta Grossa.

um “democrata”, como um administrador sem preferências por este ou aquele grupo, tratava-se de uma estratégia eleitoral e propagandista, uma conduta viabilizadora.

4.3.2 “Cinco razões para que elejamos Vicente Frare Prefeito Municipal”

A partir do momento em que a publicação da campanha de Vicente Frare através do Jornal da Vitória encerrou o expediente, o próprio *Diário dos Campos* assumiu a responsabilidade de levar ao público eleitor os finalmentes do movimento eleitoral pró-Frare. Em 23 de setembro, foi divulgada matéria enaltecendo a conduta patriótica, cívica e cristã da campanha de Vicente Frare, inaugurando uma série de publicações nas páginas do periódico a respeito de “como votar corretamente”³⁷⁵.

A 27 de setembro, surgiram as “cinco razões” para votar em Frare. Todas as cinco razões já haviam sido debatidas e divulgadas ao longo da campanha, sendo, portanto, uma publicação de síntese, ou seja, um reforço das principais pautas e das principais características que o Jornal da Vitória apresentou ao eleitor durante sua circulação. O que chama a atenção na referida matéria do *Diário dos Campos* é o teor de crítica à situação do Brasil, segundo o periódico, administrado erroneamente e repetindo crises sistemáticas. Por isso, caberia ao eleitor dar o recado no pleito municipal começando o processo de renovação que chegaria ao topo da nação. Quanto aos motivos que justificam Frare na prefeitura, destaque para o terceiro:

- 1.a - É um candidato apertidário e apolítico, sem compromissos com grupos ou indivíduos;
- 2.a - É administrador esclarecido, capaz e honrado;
- 3.a - É cidadão pontagrossense, digno e cristão, perfeitamente a par dos nossos problemas;**
- 4.a - Governará por quatro anos, não fazendo a Prefeitura trampolim para carreira política; e
- 5.a - É trabalhador e conta com o apoio decidido do Governador do Estado, para dar solução justa e urgente aos mais importantes problemas locais, especialmente o de água e esgoto e o de extensão da iluminação pública e particularmente para todos os bairros³⁷⁶.

Wilson Rocha, candidato a vereador pela UDN, teve uma de suas manifestações a favor de Vicente Frare transmitidas em uma emissora da cidade, transcrita para o *Diário dos Campos*. Publicada em 1º de outubro, a mensagem que pedia renovação nos quadros políticos e criticava os gestores do Brasil à época

³⁷⁵ PROSEGUE, vitoriosa, a campanha cívica de Frare. **Diário dos Campos**, 23 set. 1963.

³⁷⁶ CINCO razões para que elejamos Vicente Frare Prefeito Municipal. **Diário dos Campos**, 27 set. 1963, Ponta Grossa, grifo nosso.

convocou os eleitores para dia 6 do corrente encamparem uma “cruzada de recuperação dos costumes políticos”. A situação enfrentada pelo país “[...] no íntimo, todos os homens de bem, cristãos e patriotas sinceros, nos revoltamos com esses fatos quotidianos que presenciamos, de irresponsabilidade pública, de corrupção administrativa, de leilão de cargos e consciências”³⁷⁷, e a solução estava no critério, na responsabilidade do voto. Esse voto consciente transformaria em “gigante” o cidadão comum, que ao votar “bem” zelaria pela integridade moral da vida, da família, da pátria, de seus conterrâneos e “perante Deus”. Uma das preocupações presente na explanação do candidato e orador Wilson Rocha, também tomou parte das advertências da campanha de Frare: instruir o eleitor a votar “com a razão” e não com o “coração”, ou seja, em “bons candidatos” e não em amigos.

José B. Fontes, presidente do Sindicato dos Comerciários de Ponta Grossa, apareceu em 1º de outubro para conceder entrevista ao *Diário dos Campos* sobre seu candidato a prefeito, o “democrata”, “cristão” e “honesto” Vicente Frare. Essas três características justificavam o voto do sindicalista em Frare, que foi além, lembrando que o apoio de Ney Braga, governador do Paraná, seria outro importante motivo.

“Quando há quatro anos”, continuou o líder sindical dos comerciários, “cheguei a Ponta Grossa, o conheci como autêntico cristão, uma pessoa que não negava auxílio para ninguém, embora não pensasse em ser candidato, naquela época ao governo Municipal. Desde aquela data, até o momento nunca fiquei decepcionado com o Sr. Frare. Continua sendo o mesmo cidadão de antes”³⁷⁸.

Fontes continuou descrevendo o perfil do candidato e afirmou que “o sr. Vicente Frare possui todas as qualidades para ser um bom Prefeito para Ponta Grossa. É um homem de conhecidos princípios democráticos e cristãos, não se nega a conversar com qualquer pessoa, por mais humilde que ela seja”³⁷⁹. Mais uma vez as palavras “democracia” e “cristão” aparecem como condições dignas de voto, demonstrando a importância que tais valores detinham naquele cenário.

Outro tipo de material que passou a circular no *Diário dos Campos* a partir de 1º de outubro até a véspera da eleição foi o quadro “instruções para 6 de outubro: aprenda a votar corretamente”. Oito tópicos devidamente esmiuçados e com intuito de direcionar o voto do eleitor tornaram-se públicos no momento decisivo das

³⁷⁷ ROCHA, Wilson. Porque vou votar em Vicente Frare. **Diário dos Campos**, 1 out. 1963, Ponta Grossa.

³⁷⁸ PONTES, José B. A eleição de Frare significará era de progresso para P. Grossa. **Diário dos Campos**, 1 out. 1963, Ponta Grossa.

³⁷⁹ *Ibid.*, p. 1.

campanhas. Quatro deles procuravam justificar o perfil do candidato que não merecia o voto; três detalhavam o perfil do candidato digno e um transferia a responsabilidade da orientação do voto aos patrões, médicos, comerciantes ou sacerdotes. Ou seja, sujeitos que tinham “mais a perder com um mau governo” do que a gente simples³⁸⁰. Dentre os tópicos, o dois, o quatro e o seis, chamam a atenção pela maneira explícita de tratar os respectivos temas: “não vote em comunista” (dois); “não vote em candidato populista” (quatro); “vote em candidatos encomendados pela sua Igreja” (seis). Este, encontrava-se em consonância com a campanha de Vicente Frare, tanto pela sua trajetória católica quanto pela rede de sociabilidade na qual estava inserido o udenista. Os demais pontos da publicação traziam conteúdos mais genéricos, mesmo assim muito significativos sobre qual o perfil político agradava o *Diário dos Campos*:

INSTRUÇÕES PARA 6 DE OUTUBRO: APRENDA A VOTAR CORRETAMENTE

1o - NÃO VOTE A PEDIDO DE NINGUÉM - Vote pela sua consciência e não para agradar a algum parente ou amigo;

2o - NÃO VOTE EM COMUNISTA - Ninguém aparece abertamente como comunista, mas sempre disfarçado. Você os pode conhecer pela linguagem deles. Falam de socialismo e de capitalismo, de monopólio estatal, de Fidel Castro, dos monopólios estrangeiros, de capital colonizador, de funcionalismo, de camponeses, e ligas camponesas. Quem fala muito nestes assuntos e com estes termos é quase certo que seja comunista ou influenciado por comunistas.

3o - NÃO VOTE EM QUEM PROMETE MUITO - Quem promete demais, não pretende dar nada. É egoísta. Está pensando só em si.

4o - NÃO VOTE EM CANDIDATO POPULISTA - Este é o candidato que anda se exibindo como homem do povo em mangas de camisa, na hora em que devia estar de paletó e gravata, que fala às vezes linguagem de gíria e diz sempre que é amigo do povo, que é trabalhador mas nunca trabalhou no duro. Geralmente são os politikeiros que apenas sabem politicar e vivem do trabalho dos outros. São, não raramente, os profissionais da política. Esta espécie de candidato é geralmente perigosa, não tem linha, não tem escrúpulo.

5o - VOTE EM GENTE SENSATA - O bom-senso é indispensável para dirigir ou governar. Só instrução não basta.

6o - **VOTE EM CANDIDATOS ENCOMENDADOS PELA SUA IGREJA - Cuidado com os religiosos de última hora. Há muito tempo a Igreja Católica vem recomendando alguns candidatos aos seus fiéis. As outras Igrejas às vezes não recomendam, mas os fiéis conhecem os candidatos que comungam a Deus e guardam no coração e na alma os sentimentos cristãos. São de modo geral homens em que se pode ter confiança, pelo menos em relação à sua honestidade e bons propósitos.**

7o - VOTE EM CANDIDATOS HONRADOS - Ouvimos dizer por aí: “vote nele porque ele rouba mas faz alguma coisa”. Ou então: “É verdade que ele sempre viveu de política, mas ele fez isto e aquilo de bom”. São eleitores assim que acabam prestigiando a desonestidade. Se todos os nossos governantes fossem honrados, honestos e sinceros, não haveria as

³⁸⁰ INSTRUÇÕES para 6 de outubro: aprenda a votar corretamente. *Diário dos Campos*, 1 out. 1963, Ponta Grossa.

bandalheiras que conhecemos, que enchem de processos de peculato os canais da Justiça.

8o - **PEÇA CONSELHOS A UMA PESSOA CAPAZ** - É normal que o eleitor muitas vezes não conhece suficientemente os candidatos para formar uma opinião própria. Não sabendo ao certo quem é bom, sincero e honesto, o eleitor deve pedir conselhos a uma pessoa capaz e respeitada, seja seu patrão, o médico, o comerciante ou **o sacerdote que mereça sua confiança**. Eles também podem errar, mas o certo é que conheçam mais do que você e tenham mais a perder com um mau governo³⁸¹.

Algumas considerações sobre essas instruções gerais devem ser elaboradas. Em primeiro lugar, ao realizar tal publicação o *Diário dos Campos* assumia uma função de canal informativo e formativo de opinião, isto é, pretendia ser um veículo de instrução para o êxito de um projeto político a ser confirmado na eleição vindoura. Na sequência, reforçava estereótipos da campanha de Vicente Frare ao enfatizar a rejeição aos comunistas, populistas e candidatos carreiristas. Por último, apelava para a Igreja Católica e suas autoridades como agentes do discernimento, ou seja, responsáveis pelo encaminhamento dos rumos da pátria. Tornou-se claro, também, que a Igreja Católica de há muito fazia esse papel de instrutor de políticos aos eleitores (talvez pela experiência da Liga Eleitoral Católica), quando o tópico seis justificou que a recomendação de candidatos aos fiéis por parte da instituição religiosa acontecia “há muito tempo”. Em 2 de outubro, 3 de outubro, 4 de outubro e 5 de outubro a publicação circulou nas páginas do *Diário dos Campos*, procurando alcançar o maior número de eleitores possível.

Quatro dias antes do pleito, tal qual fizera outrora José B. Fontes, presidente do Sindicato dos Comerciários de Ponta Grossa; Edilon Joaquim Teixeira Biscaia, presidente do Sindicato dos Contabilistas de Ponta Grossa, fez manifestação a favor de Vicente Frare nas páginas do *Diário dos Campos*. Enalteceu o perfil administrador do candidato da UDN, criticou as administrações anteriores, enfatizou a hora da mudança e explicou o porquê votaria em Frare: “[...] um grande administrador, homem honesto, dedicado e exemplar chefe de família, cristão e democrata por excelência”³⁸². Mais uma vez repetem-se as características “religiosas” e “democráticas” do político como sendo qualidades necessárias para assumir a função de chefe do executivo ponta-grossense.

O clima de tensão política perpetrado pelo *Diário dos Campos* aumentava conforme se aproximava o dia da eleição. Após divulgar um apelo “ao povo” e “as

³⁸¹ INSTRUÇÕES para 6 de outubro: aprenda a votar corretamente. **Diário dos Campos**, 1 out. 1963, Ponta Grossa. grifo nosso.

³⁸² SOMENTE teremos a lucrar com a eleição de Frare. **Diário dos Campos**, 2 out. 1963, Ponta Grossa.

classes conservadoras” por parte de Albany Guimarães sobre a necessidade do voto em Vicente Frare³⁸³, o *Diário dos Campos* repercutiu a manifestação do bispo coadjutor da diocese de Ponta Grossa, Dom Geraldo Pellanda, no dia 5 de outubro, um dia antes do pleito, convocando o eleitorado da cidade a votar em Vicente Frare. Registre-se que desde 16 de setembro a autoridade católica estava fora do município, pois participaria das reuniões do Concílio Vaticano II. Mesmo ausente fisicamente, procurou aproximar-se do povo católico da comuna espiritualmente, dedicando uma bênção especial aos votantes e orientando a escolha do “mais preparado” político para administrar a municipalidade. O contato telefônico do bispo, ao ser divulgado pelo *Diário dos Campos* e repetido na primeira página da edição do dia 6, data do pleito eleitoral, não pode ser abordado como casualidade ou desinteresse por parte do clero para com os destinos temporais e seculares da cidade. A mensagem reproduzida pelo periódico expressa a atitude de um religioso conectado com o evento político mais importante daquele ano para Ponta Grossa, uma situação que condicionaria, pelo menos, os próximos quatro anos da administração pública. Dessa forma, ciente da responsabilidade e do poder simbólico atrelado à sua condição de líder espiritual, Dom Geraldo Pellanda não se distanciou da disputa e empreendeu publicamente sua preferência eleitoral na esperança de orientar os fiéis simpáticos à autoridade católica.

D. Geraldo envia mensagem de Roma

Dom Geraldo Pelanda, Bispo coadjutor de Ponta Grossa, que ora se encontra em Roma, participando da segunda etapa do Concílio Ecumênico, demonstrou-se, ontem, perfeitamente integrado aos anseios da população pontagrossense quando, em mensagem telefônica transmitida diretamente do Vaticano, enviou suas bênçãos ao povo de nossa Terra. Na mesma oportunidade, aquele líder espiritual expressou suas esperanças de que o eleitorado princesino, ao comparecer amanhã às urnas, consciente de seus deveres, sufrague, maciçamente, o nome que, dentro nos seus princípios democráticos e cristãos, melhor convenha aos altos interesses do Município, afirmando, ainda, que, face a isso, está certo de que terá a satisfação de, regressando de Roma, ser recepcionado, na Prefeitura, por Vicente Frare, cuja eleição parece-lhe representar a redenção administrativa e política de Ponta Grossa³⁸⁴.

Segundo a mensagem reproduzida no excerto acima, percebe-se que a exortação do bispo repete os termos “democráticos” e “cristãos” presente ao longo de toda a campanha de Frare nas páginas tanto do Jornal da Vitória quanto das matérias esporádicas do *Diário dos Campos*.

³⁸³ DE NOSSA RESPONSABILIDADE em face da candidatura Frare. **Diário dos Campos**, 2 out. 1963, Ponta Grossa.

³⁸⁴ D. GERALDO envia mensagem de Roma. **Diário dos Campos**, 5 out. 1963, Ponta Grossa.

O mesmo dia 5 protagonizou a divulgação de uma suposta “ordem secreta número 106” do Partido Comunista para desestabilizar as instituições religiosas cristãs no Brasil. Segundo o material publicado no *Diário dos Campos*, o catolicismo e o protestantismo estavam sob ameaça da “infiltração” comunista para implodir seus funcionamentos. Nove determinações do tal “plano secreto vermelho”, divulgadas uma a uma, versavam a respeito de como agir para lograr êxito em findar as instituições religiosas serviçais do “imperialismo e do capitalismo”. Diferente do que foi visto durante a campanha de Frare, em que se falava de “moscovitas” e “bolchevização”, numa clara alusão ao socialismo soviético, nesse “plano secreto”, em especial a determinação número 7, falava em “[...] persuadir eminentes da IGREJA a virem à China, facilitando-lhe documentos e autorizações necessários”. O objetivo era levar os integrantes da instituição ao país oriental para descobrir as reais situações da Igreja. A execução desse plano exigiria que os “camaradas” adentrassem os espaços da Igreja para dividi-los: escolas católicas, batizar-se na Igreja, inscrever-se na Legião de Maria (caso fosse de confissão protestante, inscrever-se nos Cruzados), sempre com o foco em espionar, armar estratégias para dividir a unidade institucional e organizar o fim da religião³⁸⁵. Qual o impacto de uma matéria dessas às vésperas de uma eleição? Sobretudo ao colocar como pano de fundo um suposto planejamento comunista para atacar a religiosidade dos brasileiros?

O *Diário dos Campos* continuou repercutindo o perfil de homem religioso, democrata e cristão encontrado em Vicente Frare, nas longas 24 horas que antecederiam a eleição. A coluna *A política em cima da Hora* entrou na discussão sobre comunismo, Felipe Chede e José Hoffmann no mesmo dia 5 de outubro, transformando a véspera de votação em clima tenso. Segundo a coluna do *Diário dos Campos*, Chede (PST) passou toda a campanha na defensiva sobre sua postura ideológica, rejeitando ser comunista. José Hoffmann, por outro lado, já tinha “pré-candidatura” a deputado estadual na eleição de 1966, credenciando-o como carreirista, ou seja, o tipo de perfil combatido pela candidatura de Frare.

FELIPE E COMUNISMO - O sr. Felipe Chede terminou sua campanha eleitoral tentando provar que não é comunista. O seu derradeiro discurso, anteontem, foi inteiramente dedicado às provas que trouxe de Paranaguá, desde a data em Gabriel de Lara desembarcou no litoral paranaense. Para seu azar, o deputado Petrônio Fernal, que encerrou o comício, disse que antes achava que o candidato era comunista, mas agora que não é mais. No

³⁸⁵ ORDEM SECRETA comunista estabelece planos desagregadores da sociedade. **Diário dos Campos**, 5 out. 1963, Ponta Grossa.

final chegou a declarar que Felipe Chede é mais anticomunista do que o deputado João Vargas de Oliveira. Talvez mais até do que D. Helder Câmara. HOFFMANN CANDIDATO - amigo do sr. José Hoffmann lançaram na semana passada a sua candidatura a deputado estadual no pleito de 1966³⁸⁶.

No dia do pleito, a confiança do *Diário dos Campos* na vitória do candidato da UDN era grande. A coluna *A política em cima da hora* informava que a mensagem do bispo católico sobre votar em Vicente Frare havia repercutido “intensamente” pela cidade. Além disso, reiterava a repetição da exortação de Dom Geraldo na primeira página da edição daquele dia. Aqueles que, por acaso, estivessem indecisos em pleno dia de votação, podiam contar com a mensagem do bispo em primeira página convocando o sufrágio em Vicente Frare.

Dois dias depois, o desfecho eleitoral divulgado pelo *Diário dos Campos* trazia a seguinte configuração: (José) Hoffmann - 7.861; (Vicente) Frare - 7.613; (Felipe) Chede - 4.471; (Arthur) Nadal - 2.377; em branco - 426 e nulos 520³⁸⁷. Dados do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná apresentam que “em branco” foram computados 429 e não 426; por outro lado, os “nulos” computaram 521, um a mais que o divulgado pelo *Diário dos Campos*. Uma pequena margem de votos separou a vitória do ex-prefeito José Hoffmann (PTN) da campanha de Vicente Frare (UDN), frustrando a expectativa do grupo udenista de voltar ao governo ponta-grossense. Na eleição de 1959, embora coligado com o vencedor Eurico Rosas (PSP), o grupo da UDN migrou para a oposição após não ser contemplado na eleição da mesa executiva da Câmara de vereadores. O católico Nilton Salles Rosa (UDN), presente no Jornal da Vitória trabalhando pela campanha de Frare, por sua vez, foi eleito vereador com 588 votos³⁸⁸.

A intenção deste estudo não se propôs a subestimar ou superestimar a atuação do elemento religioso nas campanhas políticas. O que se procurou nas linhas desenvolvidas foi encontrar a presença da representação do tal elemento religioso - que pode ser um discurso sagrado, uma conexão com autoridades ou atores sociais produtores de sentidos e significados religiosos católicos, uma trajetória junto a comunidades católicas - nos períodos eleitorais, pois nesses momentos de decisão as matizes sagradas e profanas, o secular e o religioso tendem a se entrelaçar com intuito de compartilhar ou repudiar um projeto de sociedade. Como visto em 1963,

³⁸⁶ A POLÍTICA em cima da hora. **Diário dos Campos**, 5 out. 1963, Ponta Grossa.

³⁸⁷ RESULTADOS oficiais do pleito de domingo. **Diário dos Campos**, 8 out. 1963, Ponta Grossa.

³⁸⁸ *Ibid.*, p. 1.

Vicente Frare (UDN) fez continuamente acenos à religiosidade católica ao longo de suas atividades de campanha. Expressou sua profissão de fé católica, apoiou e foi apoiado por lideranças católicas, teve mensagem do bispo coadjutor de Ponta Grossa favorável a seu nome, contudo, não conseguiu vencer a disputa por aproximadamente 200 votos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A política e a religião são de naturezas distintas. No caso das profissões católicas, a finalidade é a formação espiritual, no empenho pautado pela construção do indivíduo como herdeiro da salvação, no estímulo do sujeito à busca da eternidade. A política, por sua vez, tem o plano terrestre como lugar de ação. É a atividade dos atores sociais, ação necessária para o desenvolvimento dos rumos da humanidade, portanto, pertencente ao campo secular. Tal ocorre que, em determinadas circunstâncias, política e religião podem se entrelaçar, objetivando planos em comum - combate aos adversários ideológicos e doutrinários.

Conforme investigado, ao longo do século XX o Brasil foi palco de disputa por parte do projeto da Igreja Católica de reconquista das consciências. Em várias localidades do país instalou-se o programa de Reação Católica aos boicotes laicistas, protestantes, espíritas e “socializantes” que ameaçavam o prestígio religioso católico. Inaugurada a partir de 1916, a Restauração Católica adentrou às realidades sociais, políticas e culturais das dioceses, produzindo um clero romanizado e um laicato ativo, porém subordinado e amparado pela hierarquia. Atuando por meio de núcleos intelectualizados, espaços midiáticos e partidos políticos, o projeto católico avançou por décadas e perpassou fases internas à sua própria organização, demonstrando contradições e heterogeneidades inerentes ao processo.

O entrelaçamento entre política e religião, ora explícito, ora não tão explícito, procurava formar uma relação mutualista em que ambas as instituições pudessem ser beneficiadas. Em Ponta Grossa, essa relação pôde ser percebida através do conceito de “conservadorismo situacional”, pois a reatividade presente no comportamento religioso católico majoritário na diocese, bem como na postura de candidaturas vinculadas a esse propósito compartilhavam do mesmo objetivo: combater as anomalias, as ameaças que circundavam a conveniência estruturada na cidade. Foi por isso que David Federmann (UDN) precisou recorrer ao seu espaço de campanha junto ao *Jornal da Manhã* para se defender dos ataques à sua ascendência judaica. Um judeu ascendendo, eleitoralmente, ao mando da cidade majoritariamente católica? Essa característica pode ser analisada como contrária ao programa da Restauração Católica, portanto, em direto conflito. Uma forma de contornar o infortúnio foi tentada pela campanha do mencionado político: colocá-lo numa rede de sociabilidade católica, procurando viabilizá-lo. Contudo, sem sucesso.

O conservadorismo situacional levou a coalizão de forças conservadoras locais ao apoio à campanha de Eurico Rosas (PSP), em 1959. Temendo o avanço da anomalia socialista caracterizada pela candidatura de Felipe Chede (PSB-PST), tanto o clero quanto os grupos anticomunistas forjaram um pacto social, uma aliança para evitar danos à estrutura social, isto é, conservar as instituições e o *status quo*. Eurico Rosas venceu.

Em 1963, um ano antes do golpe de estado que inaugurou vinte e um anos de ditadura civil-militar no país, a campanha de Vicente Frare (UDN) explicitou o elemento religioso em sua candidatura. Formada pela trajetória católica do prefeiturável, amparada numa rede de sociabilidade católica, endossada pela formação cristã e respaldada pelo apoio do bispo coadjutor da diocese, a estratégia da campanha pró-Frare buscou tensionar o eleitorado do município a partir da luta contra o iminente “perigo vermelho” que “assombrava” o cenário à época. Essa luta em prol das “forças democráticas” zelosas pela tradição religiosa, seria a resposta ao “comunismo ateu”. Por uma margem estreita de votos, Vicente Frare acabou derrotado. Porém, o vitorioso José Hoffmann (PTN), aparentemente, não representava uma ameaça à conservação das estruturas, muito em função de sua trajetória, também, católica - foi apoiado pela Liga Eleitoral Católica em 1954.

Os jornais da época, espaço de produção de sentidos e significados, não só trouxeram os embates ideológicos por meio das campanhas neles divulgadas. Por vezes, esboçaram o teor anticomunista instruindo os eleitores da época ao repúdio a qualquer proposta comunista, pois essa ameaçaria a religião e as “liberdades democráticas”. Dessa forma, a defesa da religião passava pelo combate ao esquerdismo, sendo necessária a ida às urnas para impedir que os “maus” lograssem êxito em seu programa “ateísta”.

Se, por um lado, David Federmann (UDN) foi acusado de ascendência judaica, portanto um anômalo, por outro, precisou recorrer ao sentimento cristão da cidade para reduzir os ataques identificados por ele como anticristãos. Percebe-se que, embora não negasse ser filho de judeus, o candidato procurou enfatizar sua atuação junto a uma rede de sociabilidade cristã, não tratando o elemento religioso como insignificante. José Hoffmann (PTB), o vitorioso em 1955, teve pouca postagem a seu respeito no jornal *Diário dos Campos*, contudo, quando foi citado teve sua “formação cristã” lembrada. Ademais, o candidato apareceu na lista de referendados da L.E.C.

em 1954, quando concorreu a deputado estadual. Ou seja, estava inserido numa rede específica.

Pela ausência de fontes locais para estudar o período eleitoral de 1959, apenas tivemos a informação de que a ameaça, possivelmente dupla, de Felipe Chede (PSB-PST) levou a formação de coalizão em torno de Eurico Rosas (PSP). Chede ocupava função junto à Mansão Bezerra de Menezes, instituição filantrópica espírita, além de ser atrelado aos comunistas desde sua militância em Paranaguá. Ou seja, duas anomalias que ameaçavam a manutenção das estruturas.

Mesmo derrotado em 1963, Vicente Frare (UDN) foi o candidato que melhor representou o elemento religioso em sua campanha. Ademais, empregou, sistematicamente, o anticomunismo, convergindo com a teoria de Rodrigo Patto Sá Motta³⁸⁹ a respeito do “segundo grande surto anticomunista” que assolou o país entre 1961 e 1964. A propósito, Motta salientou a existência de mobilizações anticomunistas durante os anos 1950, porém, em menores proporções, caso comparado com a década seguinte. De fato, não encontramos pautas sobre o comunismo puxadas pela campanha de David Federmann (UDN) em 1955, ainda que o *Jornal da Manhã*, esse, sim, produzisse algumas matérias em desagravo ao perigo vermelho - comparando com a situação da Argentina de Perón e a perseguição à religião e destacando a Cruzada Brasileira Anticomunista que atuava em Ponta Grossa.

Em 1959, por sua vez, o anticomunismo forjou a união das classes conservadoras em torno de Eurico Rosas (PSP). Como apresentado nesta dissertação, Chede foi alvo de denúncias quanto à sua ideologia tanto em 1959 quanto em 1963. Motta sustentou que as representações do comunismo de segunda onda recuperaram antigos estereótipos dos anos 1930 e, ao mesmo tempo, apresentaram novidades. A associação ao “mal”, ao diabólico, à imoralidade e ao estrangeiro dominaram o imaginário sobre o comunismo nos anos 1960. Ademais, inseriram-se novos países na lista de inimigos da “liberdade”. A partir de nossa análise da campanha de Vicente Frare (UDN), foi possível constatar a presença dessas menções estudadas por Motta (Cuba apareceu como país ameaçador, e as afirmações de “comunismo ateu” e inimigo da religião, também). O próprio *Diário dos Campos*

³⁸⁹ MOTTA, R. P. S. **Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)**. Tese [Doutorado em História Econômica], Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2000.

elencou a China como destino do suposto “plano comunista secreto” para acabar com as igrejas.

Segundo Motta, foi na onda anticomunista dos anos 1960 que o antissemitismo e a xenofobia “feneceram” (extinguiram). O inimigo externo passou a ser a União Soviética e seus países satélites. O combate ao comunismo por parte da Igreja Católica, que em 1930 foi marcante e monopolizador no que se refere às religiões, durante a segunda onda passou a tolerar a adesão dos demais credos numa frente ampla em defesa das crenças contra o “comunismo ateu”.

Na década de 1960, observa-se uma mudança significativa: a ortodoxia católica foi substituída por uma espécie de ecumenismo anticomunista. Igrejas cristãs reformadas, judeus, espíritas e até umbandistas ocuparam lugar nas mobilizações do período. [...] Era uma estratégia inteligente deixar as portas abertas para tentar atrair fiéis de todos os credos para a “frente anticomunista”. Além do mais, a postura ecumênica fortalecia a imagem de que o repúdio ao comunismo era um sentimento universal e não atributo de um único grupo³⁹⁰.

Vicente Frare (UDN) usou dessa estratégia, como vimos. Expressões como “formação cristã” ao invés da especificação “formação católica” - mesmo que a vinculação à Igreja Católica também aparecesse - procurava ampliar o raio de atuação do candidato na tentativa de atrair cristãos das demais denominações para sua campanha anticomunista. Não à toa Vicente Barbur (dirigente de instituição espírita) e o líder Mórmon Levy Gaertner apareceram em seu espaço de campanha. A publicação do “plano comunista secreto” de findar as religiões, por exemplo, englobava tanto a católica quanto a protestante. Ou seja, mais um elo da teoria de Motta pode ser fechado a partir da investigação local. O curioso é que, se, por um lado, o ecumenismo foi uma arma contra o comunismo nos anos 1960, por outro, em 1955, a ascendência judaica de um candidato e, em 1959, a vinculação à entidade espírita por parte de outro foram condicionantes para serem combatidos.

Valores “democráticos” em oposição ao “comunismo”, foi outra máxima adotada pela segunda onda identificada por Motta.

A oposição entre “comunismo” e “democracia” foi outro elemento marcante no conjunto das representações do período. Inúmeros grupos anticomunistas se denominaram democratas e se declararam defensores da democracia, bem como propuseram reformas democráticas em lugar das reformas “comunistas” atribuídas ao governo Goulart. A tendência se devia, em parte, a uma tentativa de identificação com os valores do mundo ocidental, quer dizer, com os EUA³⁹¹.

³⁹⁰ MOTTA, R. P. S. **Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)**. Tese [Doutorado em História Econômica], Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2000, p. 303-304.

³⁹¹ *Ibid.*, p. 306.

Ao longo da campanha de Vicente Frare (UDN) tal condição se apresentou inequivocamente. Usados para marcar posição antípoda ao “comunismo”, “forças democráticas”, “democracia”, “voto”, “liberdade” e “tradição” foram conceitos demarcados pela campanha a prefeito do católico. Um rótulo vago e sem maiores detalhamentos, o conceito “democracia” apareceu inúmeras vezes vinculado à candidatura de Frare.

Não identificamos, a partir dos jornais ou das campanhas estudadas através dos jornais, o posicionamento “reformista” que em certo grau estava sendo desenvolvido no interior da Igreja com o advento da CNBB. Por outro lado, tanto a categoria “dos tradicionalistas” quanto a dos “modernizadores conservadores” puderam ser percebidas ao longo do período analisado. A manutenção do espírito católico entre os habitantes da cidade, o combate ao comunismo e aos partidos progressistas, a rejeição ao secularismo e ao ateísmo, a defesa de meios de comunicação com forte apelo católico em oposição à expansão de valores outros, podem ser considerados padrões compartilhados entre esses dois grupos. A diferença entre ambos, por sua vez, residiu na preocupação típica dos “modernizadores conservadores” com o mínimo de justiça social (aquela de Leão XIII), inclusive com esse apelo aparecendo na campanha de Vicente Frare, e com a defesa de instituições leigas com penetração junto à sociedade - Congregações Marianas, por exemplo. A justiça social defendida pela campanha não procurava transformar a realidade ou modificar o *status quo*. Tratou-se de conciliar o sistema capitalista, isto é, amainar o conflito entre patrão e trabalhador para que este não se insurgisse contra aquele. Essa postura de governante de todos os ponta-grossenses, de candidato caridoso e de mediador da relação entre patrões e operários pode ser considerada uma demonstração da aplicação de uma das características da Doutrina Social da Igreja (DSI) em plena década de 1960 na História Local.

Com esta pesquisa almejamos que novos projetos interessados na temática política e religião tornem-se cada vez mais frequentes na academia. A relação entre denominações religiosas e políticos apresentam-se como objeto de análise por inúmeras maneiras, dentre elas através da observação das campanhas. Em nosso trabalho, encontramos os jornais impressos como lugar privilegiado dessa relação, por se tratar do cenário dos anos 1950 e 1960. Hoje, por outro lado, as redes sociais, aplicativos de mensagens instantâneas e materiais de circulação institucional

(folhetos, livretos, *folders*, revistas) - muitos desses possuindo versão digitalizada e publicizada em sítios eletrônicos -, apresentam-se como provável *corpus* documental à espera de uma problematização à la historiador. Portanto, que continuem as pesquisas!

REFERÊNCIAS

A DIOCESE de Ponta Grossa no seu jubileu áureo: cinquentenário 1926. 10 de maio de 1976. Curitiba: Vicentina, 1976. 420 p.

ALMEIDA, R.; MONTERO, P. Trânsito religioso no Brasil. **São Paulo em perspectiva**, São Paulo, v. 15, n. 3, p. 92-101, Julho-Setembro, 2001. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/spp/a/ccq85SjmLJjtY7WcPynRJcs/abstract/?lang=pt>>. Acesso em jun. 2022.

ANTONELLI, Diego. **Jornal Voz do Paraná: uma história de resistência**, Curitiba: Esplendor, 2019.

AZEVEDO, D. A Igreja Católica e seu papel político no Brasil. **Estudos Avançados**, [S. I.], v. 18, n. 52, p. 109-120, 2004. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/10027>>. Acesso em 14 fev. 2023.

AZZI, Riolando. O Início da Restauração Católica no Brasil: 1920-1930. **Síntese - Revista de Filosofia**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 10, p. 61-89, maio/ago. 1977, v. 4. Disponível em: <<https://www.faje.edu.br/periodicos/index.php/Sintese/article/view/2592>>. Acesso em 22 jan. 2023.

AZZI, Riolando. Igreja e Estado no Brasil: um enfoque histórico. **Perspectiva Teológica**, ano XIII, nº 29 a 31, jan. a dez. 1981. p. 7 – 17. Disponível em: <<https://www.faje.edu.br/periodicos/index.php/perspectiva/article/view/2026>>. Acesso em 22 jan. 2023.

AZZI, Riolando. O fortalecimento da restauração católica no Brasil (1930-1940). **Síntese - Revista de Filosofia**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 17, p. 69-85, 1979. Disponível em: <<https://www.faje.edu.br/periodicos/index.php/Sintese/article/view/2291>>. Acesso em 22 jan. 2023.

BATISTELLA, A. O Partido Trabalhista Brasileiro no Paraná (1945-1965). **Topoi (Rio J.)**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 32, p. 257-286, jan./jun. 2016. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/topoi/a/GCfVL6vYq96KFnyc98cz58n/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em 3 ago. 2022.

BATISTELLA, A. A trajetória de Abilon de Souza Naves no PTB paranaense (1945-1959). **História: Questões & Debates**, Curitiba, v. 63, n. 2, jul./dez. 2015. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/historia/article/view/41490>>. Acesso em 06 mar. 2023.

BECKER, Jean-Jacques. A opinião pública. In: RÉMOND, R. **Por uma história política**: Rio de Janeiro: FGV, 2003.

BERGER, P.; LUCKMAN, T. **A construção social da realidade: tratado da sociologia do conhecimento**. Petrópolis: Vozes, 1985.

BERSTEIN, S. Os partidos. In: RÉMOND, R. **Por uma história política**: Rio de Janeiro: FGV, 2003.

BRASIL. **Câmara dos Deputados**. Sandra Cavalcanti, s.d.. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/deputados/133986>>. Acesso em 8 de fev. 2023.

CAMPOS, Névio de. **Intelectuais e Igreja Católica no Paraná: 1926-1938**. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2010.

CARNEIRO JÚNIOR, Renato Augusto. **Religião e Política: a Liga Eleitoral Católica e a participação da Igreja nas eleições de 1954**. - Curitiba: SAMP, 2014. 238 p. (Teses do Museu Paranaense; v.5).

CENTRO de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC/FGV). Queiroz Filho, Antônio de. **Verbete**, s.d.. Disponível em: <<https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-biografico/queiros-filho-antonio-de>>. Acesso em 8 de fev. 2023.

CERTEAU, Michel de; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre. **A Invenção do Cotidiano: 2. Morar, Cozinhar**. Petrópolis, Vozes, 1996.

CHAMMA, Guísela V. Frey. **Ponta Grossa: o povo, a cidade e o Poder**. Ponta Grossa: [S N], 1988.

CHÂTELET, François; DUHAMEL, Olivier; PISIER, Évelyne. O Estado-Gerente. In: CHÂTELET, François. **História das ideias políticas** [Trad. Carlos Nelson Coutinho]. – 2. ed. – Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

CHAVES, N. B. **A Cidade Civilizada: discursos e representações sociais no Jornal Diário dos Campos – Década de 1930**. Curitiba: Ed. Quatro Ventos, 2001.

CHAVES, N. B. Os "problemas citadinos" em uma "cidade civilizada": estratégias discursivas de um intelectual polivalente no jornal Diário dos Campos - Ponta Grossa (década de 1930). In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA UEPG-UNICENTRO, 2., 2015, Ponta Grossa. **Anais [...]** Ponta Grossa: UEPG, 2015. p. 1-12.

CODATO, Adriano; KIELLER, Márcio. **Velhos vermelhos: história e memória dos dirigentes comunistas no Paraná**. Curitiba: Ed. UFPR, 2008.

COLODA, T. A.; ALBUQUERQUE, E. S. Caracterização do movimento nazista em Ponta Grossa (PR) no período de 1932 a 1940. **Revista de Geopolítica**, v. 4, n. 1, p. 65 – 78, jan./jun. 2013. Disponível em: <<http://www.revistageopolitica.com.br/index.php/revistageopolitica/article/view/74/72>>. Acesso em fev. 2022.

COUTROT, A. Religião e Política. In: RÉMOND, R. **Por uma história política**: Rio de Janeiro: FGV, 2003.

DITZEL, C. de H. M. **Manifestações autoritárias: o integralismo nos Campos Gerais (1932-1955)**. Florianópolis, 2004. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal de Santa Catarina.

ENCICLOPÉDIA DO HOLOCAUSTO. Disponível em: <https://encyclopedia.ushmm.org/content/pt-br/article/the-nazi-rise-to-power>. Acesso em 6 de fev. de 2022.

FAUSTO, Bóris (Org.). **História Geral da Civilização Brasileira (Tomo III) – O Brasil Republicano – Economia e Cultura (1930-1964)** v. 11. Rio de Janeiro, Editora Bertand Brasil Ltda. 2007.

FUGMANN, Pastor Wilhelm. (1929). **Os alemães no Paraná: livro do centenário.** Tradução de Francisco Lothar Paulo Lange. Ponta Grossa: UEPG, 2008. 382 p.

GAETA, M. A. J. V. **Os percursos do ultramontanismo em São Paulo no episcopado de D. Lino Deodato Rodrigues de Carvalho (1873-1894).** São Paulo, 1991. Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo.

GILBERT, M. **A Segunda Guerra Mundial: os 2.174 dias que mudaram o mundo** [Tradução Ana Luísa Faria, Miguel Serras Pereira]. 1. ed. - Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2014. 976 p.

GUEBERT, C. A. **Da intelectualidade princesina, o coração do Brasil: trajetória, sociabilidades cívico-letradas e a plasticidade do sertão imaginado no círculo euclidiano (Paraná, meados do século XX).** Curitiba, 2018, 300 p. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Paraná.

HANICZ, Teodoro. **Modernidade, religião e cultura: o Círculo de Estudos Bandeirantes e a restauração do catolicismo em Curitiba (1929-1959)** (Doutorado em Ciências da Religião). Pontifícia Universidade Católica, São Paulo. 2006.

ISAIA, Artur Cesar. O campo religioso brasileiro e suas transformações históricas. **Revista Brasileira de História das Religiões**, Maringá, ANPUH, v. 1, n. 3, janeiro 2009. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/RbhrAnpuh/article/view/26675>. Acesso em fev. 2022.

JEANNENEY, J. A Mídia. In: RÉMOND, R. **Por uma história política.** Rio de Janeiro: FGV, 2003.

LIMA, J. R. **A Liga Eleitoral Católica é partido político? a LEC e as eleições no Ceará (1933-1934).** Rio de Janeiro, 2019. 329 p.

MAÇANEIRO, M.; SOUSA, C.C. A Igreja Católica e o povo judeu: do ressentimento ao reconhecimento. **Rev. Pistis Prax., Teol. Pastor.**, Curitiba, v. 12, n. 3, p. 695-713, set./dez. 2020. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/pistispraxis/article/view/27546/24694>. Acesso em ago. 2022.

MAINWARING, Scott. **A Igreja Católica e a política no Brasil (1916-1985)** - Tradução Heloisa Braz de Oliveira Prieto. São Paulo: Brasiliense, 2004.

MILZA, P. Política interna e política externa. In: RÉMOND, R. **Por uma história política:** Rio de Janeiro: FGV, 2003.

MOTTA, R. P. S. **Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)**. Tese [Doutorado em História Econômica], Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2000.

NASCIMENTO, Siderlei. **A “Era Pellanda” em três atos: a Diocese de Ponta Grossa-PR durante o episcopado de Dom Geraldo Micheletto Pellanda (1962-1979)**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas) – Universidade Estadual de Ponta Grossa. Ponta Grossa, 2011.

NICOLAU, Jairo. **História do voto no Brasil**. Rio de Janeiro, Zahar, 2002.

PEREIRA, D. **A festa de Sant’Ana: espaço de religiosidade, sociabilidade e diversão na cidade de Ponta Grossa-PR (1930-1965)**. Ponta Grossa, 2010. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas). Universidade Estadual de Ponta Grossa.

PROST, A. As palavras. In: RÉMOND, R. **Por uma história política**: Rio de Janeiro: FGV, 2003.

RÉMOND, R. Uma história presente. In: RÉMOND, R. **Por uma história política**: Rio de Janeiro: FGV, 2003.

RÉMOND, R. As eleições. In: RÉMOND, R. **Por uma história política**: Rio de Janeiro: FGV, 2003.

RIBEIRO, Guilherme Leite. Uma estranha no ninho: a Ação Democrática Popular nas eleições de 1962 no Brasil. In: XIX ENCONTRO DE HISTÓRIA DA ANPUH-RIO – HISTÓRIA DO FUTURO: ENSINO, PESQUISA E DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA, set. 2020, Rio de Janeiro. **Anais** [...] Rio de Janeiro: ANPUH, 2020. Disponível em: <https://www.encontro2020.rj.anpuh.org/resources/anais/18/anpuh-rj-erh2020/1601156895_ARQUIVO_d03e686cc593988cbf1d12bc11e0ecf2.pdf>. Acesso em ago. 2023.

RODRIGUES, C. Modernidade e catolicismo no Brasil dos anos 1930: coexistências e interações em torno da criação da Liga Eleitoral Católica em Mato Grosso. In: PEIXOTO, R.; ZANOTTO, G. **Direitas e religião no Brasil (1920-1940)**. Passo Fundo: Acervus, 2023.

SÃO PAULO. **Tribunal Regional Eleitoral**. Eleições de 1960 a 1963. Disponível em: <<https://www.tre-sp.jus.br/eleicoes/eleicoes-anteriores/eleicoes-1945-1963/eleicoes-1960-1963>>. Acesso em 8 de fev. 2023.

SCHALLENMULLER, Christian Jecov. **Tradição e Profecia: o pensamento político da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e seu contexto social e intelectual (1952-1964)**. São Paulo, 2011. Dissertação (Mestrado em Ciência Política), Universidade de São Paulo.

SCHOPENHAUER, A. **O mundo como vontade e como representação**, I Tomo. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

SENADO homenageia vítimas do Holocausto. **TV Senado**, 15 de mar. 2022, Brasília. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/tv/programas/em-discussao/2022/03/senado-homenageia-vitimas-do-holocausto-seis-milhoes-de-judeus-foram-mortos>>. Acesso em 6 de fev. 2023.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Getúlio a Castelo Branco, 1930-1964**. 7ª ed. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

SILVA, Giselda Brito. A Igreja Católica Militante e a Ação Integralista Brasileira: aproximações e divergências (1932-1938). In: MOURA, C. A. S. de [et al]. **Religião, cultura e política no Brasil: perspectivas históricas**. Campinas, SP: UNICAMP/IFCH, 2011. 2v.

SILVA, Vicente Gil da. O Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD): contexto histórico de surgimento e trajetória de Ivan Hasslocher. In: ANPUH-BRASIL – 31º SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 2021, Rio de Janeiro. **Anais [...]** Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <https://www.snh2021.anpuh.org/resources/anais/8/snh2021/1627851446_ARQUIV_O_df570f9b8c75bd175eacb7d4556f2c5.pdf>. Acesso em ago. 2023.

SILVA, T. E. P. da. **Entre sapatos e livros: a trajetória de um sapateiro na militância comunista em Paranaguá/PR - 1935 -1964**. Curitiba: SAMP, 2017.

SIMMEL, Georg. A natureza sociológica do conflito. In: MORAES FILHO de, Evaristo (Org.). **Georg Simmel (1858-1918): sociologia**. Trad. de Carlos Alberto Pavenelli, et al. São Paulo: Ática, 1983.

TIZOT, I. L. S. da Luz. **Verde e amarelo, sem foice e sem martelo: ensino de História a partir das representações do anticomunismo no Jornal da Manhã de Ponta Grossa – 1964**. Ponta Grossa, 2020. Dissertação (Mestrado em História. Área de concentração, História, Culturas e Identidade). Universidade Estadual de Ponta Grossa.

TRIGUEIRO, Gabriel Romero Lyra. Conservadorismo: perspectivas conceituais. **Revista Estudos Políticos: a publicação eletrônica semestral do Laboratório de Estudos Hum(e)anos (UFF)**. Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, pp. 86-107, 2015. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/revista_estudos_politicos/article/view/39782>. Acesso em set. 2023.

WALDMANN. Mansão Bezerra de Menezes. **Sherlock Holmes Cultura**, 16 de fev. 2023. Disponível em: <<https://www.facebook.com/photo/?fbid=10228681534534468&set=gm.5837193349736394&idorvanity=604360979686350>>. Acesso em 25 ago. 2023.

WILLIAMS, Margaret Todaro: A politização da Igreja Católica Brasileira: A Liga Eleitoral Católica - Tradução nossa. **Jornal de Estudos Interamericanos e Assuntos Mundiais**, v. 16, n. 3, agosto de 1974. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/174888>>. Acesso em jan. 2023.

ZULIAN, R. W. Jogos discursivos na criação da diocese de Ponta Grossa (PR). In: **Revista Brasileira de História das Religiões**. Maringá, ANPUH, Ano V, n. 14, Setembro 2012. Dossiê Questões teórico-metodológicas no estudo das religiões e religiosidades - Volume II. Disponível em: <<https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/RbhrAnpuh/article/view/30245>>. Acesso em 20 out. 2022.

ZULIAN, R. W. Velhos bispos, novos tempos: D. Antonio Mazzarotto e o aggiornamento conciliar. In: Congresso Internacional de História, 21 a 23 de setembro de 2011. **Anais** [...] Maringá: 2011. Disponível em: <<http://www.cih.uem.br/anais/2011/trabalhos/143.pdf>>. Acesso em jan. 2023.

ZULIAN, R. W. “Para o bem da religião”: jogos discursivos, tensões e articulação na criação da diocese de Ponta Grossa (PR). In: MARIN, Roberto Jérri. **Circunscrições eclesiais católicas no Brasil [recurso eletrônico]: articulações entre igreja, estado e sociedade**. – Campo Grande, Mato Grosso do Sul: Ed. UFMS, 2021.

ZULIAN, R. W. **Entre o aggiornamento e a solidão: práticas discursivas de D. Mazzarotto, primeiro bispo diocesano de Ponta Grossa – PR (1930-1965)**. Florianópolis, 2009. 438 f. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal de Santa Catarina.

ZULIAN, R. W. Ação Católica e marianismo na diocese de Ponta Grossa (PR): conflitos e estratégias de acomodação. In: ANAIS DO IV ENCONTRO NACIONAL DO GT HISTÓRIA DAS RELIGIÕES E DAS RELIGIOSIDADES – ANPUH - Memória e Narrativas nas Religiões e nas Religiosidades. **Revista Brasileira de História das Religiões**. Maringá (PR) v. V, n. 15, jan/2013. Disponível em: <<http://www.dhi.uem.br/gtreligiao/anais4/st2/1.pdf>>. Acesso em fev. 2023.

ZULIAN, R. W. Entre os operários: Igreja Católica, anticomunismo e trabalhadores ferroviários em Ponta Grossa (1952-1976). In: **II Simpósio Internacional da ABHR - XV Simpósio Nacional da ABHR - II Simpósio Sul da ABHR - História, gênero e religião: violências e direitos humanos**. 25 a 29 de julho de 2016. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis.

APÊNDICE A - FONTES

A POLÍTICA em cima da hora. **Diário dos Campos**, 27 set. 1963, Ponta Grossa.

A POLÍTICA em cima da hora. **Diário dos Campos**, 15 set. 1963, Ponta Grossa.

A POLÍTICA em cima da hora. **Diário dos Campos**, 18 set. 1963, Ponta Grossa.

A POLÍTICA em cima da hora. **Diário dos Campos**, 5 out. 1963, Ponta Grossa.

ADHEMAR procura unir as forças da direita contra Chede em Ponta Grossa. **Última Hora**, 8 mai. 1963, Curitiba. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=830348&pagfis=16861>>. Acesso em 14 set. 2023.

A MARCHA das apurações. **Diário do Paraná**, 1 fev. 1947, Curitiba. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=171433&pasta=ano%20194&pesq=&pagfis=3105>>. Acesso em 3 ago. 2022.

APURAÇÕES parciais no Paraná. **A Tarde**, 18 out. 1950, Curitiba. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=797596&pasta=ano%20195&pesq=&pagfis=1329>>. Acesso em 4 ago. 2022.

ARQUIDIOCESE de Santa Maria. **Bispos**. Santa Maria [s.d.]. Disponível em: <<https://www.arquism.com/bispos>>. Acesso em 18 jul. 2023.

A UNIÃO Democrática Nacional e seus candidatos. **Jornal da Manhã**, 21 ago. 1955, Ponta Grossa.

BOCK, Silvio. Clero e o Pleito: os pés pelas mãos. Por trás da cortina. In: **Última Hora**, 4 out. 1962, Curitiba. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=830348&pesq=%22M%C3%A1rio%20Braga%20Ramos%22&pasta=ano%20195&hf=memoria.bn.br&pagfis=15124>>. Acesso em 13 set. 2023.

BRASIL. **Tribunal Superior Eleitoral**. Candidatos eleitos período de 1945 a 1990. [s.d.] Disponível em: <https://sig.tse.jus.br/ords/dwtse/f?p=1945:1:::NO:RP:P0_HID_MOSTRA,P0_SLS_DS_CARGO,P0_SLS_NR_ANO,P0_SLS_SG_PARTIDO,P0_SLS_SG_UF,P0_TXT_NM_CANDIDATO:N,%27TODOS%27,%27TODOS%27,%27TODOS%27,%27TODAS%27,>>. Acesso em 2 set. 2022.

BRAGA RAMOS em Ponta Grossa: Haverá estágio (700 dias) para normalistas. **Última Hora**, 9 out. 1961, Curitiba. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=830348&pesq=%22M%C3%A1rio%20Braga%20Ramos%22&pasta=ano%20195&hf=memoria.bn.br&pagfis=12050>>. Acesso em 13 set. 2023.

BRASIL. **Tribunal Superior Eleitoral. Resultados.** Disponível em: <<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiYTE2OWUtODVjOC00M2Q5LTkyMWUtZDMwM2I0NjM1MmMxliwidCI6ImFiNzcyYzYzLWViMzgtNGlxZS1iZWY3LTdiNjBIZDhhY2RmMSJ9>>. Acesso em 17 jul. 2023.

CANDIDATOS indicados pela L.E.C. para 3 de outubro. **O Dia**, Curitiba, 2 out. 1954. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=092932&Pesq=%22Jo%20%20Vargas%20de%20Oliveira%22&pagfis=83111>>. Acesso em 25 out. 2022.

CINCO razões para que elejamos Vicente Frare Prefeito Municipal. **Diário dos Campos**, 27 set. 1963, Ponta Grossa.

CÍRCULO de Estudos “Bandeirantes”. **O Estado**, 2 mar. 1937, Curitiba. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=830275&pagfis=1424>>. Acesso em 14 out. 2022.

CLERO dividido. Janela Indiscreta. In: **Última Hora**, 23 jul. 1963, Curitiba. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=171395&pesq=&pagfis=23358>>. Acesso em 14 set. 2023.

COLÉGIO eleitoral de P. Grossa aumentou para 28.227 eleitores. **Diário dos Campos**, 3 jul. 1963, Ponta Grossa.

COMITÊ feminino pró-eleição Vicente Frare. **Diário dos Campos**, 27 ago. 1963, Ponta Grossa.

CONGRATULAÇÕES recebidas pelo jornalista José Hoffmann. **Diário dos Campos**, 8 out. 1955, Ponta Grossa.

CONGRATULAÇÕES recebidas pelo jornalista J. Hoffmann. **Diário dos Campos**, 9 out. 1955, Ponta Grossa.

CONCLUÍDO o pleito em Ponta Grossa. **Jornal da Manhã**, 7 out. 1955, Ponta Grossa.

CONSAGRAÇÃO de Ponta Grossa ao general Juarez Távora. **Jornal da Manhã**, 14 jul. 1955, Ponta Grossa.

CONSTITUÍDA a L.E.C. de Curitiba: visita “O Dia” uma comissão dessa entidade. **O Dia**, 16 jul., 1953, Curitiba, p. 3. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=092932&pagfis=78804>>. Acesso em 7 mar. 2023.

DAVID FEDERMANN é o candidato. **Jornal da Manhã**, 12 jun. 1955, Ponta Grossa.

DAVID FEDERMANN e sua candidatura: impressões de um prestigioso líder político princesino. **Jornal da Manhã**, 3 jul. 1955, Ponta Grossa.

DAVID FEDERMANN e sua candidatura: de como em política pode-se reunir o útil ao agradável. **Jornal da Manhã**, 1 jul. 1955, Ponta Grossa.

DAVID FEDERMANN e sua candidatura: na luta para servir sua terra com todas as forças do espírito e do coração. **Jornal da Manhã**, 2 jul. 1955, Ponta Grossa.

DAVID FEDERMANN e sua candidatura: não há argumentos para combater o médico-candidato. **Jornal da Manhã**, 10 jul. 1955, Ponta Grossa.

DAVID FEDERMANN e sua candidatura: “não vou cometer a desonestidade de prometer milagres ao povo da minha terra”. **Jornal da Manhã**, 21 jul. 1955, Ponta Grossa.

DAVID FEDERMANN e sua candidatura: sucedem-se as manifestações de reconhecimento. **Jornal da Manhã**, 5 ago. 1955, Ponta Grossa.

DAVID FEDERMANN e sua candidatura: fatores que devem preponderar na escolha do homem de governo. **Jornal da Manhã**, 16 ago. 1955, Ponta Grossa.

DAVID FEDERMANN e sua candidatura: campanha inglória contra uma famosa organização democrática. **Jornal da Manhã**, 24 ago. 1955, Ponta Grossa.

DAVID FEDERMANN e sua candidatura: num pequeno detalhe - o esplendor de uma personalidade. **Jornal da Manhã**, 7 set. 1955, Ponta Grossa.

DAVID FEDERMANN e sua candidatura: a voz feminina também se manifesta na campanha eleitoral. **Jornal da Manhã**, 21 set. 1955, Ponta Grossa.

DAVID FEDERMANN e sua candidatura: nova manifestação de solidariedade ao humanitário médico. **Jornal da Manhã**, 20 set. 1955, Ponta Grossa.

DAVID FEDERMANN e sua candidatura: cada um dá o que tem - afirma o humanitário médico. **Jornal da Manhã**, 28 set. 1955, Ponta Grossa.

DAVID FEDERMANN e sua candidatura: dirige-se ao povo ponta-grossense o nobre e digno representante udenista. **Jornal da Manhã**, 1 out. 1955, Ponta Grossa.

D. GERALDO envia mensagem de Roma. **Diário dos Campos**, 5 out. 1963, Ponta Grossa.

DE NOSSA RESPONSABILIDADE em face da candidatura Frare. **Diário dos Campos**, 2 out. 1963, Ponta Grossa.

DECLARADA a dissidência da UDN de Ponta Grossa. **O Dia**, 14 jul. 1950, Curitiba. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=092932&pagfis=69657>>. Acesso em 4 ago. 2022.

DISTRIBUI a LEC compromisso que os candidatos assumem para recomendação. **Diário do Paraná**, 14 set. 1958, Curitiba. Disponível em:

<<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=761672&Pesq=%22Liga%20Eleitoral%20Cat%c3%b3lica%22&pagfis=23370>>. Acesso em 7 mar. 2023.

DITZEL, H. Peregrinação. In: Flashes Locais, **Jornal da Manhã**, 14 jul. 1955a, Ponta Grossa.

DITZEL, H. Festa de Sant'Ana. In: Flashes Locais, **Jornal da Manhã**, 24 jul. 1955b, Ponta Grossa.

DITZEL, H. Sant'Ana. In: Flashes Locais, **Jornal da Manhã**, 26 jul. 1955c, Ponta Grossa.

DITZEL, H. Festa de Sant'Ana. In: Flashes Locais, **Jornal da Manhã**, 28 jul. 1955d, Ponta Grossa.

DITZEL, Heitor. Flashes Locais. **Jornal da Manhã**, 6 set. 1955, Ponta Grossa.

DOS SANTOS, C. A sessão extraordinária de ontem no C.E. "Bandeirantes". **O Dia**, Curitiba, 5 jan. 1934. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=092932&pasta=ano%20193&pesq=&pagfis=688>>. Acesso em 11 out. 2022.

ELEITA a mesa dirigente do legislativo de Ponta Grossa. **Última Hora**, 27 nov. 1959, Curitiba. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=830348&pesq=%22M%C3%A1rio%20Braga%20Ramos%22&pasta=ano%20195&hf=memoria.bn.br&pagfis=3810>>. Acesso em 13 set. 2023.

ESTÁ residindo em Ponta Grossa o dr. Petrônio Fernal. **O Dia**, 2 jun. 1949, Curitiba. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=092932&pagfis=66096>>. Acesso em 4 ago 2022.

EURICO X JUCA HOFFMANN. **Correio da Noite (PR)**, 29 jul. 1959. Curitiba. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=830119&pesq=%22Jos%C3%A9%20Hoffmann%22&hf=memoria.bn.br&pagfis=374>>. Acesso em 25 ago. 2023.

FERNAL, P. Sob o tópico POLÍTICA PONTAGROSSENSE. In: POLÍTICA PONTAGROSSENSE. **O Dia**, 27 abr. 1951. Curitiba. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=092932&pasta=ano%20195&pesq=&pagfis=72015>>. Acesso em 2 set. 2022.

FERVE o caldeirão político princesino. **A Tarde**, 16 abr. 1951, Curitiba. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=797596&pagfis=2187>>. Acesso em 4 ago. 2022.

FRENTE da Renovação Nacional: programa radiofônico, a cargo da UDN. **Jornal da Manhã**, 23 ago. 1955, Ponta Grossa.

INSTRUÇÕES para 6 de outubro: aprenda a votar corretamente. **Diário dos Campos**, 1 out. 1963, Ponta Grossa.

INSURREIÇÃO de um grupo de udenistas contra as deliberações do prefeito João Vargas de Oliveira. **O Dia**, 2 jul. 1950, Curitiba. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=092932&pagfis=69564>>. Acesso em 4 ago. 2022.

JORNAL DA VITÓRIA. **Diário dos Campos**, 13 jul. 1963, Ponta Grossa.

JORNAL DA VITÓRIA. **Diário dos Campos**, 19 jul. 1963, Ponta Grossa.

JORNAL DA VITÓRIA. **Diário dos Campos**, 16 jul. 1963, Ponta Grossa.

JORNAL DA VITÓRIA. **Diário dos Campos**, 18 jul. 1963, Ponta Grossa.

JORNAL DA VITÓRIA. **Diário dos Campos**, 21 ago. 1963, Ponta Grossa.

JORNAL DA VITÓRIA. **Diário dos Campos**, 22 ago. 1963, Ponta Grossa.

JORNAL DA VITÓRIA. **Diário dos Campos**, 21 jul. 1963, Ponta Grossa.

JORNAL DA VITÓRIA. **Diário dos Campos**, 23 jul. 1963, Ponta Grossa.

JORNAL DA VITÓRIA. **Diário dos Campos**, 31 jul. 1963, Ponta Grossa.

JORNAL DA VITÓRIA. **Diário dos Campos**, 1º ago. 1963, Ponta Grossa.

JORNAL DA VITÓRIA. **Diário dos Campos**, 3 ago. 1963, Ponta Grossa.

JORNAL DA VITÓRIA. **Diário dos Campos**, 4 ago. 1963, Ponta Grossa.

JORNAL DA VITÓRIA. **Diário dos Campos**, 7 ago. 1963, Ponta Grossa.

JORNAL DA VITÓRIA. **Diário dos Campos**, 14 ago. 1963, Ponta Grossa.

JORNAL DA VITÓRIA. **Diário dos Campos**, 18 ago. 1963, Ponta Grossa.

JORNAL DA VITÓRIA. **Diário dos Campos**, 20 ago. 1963, Ponta Grossa.

JORNAL DA VITÓRIA. **Diário dos Campos**, 21 ago. 1963, Ponta Grossa.

JORNAL DA VITÓRIA. **Diário dos Campos**, 22 ago. 1963, Ponta Grossa.

JORNAL DA VITÓRIA. **Diário dos Campos**, 28 ago. 1963, Ponta Grossa.

JORNAL DA VITÓRIA. **Diário dos Campos**, 29 ago. 1963, Ponta Grossa.

JORNAL DA VITÓRIA. **Diário dos Campos**, 30 ago. 1963, Ponta Grossa.

JORNAL DA VITÓRIA. **Diário dos Campos**, 31 ago. 1963, Ponta Grossa.

JORNAL DA VITÓRIA. **Diário dos Campos**, 1 set. 1963, Ponta Grossa.

JORNAL DA VITÓRIA. **Diário dos Campos**, 5 set. 1963, Ponta Grossa.

JORNAL DA VITÓRIA. **Diário dos Campos**, 10 set. 1963, Ponta Grossa.

JORNAL DA VITÓRIA. **Diário dos Campos**, 11 set. 1963, Ponta Grossa.

JORNAL DA VITÓRIA. **Diário dos Campos**, 18 set. 1963, Ponta Grossa.

JORNAL DA VITÓRIA. **Diário dos Campos**, 20 set. 1963, Ponta Grossa.

JOSÉ HOFFMANN tenta cindir o PTB em Ponta Grossa. **A Tarde**, 13 mar. 1951, Curitiba. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=797596&pasta=ano%20195&pesq=&pagfis=2025>>. Acesso em 4 ago. 2022.

JOSÉ HOFFMANN, prefeito de Ponta Grossa... **A Tarde**, 20 fev. 1959, Curitiba. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=797596&Pesq=%22Jos%c3%a9%20Hoffmann%22&pagfis=16196>>. Acesso em 17 jul. 2023.

LIGA Eleitoral Católica - Comunicado. **O Dia**, Curitiba, 29 jul. 1934. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=092932&pasta=ano%20193&pesq=&pagfis=27159>>. Acesso em 28 out. 2022.

LIGA Eleitoral Católica. **O Dia**, Curitiba, 21 nov. 1945. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=092932&pasta=ano%20193&pesq=&pagfis=56745>>. Acesso em 28 out. 2022.

MANIFESTO das mulheres pontagrossenses pela candidatura de Vicente Frare. **Diário dos Campos**, 25 set. 1963, Ponta Grossa.

MANUEL, Arc. Metrop. AOS CATÓLICOS DA ARQUIDIOCESE. **O Dia**, 29 set. 1955, Curitiba. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=092932&pagfis=86769>>. Acesso em 7 mar. 2023.

MARINÓCIO FILHO. Petrônio está In...Fernal. In: Tribuna dos Municípios, **O Dia**, 22 nov. 1951, p.3. Curitiba. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=092932&pagfis=73792>>. Acesso em 5 set. 2022.

MELHORA substancialmente a posição de Felipe Chede. **Correio da Noite**, 10 set. 1959, Curitiba. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=830119&pesq=%22Jos%C3%A9%20Hoffmann%22&hf=memoria.bn.br&pagfis=614>>. Acesso em 12 set. 2023.

MOÇÃO Joaquim Neia. **A Tarde**, 12 fev. 1959, Curitiba. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=797596&Pesq=%22Jos%c3%a9%20Hoffmann%22&pagfis=16156>>. Acesso em 17 jul. 2023.

NAVES quer transformar o PTB em filial do Clube da Lanterna. **A Tarde**, 13 mai. 1959, Curitiba. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=797596&Pesq=%22Jos%c3%a9%20Hoffmann%22&pagfis=16581>>. Acesso em 18 jul. 2023.

NAVES sem o apoio de Hoffmann. **A Tarde**, 3 mar. 1959, Curitiba. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=797596&Pesq=%22Jos%c3%a9%20Hoffmann%22&pagfis=16252>>. Acesso em 17 jul. 2023.

NEY reitera apoio integral a Frare. **Diário dos Campos**, 11 ago. 1963, Ponta Grossa.

NOVAS declarações do Cardeal Dom Jaime de Barros Câmara: a favor das reformas no código eleitoral para evitar a fraude e a corrupção. **Jornal da Manhã**, 17 ago. 1955, Ponta Grossa.

NYCZ, Ducastel. A pedido: resposta ao deputado Braga Ramos. **Diário dos Campos**, 3 ago. 1963, Ponta Grossa.

O CASO da UDN ponta-grossense. **O Dia**, 9 jul. 1950, Curitiba. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=092932&pagfis=69624>>. Acesso em 4 ago. 2022.

O GRANDE prefeito de um grande povo. **Diário dos Campos**, 7 out. 1955, Ponta Grossa.

O MELHOR dos jornais - O Dia -. **A Tarde**, 21 fev. 1959, Curitiba. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=797596&Pesq=%22Jos%c3%a9%20Hoffmann%22&pagfis=16216>>. Acesso em 17 jul. 2023.

O PST esqueceu seu vereador ponta-grossense. **O Dia**, 25 jan. 1950, Curitiba. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=092932&pasta=ano%20195&pesq=&pagfis=68154>>. Acesso em 4 ago. 2022.

OLIVEIRA, Thiago G. de. José Hoffmann e o cajueiro do sertão. **Diário dos Campos**, 7 jul. 1955, Ponta Grossa.

ORDEM SECRETA comunista estabelece planos desagregadores da sociedade. **Diário dos Campos**, 5 out. 1963, Ponta Grossa.

PARA VEREADOR. **Jornal da Manhã**, 1 out. 1955, Ponta Grossa.

PARANÁ. **Tribunal Regional Eleitoral**. Consulta de resultados eleitorais, 1951. Disponível em: <<https://apps.tre-pr.jus.br/files/resultados/19510722A77771.pdf>>. Acesso em 5 set. 2022.

PARANÁ. **Tribunal Regional Eleitoral**. Resultado de eleições municipais TRE-PR. Disponível em: <<https://www.tre-pr.jus.br/eleicoes/resultados/resultados-de-eleicoes-municipais-tre-pr>>. Acesso em 24 out. 2022.

PARANÁ. **Tribunal Regional Eleitoral**. Consulta de resultados eleitorais, 1955. Disponível em: <<https://www.tre-pr.jus.br/eleicoes/resultados/resultados-de-eleicoes-municipais-tre-pr>>. Acesso em 10 de jul. 2023.

PARANÁ. **Tribunal Regional Eleitoral**. Consulta de Resultados Eleitorais, 1959, Curitiba. Disponível em: <<https://www.tre-pr.jus.br/eleicoes/resultados/resultados-de-eleicoes-municipais-tre-pr>>. Acesso em 13 set. 2023.

PARÓQUIA Santa Teresinha do Menino Jesus. **Diocese de Ponta Grossa**, [s.d.], Ponta Grossa. Disponível em: <<https://www.diocesepontagrossa.org.br/paroquia/paroquia-santa-teresinha-do-menino-jesus-ponta-grossa-vila-estrela>>. Acesso em 7 set. 2023.

PELOS municípios. **Diário do Paraná**, 27 jul. 1946, Curitiba. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=171433&pagfis=1869>>. Acesso em 3 ago. 2022.

PERDE um deputado a bancada trabalhista. **A Tarde**, 21 fev. 1959, Curitiba. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=797596&Pesq=%22Jos%c3%a9%20Hoffmann%22&pagfis=16216>>. Acesso em: 17 jul. 2023.

PETEBISTAS vêem traidores em toda parte... **A Tarde**, 4 de fev. 1959, Curitiba. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=797596&Pesq=%22Jos%c3%a9%20Hoffmann%22&pagfis=16133>>. Acesso em: 17 de jul. 2023.

PILOTO, Valfrido. Ponta Grossa, sua psicologia e história. **A Divulgação**, jan./fev./mar. 1949, Curitiba. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=095346&pasta=ano%20194&pesq=&pagfis=548>>. Acesso em 4 ago. 2022.

POLÍTICA local - Desligou-se da UDN o sr. Horácio Vargas. **O Dia**, 6 out. 1948, Curitiba. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=092932&pagfis=64269>>. Acesso em 4 ago. 2022.

POLÍTICA princesina. **A Tarde**, 2 mai. 1951. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=797596&pasta=ano%20195&pesq=&pagfis=2266>>. Acesso em 2 set. 2022.

POLÍTICA pontagrossense. **O Dia**, 27 abr. 1951. Curitiba. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=092932&pasta=ano%20195&pesq=&pagfis=72015>>. Acesso em 2 set. 2022.

POLÍTICA pontagrossense. **O Dia**, 21 mar. 1951, Curitiba. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=092932&pasta=ano%20195&pesq=&pagfis=71722>>. Acesso em 4 ago. 2022.

POLÍTICA pontagrossense. **O Dia**, 22 mar. 1951. Curitiba. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=092932&pasta=ano%20195&pesq=&pagfis=71725>>. Acesso em 2 set. 2022.

POLÍTICA pontagrossense. **O Dia**, 25 abr. 1951. Curitiba. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=092932&pasta=ano%20195&pesq=&pagfis=71998>>. Acesso em 2 set. 2022.

PONTA GROSSA 14.a e 15.a Zonas – Município de Ponta Grossa. **Diário do Paraná**, 29 dez. 1947, Curitiba. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=171433&pagfis=5209>>. Acesso em 3 ago. 2022

PONTA GROSSA: eleições equilibradas. **Última Hora**, 5 out. 1963, Curitiba. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=830348&Pesq=%22Jos%20Hoffmann%22&pagfis=18105>>. Acesso em 13 set. 2023.

PONTA GROSSA não espera milagres de Braga Ramos. **Última Hora**, 23 out. 1961, Curitiba. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=830348&pesq=%22M%C3%A1rio%20Braga%20Ramos%22&pasta=ano%20195&hf=memoria.bn.br&pagfis=12168>>. Acesso em 13 set. 2023.

PONTES, José B. Líder sindical alerta contra perigo vermelho. **Diário dos Campos**, 25 ago. 1963, Ponta Grossa.

PONTES, José B. A eleição de Frare significará era de progresso para P. Grossa. **Diário dos Campos**, 1 out. 1963, Ponta Grossa.

PREFEITO e camareiros de Ponta Grossa. **A Tarde**, 14 abr. 1951, Curitiba. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=797596&pasta=ano%20195&pesq=&pagfis=2181>>. Acesso em 4 ago. 2022.

PREFEITURA DE PONTA GROSSA. **Correio da Noite**, 3 set. 1959, Curitiba. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=830119&pesq=%22Jos%20Hoffmann%22&hf=memoria.bn.br&pagfis=582>>. Acesso em 12 set. 2023.

PRÉVIA eleitoral feita pela UDN. **Jornal da Manhã**, 30 set. 1955, Ponta Grossa.

PROGRAMA da festa de N.S. do Rosário. **Diário dos Campos**, 27 set. 1955, Ponta Grossa.

PROSSEGUE, vitoriosa, a campanha cívica de Frare. **Diário dos Campos**, 23 set. 1963.

PROVOCOU. **Diário dos Campos**, 28 ago. 1963, Ponta Grossa.

QUEIROZ, S. de. A política em Ponta Grossa: cisão na União Democrática Nacional. In: **A Tarde**, p. 3, 14 mar. 1951. Curitiba. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=797596&pasta=ano%20195&pesq=&pagfis=2033>>. Acesso em 2 set. 2022.

REESTRUTURAÇÃO do Diretório majoritário de Ponta Grossa. **Última Hora**, 30 abr. 1959, Curitiba. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=830348&pesq=%22Jos%C3%A9%20Hoffmann%22&hf=memoria.bn.br&pagfis=1835>>. Acesso em 12 set. 2023.

REGIS, Jairo. Na Hora H. In: **Última Hora**, 22 fev. 1963, Curitiba. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=830348&pagfis=16280>>. Acesso em 14 set. 2023.

RELAÇÃO dos sócios da Congregação Mariana de jovens da catedral que farão a guarda ao SS. Sacramento da noite de 5ª para 6ª feira Santa de 1934. **O Dia**, Curitiba, 29 mar. 1934. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=092932&pasta=ano%20193&pesq=&pagfis=1271>>. Acesso em 12 out. 2022.

RESULTADOS oficiais do pleito de domingo. **Diário dos Campos**, 8 out. 1963, Ponta Grossa.

ROCHA, Wilson. Porque vou votar em Vicente Frare. **Diário dos Campos**, 1 out. 1963, Ponta Grossa.

ROMPIDA pela UDN A Coligação Que Elegeu O Prefeito Pontagrossense. **A Tarde**, 24 nov. 1959, Curitiba. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=797596&Pesq=%22Jo%c3%a3o%20Vargas%20de%20Oliveira%22&pagfis=17640>>. Acesso em 13 set. 2023.

SOMENTE teremos a lucrar com a eleição de Frare. **Diário dos Campos**, 2 out. 1963, Ponta Grossa.

SOUZA, Dóro. O dever dos católicos. **Jornal da Manhã**, 23 set. 1955, Ponta Grossa.

TUBARÕES e entreguistas na chapa do P.T.B. **A Tarde**, 6 mai. 1959, Curitiba. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=797596&pesq=%22Jo%C3%A3o%20Vargas%20de%20Oliveira%22&hf=memoria.bn.br&pagfis=16559>>. Acesso em 18 de jul. 2023.

UNIÃO Democrática Nacional. **Jornal da Manhã**, 12 jul. 1955, Ponta Grossa.

WEIGERT, Nivon. Ação política dos católicos. **O Dia**, 22 ago. 1945, Curitiba. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=092932&pagfis=56063>. Acesso em 14 out. 2022.

ANEXOS

ANEXO A: FOTOGRAFIA DE JOÃO VARGAS DE OLIVEIRA

Fonte: Deputado estadual João Vargas de Oliveira. **Correio da Noite**, 1 set. 1959, Curitiba. Disponível em:

<<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=830119&pesq=%22Jos%C3%A9%20Hoffmann%22&hf=memoria.bn.br&pagfis=566>>.



ANEXO B: MATERIAL DE CAMPANHA DE JOSÉ HOFFMANN (PTB) NAS PÁGINAS DO DIÁRIO DOS CAMPOS EM 1955

Fonte: Para prefeito municipal. **Diário dos Campos**, 1º jul. 1955, Ponta Grossa.

Ponta-Grossa, 6.ª feira, 1.º de Julho de 1.955

PARA PREFEITO MUNICIPAL " F



JOSÉ HOFFMANN

Candidatos a vereador pelo P. T. B.:

Vereador Orival Carneiro Martins, comerciante
 Vereadora Cândida Mendes Braz, funcionário pública.
 Dr. Abraão Federmann, médico.
 Dr. Micleslau Celinsk, cirurgião-dentista.
 Dr. Manoel Antonio da Cunha Neto, Promotor Público.
 Dr. Herculano Torres Cruz,, advogado.
 Lauro Nascimento, comerciante.
 Alvaro Holzmann, maestro e comerciante.
 Nicolau Ferigotti, jornalista e funcionário público.
 Constâncio Mendes, comerciante.
 Dr. Osmário Pimentel Santos, cirurgião-dentista.
 Dr. Michel Namur, médico.
 Geraldo Santos, ferroviário.
 Belmácio Meister, professor e contador.
 André Schwanda fotógrafo.
 João Martins Ribas, industrial.
 Esnal Nunes Ribeiro, industrial.
 Antonio Vendrami, cirurgião-dentista.
 João Maria Schleder, jornalista e funcionário público.
 Cláudio Cioli, ferroviário.
 Salustiano Portela, industriário, presidente do Sindicato de
 Industrias de Bebidas.
 José de Assis França, enfermeiro.
 Tte. Antonio Silva, militar.
 Emílio Hartmann, ferroviário.
 Ovídio Lima, comerciante.
 Gino Maggi, mecânico.

ANEXO C: FOTOGRAFIA DE EURICO BATISTA ROSAS

Fonte: Deputado estadual Eurico Batista Rosas. **Correio da Noite**, 17 jul. 1959, Curitiba. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=830119&pesq=%22Eurico%20Batista%20Rosas%22&hf=memoria.bn.br&pagfis=310>.



ANEXO D: FOTOGRAFIA DE DAVID FEDERMANN (UDN)

Fonte: PONTA GROSSA. **Câmara Municipal.** Galeria de ex-presidentes. Ponta Grossa. Disponível em: <<https://www.pontagrossa.pr.leg.br/institucional/galeria-de-ex-presidentes>>.



David Federmann

• 11/03/1995 - 21/11/1955

ANEXO E: FOTOGRAFIA DE NIVON WEIGERT (PSD)

Fonte: PONTA GROSSA. **Câmara Municipal.** Galeria de ex-presidentes. Ponta Grossa. Disponível em: <<https://www.pontagrossa.pr.leg.br/institucional/galeria-de-ex-presidentes>>.



Nivon Weigert

• 22/11/1947 - 24/09/1948

ANEXO F: FOTOGRAFIA DE FELIPE CHEDE (PST/PSB)

Fonte: Felipe Chede. **Última Hora**, 5 out. 1963, Curitiba.



ANEXO G: MATERIAL DE CAMPANHA DE VICENTE FRARE (UDN) NAS PÁGINAS DO DIÁRIO DOS CAMPOS, 1963.

Fonte: Meus conterrâneos. **Diário do Campos**, 6 out. 1963, Ponta Grossa.



Meus conterrâneos

A partir das primeiras horas de hoje estaremos votando secretamente, a fim de escolhermos o futuro Prefeito Municipal e os vinte membros da Câmara de Vereadores. Ainda é tempo de pensarmos bem. Antes de entrarmos bem até onde vai a nossa responsabilidade face não só a Ponta Grossa como aos nossos filhos. Precisamos restituir ao povo a crença em nossos homens públicos, devolvendo-lhe, ao mesmo tempo, a confiança no regime.

Ponta Grossa e o seu povo estão cansados de politiqueros e politicagem. Apartidário e apolítico, com um passado que é livro aberto para todos, disponho-me a ser o administrador de que nossa cidade tanto carece, no momento histórico que estamos vivendo.

Traçando uma cruz no terceiro quadrinho da cédula oficial, que será entregue pelo Mesário da respectiva secção eleitoral, os meus conterrâneos estarão me elegendo Prefeito Municipal para governar Ponta Grossa durante quatro anos, sem politiqueros nem politicagem. Conto com o seu voto, para o bem de nossa querida Ponta Grossa.

VICENTE FRARE

ANEXO H: CAMPANHA POLÍTICA DE VICENTE FRARE (UDN) NAS PÁGINAS DO DIÁRIO DOS CAMPOS SOB A RESPONSABILIDADE DO JORNAL DA VITÓRIA.

FONTE: JORNAL DA VITÓRIA. Diário dos Campos, 30 ago. 1963, Ponta Grossa.

com grande extensão territo- ria, como a China — com uma mos.

JORNAL DA VITÓRIA

Ano I — A cargo do Comitê pró-Candidatura Vicente Frare — N. 37

FRARE E O COMUNISMO

A posição de Vicente Frare, em face do comunismo, não foi tomada agora, depois de haver sido feito candidato à Prefeitura Municipal, pelas forças democráticas locais. Com sua formação nitidamente cristã, desde longos anos Frare se mantém como soldado em luta constante contra o bolchevismo ateu, desfibrador de homens e despersonalizador de indivíduos.

É anti-comunista por convicção e não por conveniência ou interesse. E pensa assim porque sabe, perfeitamente, que a pior coisa que podia acontecer ao Brasil e aos brasileiros seria a bolchevização do País. Estaríamos negando nosso passado, aviltando o nosso presente e sepultando o nosso futuro. Estaríamos trabalhando contra os nossos filhos. Estaríamos trabalhando contra a Religião. Estaríamos trabalhando contra o que de melhor e mais sadio pudemos construir, em nossa Pátria, sob as bênçãos do Cruzeiro do Sul, ao longo desses anos de lutas cruentas em favor das liberdades públicas, em favor das instituições democráticas.

Vicente Frare, portanto, não está escondendo nada. Não está vestindo roupagens próprias dos demagogos ou apropriadas para enganar o povo às vésperas de eleições. Desfraldando a bandeira do mais puro patriotismo, do mais puro espírito de brasilidade, do mais legítimo anseio democrático da nossa gente, Vicente Frare veio ao encontro dos sentimentos do povo brasileiro, que renega e repudia o extremismo, mesmo quando disfarçado ou camuflado de outras cores que não o vermelho sanguinário e destruidor.

Nestas condições, Vicente Frare está perfeitamente à vontade para, não apenas pedir, mas, senão, exigir dos verdadeiros democratas patriotas para que cerrem fileiras em torno da sua candidatura, dando-lhe o apoio de que precisa para ganhar as eleições. Não apoio de braços cruzados, nem tão pouco de promessa de voto em 6 de outubro. A luta não é somente de Vicente Frare, mas de todos quantos preferem viver em liberdade, no ambiente sadio da democracia, em clima de ordem, tranquilidade e construção.

Ninguém tem o direito de permanecer neutro e muito menos omitir-se na atual conjuntura. A hora é grave e por isso mesmo as decisões francas e leais.

Formulamos, assim, novo apelo à consciência democrática de Ponta Grossa, no sentido de que venham a nós e nos ajudem a consolidar o regime entre nós e trabalhar com essa alta finalidade.

Costumam os moscovitas baralhar tudo, vestir pele de cordeiro, dizer-se cristãos, elogiar as últimas encíclicas e prometer ao povo solução para todos os seus problemas.

Cuide-se nossa gente dessas aves de mau agouro. Cuide-se nossa gente dos que não desistem, mas persistem no erro, na fraude e no embuste. Cuide-se nossa gente desses profetas de última hora, surgidos às vésperas de eleições, com o propósito de caçar votos com as armas, tão suas conhecidas, da mentira e da falsidade.

Iniciou-se a batalha do bem contra o mal. Escolha o povo o lado para o qual deseja seguir. Lado que, estamos certos, será o do bem, da moral pública, da espiritualização popular, isto é, lado em que se acha Vicente Frare, nessa luta vitoriosa em favor de Ponta Grossa, em favor do regime, em favor do povo e contra o comunismo.

Vicente Frare precisa do voto de todos os pontagrossenses.

Ajude-o a reabilitar Ponta Grossa.

COMITÊ VICENTE FRARE

O Comitê Vicente Frare, localizado à Avenida Vicente Machado, está funcionando dia e noite, para atender a todos os interessados.

Faça uma visita àquele local e una seus aos nossos esforços a fim de eleger Frare Prefeito Municipal de nossa terra.

Com Frare, pela democracia, contra o comunismo.

JULIO FEDERMANN

O Vereador Julio Federmann está pleiteando a sua reeleição, no pleito de 6 de outubro próximo.

A atuação de Julio Federmann, nesta legislatura que esta para expirar foi serena discreta e equilibrada como não podia deixar de acontecer, desde que se conheça como nós conhecemos, mais intimamente, esse prestigioso filho de Ponta Grossa, pertencente a uma das famílias de alto conceito entre nós, pela sua honorabilidade e pelo que já tem realizando em favor da cidade.

Julio Federmann, por conseguinte, dos vereadores que disputam sua reeleição é um dos que merece que o eleitorado local mantenha na Câmara Municipal, para que esta se conserve em nível moral conforme com as nossas melhores tradições políticas e administrativas.

Elegendo Julio Federmann para a Edilidade princezina o nosso eleitorado agirá com inteligência e patriotismo, pois premiará um cidadão honrado e útil à sua terra natal.

ELEITOR:

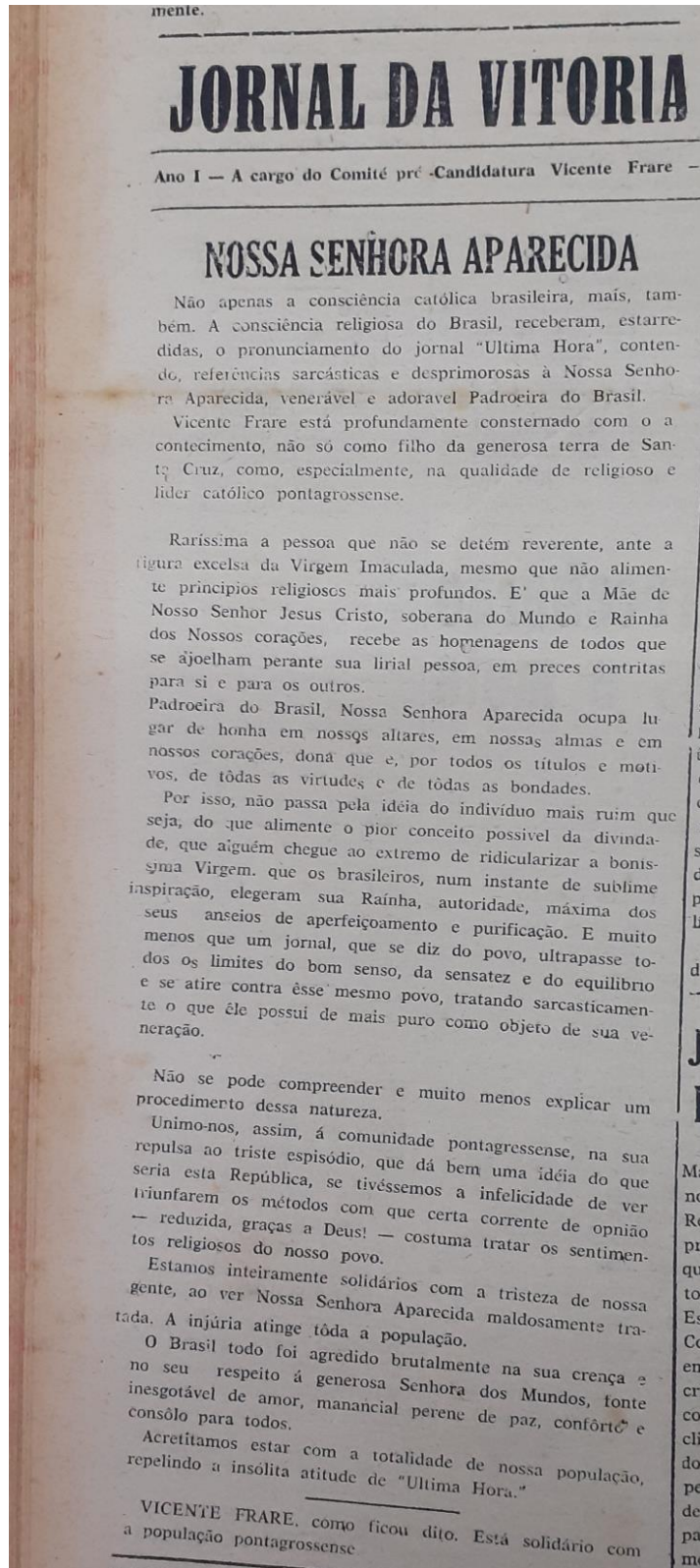
Eleja Julio Federmann, mais uma vez, para a Câmara Municipal e Vicente Frare para a Prefeitura. Dê o seu voto a quem irá fazer bom uso do mesmo!

Para Prefeito Municipal: Vicente Frare.

Para Vereador: Julio Federmann.

ANEXO I: CAMPANHA DE VICENTE FRARE (UDN) SOLIDARIZANDO-SE COM OS CATÓLICOS APÓS ATAQUES À NOSSA SENHORA APARECIDA FEITOS PELO JORNAL ÚLTIMA HORA (SP)

Fonte: JORNAL DA VITÓRIA. Diário dos Campos, 29 ago. 1963, Ponta Grossa.



ANEXO J: CANDIDATURA DE DAVID FEDERMANN (UDN) NAS PÁGINAS DO JORNAL DA MANHÃ, 1955.

Fonte: DAVID FEDERMANN e sua candidatura: não há argumentos para combater o médico-candidato. **Jornal da Manhã**, 10 jul. 1955, Ponta Grossa.

regras de prudencia, ao cam...

DAVID FEDERMANN E SUA CANDIDATURA

NÃO HÁ ARGUMENTOS PARA COMBATER O MÉDICO-CANDIDATO

Tôdas as causas, inclusive as boas causas, têm adversários gratuitos e despertam simpatias e antipatias, as quais fazem, respectivamente, adeptos e inimigos. Hoje, graças a informações que temos captado cá e lá, queremos ocupar de certos argumentos frágeis e propagados tendenciosamente por interessados em combater a candidatura do Dr. David Federmann.

Quando não se encontram defeitos e vícios nos adversários políticos, procura-se fazer das qualidades dêste, pelas interpretações maldosas e iníquas, pretexto para a reclusa entre os menos avisados.

Diz-se por exemplo, que o Dr. David Federmann é médico muito atarefado e não terá tempo para governar o município. Eis a primeira tolice. Ele é médico muito atarefado porque possui muitos clientes e, por conseguinte, é bom médico, procurado pelo povo e digno de sua preferência; eleito, pois, êsse mesmo médico saberá ser tão dedicado aos negócios públicos como o tem sido às atividades particulares; aliás, o que lhe é do feitio, em qualquer situação que assumo. Dizer-se que um cidadão não pode ser prefeito, porque é dedicado à sua profissão, é o mesmo que admitir que só vagabundos devem ocupar cargos públicos, o que é chocante e inadmissível, se não fôra ridículo e estúpido.

O Dr. David Federmann é muito moço para ser prefeito! Esta afirmativa é por sua vez, ingênua e contraditória. Pois se êle pode ser o que tem sido, como médico e vereador-presidente de nossa Câmara Municipal, sua mocidade é mais um argumento a seu favor, podendo assim ofertá-la para melhor dirigir a nossa comuna, com toda a energia e pureza de propósitos, que ninguém, em nossa terra, poderá negar-lhe, de sua consciência.

O Dr. David Federmann é filho de judeus. Este modo de combater a Candidatura David Federmann, preferido por alguns sem dúvida, é o mais injusto e anti-democrático, anti-cristão e anti-humano, porque assume feição de guerra a religião e a uma comunidade, o que não mais é admissível, desde o século passado! Esquecem, sobretudo, tais indivíduos, que se o Dr. David Federmann merece confiança para salvar a vida

de nossos filhos e nossas mães, também a merece para administrar nossa cidade. Como ainda esquecem que o Dr. David Federmann, desde que se diplomou, clinica, há mais de dez anos, em nossa cidade, prestando suas atividades médicas com desambição, tanto particularmente como em instituições filantrópicas, quais sejam o Asilo S. Vicente de Paulo e Creche Hercília de Vasconcelos; e serve, também, como médico efetivo do Hospital 26 de Outubro, sob assistência das abnegadas Irmãs de São José, além de ser fundador do Hospital São Lucas, a novel e primeira casa de saúde particular de Ponta Grossa, onde, a par dos serviços hospitalares, existe assistência religiosa ministrada por sacerdote católico. Num país livre como o nosso, onde tem guarida, por parte do poder político e pela mentalidade de nosso povo bom e democrata, tôdas as religiões e cultos, povos de tôdas as raças e origens, não deixa de ser absurda afronta aos mais sagrados direitos do homem, combater-se um candidato por tal expediente. Num país como o nosso, onde cidadãos de tôdas as crenças vivem, trabalham, prestam serviço à Pátria comum e se sentem felizes até de morrer por ela, de nada vale a campanha dos que ainda pensam obrigar os homens a rezarem pela mesma cartilha, em matéria de fé ou política, como se estivéssemos numa ditadura totalitária. Ora... isto é assunto morto.

Como se vê, os argumentos contra a Candidatura David Federmann pecam pela base, são injustificáveis e, pelo contrário, apreciados pela razão imparcial e justa, são todos êles favoráveis ao próprio candidato que pretendem combater.

Por isso tudo é que podemos dizer que essa candidatura já está vitoriosa na consciência popular. Nada poderá detê-la, mormente quando os poucos que ousam combatê-la, só o fazem nas conversas de bares e cafés, por visíveis interesses pessoais e jamais por motivos do bem público.

Com efeito, David Federmann é um grande candidato e o povo de Ponta Grossa, um grande povo; por isso, a eleição daquele será mais uma vitória dêste.

DA MANHÃ
omandas dos
e e costura
oje colam gran

S. LUIZ...

zes Masculina
ir novamente
ove horas, an
ja Catedral, co
ontecer todos

finamento de
monia do notá
al, que a ma
as vem tendo
ora do comun
s que, por m
os, não podem
missa costum
ádio a magni
do Coro
e a missa das
da, de algun
sta parte, atra
e da P.R.J.-2

das 20 horas,
a Casa Paroqu
uma reunião
pessoas que
ônibus especia
cipar do Congr
o Internacion
o corrente m
união de hoje,
rganizadores
pontagrossense
todos os inter

alguns dias, p
encerrará a
ipal o atual pe
es ordinárias,
sso, o Legislat
se voltará a
ariamente, ap
setembro vind

O
oje, ao meio
io semanal as
nâncias:
A» — A
nho, 384 —
38» — Rita
s, 1.264.

de Barros)

ANEXO K - MENSAGEM DE DOM GERALDO AOS PONTA-GROSSENSES SOBRE A ELEIÇÃO DE 1963

FONTE: D. GERALDO envia mensagem de Roma. **Diário dos Campos**, 5 out. 1963, Ponta Grossa.

